



ALERTA VERMELHO! **ALERTA VERDE!**

Dar forma à transformação ecossocialista

Centro de Estudos Sociais | Publicação semestral | n.34

34

Alerta vermelho, alerta verde:
dar forma à transformação ecossocialista



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



PROPRIEDADE E EDIÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

www.ces.uc.pt

COLÉGIO DE S. JERÓNIMO, APARTADO 3087

3000-995 COIMBRA, PORTUGAL

URL: <http://journals.openedition.org/eces/>

E-MAIL: e-cadernos@ces.uc.pt

TEL: +351 239 855 573 / FAX: +351 239 855 589

CONSELHO DE REDAÇÃO DA E-CADERNOS CES

MARIA JOSÉ CANELO (DIRETORA), CRISTIANO GIANOLLA, FILIPE SANTOS, MAURO SERAPIONI, PABLO PÉREZ NAVARRO,
PATRÍCIA SILVA, PAULO PEIXOTO, TERESA MANECA LIMA, VÍTOR NEVES

ORGANIZAÇÃO DO NÚMERO

LANKA HORSTINK, LÚCIA FERNANDES, RITA CAMPOS

AUTORES/AS

LANKA HORSTINK, LÚCIA FERNANDES, RITA CAMPOS, STEFANIA BARCA, COLIN ROBINEAU, ORIOL BATALLA, IÑAKI BARCENA
HINOJAL, GIOVANNA MICARELLI, ELLEN MONIELLE DO VALE SILVA, FERNANDA CAROLINE ALVES BEZERRA DE MELO, CARMEN
REJANE FLORES, DIANA MARIA PEÑA, PEDRO MIGUEL CARDOSO, SINAN EDEN, JOANA FERNANDES, AURORA SANTOS, CECÍLIA
FONSECA, SÉRGIO PEDRO, IRINA CASTRO, RITA SERRA, JOÃO CAMARGO

COORDENADORA DE EDIÇÃO

ANA SOFIA VELOSO

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

ALINA TIMÓTEO

DESIGN DE CAPA

ANDRÉ QUEDA (ADAPTAÇÃO DO CARTAZ DO EVENTO “IV ENCONTROS INTERNACIONAIS ECOSSOCIALISTAS”)

PERIODICIDADE

SEMESTRAL

VERSÃO ELETRÓNICA

ISSN 1647-0737

ESTE TRABALHO É FINANCIADO POR FUNDOS FEDER ATRAVÉS DO PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE
- COMPETE E POR FUNDOS NACIONAIS ATRAVÉS DA FCT - FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NO ÂMBITO DO
PROJETO UIDB/50012/2020.

© CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2020

ALERTA VERMELHO, ALERTA VERDE: DAR FORMA À TRANSFORMAÇÃO ECOSSOCIALISTA

ORGANIZAÇÃO

Lanka Horstink, Lúcia Fernandes, Rita Campos



**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS
2020**

Índice

Lanka Horstink, Lúcia Fernandes, Rita Campos – <i>Introdução</i>	5
Stefania Barca – <i>Forças de reprodução. O ecofeminismo socialista e a luta para desfazer o Antropoceno</i>	25
Colin Robineau – <i>Pour une sociologie des écologistes radicaux. Quelques éléments programmatiques</i>	46
Oriol Batalla – <i>Green Capitalism? Politics from The Necrocene to the Eleutherocene</i>	64
Iñaki Barcena Hinojal – <i>Lila, rojo y verde juntos. Debates y prácticas ecosocialistas feministas en Euskal Herria* (1990-2020)</i>	86
Giovanna Micarelli – <i>Apertura ontológica y lucha anticolonial en la soberanía alimentaria: un diálogo con las perspectivas indígenas de Abya Yala</i>	109
Ellen Monielle Do Vale Silva, Fernanda Caroline Alves Bezerra De Melo – <i>Da teoria verde ao ecofeminismo: mulheres na África Meridional frente às mudanças climáticas</i>	127
Carmen Rejane Flores, Diana María Peña – <i>Soya en un florero: división territorial y sexual del trabajo agrícola en América Latina (1986-2015)</i>	147

@cetera

Pedro Miguel Cardoso – <i>A insustentável leveza do capitalismo “verde”</i>	173
Sinan Eden – <i>Reporting Back from the 4th International Ecosocialist Encounters 2018: What Has Been Sown, What Has Been Harvested, What Remains?</i>	187

Joana Fernandes – <i>Mudar de alimentação para mudar o mundo</i>	194
Aurora Santos, Cecília Fonseca, Sérgio Pedro – <i>Desconstruindo os sistemas agroalimentares</i>	210
Irina Castro, Rita Serra – <i>A dissidência científica no feminino: contributos à proposta tecnocientífica do ecossocialismo</i>	226
João Camargo – <i>Recensão à obra: Chertkovskaya, Ekaterina; Paulsson, Alexander; Barca, Stefania (eds.) (2019), Towards a Political Economy of Degrowth. London: Rowman & Littlefield Publishers, 280 pp.</i>	237

Introdução*

In memoriam

Maria do Carmo Bica (1963-2020; Paços de Vilharigues, Vouzela, Viseu, Portugal)

LaDonna Brave Bull Allard (1956-2021; Fort Yates, North Dakota, Estados Unidos da América)

DEDICATÓRIA, CONTEXTUALIZAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Dedicamos este número a duas maravilhosas mulheres, que muito admiramos, e que partiram recentemente: Maria do Carmo Bica e LaDonna Brave Bull Allard. Ambas deram um enorme contributo para a “construção de uma práxis ecossocialista para as transformações sociais e o Bem Viver para todas as pessoas da Terra” (Manifesto dos IV Encontros Internacionais Ecossocialistas, 2018).

Fonte de energia e inspiração, Carmo Bica era agro-activista, dirigente associativa e engenheira agrícola. Presidiu até 2020 à Cooperativa Três Serras de Lafões, em Vouzela, e durante 18 anos esteve à frente da Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões. Integrou o Grupo de Trabalho de Agricultura do Partido da Esquerda Europeia (2012-2020) e o Grupo de Trabalho de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Bloco de Esquerda.

Alimentadora e congregadora das lutas, LaDonna Brave Bull Allard era membro da tribo Standing Rock Sioux, no Texas, Estados Unidos da América, e historiadora tribal. Dedicou a sua vida à protecção da água e foi líder do movimento global de oposição à construção do ducto de transporte de petróleo de Patoka até Nederland, no Texas, o Dakota Access Pipeline (DAPL). No contexto desta luta, foi a fundadora do Sacred Stone Camp em Standing Rock, um acampamento cultural dedicado à preservação das tradições culturais Dakota, Lakota e Nakota, perto de Cannon Ball, na fronteira nordeste da reserva.

* Por vontade das autoras, este texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Lanka Horstink, Lúcia Fernandes e Rita Campos recebem financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através respectivamente dos contratos CEECIND/01132/2017/CP1426/CT0001, DL57/2016/CP1341/CT0027 e DL57/2016/CP1341/CT0001 no âmbito dos quais desenvolveram a organização deste número.

Além do reconhecimento pelas lutas que abraçaram, estamos também muito gratas a ambas pela sua presença nos “IV Encontros Internacionais Ecosocialistas – Alerta vermelho, alerta verde: dar forma à transformação ecosocialista”, que se realizaram em Lisboa entre 23 e 25 de Novembro de 2018, o evento que motivou a organização deste número temático. É com tristeza que sentimos as suas ausências, confiando que as suas forças e memórias continuarão a inspirar as lutas ecosocialistas do futuro.

Lutas sociais e lutas ecológicas andam frequentemente a par. As actividades relacionadas com o agro-negócio, a exploração de petróleo e de gás, e a mineração, por exemplo, estão entre os principais impulsionadores de resistências, que muitas vezes levam ao assassinato de activistas, nomeadamente a mando de agentes do sector privado. Em 2019 a América Latina concentrou dois terços desses assassinatos, 30% dos quais na Colômbia, o país onde houve mais registo de mortes de activistas (Global Witness, 2020). Acreditamos que com a pandemia de COVID-19 e os confinamentos, as/os activistas ficaram ainda mais ameaçadas/os e o número poderá já ter aumentado nos anos de 2020 e 2021.

Face a estas contagens trágicas, ao tema dos Encontros e ao nosso respeito por quem luta e exerce resistência, estendemos a nossa dedicatória às/aos 221 activistas assassinadas/os em 2019.¹

Este número temático é fruto também de muito trabalho de cuidado activista e académico, que (tal como o cuidado doméstico) é invisível, desvalorizado e não reconhecido (Federici, 2019; Barca, 2020a, 2020b).² Um processo contínuo de motivar, sensibilizar, articular pessoas, conhecimentos, visões de mundo, expectativas e de responder às solicitações adaptando-as ao “possível” e à construção de algo que nos faça sentido colectivamente. Editar este número temático juntando academia e activismo – e em especial numa altura de grandes perturbações e mudanças de rotina da organização da vida causadas pela pandemia – foi uma intensa caminhada recheada de aprendizagem e desafio. Estamos muito gratas a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para este resultado colectivo. Contámos com o trabalho incansável de toda a equipa editorial, mas deixamos um especial agradecimento à Ana Sofia Veloso e à Alina Timóteo. Agradecemos também a colaboração de todas/os³

¹ Este número corresponde a um aumento de aproximadamente 30% de assassinios em relação ao último relatório, relativo aos episódios de 2018. De notar que este registo é considerado subnotificado: muitas/os activistas são silenciadas/os por outros meios. Por outro lado, 40% dos assassinios registados correspondem a pessoas pertencentes a tribos indígenas (Global Witness, 2020).

² Uma estimativa de 2019 mostra que as mulheres e meninas dedicavam 12,5 bilhões de horas ao trabalho de cuidado diariamente, uma contribuição de pelo menos 10,8 trilhões de dólares americanos por ano, o que equivale a mais de três vezes o valor gerado pela indústria de tecnologia do mundo no mesmo período (Lawson *et al.*, 2020).

³ Apesar de estarmos a utilizar uma denominação binária, incluímos na terminologia “as/os” todos os géneros.

que contribuíram com textos, e que participaram no processo de revisão por pares. É importante reconhecer também o trabalho das investigadoras Begoña Dorronsoro e Paula Sequeiros, que participaram na organização dos Encontros e deram força ao projecto de organização deste número. A revisão da Introdução contou com contributos valiosos de Stefania Barca e Sérgio Pedro, a quem estamos também muito gratas. De entre as pessoas envolvidas muitas são mulheres, que passaram a ter uma ainda maior sobrecarga de trabalho decorrente da actual situação pandémica, dos confinamentos, do acompanhamento de filhas/os e outros familiares, e da necessidade de permanência em casa por precaução ou doença. Tiveram uma maior dificuldade em conciliar o trabalho remunerado (presencial ou remoto) com o trabalho não remunerado e viram-se confrontadas com novas necessidades de cuidados, nomeadamente a nível da saúde mental.

A academia convencional tende a promover a partilha de conhecimentos de forma apolítica, tecnocrata e ideologicamente alinhada com o poder público. As perspectivas ecossocialistas resistem a esta reprodução do estado das coisas e procuram o entendimento das formas relacionais de compreender processos humanos e não-humanos, bem como as colaborações e as implicações ecológicas entre eles (Chattopadhyay *et al.*, 2018: 27).

A INSPIRAÇÃO DOS IV ENCONTROS INTERNACIONAIS ECOSSOCIALISTAS

Os IV Encontros Internacionais Ecosocialistas foram um palco onde se reuniu um público diverso, constituído por colectivos ecosocialistas, ecofeministas e camponeses, sindicatos, movimentos sociais, organizações políticas, investigadoras/es e cidadãos/ãos em nome individual. coletivamente, olharam criticamente para as primeiras duas décadas do terceiro milénio, e em especial para o colapso social, que não está apenas a equiparar-se a um desastre ecológico (estando mesmo a ultrapassá-lo) – um cenário que se tem agravado com a pandemia.

Desde 2014 que estes colectivos e organizações se têm encontrado para imaginar coletivamente, e pôr em marcha uma alternativa ecosocialista ao actual paradigma económico destrutivo. Primeiro na Suíça, depois em Espanha e no País Basco, e por fim em Portugal, as sucessivas edições dos Encontros Internacionais Ecosocialistas procuraram olhar criticamente os desafios com que o planeta e os seus habitantes humanos e não-humanos se deparam. Constroem-se como espaços de encontro de uma multiplicidade de visões, experiências, saberes e conhecimentos, para uma reflexão sobre o passado e o presente, e procuram dar respostas alternativas para mudar o futuro.

A origem destes Encontros remonta ao final do século XX, ligada à publicação do manifesto ecossocialista *Por uma alternativa verde na Europa* (Antunes *et al.*, 1990) e à sua apresentação em Bilbao, em 1991. Este momento terá sido “o início de um processo de construção ideológica de confluência entre ecologistas, sindicalistas e feministas que continua em andamento 30 anos depois”⁴ (Barcena, 2020). O manifesto apresentava uma alternativa radical para romper com a lógica dominante do crescimento centrado numa economia extractivista e destrutiva, defendendo a “autodeterminação e a soberania de pessoas e povos, como trabalhadores e consumidores, para se inserirem de forma equilibrada nos ciclos e ecossistemas naturais” (*ibide*). Já em 2001, surge um segundo manifesto ecossocialista (Kovel e Löwy, 2001), fazendo um apelo internacional contra o fatalismo interiorizado que sustentava não haver alternativa possível à ordem mundial capitalista. Daqui nasceu a inspiração para a realização do primeiro Encontro Ecossocialista Internacional, em 2014, um lugar de junção de diferentes experiências ecossocialistas europeias, e de partilha do trabalho de cada país, que pretendia criar confluências e propor alternativas para articular um projecto de emancipação ecossocial (Barcena, 2020). A este seguiram-se o segundo Encontro, em Madrid, em 2015, e o terceiro, em Bilbao, em 2016, um momento importante para reafirmar a necessidade de se procurarem alternativas que se afastem da mera reprodução do modelo de produção e consumo actual e para lançar as bases para o quarto Encontro, que se realizou em Lisboa (Barcena, 2020).

Em Portugal, em 2018, um conjunto alargado de pessoas representando diferentes formas de organização colectiva tomaram a tarefa de organizar a quarta edição dos Encontros Internacionais Ecossocialistas. Na organização estiveram a Climáximo, a ZERO, o SOS Racismo, a Associação de Combate à Precariedade, o LIVRE, o Movimento Alternativa Socialista, o movimento Peniche Livre de Petróleo, o GAIA-Grupo de Acção e Intervenção Ambiental, a Academia Cidadã, o Bloco de Esquerda e a Oficina de Ecologia e Sociedade (ECOSOC) do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), com o apoio local da Escola Secundária de Camões e o apoio internacional do Solidarités.

Sob o mote “Alerta vermelho, alerta verde: dar forma à transformação ecossocialista”, o encontro situou-se no ponto de emergência ecológica e social à escala planetária, convocando diferentes vozes a reflectir sobre esses desafios. No seu manifesto (Manifesto dos IV Encontros Internacionais Ecossocialistas, 2018), alertava-se para as relações entre as profundas crises ambientais, como a perda de biodiversidade em níveis equivalentes a uma sexta extinção em massa (McCallum,

⁴ Todas as traduções são da nossa responsabilidade.

2015) ou a destruição dos ecossistemas, o surgimento ou agudização de crises sociais, como o aparecimento de novas doenças, de que a COVID-19 é exemplo, o reaparecimento de outras, a perda de bens comuns ou as deslocações em massa de pessoas devido à perda de casas, terras, locais de trabalho, conflitos ou fome. Desta complexa inter-relação entre problemas ambientais e sociais resulta um aumento das desigualdades e das opressões, violências e discriminações, como o racismo, o sexismo e a xenofobia. Urge, assim, pensar e pôr em prática verdadeiros modelos alternativos, que rompam o ciclo perpetuado pelas elites políticas e económicas capitalistas de contínuos aumentos da financeirização, da militarização, e da privatização de bens e serviços comuns.

As soluções tecnológicas e de mercado como a economia verde, o desenvolvimento sustentável, ou o capitalismo natural, não podem ser vistas como verdadeiras alternativas, pois sustentam-se no mesmo princípio: o da exploração de pessoas e da natureza. Ou, conforme se pode ler no Manifesto dos IV Encontros Ecosocialistas (2018): “Sob a hegemonia capitalista industrial o que estamos a produzir, reproduzir, distribuir e consumir, em vez de progresso, é um profundo desenraizamento e a destruição dos próprios meios materiais e culturais que sustentaram as civilizações humanas”.

Durante os três dias dos Encontros, mais de 60 oradores, provenientes de 20 países e cinco continentes (Eden, 2019), representando diferentes sectores da sociedade, reuniram-se para partilhar saberes e experiências.⁵ Este número temático procura ser uma extensão dessas partilhas e debates, trazendo olhares de dentro e fora da academia, constituindo-se um projecto da “academia não convencional”. Pretendemos assim criar, com este número, um espaço onde as/os silenciadas/os possam construir conhecimento e gerar um processo autotransformador da própria academia e do mundo, uma práxis que modifica a estrutura do poder que o conhecimento personifica (Chattopadhyay *et al.*, 2018).

AS ORIGENS E MANIFESTAÇÕES DO ECOSSOCIALISMO

Todas/os sofremos de um caso crónico do paradoxo de Gramsci, o de vivermos num tempo em que a velha ordem está a morrer (e a levar a civilização com ela) ao mesmo tempo que a nova ordem não parece capaz de nascer. Mas pelo menos pode ser anunciada. A sombra mais profunda que paira sobre nós não é o terror, o colapso ambiental nem a recessão global. É o fascismo internalizado que afirma

⁵ É possível consultar um resumo de todas as comunicações apresentadas em Eden (2019).

que não há alternativa possível para a ordem mundial do capital. (Kovel e Löwy, 2001)

O ecossocialismo tem como premissa principal a indissociabilidade do socialismo e da ecologia. Um socialismo não-ecológico é um beco sem saída e uma ecologia não-socialista não está preparada para lidar com a complexidade da presente crise ecológica (Löwy, 2015: xi). Assim, o ecossocialismo afirma-se como uma resposta “vermelha-verde” aos desafios dramáticos que a humanidade enfrenta: e.g., o colapso ambiental – incluindo a deterioração acentuada dos ecossistemas –, a imparável perda de espécies, a desflorestação descontrolada, ou a aceleração do aquecimento global. Estas crises são temas recorrentes tanto na academia como na esfera política desde há mais de 40 anos. Porém, as pessoas com poder de decisão a todos os níveis, desde o supranacional ao local, falharam redondamente em mitigar, ou mesmo reverter, a tendência do aumento das emissões globais de gases com efeito de estufa e a degradação ambiental agregada, enquanto “a análise e o diagnóstico das raízes e causas da crise ambiental é, na maioria dos debates correntes, embaraçosamente superficial” (Borgnäs *et al.*, 2015: 2). Há provas mais do que suficientes de que o capitalismo neoliberal não só cria como se sustenta na presença de mecanismos socioeconómicos tais como a desigualdade social, a acumulação do capital, a financeirização extremada, e as democracias débeis (*ibidem*). Löwy (2013: 79) fala até em uma “total irracionalidade de um sistema económico baseado na mercantilização de tudo, na especulação desenfreada, no totalitarismo dos mercados financeiros e na globalização neoliberal ao serviço exclusivo do lucro capitalista”.

A abordagem ecossocialista a estes complexos problemas “diabólicos”,⁶ que assolam a humanidade desde há décadas, visa melhorar o nosso conhecimento da degradação ambiental global através da análise crítica dos mecanismos socioeconómicos do sistema capitalista de produção (Borgnäs *et al.*, 2015: 3). Adicionalmente, as/os teóricas/os do ecossocialismo vão para além da sua análise e compreensão. Antes procuram apontar estratégias para transformar o sistema existente de acordo com os valores ecologistas e socialistas. Nesse sentido, deixam claro que não vêem “a ‘sustentabilidade ambiental’ como uma área de política separada e circunscrita, que possa ser marginalmente remodelada dentro das estruturas socioeconómicas e políticas existentes” (*ibidem*).

⁶ O conceito de *wicked problems* foi inicialmente proposto por Rittel e Webber (1973) e refere-se a um problema socioecológico de elevada complexidade e interconectividade que é muito difícil ou até impossível resolver.

O ecossocialismo começou a desenvolver-se como corrente académica e política nos anos 1970, pese embora o termo só se tenha popularizado após os anos 1980, quando o Partido Verde alemão se autodefiniu como ecossocialista (Löwy, 2015: xii). Alimentado por correntes como o anarquismo verde, a ecologia social – na sua versão do comunalismo (Bookchin, 2002) –, e o ambientalismo anti-capitalista, o ecossocialismo foi aprofundado com as ecologias marxistas de James O'Connor e John Bellamy Foster, bem como a ecologia radical feminista de Carolyn Merchant. A proposta do Ecologismo dos Pobres, de Joan Martínez-Alier (1992), e a proposta latino-americana à crise socioambiental do *buen vivir* (Le Quang e Vercoutère, 2013) ajudaram a tornar a corrente ecossocialista mais sensível à forma de luta de movimentos agrários e indígenas no contexto neocolonialista em que o mundo é organizado, apesar de nem sempre expressar explicitamente argumentos ecologistas.

Os pensamentos de feministas socialistas tais como Mary Mellor e Ariel Salleh contribuíram igualmente para enriquecer a corrente. Mary Mellor argumentou a favor de um socialismo tanto verde como feminista no seu livro *Quebrar as fronteiras* (Mellor, 1992), onde alerta que será impossível construir uma teoria e prática revolucionárias que juntem o ecossocialismo e o feminismo enquanto a análise económica continuar a ver as mulheres e a natureza como objectos e não sujeitos. Ariel Salleh, uma das subscritoras do primeiro manifesto ecossocialista, tem sido instrumental em gerar diálogo entre proponentes do ecossocialismo e do ecofeminismo. Já em 1992 publica um texto que coloca estas duas correntes em paralelo, destacando suas complementaridades e afirmando que um ecossocialismo coerente precisa de incluir uma análise ecofeminista (Salleh, 1992). Salleh dialoga com o texto de Daniel Faber e James O'Connor (1988) para assinalar as ideias em comum, em particular a desconstrução da natureza reificada e a necessidade de lutar contra as condições hegemónicas de dentro, bem como as ideias que ainda separam um ecossocialismo masculinizado do ecofeminismo: na desconsideração das mulheres no contributo teórico bem como activista, na sua exclusão das classes (excessivo foco na classe assalariada), e ainda na redução do ecofeminismo a uma luta romântica de superioridade do corpo sobre a mente. No entanto, apesar de hoje o ecofeminismo ser incluído nas escolas que informam e formam o ecossocialismo, muitos contributos válidos de ecofeministas pioneiras foram e continuam a ser marginalizados. É exemplo desse esquecimento colectivo o trabalho exemplar da Vandana Shiva, cujo livro *Democracia da Terra* (Shiva, 2005) elenca propostas para um mundo ecossocialista baseado no conceito da soberania alimentar e numa cosmovisão não ocidental que rejeita categoricamente a exploração da natureza (e todos os seus seres vivos, incluindo seres humanos, em particular as mulheres, guardiãs de conhecimentos e aptidões que

fomentam a soberania alimentar). E se hoje a análise social crítica inspirada em Karl Marx contempla tanto a ecologia como o estatuto das mulheres, o próprio Marx tinha negligenciado a luta feminista, considerando que “a revolução proletária solucionaria automaticamente a insubordinação feminina injusta” (Puleo, 2015).

Na viragem do século XX para XXI o ecossocialismo dá um salto global. Após a publicação em 1990 do texto *Por uma alternativa verde em Europa – Manifesto ecosocialista* (Antunes *et al.*, 1990), a corrente política A Quarta Internacional, presente em vários países, adopta em 2001 uma resolução ecosocialista e, no mesmo ano, dois investigadores assumidamente ecossocialistas, Joel Kovel e Michael Löwy, publicam *An Ecosocialist Manifesto* (Kovel e Löwy, 2001). Amplamente discutido, o manifesto inspirou a fundação da Rede Ecossocialista Internacional e teve continuidade nas declarações ecossocialistas globais de Belém⁷ em 2007 e de Lima⁸ em 2014. A nível europeu, o movimento ecossocialista viu a sua expressão numa série de encontros organizados entre 2014 e 2018, o último dos quais inspirou o presente número temático.

O ecossocialismo não se limita à mobilização na América do Norte e Europa; na América Latina o tema também recolhe entusiasmo, debate e engajamento. Para Löwy (2012: 14), o brasileiro Chico Mendes é um grande precursor do ecossocialismo sul-americano, “um socialista confesso e convicto, e ecológico”, que organizou a Aliança dos Povos da Floresta para defender a Amazónia como um bem comum não só de uma nação, mas de toda a humanidade. Depois de Chico Mendes e já no início do século XXI, podemos observar na América Latina (com repercussões noutras regiões do Sul global) uma convergência forte e inesperada entre movimentos indígenas, camponeses, ecologistas, feministas e sindicais, que reagem ao capitalismo selvagem e violento que destrói as suas terras, empregos e até vidas – uma das quais a do próprio Chico Mendes (Rodrigues, 2015).

Existe outra motivação para o interesse no pensamento ecossocialista no Sul global: uma das constatações que segundo Löwy (*apud* Rodrigues, 2015: 72) alimenta a corrente é o facto do capitalismo se manter e até se alimentar da crescente desigualdade entre países do Norte e Sul globais. Se fosse permitido aos países do Sul suprir o fosso consumista entre os dois hemisférios e atingir o mesmo nível médio de consumo de recursos dos países do Norte, o planeta esgotaria as suas reservas num piscar de olhos. A segunda constatação do Löwy é que, apesar da preservação activa

⁷ Cf. <https://www.esquerda.net/dossier/declaracao-ecossocialista-de-belem/18657>. Consultado a 14.06.2021.

⁸ Cf. <http://ecosocialisthorizons.com/2014/10/the-lima-ecosocialist-declaration/>. Consultado a 14.06.2021.

da desigualdade, o capitalismo está a ameaçar seriamente as condições naturais que permitem a vida humana na Terra (*ibidem*: 73).

O reconhecimento mútuo da origem comum às crises ecológicas e sociais – a ávida procura do rápido retorno do capital – tem unido movimentos que até recentemente se desenvolveram paralelamente: as lutas ambientalistas, agrárias, indígenas e os movimentos sindicais e de classe (Rodrigues, 2015). Outra força que os une é a crescente violência do capitalismo e da classe capitalista. Chertkovskaya e Paulsson (2020: 405) explicam como “a violência é inerente e tem sido consistentemente encorajada pelo modo de produção capitalista”. Esta violência não se cinge apenas a corporações, mas pode ser perpetrada também por outras organizações que defendem o lucro e o crescimento económico, o que inclui Estados e instituições supranacionais (*ibidem*: 407). Pode ser exercida dentro da lei ou fora dela, pode ser indirecta mas também directa (quando corporações ou Estados organizam o assassinato de activistas ambientalistas). Pior ainda que as acções de violência, é o discurso que racionaliza, justifica, minimiza ou esconde esta violência, tornando-a sistémica. Este discurso reduz as vítimas da violência corporativa a “unidades” ou “custos” do “progresso” (*ibidem*).

O pensamento ecossocialista dissecar as crises socioeconómicas e socioecológicas da actualidade usando ferramentas analíticas muito mais radicais e críticas do que as que existem no debate convencional. Desta forma, desafia as escolas de pensamento dominantes na ciência ambiental, nomeadamente a da Modernização Ecológica e da Economia Ecológica, porque estas não reconhecem que a crise ambiental é estrutural para, e indissociável do, capitalismo (Borgnäs *et al.*, 2015: 5). A ciência e a política ecossocialistas pretendem ser transformadoras, procurando estratégias para quebrar a lógica do capital e a forma como ele se reproduz. Por exemplo, para John Bellamy Foster, o combate às alterações climáticas é a “luta a curto prazo”, enquanto o socialismo é o “movimento mais longo” (*apud* Borgnäs *et al.*, 2015: 196). A resposta ecossocialista suplanta os esforços para *esverdear* as actividades humanas e exige enfrentar em simultâneo os problemas sociais que são causados por estas actividades, tais como o desemprego, a pobreza, a fome, a exclusão e a continuada legitimação do patriarcado, racismo e xenofobia.

O ecossocialismo rejeita, por isso, as propostas tecnocratas da Economia Verde e Green New Deal, que pretendem resgatar o capitalismo da crise em que mergulhou, estancando as crises sociais, económicas, e ecológicas que provocou, sem alterar os princípios estruturantes do capitalismo neoliberal – como a acumulação capitalista, e a protecção do lucro e da propriedade privada, incluindo a propriedade de bens comuns. Através de uma crítica ecologista marxista do sistema capitalista, o ecossocialismo pretende constituir não só uma alternativa epistemológica como também uma alternativa utópica

“concreta” (Rodrigues, 2015). Para as/os ecossocialistas é impensável – até mesmo impossível e ilusório – reinventar o capitalismo para que seja ecológica e socialmente sustentável e justo (Löwy, 2012: 12). Considerar que se trata apenas de uma questão técnica é, no mínimo, uma postura naïve, para não dizer cínica. Diz Löwy (*ibidem*): “O desenvolvimento alternativo ao produtivismo e ao consumismo implica uma redução da produção e do consumo [...]”. Por outro lado, achar que basta socializar a economia traz ecos do fracasso de outras experiências, como a soviética, que não apresentou nenhuma alternativa ao modelo capitalista do ponto de vista ecológico. Esta versão de socialismo partilha o foco produtivista e a externalização dos custos com o capitalismo. Por este motivo, o ecossocialismo alimenta-se tanto da crítica da ecologia não-socialista como da do socialismo não-ecologista e propõe-se colocar em causa o próprio “paradigma da civilização capitalista ocidental, industrial, moderna” (Löwy, 2012: 14).

As pessoas que se identificam como ecossocialistas são regra geral críticas das correntes de pensamento e políticas ambientalistas que não são politizadas, que não consideram questões de classes, gênero, etnia, e outras tensões sociais, e que não vêem para além da preservação do ambiente – o biocentrismo do ecologismo profundo. Também excluem correntes que concentram os seus esforços em convencer Estados, e não o estado das coisas – como os Partidos Verdes. Adicionalmente rejeitam quem escolha “pensos rápidos em vez da cirurgia do sistema”, ou confie na tecnologia e nos mercados – como a Modernização Ecológica – ou ainda quem se refugie em soluções locais ou regionais que podem ser consideradas elitistas no sentido em que excluem outras regiões/pessoas (nesta categoria estão, por exemplo, os movimentos de transição, de ecoaldeias, e de biorregiões). Entre as correntes ecológicas do Norte global, o movimento do Decrescimento ainda é o que mais partilha dos valores e ideais do Ecossocialismo, apesar da divisão que existe no seio dos dois movimentos (nenhum dos quais pode ser considerado homogêneo) não ter permitido ainda uma afirmação comum. No entanto, muitas das propostas oferecidas pelos dois movimentos aproximam-nos. Estas estratégias variam desde um aproveitamento de instituições e funções existentes a transformações mais radicais, como a socialização dos meios de produção. Da mesma forma, as teorias mais radicais da ecologia política, em particular as que são oriundas da América Latina, partilham muitos dos mesmos fundamentos do ecossocialismo. A ecologia política “explora as relações de poder entre sociedade e natureza incorporadas nos interesses, instituições, conhecimentos e imaginários que tecem os mundos de vida das pessoas” (Leff, 2015: 29). Desta forma, a ecologia política prioriza, tal como o ecossocialismo, a análise do conflito social e das relações de poder e a reapropriação da natureza sobre a mera procura de políticas ambientais remediadoras.

Por fim, o ecofeminismo – que tal como o ecossocialismo é uma constelação de teorias com alguns valores-chave em comum mas divergências noutros – muito tem contribuído para tornar o ecossocialismo mais permeável às questões de género, do poder patriarcal, do trabalho invisível e da discriminação do trabalho do cuidado, e à necessidade de incluir os seres humanos na natureza (ao invés de idealizar a natureza como uma entidade distinta). O ecofeminismo demonstra também de forma crucial como a mulher é equiparada com a natureza e, tal como ela, explorada pelo sistema capitalista através do trabalho não remunerado, sem o qual a reprodução social não seria possível (e.g., Merchant, 1980; Salleh, 1992). Enquanto muitas/os das/dos pensadoras/es ecossocialistas (na sua maioria masculinos) tendem a idealizar a ideia da liberdade num mundo pós-capitalista, Mellor (2018) alerta que o fim do capitalismo vai significar mais – e não menos – trabalho, em particular manual, nomeadamente o trabalho actualmente muito feminizado. Pensadoras ecofeministas alter-globalistas chamam a atenção para a “práxis de ecofeminismo revolucionário” que nasce da “luta etnicizada e de género” que afecta em especial as mulheres do Sul global e está, reconhecidamente ou não, no coração do ecossocialismo (Brownhill e Turner, 2019).

Para além da análise social crítica, as pessoas proponentes do ecossocialismo debatem estratégias para superar a hegemonia do capital e recuperar o equilíbrio ecológico do planeta. Os objectivos base são “o resgate dos valores qualitativos e do valor de uso para a construção de uma igualdade social e a satisfação das necessidades de todos”, para além da “preservação da Natureza e equilíbrio ecológico” (Rodrigues, 2015: 74). Rodrigues (2015) passa de relance algumas das estratégias chave: o desenvolvimento de uma nova racionalidade económica ecológica; a auto-emancipação da/o oprimida/o; a denúncia como ferramenta de quebrar com o discurso dominante; o decrescimento da produção; bem como acções concretas, entre elas: a propriedade colectiva dos meios de produção e o planeamento participativo das actividades humanas; o direito a um rendimento incondicional; o fim à especulação com dinheiro; a protecção do bem comum; e a instauração do conceito do ‘usufruto’ em oposição à propriedade privada. Mellor (2018) complementa com uma revisão do estado providência para evitar continuar com a desvalorização do trabalho do cuidado e a mercantilização do trabalho que produz produtos materiais. Na sua visão, as áreas ditas sociais deveriam ser incluídas numa economia pública-social que assegura subsistência a todas as pessoas. Quanto às ecofeministas do Sul Global, estas gostariam de ver um “ecossocialismo ecofeminista”, que definem como “uma economia política global, horizontal, descolonizada, e orientada para a subsistência e para o bem comum” (Brownhill e Turner, 2019). Conforme imaginada, esta alternativa é levada a cabo por alianças entre as pessoas exploradas, com as mulheres na vanguarda.

As pessoas envolvidas no movimento ecossocialista têm consciência da ambição da sua *utopia concreta*. Por esse motivo, o poeta engajado Jorge Riechmann, ainda nos anos 1990, apelava à união de todos os movimentos sociais emancipadores na construção de uma nova civilização mais humana e mais ecológica:

Este proyecto no es capaz de renunciar a ninguno de los colores del arcoiris: ni al rojo del movimiento obrero anticapitalista e igualitario, ni al violeta de las luchas por la liberación de la mujer, ni al blanco de los movimientos no violentos por la paz, ni al anti-autoritario negro de los libertarios y anarquistas, y mucho menos al verde de la lucha por una humanidad justa y libre sobre un planeta habitable. (Riechmann, 1996: 57)⁹

Concluimos esta visita às origens e manifestações do ecossocialismo com o aviso de um dos seus grandes teóricos, Löwy (2013): é perigoso simplesmente assumir que todas estas crises que vivemos anunciam o fim do capitalismo. Para ilustrar isso, Löwy (*ibidem*: 79) lembra Walter Benjamin, que já nos anos 1930 proclamava que “o capitalismo nunca vai morrer de morte natural”. Assim, por exemplo, a exploração da natureza não acabará com o fim do petróleo: os seres humanos encontrarão novas fontes de energia, que levantarão os mesmos problemas das actuais. Um sistema socioeconómico que transforma tudo – incluindo os próprios seres humanos – em mercadoria, e que sabe que apenas sobreviverá se continuar a expandir a produção e a acumular os lucros, continuará a mobilizar tudo e todas/os para subsistir e tornar-se-á cada vez mais disposto a usar a violência para essa concretização.

ORGANIZAÇÃO DO NÚMERO: TEXTOS QUE “VOAM LONGE”

A indignação apaixonada faz parte do conteúdo de cada um dos artigos neste número, que individualmente e no seu conjunto tentam ser um “andarilho da utopia”,¹⁰ que voa longe, tentando ser acessível e chegar ao maior número de pessoas, contribuindo para expandir e fortalecer a resistência sobre realidades indesejadas e as suas possibilidades de transformação colectiva.

O número reúne variados contributos que surgiram de discussões e aprofundamento temático sobre o campo teórico-metodológico e as resistências do ecossocialismo. É composto por sete artigos científicos e seis textos na secção @cetera, um dos quais uma recensão crítica.

⁹ Língua original mantida por opção nossa por se tratar de um texto poético.

¹⁰ Título de um programa produzido em 1998 pela Rádio Nederland (Wereldomroep, Holanda) com apoio da Universidade de São Paulo e do Instituto Paulo Freire.

O artigo de Stefania Barca combina o materialismo histórico e o ecofeminismo para desconstruir a narrativa da crise ecológica planetária como um problema da eficiência de uso de recursos e para apresentar uma proposta teórica ancorada no ecofeminismo socialista/materialista como potenciador de ferramentas poderosas para construir um horizonte de mudança ecossocialista. A autora lança uma discussão que procura colocar as “forças da produção” (ciência, tecnologia e indústria) e as “forças da reprodução” humanas e não-humanas (subsistência, reprodução, regeneração, restauração e cuidado) como agências históricas do progresso e bem-estar e formas de trabalho diferentes e complementares que suportam a vida e são centrais para uma mudança necessária. Aposta na superação do dualismo produção/reprodução, em que a segunda é vista como parte do campo feminino em oposição ao masculino, e numa aliança entre subjectividades e movimentos que se opõem à modernidade colonial, capitalista, classista, especista e hétero-normativa.

Colin Robineau realiza uma discussão convocando a sociologia disposicional e a sociologia da acção colectiva para discutir as formas de pensar e agir dos movimentos sociais com o objectivo de resolver a crise ecológica. Por um lado, constata a radicalização de alguns militantes ambientais e, por outro, a cedência de militantes radicais à economia verde. Através de bases teóricas e metodológicas, discute o “ambientalismo radical”, nas suas motivações, na sua lógica e nos seus propósitos como parte da construção de um projecto ecossocialista, visto como uma convergência das lutas sociais e ecológicas, que desafia a ordem estabelecida e abre horizontes políticos alternativos.

Oriol Batalla escolhe debater as contradições de um capitalismo verde através de um prisma invulgar: em oposição à heurística sociopolítica cada vez mais popular do Antropoceno, o autor propõe a narrativa do Necroceno. Argumenta que o capitalismo verde é apenas uma ramificação da práxis neoliberal de continuar com o *business as usual*, porque não enfrenta os verdadeiros perigos colocados pelo capitalismo existente, intrinsecamente ligados à desigualdade, exploração, morte e extinção. Qualquer proposta de capitalismo verde é condenada ao fracasso, porque o mundo capitalista está organizado em torno da reprodução da desigualdade, num ciclo interminável de produção e consumo (na versão verde de produtos ditos sustentáveis), que se apresenta como a única realidade possível. O autor apresenta a proposta política Green New Deal como exemplo da impossibilidade de compatibilizar o capitalismo com a ecologia e justiça, desmontando as suas promessas, e usa o conceito de racionalidade ecológica para traçar um caminho com o intuito de escapar à hegemonia capitalista e convocar a era do Eleuterioceno.

Iñaki Barcena Hinojal traz-nos um exercício de reflexão sobre os vínculos e alianças entre três movimentos sociais – sindicalismo, ecologismo/ambientalismo e feminismo – a partir da experiência basca. Apoiando-se na revisão da história dos três movimentos no País Basco, nas observações participativas em acções e debates, bem como na realização de entrevistas, o autor traz à discussão algumas das problemáticas político-sociais da corrente híbrida “ecossocialismo feminista” basco. O autor observa ainda novas ferramentas que unem e dão estrutura aos movimentos, como o conceito ecofeminista da “cidadania” (cuidados+cidadania), que já entrou na agenda dos movimentos sindicalistas bem como dos ecologistas, mas também a necessidade de defender o bem comum, o imperativo da transição justa e sustentável, o direito ao trabalho digno, entre outros. Conclui com um apelo à urgência da união dos movimentos activistas na ideologia integradora ecossocialista feminista face ao assalto continuado do capitalismo neoliberal à própria civilização, à vida, à justiça e com um apelo à defesa da Mãe Terra.

Giovanna Micarelli apresenta uma discussão nos campos da soberania alimentar e do direito à alimentação, através do trabalho em/com algumas comunidades indígenas em quatro regiões da Colômbia. A autora faz uma revisão da literatura das transformações recentes sofridas pelo conceito de soberania alimentar, colocando-as em diálogo com as ontologias indígenas – que são trazidas pelo trabalho etnográfico e auto-etnográfico, práticas alimentares, conversas, entrevistas e recolha de histórias de vida de académicas/os e investigadoras/os indígenas. Os questionamentos emergentes dialogam ainda com o campo dos direitos que colocam em causa a modernidade ocidental dominante.

Ellen Monielle do Vale Silva e Fernanda Caroline Alves Bezerra de Melo trazem uma análise da literatura sobre como as mulheres sofrem e agem no que respeita às mudanças climáticas na África Meridional. Através das abordagens da Teoria Verde e do Ecofeminismo, as autoras propõem um questionamento das estruturas patriarcais e neocoloniais ainda presentes no continente africano. Discutem ainda acerca das preocupações com questões de justiça, direitos, cidadania e meio ambiente, fazendo uma análise mais ampla sobre as causas, os efeitos e os impactos das mudanças climáticas, a fim de observar novas possibilidades em relação à complexidade dos sistemas socioeconómicos de desenvolvimento actuais. A mulher da região meridional de África é a principal representante na linha de frente da batalha pela sustentabilidade ecológica, o que a torna a porta-voz substancial das suas comunidades. Por outro lado, é também a mulher que mais sofre com a desigualdade de género no âmbito socioeconómico, intensificada pelos impactos ambientais na região, tornando-se o principal grupo afectado.

O artigo de Carmen Rejane Flores e Diana María Peña discute a divisão sexual do trabalho no modelo agro-industrial para exportação como condição histórica da América Latina e o fornecimento de *commodities* agrícolas para o mercado internacional, no período 1984-2015. Dois contextos gerais são discutidos: a floricultura na Colômbia e o agronegócio da soja no Brasil, através da teoria neomarxista (regimes alimentares, reprodução social e abordagens ecoterritoriais), focando-se no trabalho das mulheres, nos mecanismos utilizados pelo capital para incorporar os valores produzidos pelo campesinato em seus circuitos de acumulação e nas estratégias de permanência digna nos territórios camponeses.

Tratando-se de um tema onde a academia e os movimentos associativos, a teoria e a prática, o estudo e a luta se encontram fortemente associados, este número da *e-cadernos CES* inclui ainda uma secção @cetera dedicada a estas diferentes dimensões. Os seis textos que integram a secção oferecem-nos perspectivas, experiências e leituras que expandem a reflexão sobre os actuais modelos de desenvolvimento socioeconómicos e os diferentes impactos sobre o ambiente, a humanidade e as espécies não-humanas.

A secção abre com um ensaio de Pedro Miguel Cardoso, que nos dá uma contextualização dos paradoxos e limitações do capitalismo quando se confronta com questões ecológicas. O autor começa por descrever sucintamente o cenário alarmante de degradação ecológica do planeta, identificando como causa principal o sistema capitalista dominante e a extracção e exploração dos recursos naturais que este promove. Percorrendo diferentes correntes teóricas, confronta o conceito de capitalismo “verde” com os imperativos de mercantilização, crescimento, lucro e acumulação subjacentes ao sistema capitalista (bem como a sistemas socialistas produtivistas). Ao ter de satisfazer estes imperativos – e apesar do optimismo de algumas correntes verdes que crêem poder regulamentar e desmaterializar a economia ou aplicar panaceias tecnológicas milagrosas –, o sistema produtivo não tem como evitar entrar em colisão com a sustentabilidade ecológica a médio ou longo prazo. O autor conclui com um alerta para estas contradições inultrapassáveis do capitalismo, seja ele “verde” ou não, obrigando-nos a pensar num outro sistema, alternativo, a partir de um diálogo entre perspectivas ecossocialistas e de decrescimento.

Os três textos seguintes enraízam-se directamente nos Encontros que serviram de mote para a organização deste número, os IV Encontros Internacionais Ecosocialistas. Deste modo, Sinan Eden, que integrou a comissão organizadora dos Encontros, faz um resumo dos objectivos e contribuições destes Encontros, que se afirmam como um projecto fundamental na luta pela justiça climática. O seu texto apresenta uma descrição do processo de organização de um evento que tem como particularidade proporcionar

um espaço de diálogo entre as pessoas ligadas ao meio académico e as envolvidas com movimentos activistas, organizações e colectivos de diferentes países. Ao identificar o capitalismo como causa da crise climática, os Encontros actuam como catalisadores de uma discussão pública sobre esta relação e sobre alternativas possíveis.

A partir da perspectiva crítica da participação logística da Associação Caldeira Negra nos IV Encontros Internacionais Ecosocialistas, Joana Fernandes, co-fundadora daquela Associação, oferece outra visão deste evento. Por meio do conceito-chave pelo qual esta Associação se rege – a ecossolidariedade – a Caldeira Negra põe em prática o ecosocialismo na cadeia alimentar que dinamiza. Conforme apresentado pela autora, a ecossolidariedade é o “apoio mútuo baseado na justiça social e no respeito pelos ecossistemas nos quais os humanos (enquanto animais) se inserem e dos quais dependem”. Esta visão do mundo é concretizada na promoção da agricultura solidária e de proximidade, em consonância com a premissa de que as escolhas alimentares são escolhas políticas, com impactos sociais e ambientais merecedores de reflexão e acção. A autora identifica alguns argumentos transdisciplinares e culturais que sustentam as opções da Associação e as inter-relações entre alimentação vegana e justiça social. Apresenta a preparação das refeições oferecidas a quem participou nos Encontros não apenas como um exemplo da forma de actuar da Associação, mas também como modelo de ecossolidariedade no sistema alimentar.

Aurora Santos, Cecília Fonseca e Sérgio Pedro trazem uma importante reflexão sobre sistemas agro-alimentares e sua relação com o ecosocialismo, construída tendo por base as suas experiências, o que foi discutido nas sessões dedicadas à economia política da comida e soberania alimentar (Eixo 1 dos Encontros) e as suas leituras de aspectos pouco presentes e/ou ausentes nestas discussões. O texto entrelaça as diferentes dimensões do alimento e da alimentação, enquadrando de igual forma este debate no contexto dos Direitos Humanos, face aos impactos do modelo capitalista sobre a diversidade de sistemas agro-alimentares, tecendo críticas aos sistemas intensivos de produção de alimentos. Deixam o apelo à resistência a estes modelos capitalistas, assentes na acumulação e exploração, e à relevância no apoio aos movimentos alternativos, assentes na cooperação social e respeito pelos ritmos ecológicos.

Através da história de três mulheres cientistas, Irina Castro e Rita Serra discutem o conceito de dissidência política e o contributo fundamental de uma visão feminista para a proposta ecosocialista. As autoras situam a sua reflexão no novo feminismo materialista, apresentando argumentos da sua força para resgatar pessoas e processos invisibilizados numa ciência ainda dominada por estruturas patriarcais e muitas vezes subordinada aos interesses do capital. Vêm assim a dissidência científica, e em

particular a feminina, como uma alternativa crítica capaz de contribuir para a nova estrutura tecnológica das forças produtivas e para uma narrativa histórica e contemporânea da ciência mais representativa, espelhando a diversidade do que é ser-se cientista, dos métodos de construção de conhecimento e das concepções de ciência.

Finalizando a secção, João Camargo faz uma resenha ao livro *Towards a Political Economy of Degrowth*, organizado por Ekaterina Chertkovskaya, Alexander Paulsson e Stefania Barca, e publicado em 2019 pela editora Rowman & Littlefield. O autor destaca as contribuições do livro para os campos da teoria política, da sustentabilidade e da teoria dos movimentos sociais, apontando, no entanto, a ausência do diálogo entre as discussões centradas no decrescimento com as implicações das alterações climáticas nas crises económicas, sociais e ambientais. O decrescimento é, nas palavras do autor, um movimento essencialmente académico, e este livro oferece uma base para a construção de uma teoria sobre a qual se possam fortalecer os discursos, as práticas e as políticas do decrescimento.

Esperamos que os textos deste número contribuam para reflexões e acções que, tanto na academia quanto nos movimentos sociais, possam conduzir a uma verdadeira alternativa ao modo capitalista de produção e de consumo, que assenta na exploração do trabalho e na destruição ecológica. Tendo sido co-produzido durante um período longo e particularmente conturbado da história recente, a pandemia de COVID-19, é nosso desejo que este conjunto de perspectivas teórico-práticas e de experiências consiga inspirar uma transformação social a partir de um outro pensamento para uma sociedade pós-capitalista.

Revisto por Ana Sofia Veloso

LANKA HORSTINK

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Av. Professor Aníbal de Bettencourt 9, 1600-189 Lisboa, Portugal
Contacto: lanka.horstink@ics.ulisboa.pt

LÚCIA FERNANDES

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: luciaof@ces.uc.pt

RITA CAMPOS

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: ritacampos@ces.uc.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, Carlos; Juquin, Pierre; Kemp, Penny; Stengers, Isabelle; Telkämper, Wilfried; Otto Wolf, Frieder (1990), "Por una alternativa verde en Europa – Manifiesto ecosocialista", *Mientras Tanto*, 41, 59-171. Tradução de Santiago Jórdan, Jorge Riechmann, Joaquim Sempere, Enric Tello. Consultado a 02.06.2021, em https://www.jstor.org/stable/27819829?seq=1#metadata_info_tab_contents.
- Barca, Stefania (2020a), *Forces of Reproduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barca, Stefania (2020b), "Forças de reprodução. O ecofeminismo socialista e a luta para desfazer o Antropoceno", *e-cadernos CES*, 34. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.5448>.
- Barcena, Iñaki (2020), "Lila, rojo y verde juntos. Debates y prácticas ecosocialistas feministas en Euskal Herria (1990-2020)", *e-cadernos CES*, 34. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.5590>.
- Bookchin, Murray (2002), "The Communalist Project", *Communalism: International Journal for a Rational Society*, 2(novembro). Consultado a 02.06.2021, em <https://theanarchistlibrary.org/library/murray-bookchin-the-communalist-project>.
- Borgnäs, Kajsa; Eskelinen, Teppo; Perkiö, Johanna; Warlenius, Rikard (orgs.) (2015), *The Politics of Ecosocialism: Transforming Welfare*. London: Routledge.
- Brownhill, Terisa; Turner, Leigh (2019), "Ecofeminism at the Heart of Ecosocialism", *Capitalism Nature Socialism*, 30(1), 1-10.
- Chattopadhyay, Sutapa; Gahman, Levi; Watson, Judith (2018), "Ecosocialist Pedagogies: Introduction", *Capitalism Nature Socialism*, 30(1), 26-30.
- Chertkovskaya, Ekaterina; Paulsson, Alexander (2020), "Countering Corporate Violence: Degrowth, Ecosocialism and Organising beyond the Destructive Forces of Capitalism", *Organization*, 28(3), 405-425.
- Eden, Sinan (org.) (2019), "Relatório final dos IV Encontros Internacionais Ecosocialistas – Alerta vermelho, alerta verde: dar forma à transformação ecosocialista". Consultado a 02.06.2021, em <https://www.climaximo.pt/2019/04/24/iv-encontros-internacionais-ecosocialistas-relatorio-final/>.
- Faber, Daniel; O'Connor, James (1988), "The Struggle for Nature: Environmental Crises and The Crisis of Environmentalism in The United States", *Capitalism Nature Socialism*, 1(2), 12-39.
- Federici, Silvia (2019), *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante.
- Global Witness (2020), "Defending Tomorrow - The Climate Crisis and Threats against Land and Environmental Defenders". Consultado a 02.06.2021, em <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defending-tomorrow>.
- Kovel, Joel; Löwy, Michael (2001), "An Ecosocialist Manifesto". Consultado a 02.06.2021, em <http://www.cnsjournal.org/about/an-ecosocialist-manifesto/>.
- Lawson, Max; Parvez Butt, Anam; Harvey, Rowan; Sarosi, Diana; Coffey, Clare; Piaget, Kim; Thekkudan, Julie (2020), "Unpaid and Underpaid Care Work and The Global Inequality

- Crisis, Oxfam Intermón”, *OXFAM International*, 20 de Janeiro. Consultado a 02.06.2021, em <https://www.oxfam.org/en/research/time-care>.
- Leff, Enrique (2015), “Political Ecology: A Latin American Perspective”, *Desenvolvimento e meio ambiente*, 35, 29-64.
- Le Quang, Matthieu; Vercoutère, Tamia (2013), *Ecosocialismo y Buen Vivir: diálogo entre dos alternativas al capitalismo*. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales.
- Löwy, Michael (2012), “Ecosocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista”, in Abong (org.), *Por um outro desenvolvimento*. São Paulo: Maxprint Editora e Gráfica Ltda., 7-16.
- Löwy, Michael (2013), “Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista”, *Caderno CRH*, 26(67), 79-86.
- Löwy, Michael (2015), *Ecosocialism: A Radical Alternative to Capitalist Catastrophe*. Chicago: Haymarket Books.
- Manifesto dos IV Encontros Internacionais Ecosocialistas (2018), *IV Encontros Internacionais Ecosocialistas – Manifesto*, Lisboa, Portugal. Consultado a 02.06.2021, em <https://www.climaximo.pt/2018/10/10/iv-encontros-internacionais-ecossocialistas/>.
- Martínez-Alier, Joan (1992), “América Latina. El ecologismo de los pobres”, *Revista Envío*, 125. Consultado a 15.06.2021, em <https://www.envio.org.ni/articulo/718>.
- McCallum, Malcolm (2015), “Vertebrate Biodiversity Losses Point to a Sixth Mass Extinction”, *Biodiversity and Conservation*, 24(10), 2497-2519.
- Mellor, Mary (1992), *Breaking the Boundaries: Towards a Feminist, Green Socialism*. London: Virago.
- Mellor, Mary (2018), “Contribution to GTI Roundtable Do Red and Green Mix? An Exchange on The Essay Why Ecosocialism: For a Red-Green Future”, Great Transition Initiative, dezembro. Consultado a 15.06.2021, em <https://greattransition.org/roundtable/ecosocialism-mary-mellor>.
- Merchant, Carolyn (1980), *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. USA: Harper & Row.
- Puleo, Alicia (2015), “El ecofeminismo y sus compañeros de ruta. Cinco claves para una relación positiva con el ecologismo, el ecosocialismo y el decrecimiento”, in Alicia Puleo (org.), *Ecología y género en diálogo interdisciplinar*. Madrid: Plaza y Valdés Editores, 387-406.
- Riechmann, Jorge (1996), “El socialismo puede llegar sólo en bicicleta”, *Papeles de la Fundación de Investigaciones Marxistas*, 6. Consultado a 02.06.2021, em http://www.fim.org.es/02_02.php?id_publicacion=109.
- Rittel, Horst W.; Webber, Melvin M. (1973), “Dilemmas in a General Theory of Planning”, *Policy Sciences*, 4(2), 155-169.
- Rodrigues, Arlindo Manuel Esteves (2015), *Ecosocialismo: uma utopia concreta. Estudo das correntes ecosocialistas na França e no Brasil*. Tese de doutoramento apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Salleh, Ariel (1992), "Ecosocialismo – Ecofeminismo", *Ecología Política*, 2, 89-92.

Shiva, Vandana (2005), *Earth Democracy: Justice, Sustainability, and Peace*. Cambridge, USA: South End Press.

STEFANIA BARCA

FORÇAS DE REPRODUÇÃO. O ECOFEMINISMO SOCIALISTA E A LUTA PARA DESFAZER O ANTROPOCENO*

Resumo: O artigo parte do pressuposto de que a crise ecológica planetária (o chamado Antropoceno) está relacionada com um rearranjo radical das interações entre a sociedade e a biosfera, gerado pela modernidade capitalista/industrial. Esta última considera as “forças de produção” (ciência e tecnologia industrial) como o principal fator de progresso e bem-estar, ao mesmo tempo que considera a reprodução (tanto humana como não-humana) enquanto um instrumento passivo para a produção e a expansão infinita do Produto Interno Bruto. Neste artigo argumenta-se que uma política ecossocialista necessita, ao invés, de reconhecer a relevância das “forças de reprodução” – entendidas enquanto trabalho de subsistência, reprodução, regeneração, restauração e cuidado. Fundamenta-se o argumento numa abordagem que integra materialismo histórico e pensamento ecofeminista, e que oferece ferramentas teóricas para desfazer o Antropoceno e construir uma alternativa ecossocialista.

Palavras-chave: cuidado da Terra, forças de (re)produção, heteropatriarcado, modernização ecológica, trabalho.

FORCES OF REPRODUCTION. SOCIALIST ECOFEMINISM AND THE STRUGGLE TO UNDO THE ANTHROPOCENE

Abstract: The article assumes that the planetary ecological crisis (the so-called Anthropocene) is related to a radical rearrangement of interactions between society and the biosphere, generated by capitalist/industrial modernity. The latter considers the “productive forces” (industrial science and technology) as the main factor of progress and well-being, while considering reproduction (both human and non-human) as a passive instrument for production towards the unlimited expansion of Gross Domestic Product. The article argues that an ecosocialist politics needs, on the contrary, to recognize the relevance of the “forces of reproduction” – understood as the work of subsistence, reproduction, regeneration, restoration and care. The argument is based on an approach that intersects historical materialism and ecofeminist thinking, offering theoretical tools to undo the Anthropocene and build an ecosocialist alternative.

Keywords: earthcare, ecological modernization, forces of (re)production, heteropatriarchy, labour.

* Este artigo inclui a reprodução de trechos traduzidos do livro *Forces of Reproduction* (Barca, 2020), apresentando uma síntese do mesmo em língua portuguesa. O trabalho de escrita e revisão do texto recebeu financiamentos do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto TROPO – Ontologias do Antropoceno em Portugal: movimentos sociais, políticas públicas e tecnologias emergentes, n.º 028362 (POCI-01-0145-FEDER-028362).

INTRODUÇÃO

Este artigo parte do pressuposto de que a crise ecológica planetária que o mundo está a atravessar (Rockström *et al.*, 2009) é o capítulo mais recente na história global do capitalismo. Esta crise está relacionada com um rearranjo radical das interações entre a sociedade e a biosfera – ou metabolismo social – gerado pela modernidade capitalista/industrial. Através desta expressão, refiro-me a um tipo específico de modernidade: a que considera as forças de produção (ciência e tecnologia industrial) como o principal fator de progresso e bem-estar, ao mesmo tempo que considera a reprodução (tanto humana como não-humana) enquanto um instrumento passivo para a produção e a expansão infinita do Produto Interno Bruto (PIB). Este paradigma considera tanto a Terra como o trabalho de cuidado enquanto recursos necessários para serem apropriados e mantidos tão baratos e eficientes quanto possível (Barca, 2020; Federici, 2009; Moore, 2015).

Emergida no seio da história do capitalismo, a modernidade industrial tem sido subsequentemente assumida como modelo universal e mantida por regimes socialistas estatais em diferentes contextos geográficos e históricos. Variedades capitalistas e socialistas/estatais da modernidade industrial partilham uma visão da riqueza centrada no PIB, assentando na premissa da necessária aceleração do metabolismo social. Também partilham uma tendência para encarar a crise ecológica como um problema associado à eficiência do uso de recursos, que deve ser resolvido através de uma *ecologização* das forças de produção, i.e., a modernização ecológica. De forma a representar uma verdadeira alternativa a formas capitalistas e socialistas do metabolismo social, argumento que o movimento ecossocialista não pode simplesmente defender uma modernização ecológica planeada de forma central (ao invés de através dos mercados), orientada em torno de uma complementaridade entre eficiência ecológica e redistribuição da riqueza; precisa, sim, de colocar a *reprodução* no centro da economia política, libertando-a da sua posição subordinada e instrumental em relação à produção. Por outras palavras, o ecossocialismo precisa de se libertar do paradigma de modernização ecológica, enveredando por uma revolução ecológica baseada numa redução drástica do metabolismo social global, a ser atingida através de uma profunda reorganização das relações entre produção, reprodução e ecologia (Barca, 2019; Merchant, 2010).

A minha proposta teórica é uma interseção crítica entre materialismo histórico e ecofeminismo (Salleh, 2017), ambicionando atribuir visibilidade às “forças de reprodução” (Mellor, 1996), sua agência material e potencialidade política. Nesta perspetiva, a crise ecológica é vista enquanto uma consequência de profundas desigualdades que a modernidade capitalista/industrial criou através da atribuição de

valor diferenciado, de forma que certos tipos de trabalho, vidas, locais e até espécies podem ser sacrificadas para a obtenção de lucro e/ou crescimento do PIB. A partir de meados dos anos 1980, o ecofeminismo materialista¹ (ou socialista) teorizou que a degradação da natureza é uma consequência da subvalorização do trabalho de subsistência, reprodução, regeneração, restauração e cuidado. Esta tradição de pensamento e praxis é central para contemplar a possibilidade de um verdadeiro “bem viver”, alternativo ao proposto pela modernidade capitalista/industrial.

De modo a desenvolver este argumento, o artigo divide-se em dois momentos: no primeiro irá desconstruir a narrativa hegemónica da modernidade capitalista/industrial a partir de uma perspetiva ecofeminista; no segundo irá providenciar uma análise detalhada do pensamento ecofeminista socialista, argumentando que este último oferece ferramentas poderosas para construir um horizonte ecossocialista.

ANTROPOCENO: UMA NARRATIVA HEGEMÓNICA

Desde o início do século XXI que o conceito de Antropoceno, proposto para indicar a época das alterações climáticas antropogénicas (Crutzen e Stoermer, 2000), tem gerado uma metanarrativa de crise ecológica e de soluções tecno-económicas que se têm tornado dominantes no discurso de governação global. Isto não representa uma narrativa fundamentalmente nova, mas sim um novo capítulo no discurso hegemónico do crescimento económico moderno, i.e., uma narrativa prometeica que celebra o crescimento da economia para além dos limites biofísicos, graças ao uso dos combustíveis fósseis (Barca, 2011). Considerado enquanto uma incontestável conquista da humanidade, o crescimento económico é atribuído ao engenho branco-masculino europeu que, por este meio, se tem traduzido numa supremacia planetária. Na sua visão do Antropoceno, a narrativa do crescimento económico moderno reconhece a necessidade de contenção dentro das chamadas fronteiras planetárias; no entanto, também argumenta que os mecanismos de mercado e as tecnologias, se combinados de forma correta, podem assegurar o crescimento económico contínuo dentro dos limites ecológicos. Isto é – na sua verdadeira essência – o paradigma do crescimento verde. Centrada nos poderes tanto de destruição quanto de salvação das “forças de produção”, esta narrativa é consistente com a altamente contestada (mas ainda dominante) teoria da Modernização Ecológica (Spaargaren e Mol, 1992).

Argumento que, ao longo das últimas três décadas, esta visão tem sido representada enquanto uma oportunidade também para as organizações laborais, e a

¹ Este termo é utilizado aqui no seu sentido clássico – pertencente à esfera económica/do trabalho e das relações sociais de (re)produção –, e não no sentido atribuído ao termo pela mais recente literatura do feminismo material – pertencente à esfera ontológica.

Esquerda em geral, para sonharem acerca de uma “transição justa” para além da economia fóssil e dos trabalhos sujos, sem sacrificar os níveis de empregabilidade (Barca, 2019). Há dois problemas fundamentais com esta abordagem: por um lado, como o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC, 2019) e o Painel Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos (IPBES, 2019) têm claramente demonstrado, não obstante a implementação desta abordagem em acordos internacionais de governança ecológica nas últimas três décadas, a “modernização ecológica” não tem cumprido as suas promessas. Por outro lado, e de grande relevo também, de forma a garantir o crescimento constante do PIB, infraestruturas de energia limpa, como a energia solar e eólica – sem mencionar a hídrica – têm sido implementadas em larga escala, ignorando os direitos das comunidades locais, de outras espécies, e dos/as próprios/as trabalhadores/as (Temper e Gilbertson, 2015). Isto tem gerado um grande número de conflitos ambientais em todo o mundo, tanto em regimes neoliberais quanto socialistas – como amplamente documentado pelo Atlas de Justiça Ambiental.² Em suma: no modo orientado para o crescimento do PIB, as tecnologias verdes acabam frequentemente por não ser tão verdes assim. Para além disso, não substituem os trabalhos sujos: de facto, a mineração de carvão e as centrais a carvão têm reemergido um pouco por todo o mundo, e todos os tipos de novas fontes de energia fóssil (areias asfálticas, gás natural, petróleo ao largo da costa) vêm sendo explorados em larga escala.

Os estudos de justiça ambiental têm argumentado que as alterações climáticas afetam de forma desproporcional os indivíduos e regiões que menos têm contribuído historicamente em termos das emissões de CO₂ (Warlenius, 2015); as desigualdades também se refletem em diferentes níveis de exposição ambiental dentro de países ricos, onde as populações racializadas e de baixo rendimento, e os grupos mais vulneráveis dentro destas populações (como mulheres e crianças em particular), carregam os maiores fardos da degradação ambiental (Martínez-Alier, 2002). Assim: as desigualdades que caracterizam as mudanças climáticas e dos sistemas terrestres em todas as escalas exigem uma problematização das representações dominantes do Antropoceno enquanto era da subjetividade humana indiferenciada, comportando iguais responsabilidades para, e sofrendo iguais consequências de, mudanças ambientais globais (Malm e Hornborg, 2014; Moore, 2016; Pulido, 2018; Swyngedouw e Ernstson, 2018).

Partilhando com o ecomarxismo uma visão histórico-materialista da mudança ambiental, a ecologia política feminista introduz uma visão clara de como o Antropoceno

² Ver www.ejatlas.org. Consultado a 30.06.2021.

decorre das linhas entrelaçadas de opressão (classe, raça/colonial, sexo/gênero e espécie) que têm origem na convergência histórica do patriarcado com a modernidade capitalista/industrial (Barca, 2020; Giacomini, 2018). Nesta perspectiva, a narrativa hegemónica das alterações climáticas tem sido renomeada de forma provocatória como o *White (M)Anthropocene* (Di Chiro, 2017), i.e., que reproduz o *ethos* colonial do engenho do homem branco que visa dominar e refazer o mundo no seu próprio molde. Em outros termos, a supremacia patriarcal/colonial é agora reinventada enquanto a supremacia das “forças de produção” sobre as forças geológicas – como resposta à necessidade incontestável de dominação dos sistemas terrestres colocada em marcha pela industrialização (Gaard, 2015; Salleh, 2016). Como consequência, as soluções ecomodernistas atualmente oferecidas pela governação global climática e ambiental “dependem de muitas das soluções masculinistas e humanocêntricas que criaram esses mesmos problemas” (Grusin, 2017: ix, tradução da autora; ver também Gaard, 2015).

As críticas feministas do discurso do Antropoceno desenvolveram-se em larga medida no seguimento do trabalho da filósofa ambiental australiana Val Plumwood. Na sua obra fundamental *Feminism and the Mastery of Nature* (Plumwood, 1993), a autora argumentou que a raiz da atual crise ecológica era o que designava como o “modelo dominante” da racionalidade ocidental, definido pelas suas hierarquias dualistas. No pensamento ocidental, como a autora explica, conceitos do humano foram desenvolvidos através da sua semelhança a conceitos que definem a identidade masculina; o problema, no entanto, não é o sexo masculino como tal, nem a condição do ser humano, mas a forma como a cultura ocidental definiu a identidade humana em relação ao género e à natureza. A crítica de Plumwood do dualismo oferece um ponto chave da ligação entre o pensamento feminista e o ecológico. Ela define o dualismo como um sistema hierárquico de significação, que polariza diferenças existentes como se fossem dados naturais e separações irreconciliáveis – homem/mulher, corpo/mente, civilizado/selvagem, humanos/natureza – que “correspondem diretamente a e naturalizam opressões de género, classe, raça e espécie respetivamente” (*ibidem*: 43). Um lado é tomado como naturalmente dominante e primário, e outro é definido em relação a ele – em termos da ausência de qualidades. A dominação de um lado sobre o outro é, dessa forma, encarada como inerente da ordem das coisas. De acordo com Plumwood, no dualismo o poder forma a identidade, distorcendo ambos os lados, que são separados. Consequentemente, a resposta apropriada ao dualismo não é a reversão nem a fusão, ou a aniquilação da diferença, mas sim desafiar a polarização das identidades, reconstruindo a diferença ao longo de linhas não-hierárquicas. Por exemplo, rejeitar o dualismo entre humanos/natureza não significa reverter a relação como uma submissão total da humanidade à natureza, tal como defende a autora: “Não

temos de aceitar uma escolha entre tratar a ‘natureza’ como nossa escrava ou tratá-la como nossa patroa” (Plumwood, 1993: 37). De forma similar, a reconstrução da diferença feminina deve reconciliar-se com a “identidade combinada em que as identidades do colonizador e colonizado estão entrelaçadas” (*ibidem*: 67). Assim, tal como as mulheres ocidentais não são apenas colonizadas em relação ao género, mas são também colonizadoras em relação a outras identidades raciais, culturais e/ou de espécie, a reconstrução crítica da identidade feminina deve envolver uma crítica do modelo hegemónico do humano. É por isso que, argumenta Plumwood, o programa ecofeminista é altamente “integrador”, no sentido em que combina feminismos culturais, socialistas, negros e anticoloniais ao desafiar a estrutura dos dualismos interrelacionados que correspondem a várias formas de repressão, alienação e dominação.

Apesar de ter sido escrito no início dos anos 1990, *Feminism and the Mastery of Nature* continua a oferecer ferramentas fundamentais para analisar a crise ecológica planetária. Permite-nos ver o conceito hegemónico do Antropoceno como uma tentativa de expandir o modelo hegemónico da modernidade para a totalidade da espécie humana. Mais importante ainda, a crítica de Plumwood da modernidade hegemónica é um passo fundamental preliminar para uma procura de histórias alternativas que estão inscritas, mas invisíveis e escondidas, na época atual da presença humana na Terra. Como a autora escreveu:

O poder de realizar, colocar em prática e desenhar esta trama dominante tem estado nas mãos de uma pequena minoria da espécie humana e suas culturas. Podemos obter muita inspiração para novas e menos destrutivas estórias, para além da hegemónica, recorrendo a dimensões subordinadas e ignoradas da cultura ocidental, como as estórias de cuidado das mulheres. (Plumwood, 1993: 196)

Desvelar estas estórias alternativas – conclui Plumwood – é uma forma importante de atribuir visibilidade e contribuir para fortalecer estas racionalidades alternativas que contrastam com, ou simplesmente sobreviveram, ao modelo hegemónico, com o objetivo de “realinhar a razão” para além do dualismo e do controlo das elites e em torno de “formações sociais assentes na democracia radical, cooperação e mutualismo” (*ibidem*: 196).

Na esteira do trabalho fundacional de Plumwood, assim como do pensamento ecofeminista em geral, a narrativa hegemónica do Antropoceno parece incorporar o modelo hegemónico da humanidade, incluindo as suas enraizadas relações entre

opressões de sexo/gênero, racial/colonial, de classe e de espécies. A personagem central, o Antropos, é uma abstração baseada num sujeito histórico branco, masculino e heterossexual na posse da razão (equivalente à ciência, à tecnologia e ao direito) e dos meios de produção, cujas ferramentas mobiliza para extrair trabalho e valor de tudo aquilo que define enquanto Outro. Essa é, de facto, a sua missão civilizatória – que legitima todas as suas ações, incluindo as piores atrocidades. Em outros termos, o sujeito dessa narrativa dominante é o patrão (que Plumwood designa por *master*). Em oposição ao discurso oficial do Antropoceno, esta humanidade hegemónica não é uma espécie (i.e., um sujeito natural e a-histórico), mas um sistema de poder que combina relações materiais e simbólicas; para além disso, tem assumido diversas configurações ao longo do tempo e espaço, como resposta à resistência que tem encontrado do Outro. É por isso que o seu objetivo é a totalização: devorar o Outro – tanto humano como não-humano – para que não exista resistência que se oponha ao seu domínio.

Argumento que a narrativa do Antropoceno deve ser rejeitada: pela razão que, ao aceitarmos, estamos a subscrever a ideia de que a história chegou ao fim e que não devemos esperar mais resistência. Que o mundo é o que o patrão fez dele. Que os Outros não são sujeitos históricos com potencial revolucionário, que não têm qualquer força, qualquer poder para enfrentar o patrão, porque são de facto órgãos deste corpo universal que obedece a uma mente universal. Se aceitarmos que toda a humanidade é uma com o patrão, então a partir de onde poderíamos esperar que surgisse a mudança? O ideal do Antropoceno quer que acreditemos que o próprio patrão tem a capacidade de resolver a crise ecológica. Ele sugere que a natureza não-humana – ou melhor, uma versão reduzida dela, representada pela geologia e pelo clima – está agora a exercer agência histórica, opondo a sua força à do patrão. E que o patrão ou irá responder a essa força mudando a sua relação com o ambiente ou sucumbir. Essa ideia está errada – não devemos depositar nela a nossa esperança. Durante décadas o patrão soube que estava num sério perigo, mas não tem sido capaz de uma resposta eficaz. Está simplesmente a avançar ao longo do único caminho que conhece, defendendo-se com cada vez maior ferocidade contra aqueles que resistem. As nossas únicas esperanças estão, por isso, com a resistência.

No meu livro *Forces of Reproduction. Notes for a counter-hegemonic Anthropocene* (Barca, 2020), desenvolvo a hipótese de que a história consiste numa luta de sujeitos para-além-do-patrão para produzir vida, na sua autonomia face ao capital e na sua liberdade de expressão, uma luta que se opõe à expansão ilimitada da lei do patrão. Estes sujeitos para-além-do-patrão são as “forças de reprodução” – um conceito inspirado no pensamento ecofeminista socialista (Mellor, 1996). De uma forma não-sistemática, o conceito interseja criticamente duas tradições teóricas: o pensamento

ecofeminista e o materialismo histórico. Esta abordagem permite-nos ver que o principal ponto em comum entre os Outros não-patrões é uma noção genericamente definida, mas ainda assim persuasiva, do trabalho: de diferentes posições, e em diferentes formas, mulheres, escravos, proletários, animais e naturezas não-humanas, são mobilizados/as para trabalhar para o patrão. Têm de satisfazer as necessidades da sua vida, para que ele se possa dedicar a ocupações mais importantes. O patrão depende deles para a sua sobrevivência e saúde, mas esta dependência é constantemente negada e as forças de reprodução são representadas como meras sombras no pano de fundo da sua agência histórica.

No pensamento ocidental, o conceito de trabalho tem uma forte conotação de género: como Plumwood (1993: 25) argumentou, a identidade humana tem sido associada a conceitos de trabalho produtivo, sociabilidade e cultura, ou seja, por atividades desenvolvidas no espaço público, tradicionalmente restrito aos homens. Nesse sentido, podemos argumentar, a “humanidade” tem sido identificada por separação de formas supostamente inferiores de trabalho (como a reprodução e o cuidado) e de propriedade (os espaços do comum). A economia política capitalista definiu o trabalho reprodutivo como não-trabalho, i.e., uma atividade sem valor, apesar de socialmente necessário para suportar o patrão; e os comuns³ como desperdício, i.e., formas de valor ainda-não-realizado, para serem apropriados e melhorados pelo patrão. Nesta perspetiva, a verdadeira riqueza e emancipação humanas só poderiam advir da “casa-grande”,⁴ e a partir daí “fluir para baixo” (*trickle down*). Por consequência, uma nova e supostamente superior forma de produção, assente em desigualdades coloniais/raciais, de sexo/género, classe e espécies, ficou no cerne da modernidade capitalista, definindo-a na relação com modos não capitalistas de produção, e foi rapidamente universalizada enquanto modelo hegemónico.

A obra de Plumwood é verdadeiramente fundamental para uma crítica feminista do discurso do Antropoceno. No entanto, deve ser entendida como parte de uma tradição mais vasta de pensamento ecofeminista – a que tem associado, de forma sistemática, a crítica ecológica à do patriarcado.

TRABALHO E ECOLOGIA NO ECOFEMINISMO SOCIALISTA

O ecofeminismo socialista desenvolveu-se a partir do feminismo marxista: a partir dos anos 1970, este último tem mostrado como o capitalismo está profundamente entrelaçado com a apropriação do trabalho reprodutivo não remunerado (Bhattacharya,

³ Nota do tradutor: Aqui opto pela tradução literal da palavra *commons*.

⁴ Nota do tradutor: opto por traduzir *master's house* (no original) por casa-grande, referindo-me à casa senhorial rural construída no Brasil pelos colonizadores portugueses.

2017). Com base neste *corpus* teórico, algumas académicas e intelectuais públicas introduziram a natureza e a ecologia na equação. Refletindo acerca das profundas interconexões que se formaram entre o patriarcado, o capitalismo e a visão mecanicista da natureza na Europa moderna (Merchant, 1980), estas autoras/ativistas começaram a associar a desvalorização político-económica da reprodução à degradação ambiental, produzindo uma narrativa radicalmente nova da modernidade capitalista industrial.

Uma referência fundacional para o ecofeminismo materialista é o trabalho da socióloga alemã Maria Mies, particularmente o seu livro *Patriarchy and Accumulation on the World Scale* (Mies, 1986). Intervindo no debate sobre a relação entre patriarcado, capitalismo e colonialismo com base na obra da Rosa Luxemburgo, Mies argumentou que o feminismo tinha de ir para além da análise do trabalho reprodutivo nos países ocidentais, associando-o às condições materiais específicas de mulheres nas periferias do Sistema-mundo capitalista, de forma a identificar “as políticas contraditórias em relação às mulheres que eram, e ainda são, promovidas pelos militaristas, capitalistas, políticos e cientistas nos seus esforços em manter o modelo de crescimento a funcionar” (*ibidem*: 3). Em breve, Mies criou as bases para um ecosocialismo feminista pós-colonial, assente na rejeição do crescimento do PIB como uma medida universal de progresso (Barca, 2019; Gregoratti e Raphael, 2019).

Desenvolver esta perspetiva exigia o repensar “dos conceitos de natureza, de trabalho, de divisão sexual do trabalho, de família e de produtividade” (Mies, 1986: 45). Mies argumentou que a economia política conceptualizou o *trabalho* em oposição tanto à natureza como às mulheres, i.e., uma agência transcendente codificada de género masculino, moldando o mundo de uma forma ativa ao lhe atribuir valor. Consequentemente, a autora escreveu:

Todo o trabalho relacionado com a produção de vida, incluindo o trabalho de dar à luz uma criança, não é visto como a interação consciente de um ser humano com a natureza, mas como uma atividade da natureza, que produz plantas e animais de forma inconsciente e não tem controlo sobre este processo. (*ibidem*)

A separação e a superimposição do trabalho que gera valor sobre o trabalho que gera vida é uma abstração que leva a que as mulheres e o seu trabalho sejam “definidos como natureza” (Mies, 1986: 46). Pelo contrário, argumentou a autora, todo o trabalho que leva à produção de vida deve ser designado como *produtivo* “no sentido mais vasto de produzir valores de uso para a satisfação das necessidades humanas” (*ibidem*: 47).

O argumento geral de Mies é que a produção de vida, ou melhor, a produção de subsistência, desenvolvida principalmente de forma não remunerada por mulheres,

escravos, camponeses e outros sujeitos colonizados “constitui a base perene sobre a qual o ‘trabalho capitalista produtivo’ pode ser construído e explorado” (*ibidem*: 48). Não sendo compensado por um salário, a sua apropriação capitalista (ou “superexploração”, como conceptualizado pela autora) só poderia ser obtida – em última instância – através de violência ou de instituições coercivas. De facto, de acordo com Mies, a divisão sexual do trabalho não assentou nem sobre condicionantes puramente biológicas nem económicas, mas sim no monopólio masculino da violência (armada), que “constitui o poder político necessário para o estabelecimento de relações duradouras de exploração entre homens e mulheres, assim como entre diferentes classes e pessoas” (*ibidem*: 4). A partir do século XVI, a base para a acumulação de capital na Europa desenvolveu-se a par de um processo de conquista e exploração paralela das colónias e dos corpos femininos (nomeadamente com a caça às bruxas), e das suas capacidades produtivas. Apenas depois deste regime de acumulação ter sido estabelecido através de violência é que a industrialização poderia ter início. Com ela, “a ciência e a tecnologia tornam-se as principais ‘forças produtivas’ a partir das quais os homens se podem ‘emancipar’ da natureza, assim como das mulheres” (*ibidem*: 75). Ao mesmo tempo, argumentou Mies, as mulheres europeias de diferentes classes sociais (incluindo aquelas que participaram em colonatos) foram sujeitas a um processo de “domesticação”,⁵ i.e., foram gradualmente excluídas da economia política, considerada como o espaço público de progresso e construção de modernidade, e confinadas ao “ideal de mulher doméstica privatizada, preocupada com o ‘amor’ e o consumo e dependente de um homem a cargo do ‘ganha-pão’” (*ibidem*: 103).

O trabalho de Mies deve ser visto como parte de um esforço académico mais vasto para lançar as bases de uma narrativa ecofeminista da modernidade capitalista. Contudo, dois outros trabalhos fundadores devem ser mencionados como inspiradores do ecofeminismo socialista. Primeiro, o livro *Ecological Revolutions* de Carolyn Merchant (2010), que propunha uma abordagem de matriz marxista, ecológica e feminista para interpretar a história ambiental da região de New England, nos Estados Unidos, a partir da conquista colonial, colocando a ecologia (compreendida como uma natureza não-humana ativa e autónoma) no centro de três esferas de interação dinâmica: produção, reprodução e consciência. O segundo, mais conhecido no âmbito do ecofeminismo socialista, é o livro *Caliban and the Witch* de Silvia Federici (2004). Ativista e intelectual feminista marxista, mundialmente conhecida pelo seu envolvimento com o debate sobre o trabalho doméstico e a organização política nos anos 1970, Federici ofereceu um estudo aprofundado de como, na Europa do século XVII, o corpo

⁵ *Housewifization*, no original.

feminino foi transformado “num instrumento [...] para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de reprodução, funcionando de acordo com ritmos fora do controlo feminino” (Federici, 2009: 49). Esta nova divisão sexual do trabalho, argumentou, redefiniu os corpos proletários femininos como recursos naturais, uma espécie de comuns abertos à apropriação, ou “fechamento”, com o objetivo de melhorar a produtividade. Nasceu assim o patriarcado capitalista: devido à expulsão da terra (cercamentos agrários) e à exclusão do seu trabalho da esfera do mercado, ocorridas na mesma época, as mulheres perderam gradualmente o acesso a meios de subsistência e tornaram-se economicamente dependentes dos homens. Com um movimento semelhante àquele aplicado aos/às nativos/as nas colónias, as mulheres foram sub-humanizadas na lei, escravizadas na economia, e sujeitas a um terror genocida no direito, com a caça às bruxas. Juntamente com a colonização e a escravização globalizada, a guerra contra as mulheres foi, portanto, um passo substancial na emergência do Antropoceno, pois levou à supressão de formas autónomas de conhecimento da natureza e relação com o não-humano, e permitiu a provisão regular de trabalho barato que sustentou a industrialização. Como este foi um processo generalizado que afetou todas as mulheres (apesar de obviamente de formas diferentes), as feministas marxistas encaram-no como uma redefinição *de facto* do sexo feminino enquanto classe – a de trabalhadoras reprodutivas.

Contribuindo para este *corpus* de pensamento, a ecofeminista marxista Mary Mellor formulou o conceito de “forças de reprodução”, i.e., “o trabalho subvalorizado das mulheres que é incorporado no mundo material dos homens, interpretado através do quadro de análise teórico do materialismo histórico” (Mellor, 1996: 257). De acordo com a autora, este último deveria libertar-se das barreiras artificiais do produtivismo, graças ao qual “as vidas das mulheres se tornam teoreticamente uma categoria secundária, a ‘esfera da reprodução’” (*ibidem*: 260), resultando em impactos ecológicos devastadores – registados tanto nas economias capitalistas quanto nas “centralizadas”. Ao invés de ignorados ou negados, os corpos femininos devem ser compreendidos enquanto a base material na qual assentam relações sociais específicas que foram impostas: as diferenças biológicas de sexo – escreveu Mellor – “não determinam o comportamento humano; em verdade, elas são as forças de reprodução que têm de ser acomodadas em relações de reprodução” (*ibidem*: 261). O feminismo permitiu às mulheres usarem “a sua posição biológica/social na sociedade [...] como um lugar específico que lhes permite produzir uma visão alternativa do mundo, transcendendo as falsas fronteiras entre o natural e o social” (*ibidem*: 262). Isto permitiu ver o crescimento económico moderno como um processo através do qual alguns humanos se libertam da escassez à custa de outros humanos e do mundo não-humano. Através de lutas coletivas,

argumentou Mellor, “podemos reconstruir o nosso mundo *social* com base em princípios igualitários” (*ibidem*: 263; *itálico no original*) respeitando ao mesmo tempo a agência autónoma do natural e a nossa interdependência com o mesmo.

A partir deste posicionamento teórico, as ecofeministas materialistas têm argumentado em prol de uma robusta reconsideração do valor económico. Em *Globalization and Its Terrors*, por exemplo, Teresa Brennan (2003) revisitou a teoria de valor de Marx, sugerindo que “adicionar valor ao dinheiro requer o *input* de natureza viva (humana e não-humana) que é transformada em produtos e serviços” (Brennan *apud* Charkiewicz, 2009: 66); não apenas o trabalho, mas também a natureza, oferece mais do que custa; o capital transfere o custo da reprodução tanto do trabalho como da natureza em terceiros – mulheres e sujeitos colonizados e racializados. Isto produz, por exemplo, corpos (e territórios) doentes onde os resíduos tóxicos são armazenados, assim como trabalho adicional que é necessário para cuidar dos mesmos. Desde as Ilhas Marshall (De Ishtar, 2009) até ao Delta do Níger (Turner e Brownhill, 2004) e através de inúmeras outras histórias, ativistas e académicas ecofeministas têm realçado como a doença e morte no Antropoceno têm sido os efeitos de um modelo de progresso altamente industrializado/militarizado, cujos custos têm sido altamente suportados por “mulheres, natureza e colónias” (Mies, 1986: 77). Como nota Ewa Charkiewicz, estas histórias mostram que, excluídas da produção de valor,

[a]s mulheres são incluídas nas esferas económicas e políticas sob a condição que cumpram as suas funções de cuidado. Porque o poder soberano não foi apenas fundado no *patria potestas*, o direito paterno de matar, mas também na *cura materna* – a tarefa materna de cuidar. Esta tarefa assume forma na responsabilidade das mulheres pela economia do cuidado, absorvendo custos sociais da guerra global sobre a natureza viva. (Charkiewicz, 2009: 83)

Partilhando esta perspetiva, Ariel Salleh (2009: 4-5) propôs o conceito de “dívida incorporada”, i.e., o que “tanto Norte e Sul devem às trabalhadoras reprodutivas não remuneradas que nos providenciam valor e regeneram as condições de produção, incluindo a futura força de trabalho do capitalismo”. Esta dívida, argumenta Salleh, deve ser entrelaçada com outras duas: a “dívida social” que os capitalistas devem aos e às trabalhadores/as (remunerados/as ou não) pela mais-valia extraída dos seus corpos; e a “dívida ecológica” que os países colonizadores devem aos países colonizados “pela extração direta dos meios naturais de produção ou de vida dos povos não-industriais” (*ibidem*). Esta abordagem, que Salleh designa como *materialismo incorporado*, permite desenvolver uma narrativa materialista ecofeminista do Antropoceno: a que encara a

crise ecológica como emergindo da interconexão entre as três formas de roubo operadas pelo sistema global de exploração.

A dívida incorporada aponta para o facto de que a agricultura de subsistência, assim como o cuidado de ambientes urbanos e rurais, são formas de trabalho reprodutivo não remunerado que complementam o trabalho doméstico, providenciando as condições de produção. Poderíamos designar este trabalho como *reprodução ambiental*, i.e., o trabalho de ajustar a natureza não-humana à reprodução humana ao mesmo tempo que a protege da exploração e assegura as condições para a reprodução da própria natureza em prol das necessidades de gerações presentes e futuras. O ecofeminismo materialista reclama este trabalho como não-capitalista, ou seja, não orientado para o valor, mas governado por princípios de comunidade e justiça. A distinção fundamental desta abordagem em relação à modernização ecológica consiste no facto de ser baseada num princípio que Salleh (2009) designa como *ecossuficiência* (ao invés de *ecoeficiência*), nomeadamente uma relação não-extrativa com a natureza não-humana, providenciando necessidades humanas ao invés de lucro. A *ecossuficiência*, sugere a autora, é a verdadeira resposta à dívida climática e ecológica. Se esta fosse acompanhada pelo cancelamento da dívida financeira e adotada globalmente, permitiria parar o extrativismo em países mais pobres e possivelmente recuperar da degradação ecológica, possibilitando a manutenção do “petróleo no solo” (como exigido pela Iniciativa Yasuni-ITT)⁶ e o desenvolvimento da autonomia local e da soberania comunitária sobre os recursos. Carecendo de legitimação académica, nota Salleh, esta abordagem da *ecossuficiência* é virtualmente ignorada por consultorias de peritos e pela política ambiental. A razão não é simplesmente cultural, obviamente, mas profundamente estrutural: a sua adoção iria requerer “um compromisso para a redução anual do uso de recursos pelas nações industrializadas” (*ibidem*: 18), similar ao que alguns agora designam como decrescimento, ameaçando dessa forma governação económica neoliberal. A partir de uma perspectiva feminista, argumenta Salleh, o decrescimento pode significar uma libertação até das classes trabalhadoras industriais do mundo, i.e., do trabalho racializado e associado ao sexo/género preso na armadilha do sistema de produtivismo e consumismo e tido como o único caminho possível para a realização humana.

No seguimento desta perspectiva, as ecofeministas materialistas têm argumentado que, como trabalhadoras reprodutivas, as mulheres na modernidade capitalista não só incorporaram mas também resistiram às contradições ecológicas, a partir da sua

⁶ Ver, por exemplo, o *site* do Movimiento Mesoamericano contra el Modelo extractivista Minero: <https://movimientom4.org/2016/01/la-vida-en-el-centro-y-el-crudo-bajo-tierra-el-yasuni-en-clave-feminista/>. Consultado a 01.07.2021.

situacionalidade social (Fakier e Cock, 2018; Merchant, 1996, 2005). Como afirma um conhecido ditado feminista: elas organizaram a resistência a partir da mesa de cozinha. Isto permite-nos conceptualizar as agências alternativas que estão inscritas *dentro e contra* a modernidade capitalista, e particularmente à volta de uma política dos comuns. As ecofeministas materialistas têm visto as mulheres como as principais defensoras dos comuns porque estes constituem a base material para o trabalho reprodutivo: na sua perspetiva, defender o acesso aos comuns e a preservação de ambientes naturais e construídos (solo, água, florestas, pescas, mas também ar, paisagens e espaços urbanos) tem sido uma forma de resistência laboral contra a despossessão e condições degradantes para o trabalho reprodutivo. Ao fazer isso, muitas mulheres urbanas e rurais têm sido a principal força de oposição no caminho de uma completa comercialização da natureza, apoiando um uso não-capitalista da terra e a agricultura de subsistência (Federici, 2009); isto explica porque é que as mulheres em todo o mundo têm estado na linha da frente da agricultura urbana, de ações como plantar e abraçar árvores, de mobilizações contra a energia nuclear e mineração, de oposição a megaprojetos destrutivos, à privatização da água, a depósitos de resíduos tóxicos, e ações similares (Gaard, 2011; Rocheleau e Nirmal, 2015). Carolyn Merchant (1996) designou este fenómeno – e forma de agência – enquanto cuidado da Terra (*earthcare*).

O ecofeminismo materialista insiste que as mulheres devem ser reconhecidas como a grande maioria da classe global reprodutiva e de cuidado, tanto historicamente como no presente. Apesar de as mulheres serem notoriamente diferenciadas por questões de classe e outras distinções sociais, um nível básico de generalização descritiva (mas não normativa) é necessário de forma a considerar as mulheres como a grande maioria do proletariado global, e como uma classe de trabalhadoras cujos corpos e capacidades produtivas têm sido apropriadas pelo capital e por instituições capitalistas. Nesta perspetiva, argumento, a agência ambiental das mulheres torna-se a de sujeitos políticos que reclamam controlo sobre os meios (e condições) de (re)produção: os seus corpos e o ambiente não-humano. Por outras palavras: se a relação entre mulheres e natureza não-humana enquanto coprodutoras de força de trabalho tem sido socialmente construída através das relações capitalistas de reprodução, então, as lutas ambientais e reprodutivas das mulheres devem ser vistas como parte de uma luta de classes mais abrangente.

Para as ecofeministas socialistas, isto exige a rejeição do paradigma de crescimento económico moderno, porque este tem subordinado tanto a reprodução como a ecologia à produção, ambas tidas como meios para a acumulação capitalista. Tal pode ser considerada uma dimensão muito básica do materialismo ecofeminista: como Mellor argumentou “separando a produção tanto da reprodução como da natureza, o

capitalismo patriarcal criou uma esfera de ‘falsa’ liberdade que ignora os parâmetros biológicos e ecológicos” (1996: 256); um socialismo verdadeiramente ecológico, alegam assim as ecofeministas socialistas, tem de reverter esta ordem, subordinando a produção à reprodução e à ecologia (Merchant, 2005). Face à dimensão catastrófica da atual crise ecológica, desenvolvimentos recentes na Teoria da Reprodução Social e no movimento feminista global indicam possibilidades concretas para assumir esta perspetiva (Arruzza *et al.*, 2019; Bhattacharya, 2017; Fraser, 2014). A greve global das mulheres, por exemplo, pode ser vista enquanto uma luta não apenas em relação ao trabalho doméstico, mas também em relação ao trabalho de cuidado da Terra que a modernidade industrial capitalista externalizou sobre as mulheres e outros sujeitos subalternos/feminilizados, desafiando a violência capitalista/industrial e militar para transformar radicalmente as relações produtivas e reprodutivas.⁷

O ecofeminismo socialista configura-se como uma importante ferramenta para a subjetivação política; no entanto, não deve ser encarado enquanto uma perspetiva generalizada sobre as mulheres, mas sim como uma análise crítica das relações materiais de (re)produção que geraram respostas políticas específicas, e que criaram novas possibilidades políticas no presente. A divisão sexual colonial/capitalista do trabalho, com a sua feroz normatividade heterossexual, oprimiu e continua a oprimir demasiadas gerações de mulheres no mundo inteiro para poder ser ignorada enquanto um poderoso motor em torno da libertação. Obviamente, muitas mulheres aderiram ao modelo hegemónico da modernidade e progresso, aceitando visões acríticas do feminismo e padrões de consumo e aspirações associados, ou aceitando a sua *domesticação* e dependência do salário masculino. Como todos os sujeitos históricos, as mulheres fazem escolhas, mesmo que estas dependam de condições que não escolheram. O mesmo se aplica aos trabalhadores masculinos que o materialismo histórico tradicionalmente considerou como saqueadores de túmulos do capitalismo. Como Mellor (1996) notou, falar de trabalho reprodutivo e do seu potencial ecológico não é mais essencialista do que falar sobre o trabalho industrial e o seu potencial revolucionário: ao invés, significa reconhecer as condições historicamente determinadas onde a maior parte das mulheres se situa na divisão global do trabalho, admitir as formas específicas através das quais trabalho e género se têm entrelaçado na modernidade capitalista, recusa compactuar com as visões profundamente enraizadas de trabalho doméstico e de subsistência como sendo não produtivo ou passivo.

⁷ Essa é a visão adotada em 2019 pela secção italiana do movimento Non Una di Meno, como expresso no seu plano programático, disponível em https://nonunadimeno.files.wordpress.com/2017/11/abbiamo_un_piano.pdf. Consultado a 30.06.2021.

Para além disso, as ecofeministas materialistas têm reconhecido que apesar do trabalho de subsistência ser predominantemente exercido por mulheres, tal acontece por razões históricas e sociais, e não biológicas, e que os homens em comunidades campesinas e indígenas, e até em economias industriais, também levam a cabo trabalho reprodutivo, de cuidado e subsistência. Como Salleh (2009: 9) notou, a divisão sexual do trabalho é ideologicamente reproduzida através de “atitudes de sexo/género distribuídas de forma subconsciente” que relegam a reprodução para a esfera subvalorizada da mulher, impedindo os políticos, académicos e até ativistas de verem a matriz de género inscrita em relações socio-ecológicas.⁸ Como consequência, escreve, “nem a filosofia nem o socialismo, identificou este trabalho contraentrópico, muito menos conceptualizou o seu valor e contexto social” (*ibidem*: 17). Esta perspetiva é partilhada pela maior parte das ecofeministas materialistas: por exemplo, depois da sublevação zapatista do início dos anos 1990, Mariarosa Dalla Costa (2003) – outra figura proeminente na teoria da reprodução social e no movimento feminista dos anos 1970 – tem defendido uma compreensão mais vasta do cuidado da Terra, não limitada à agência ambiental das mulheres, mas incluindo também movimentos camponeses e indígenas e as suas lutas pela soberania alimentar e pelos comuns.

Em suma: combinar o materialismo histórico com o ecofeminismo leva-nos a olhar para o Antropoceno na perspetiva do trabalho reprodutivo, i.e., o trabalho que sustém a vida e as suas necessidades materiais e imateriais. A agricultura de subsistência, a pesca e a recolha de alimentos, o trabalho doméstico, a horticultura urbana, o ensino, a enfermagem, os cuidados de saúde, a recolha de lixo e a reciclagem são formas de trabalho reprodutivo no sentido em que são essenciais para o desenvolvimento da humanidade na sua interdependência com o mundo não-humano. Pela sua própria lógica, o trabalho reprodutivo opõe-se ao trabalho social abstrato e a tudo o que objetifica e instrumentaliza a vida em torno de outros fins. A própria vida é o produto de trabalho reprodutivo (humano e não-humano). Ao mesmo tempo, o capitalismo sujeita este trabalho a uma crescente mercadorização e objetificação: isto gera uma contradição no sentido em que o trabalho reprodutivo se torna direta ou indiretamente incorporado dentro do circuito de valor dinheiro-mercadoria-dinheiro. O capitalismo, dessa forma, diminui ou aniquila as potencialidades de maximização da vida das “forças de reprodução”, tornando-as num instrumento para a acumulação. Este processo esgota tanto o/a trabalhador/a como o ambiente, extraíndo deles/as mais trabalho e energia do que o necessário, deixando-os/as exaustos/as.

⁸ Para providenciar um exemplo superficial mas bastante esclarecedor, Salleh recorda que o Manifesto do Fórum Social Global de Porto Alegre foi assinado, em 2005, por 18 homens brancos e por uma mulher africana.

Elaborado nos seus trechos essenciais ao longo das décadas de 1980 e 1990, o pensamento ecofeminista materialista estava condicionado por uma visão binária das identidades de género, e isso foi criticado, até no interior do movimento feminista, enquanto essencialista, gerando um debate, como Christine Bauhardt (2019: 27) escreve, “em torno da desconfortável relação entre natureza, cuidado pelos outros e pelo ambiente, e a relação entre sexo e género”. Embora, seja importante lembrar que “o que está em causa é a prática do trabalho de cuidado e não uma essencialização do corpo feminino” (*ibidem*), é verdade que o ecofeminismo materialista não questiona suficientemente a heteronormatividade do sistema patriarcal capitalista, e que o enfoque sobre as mulheres deixa invisível a experiência das pessoas LGBTQI+ e transgénero. Ao longo da última década, várias teóricas e ativistas têm se dedicado a estes aspetos, especialmente no âmbito dos estudos de ecologia *queer* (Greta Gaard, Catriona Sandilands, Donna Haraway) e do feminismo descolonial (Maia Lugones, Lorena Cabnal). Focando na crítica da heteronormatividade enquanto legado da modernidade colonial e capitalista, estas perspetivas têm se revelado um instrumento muito poderoso de análise da relação entre violência de género e violência ambiental. Ao mesmo tempo, elas mostram como desfazer as relações e identidades de género é um passo essencial para que se possa desfazer o Antropoceno.

CONCLUSÕES

Desconstruir a narrativa hegemónica do Antropoceno requer uma análise crítica dos seus quatros níveis de invisibilização: 1) as relações coloniais: a única civilização que interessa é a Ocidental; 2) as relações de género: a única agência histórica é a das “forças de produção” (ciência e tecnologia industrial); 3) as relações de classe: as desigualdades sociais e a exploração não interessam; 4) as relações entre espécies: o mundo vivo não-humano não interessa. Tomados como um todo, estes diferentes aspetos da narrativa hegemónica do Antropoceno derivam da invisibilização das “forças de reprodução”, ou seja, daquelas agências – racializadas, feminilizadas, assalariadas e não-assalariadas, humanas e não-humanas – que mantêm o mundo vivo.

Apesar de o modelo hegemónico da modernidade ser constitutivo da modernidade capitalista/industrial, não coincide com ela inteiramente. Por um lado, o capitalismo adotou este modelo de racionalidade na reconfiguração da noção de modernidade como a capacidade de extrair valor tanto do trabalho humano como não-humano; por outro lado, as suas dimensões chave (ou parte delas) também podem ser encontradas em sistemas sociais não-capitalistas, i.e., não orientados para o valor. O socialismo estatal, como experienciado no bloco soviético ou na China, ou algumas das suas versões pós-coloniais em África, na América Latina e no Sudeste Asiático, mantiveram várias

combinações históricas do colonialismo/racismo, heteropatriarcado/sexismo e/ou supremacia humana/especismo. Estruturas político-económicas profundamente enraizadas, da escala local à global, bloqueiam as tentativas de dismantelar o modelo hegemónico da modernidade e, por isso, ainda está para ser encontrado um modelo contra-hegemónico nas formações estatais. No entanto, as nossas esperanças para a justiça climática residem precisamente nele, pelo que precisamos de exercer uma narrativa contra-hegemónica de todas as maneiras possíveis para cultivar formas alternativas, múltiplas e sustentáveis da modernidade.

Como argumentei neste artigo, o dilema ecomodernista do socialismo só pode ser ultrapassado se adotarmos uma visão da economia política em que todas as formas de trabalho têm igual valor enquanto suportarem a vida. Isto terá que ultrapassar a visão binária da relação entre produção (= masculino) e reprodução (= feminino) do ecofeminismo do século XX, para entender as “forças de reprodução” como conjunto de subjetividades e movimentos que se opõem à modernidade colonial, capitalista e heteronormativa. Só através desse percurso é que o ecosocialismo do século XXI poderá encarar a transição ecológica enquanto uma interseção das diferentes lutas para a “mudança do sistema”.

Traduzido por António Carvalho

Revisto por Ana Sofia Veloso

STEFANIA BARCA

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: sbarca@ces.uc.pt

Artigo recebido a 17.05.2020

Aprovado para publicação a 27.01.2021

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi; Fraser, Nancy (2019), *Feminism for the 99 Percent: A Manifesto*. London: Verso.
- Barca, Stefania (2011), “Energy, Property and the Industrial Revolution Narrative”, *Ecological Economics*, 70(7), 1309-1315.
- Barca, Stefania (2019), “Labour and the Ecological Crisis: The Eco-Modernist Dilemma in Western Marxism(s) (1970s-2000s)”, *Geoforum*, 98, 226-235.

- Barca, Stefania (2020), *Forces of Reproduction. Notes for a Counter-Hegemonic Anthropocene*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Bauhardt, Christine (2019), "Nature, Care and Gender: Feminist Dilemmas", in Christine Bauhardt; Wendy Harcourt (orgs.), *Feminist Political Ecology and the Economics of Care: In Search of Economic Alternatives*. London: Routledge, 16-35.
- Bhattacharya, Tithi (2017), *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press.
- Brennan, Teresa (2003), *Globalization and Its Terrors: Daily Life in the West*. London: Routledge.
- Charkiewicz, Ewa (2009), "Who is the 'He' of He Who Decides in Economic Discourse?", in Ariel Salleh (org.), *Eco-Sufficiency & Global Justice: Women Write Political Ecology*. London: Pluto Press, 66-86.
- Crutzen, Paul J.; Stoermer, Eugene F. (2000), "The 'Anthropocene'", *Global Change Newsletter*, 41, 17-18.
- Dalla Costa, Mariarosa (2003), "The Native in Us, the Earth We Belong to", *The Commoner*, 6, 1-34. Consultado a 01.07.2021, em <https://thecommoner.org/wp-content/uploads/2020/06/Mariarosa-Dalla-Costa-The-Native-In-Us-The-Earth-We-Belong-To.pdf>.
- De Ishtar, Zohl (2009), "Nuclearised Bodies and Militarised Space", in Ariel Salleh (org.), *Eco-Sufficiency & Global Justice: Women Write Political Ecology*. London: Pluto Press, 121-139.
- Di Chiro, Giovanna (2017), "Welcome to the White (M)anthropocene?", in Sherilyn MacGregor (org.), *Routledge Handbook of Gender and Environment*. London: Routledge, 487-505.
- Fakier, Khayaat; Cock, Jacklyn (2018), "Eco-Feminist Organizing in South Africa: Reflections on the Feminist Table", *Capitalism Nature Socialism*, 29(1), 40-57. DOI: 10.1080/10455752.2017.1421980
- Federici, Silvia (2004), *Caliban and the Witch*. Brooklyn, NY: Autonomedia.
- Federici, Silvia (2009), "The Devaluation of Women's Labour", in Ariel Salleh (org.), *Eco-Sufficiency & Global Justice: Women Write Political Ecology*. London: Pluto Press, 43-65.
- Fraser, Nancy (2014), "Behind Marx's Hidden Abode", *New Left Review*, 86, 55-72.
- Gaard, Greta (2011), "Ecofeminism Revisited: Rejecting Essentialism and Re-Placing Species in a Material Feminist Environmentalism", *Feminist Formations*, 23(2), 26-53.
- Gaard, Greta (2015), "Ecofeminism and Climate Change", *Women's Studies International Forum*, 49, 20-33. DOI: 10.1016/j.wsif.2015.02.004
- Giacomini, Terran (2018), "The 2017 United Nations Climate Summit: Women Fighting for System Change and Building the Commons at COP23 in Bonn, Germany", *Capitalism Nature Socialism*, 29(1), 89-105. DOI: 10.1080/10455752.2018.1434217
- Gregoratti, Catia; Raphael, Riya (2019), "The Historical Roots of a Feminist 'Degrowth': Maria Mies and Marilyn Waring's Critiques of Growth", in Ekaterina Chertkovskaya; Alexander Paulsson; Stefania Barca (orgs.), *Towards a Political Economy of Degrowth*. London: Rowman & Littlefield International, 83-98.

- Grusin, Richard (2017), "Introduction. Anthropocene feminism: an experiment in collaborative theorizing", in Richard Grusin (org.), *Anthropocene Feminism*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, vii-xix.
- IPBES – Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (2019), "Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services". Bonn: IPBES secretariat. Consultado a 01.07.2021 em <https://ipbes.net/global-assessment-report-biodiversity-ecosystem-services>.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (2019), "Climate Change and Land: An IPCC Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse Gas Fluxes in Terrestrial Ecosystems". Consultado a 01.07.2021, em <https://www.ipcc.ch/srccl-report-download-page/>.
- Malm, Andreas; Hornborg, Alf (2014), "The Geology of Mankind? A Critique of the Anthropocene Narrative", *The Anthropocene Review*, 1(1), 62-69. DOI: 10.1177/2053019613516291
- Martínez-Alier, Joan (2002), *The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts*
- Mellor, Mary (1996), "Ecofeminism and Ecosocialism: Dilemmas of Essentialism and Materialism", in Ted Benton (org.), *The Greening of Marxism*. New York, NY: Guilford Publications, 251-267.
- Merchant, Carolyn (1980), *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. London: Wildwood House.
- Merchant, Carolyn (1996), *Earthcare: Women and the Environment*. London: Routledge.
- Merchant, Carolyn (2005), *Radical Ecology: The Search for a Livable World*. London: Routledge.
- Merchant, Carolyn (2010), *Ecological Revolutions: Nature, Gender, and Science in New England*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press.
- Mies, Maria (1986), *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour*. London: Zed Books.
- Moore, Jason W. (2015), *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. London: Verso.
- Moore, Jason W. (2016), "Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism", in Jason W. Moore (org.), *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland, CA: PM Press, 1-13.
- Plumwood, Val (1993), *Feminism and the Mastery of Nature*. London: Routledge.
- Pulido, Laura (2018), "Racism and the Anthropocene", in Gregg Mitman; Marco Armiero; Robert S. Emmett (orgs.), *Future Remains: A Cabinet of Curiosities for the Anthropocene*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 116-128.
- Rocheleau, Diane; Nirmal, Padini (2015), "Feminist Political Ecologies: Grounded, Networked and Rooted on Earth", in Rawwida Baksh; Wendy Harcourt (orgs.), *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements*. Oxford: Oxford University Press, 793-814.
- Rockström, Johan; Steffen, Will; Noone, Kevin; Persson, Åsa; Chapin III, F. Stuart; Lambin, Eric F.; Lenton, Timothy M.; Scheffer, Marten; Folke, Carl; Schellnhuber, Hans Joachim;

- Nykvist, Björn; de Wit, Cynthia A.; Hughes, Terry; van der Leeuw, Sander; Rodhe, Henning; Sörlin, Sverker; Snyder, Peter K.; Costanza, Robert; Svedin, Uno; Falkenmark, Malin; Karlberg, Louise; Corell, Robert W.; Fabry, Victoria J.; Hansen, James; Walker, Brian; Liverman, Diana; Richardson, Katherine; Crutzen, Paul; Foley, Jonathan A. (2009), "A Safe Operating Space for Humanity", *Nature*, 461, 472-475. DOI: 10.1038/461472a
- Salleh, Ariel (2009), "Ecological Debt: Embodied Debt", in Ariel Salleh (org.), *Eco-Sufficiency & Global Justice: Women Write Political Ecology*. London: Pluto Press, 1-41.
- Salleh, Ariel (2016), "The Anthropocene: Thinking in 'Deep Geological Time' or Deep Libidinal Time?", *International Critical Thought*, 6(3), 422-433. DOI: 10.1080/21598282.2016.1197784
- Salleh, Ariel (2017), *Ecofeminism as Politics: Nature, Marx and the Postmodern*. London: Zed Books [2.^a ed.; ed. orig. 1997].
- Spaargaren, Gert; Mol, Arthur P. J. (1992), "Sociology, Environment, and Modernity: Ecological Modernization as a Theory of Social Change", *Society & Natural Resources*, 5(4), 323-344. DOI: 10.1080/08941929209380797
- Swyngedouw, Erik; Ernstson, Henrik (2018), "Interrupting the Anthro-po-obScene: Immuno-biopolitics and Depoliticizing Ontologies in the Anthropocene", *Theory, Culture & Society*, 35(6), 3-30. DOI: 10.1177/0263276418757314
- Temper, Leah; Gilbertson, Tamra (orgs.) (2015), *EJOLT report*, 23. Consultado a 01.07.2021, em <http://www.ejolt.org/2015/09/refocusing-resistance-climate-justice-coping-coping-beyond-paris/>.
- Turner, Terisa E.; Brownhill, Leigh S. (2004), "Why Women Are at War with Chevron: Nigerian Subsistence Struggles against the International Oil Industry", *Journal of Asian and African Studies*, 39(1-2), 63-93. DOI: 10.1177/0021909604048251
- Warlenius, Rikard (coord.) (2015), *EJOLT report*, 18. Consultado a 01.07.2021, em <http://www.ejolt.org/2015/01/concept-ecological-debt-value-environmental-justice/>.

COLIN ROBINEAU

POUR UNE SOCIOLOGIE DES ECOLOGISTES RADICAUX. QUELQUES ELEMENTS
PROGRAMMATIQUES

Résumé: Longtemps hégémonique, l'idée d'une résolution de la crise environnementale par des « petits pas » politiques et des « petits gestes » individuels apparaît désormais insuffisante aux yeux de nombreux écologistes. Certains d'entre eux attestent d'un durcissement idéologique et pratique qui s'opère sur fond d'une critique de l'ordre économique et social. Faisant l'hypothèse d'un double mouvement avec, d'un côté, *la radicalisation de militants écologistes* et, de l'autre, *l'écologisation de militants radicaux*, cet article pose les bases théoriques et méthodologiques d'une recherche sur ce qu'on peut considérer, dans l'espace des mouvements sociaux, comme un « pôle écologiste radical ». Partant, il fournit des pistes programmatiques à l'étude des engagements qui, prenant appui sur la nouvelle donne écologique, remettent en cause l'ordre établi et ouvrent des horizons politiques alternatifs.

Mots-clés: action collective, dispositions politiques, militantisme, mouvement écologiste, radicalités politiques.

FOR A SOCIOLOGY OF RADICAL ENVIRONMENTALISTS. SOME PROGRAMMATIC ELEMENTS

Abstract: Hegemonic until a short time ago, the idea of a resolution of the environmental crisis by a “small steps” policy and “eco-responsible” behaviors now seems insufficient for many environmentalists. Some of them attest to an ideological and strategic hardening which operates on the background of a critique of the socioeconomic order. Assuming a double movement with, on the one hand, *the radicalization of environmentalists* and, on the other, *the greening of radical activists*, this article lays the theoretical and methodological foundations of a research in progress on what one can consider, in the field of social movements, as a “radical environmentalist pole”. In so doing, it provides programmatic tracks for the study of commitments which, by taking the Green New Deal seriously, challenge the established order and open up alternative political horizons.

Keywords: activism, collective action, environmental movement, political dispositions, radical politics.

INTRODUCTION

À rebours de la « doxa sensibilisatrice » présentant les enjeux environnementaux « comme déconflictualisés et relevant moins des décideurs que de tout un chacun » (Comby, 2015 : 30), l'écologie connaît, depuis plusieurs années, un regain de politisation. C'est ce dont témoignent par exemple les actions de Youth for Climate ou d'Extinction Rebellion qui, à une échelle mondiale et dans des registres distincts, visent à interpeller les gouvernements sur l'urgence climatique et à peser sur les décisions politiques. Au sein de ces jeunes organisations, l'idée d'une nécessité d'agir au-delà du strict périmètre de la légalité, quoique de façon « non violente », semble faire consensus. En outre, des discussions internes portent sur la compatibilité de l'écologie avec le système de production capitaliste, sans toutefois qu'une position claire et unifiée soit formulée.¹

En France, des mobilisations récentes ont plus directement contribué à replacer la question environnementale dans une perspective de critique sociale. La zone à défendre (ZAD) de Notre-Dame-des-Landes, une lutte d'occupation contre la construction d'un aéroport sur des terres agricoles,² faisait ainsi de la contestation du capitalisme une condition *sine qua non* du combat écologique et du déploiement de formes de vie alternatives (Pruvost, 2017). Son mot d'ordre principal – « Contre l'aéroport *et son monde* » – exprimait d'ailleurs clairement une volonté de rupture avec l'ordre établi. De façon différente, le mouvement des « gilets jaunes » a révélé la porosité des frontières entre les questions sociale et environnementale. Opposés à une taxe carbone impliquant une forte hausse du prix du carburant,³ les « gilets jaunes » ont en quelque sorte rappelé, contre les discours (des) dominants, combien le gouvernement des « bonnes » conduites dites « écocitoyennes » reconduisait, sinon renforçait, les rapports sociaux inégalitaires.

Si *la nature est un champ de bataille* dont les affrontements, liés à des intérêts antagonistes, vont se faire de plus en plus importants à mesure de l'aggravation des dégâts environnementaux (Keucheyan, 2014), on peut également supposer que la ligne de démarcation entre les écologistes réformistes et radicaux se fera de plus en plus franche. Les débats sont plus que jamais à l'ordre du jour au sein de la nébuleuse écologiste entre les tenants d'un capitalisme vert et les partisans d'une transformation profonde de l'ordre social. Dans un article du *Monde diplomatique*, la journaliste Claire

¹ Voir Astier et d'Allens (2019).

² L'acronyme ZAD, qui signifie donc « zone à défendre », désigne le plus souvent les formes d'occupation opposées à des grands projets capitalistes d'aménagement perçus comme inutiles et imposés. La ZAD de Notre-Dame-des-Landes, commune de l'Ouest de la France située près de Nantes, a ceci d'original qu'elle rassemblait à la fois des paysans, des écologistes et des militants « autonomes ». Pour une présentation plus détaillée, voir par exemple Hervé Kempf (2014).

³ Précisons qu'il s'agit là du point de départ du mouvement. Rapidement, la portée des revendications s'est considérablement élargie, touchant à des enjeux relatifs aux inégalités sociales, à la détérioration des services publics ou encore, à l'instar du référendum d'initiative populaire (RIC), aux insuffisances démocratiques. À ce titre, il est intéressant de constater que certains « gilets jaunes » ont entretenu (et entretiennent encore) des relations fructueuses avec des collectifs partisans d'une écologie populaire, en particulier le groupe « Désobéissance écolo Paris ». Voir Farbiaz (2019) et Delmas (2019).

Lecœuvre (2019) argue qu'un déplacement est en train de s'opérer en faveur des seconds : projets anticapitalistes, durcissement des modes d'action, stratégies d'alliance de classes et de convergence des luttes. Tout se passe comme si, conjugué à la faiblesse des réponses gouvernementales et à l'inertie d'un capitalisme destructeur, le caractère urgent de la crise environnementale avait pour effet de susciter davantage d'adhésion aux visions les plus structurelles (et par là conflictuelles) du mouvement écologiste. Loin du modèle idéal-typique d'expert-environnementaliste (Ollitrault, 2008), l'espace des luttes écologistes donne ainsi à voir un autre pôle militant qui, en rapportant la crise environnementale à l'organisation de l'ensemble de la société, cherche à transformer radicalement l'ordre social.

L'objectif ici ne sera pas de définir *a priori* les contours et les caractéristiques de ce « pôle écologiste radical » mais plutôt de dégager des pistes susceptibles d'en prendre le pouls politique et la mesure sociologique. Ce texte a donc une teneur programmatique au sens où il s'efforce avant tout de poser des problèmes et d'ouvrir des hypothèses, bref, de débayer un chemin sociologique praticable. Si les propositions qui suivent prennent leurs racines dans le contexte français où se sont déroulées nos précédentes recherches,⁴ elles recouvrent néanmoins une portée générale susceptible d'alimenter des enquêtes sur d'autres terrains et territoires. Au croisement des dispositions individuelles et de l'action collective, nous suggérons en somme des voies possibles pour rendre compte des engagements écologistes radicaux non seulement dans leurs pratiques mais aussi dans leur genèse. Le pôle écologiste radical, dont le spectre ne se réduit pas à l'écosocialisme,⁵ fonctionne donc comme un opérateur de questionnements qui appelle bien évidemment des enquêtes empiriques.

LA RADICALITÉ ÉCOLOGISTE : UN CHANTIER PROBLÉMATIQUE

Ces dernières années en France, le champ lexical de la radicalité a connu une résonnance importante dans l'espace médiatico-politique. Si les termes « radicalisation », « radicaux » ou « radicalisés » désignaient au premier chef les (potentiels) terroristes se réclamant de l'islam, ils se sont récemment élargis à de multiples acteurs du mouvement

⁴ Cet article programmatique s'appuie, d'une part, sur notre recherche doctorale qui portait sur les militants « autonomes » et paraîtra très prochainement sous forme de livre (Robineau, à paraître) et, d'autre part, sur des séjours ethnographiques effectués entre 2012 et 2014 à la ZAD de Notre-Dame-des-Landes.

⁵ C'est là un premier problème qui comporte plusieurs aspects. Le premier tient à l'autodéfinition des acteurs : des groupes peuvent en effet souscrire aux principes écosocialistes sans pour autant, par exemple pour des raisons stratégiques, employer le terme. Ensuite, la multiplication récente des appellations de l'écologie politique (écoféminisme, écologie populaire, écologie décoloniale, écologie radicale, *deep ecology*, etc.), de même que la diversité de leurs appropriations possibles, rendent difficilement identifiable ce qui relève ou non de l'écosocialisme. Enfin, la notion même d'écosocialisme est susceptible d'être revendiquée par des acteurs (des partis solidement installés dans le champ politique à des petits groupes activistes en passant par les « utopies concrètes ») dont les positions, en particulier dans leur rapport à l'État et au système parlementaire, divergent. Anticapitaliste et partie prenante des mouvements sociaux, le pôle écologiste radical inclut donc l'écosocialisme mais n'y est pas réductible.

social. Les occupants de la ZAD de Notre-Dame-des-Landes, les « gilets jaunes » et même les militants (prônant pourtant explicitement la « non-violence ») d'Extinction Rebellion ont ainsi pu être qualifiés de « radicaux » – le label médiatique fonctionnant comme une catégorie repoussoir. Tout se passe comme si l'extension progressive du domaine de la radicalité à toutes les formes non conventionnelles d'action politique (Darras, 1998) tendait par là même à exclure du périmètre de la légitimité toute pratique et tout discours dérogeant à l'ordre social.

Au-delà de ses usages médiatiques, politiques et de sens commun, la terminologie pose également des difficultés aux sciences sociales. Si la définition de la radicalité (et par extension de la radicalisation) varie d'un auteur à l'autre, elle est souvent rabattue sur le thème, tout aussi polysémique, de la violence (Crettiez, 2016 ; Sommier, 2018). Or, si l'on s'attache à son étymologie bien connue (*radicalis* : racine), il est utile de désencastrer la notion de radicalité politique de la violence du mode d'action – et ce « même si elle l'englobe » (Dufour *et al.*, 2012 : 7) – pour la recentrer sur sa dimension hétérodoxique, au sens où « la politique commence, à proprement parler, avec la dénonciation de ce contrat tacite d'adhésion à l'ordre établi qui définit la doxa originaire ; en d'autres termes, la subversion politique présuppose une subversion cognitive, une conversion de la vision du monde » (Bourdieu, 1981 : 69). Ainsi rapportée au degré d'opposition doxique à l'ordre institué, la radicalité politique rejoint peu ou prou ce que Laurent Bonelli et Fabien Carrié ont qualifié, sur un tout autre terrain que le nôtre, de registre *subversif*, lequel « oppose – précisément ou confusément – un autre ordre social, politique et symbolique à l'ordre établi » (Bonelli et Carrié, 2018 : 25). Ceci étant dit, la seule variable hétérodoxique n'entraîne pas mécaniquement, loin de là, un engagement militant, lequel suppose une forme « de participation *durable* à une action collective » (Sawicki et Siméant, 2009 : 98 ; italique dans la version originale).

À ce titre, il faut peut-être distinguer, au sein de la nébuleuse écologiste, deux types d'initiatives. D'un côté, les « écotopies » (Lockyer et Veteto, 2013) au sein desquelles, des adeptes de la permaculture aux écovillages en passant par des formes de contre-sociétés, s'expérimentent des styles de vie *alternatifs* et *communautaires*. De l'autre, une écologie politique davantage ancrée dans l'héritage des luttes sociales et dont les modes d'action revêtent un caractère *collectif* et *conflictuel*. L'adoption de l'un ou l'autre registre prend sens non seulement au regard des caractéristiques sociales des individus engagés (Cotgrove et Duff, 1981), mais aussi eu égard au « dilemme stratégique » (Vanderheiden, 2008) auquel fait face le mouvement écologiste.⁶ De

⁶ Ancrée dans le contexte nord-américain, l'analyse de Steven Vanderheiden (2008) quant aux effets de la *war on terror* sur la tactique de « l'écotage » nous semble néanmoins transposable à d'autres pays où, à l'instar de la France, des écologistes partisans de l'action directe ont également été ciblés par des mesures antiterroristes.

surcroît, il y a matière à penser que ces deux *modus operandi* engendrent des *modus vivendi* différents : le premier tendrait à produire un *habitus* écologique (Haluza-DeLay, 2008 ; Kirby, 2017) et le second, un *habitus* radical (Crossley, 2003). Et si les « transitionneurs » (Cottin-Marx *et al.*, 2013) et les acteurs du mouvement social peuvent effectivement s'ignorer l'un l'autre, voire entrer en tension, ils ne sont pas pour autant incompatibles. Les ZAD, en tant qu'elles marient un haut degré de conflictualité à des expérimentations concrètes, fournissent une illustration parmi d'autres que « changer sa vie » et « changer le monde » (Bookchin, 2019) sont susceptibles d'aller de concert.

Afin de laisser le champ d'investigation ouvert, nous comprenons alors la radicalité écologiste comme une entreprise de lutte collective contre l'ordre établi reposant à la fois sur une critique structurelle de la crise environnementale et sur un projet alternatif visant à y répondre. Les répertoires de l'action collective (Tilly, 2008) ne viennent donc pas délimiter *a priori* ce qui relève de la radicalité écologiste mais ils doivent bel et bien faire partie de l'analyse sociologique. Nul doute qu'au sein du pôle écologiste radical, les performances contestataires, les idéologies qui le traversent et les profils sociaux qui le composent diffèrent d'un groupe militant à l'autre. Notre hypothèse centrale est d'ailleurs que le pôle écologiste radical se constitue autour d'un double mouvement avec, d'une part, la *radicalisation de militants écologistes* – pour qui la cause passe désormais nécessairement par une transformation de l'ensemble de la société – et, d'autre part, l'*écologisation de militants radicaux*⁷ – pour qui les enjeux environnementaux deviennent une donnée incontournable et un levier central dans une perspective de mobilisation anticapitaliste. Les deux parties ne sont pas étanches l'une de l'autre puisqu'elles sont amenées à se rencontrer dans des lieux d'organisation et de mobilisation.⁸ D'où l'intérêt de porter un regard attentif sur les rapprochements, les passages et les influences réciproques entre les franges les plus « révolutionnaires » de l'espace des mouvements sociaux (Mathieu, 2012) et l'espace des luttes écologiques.

Prendre le pôle écologiste radical pour objet implique de défricher un chantier sociologique qui comporte (au moins) deux versants. Le premier consisterait, par une ethnographie située de part et d'autre du poste-frontière, à examiner les déplacements doxiques et pratiques engendrés par ces interrelations entre militants écologistes et radicaux. Dans un contexte marqué par la spatialisation du politique (Graeber, 2013), l'autonomie croissante des mouvements sociaux à l'égard des médiations institutionnelles

⁷ Nous désignons par là les militants qui appartiennent au champ politique radical, soit le « réseau constitué par les groupes, organisations, partis (ou fractions de partis), partageant des référents anticapitalistes et révolutionnaires, se revendiquant du prolétariat et/ou des sujets sociaux dominés et cherchant, enfin, dans une praxis (où se rencontrent réflexion et action) à transformer le monde qui les entoure » (Gottraux, 1997 : 12).

⁸ On songe évidemment aux ZAD mais aussi à certaines actions de Youth for Climate ou d'Extinction Rebellion qui ont pu être organisées avec des groupes « gilets jaunes » et des collectifs communistes et/ou anarchistes.

(Mathieu, 2012) et la convergence des luttes dites « socio-écologiques » (Martinez Alier, 1991 ; Gezon et Paulson, 2004 ; Grisoni et Némoz, 2017), l'immersion dans différents groupes activistes se présente comme le meilleur moyen de localiser et de cartographier le pôle écologiste radical. Enfin, l'observation de la socialisation militante *en train de se faire* est susceptible d'éclairer les dynamiques qui amènent les individus à s'approprier tel ou tel registre de radicalité écologiste et, *in fine*, à incorporer l'univers de sens et de pratiques qui lui est associé. Partant, la démarche ethnographique permettrait d'apprécier les différences (et les clivages) internes au pôle écologiste radical, sur le plan des modes d'engagement, des répertoires d'action mobilisés ou encore des influences idéologiques.

À l'hétérogénéité des formes de l'engagement, s'ajoute – et c'est là l'autre versant problématique – la variété des provenances et des itinéraires pouvant y conduire. Qui sont ces écologistes radicaux ? D'où viennent-ils ? Comment vivent-ils ? Que pensent-ils ? Comment leurs parcours biographiques ont-ils infléchi leur engagement ? Quelles sont, en retour, les incidences biographiques engendrées par ce dernier ? L'usage des récits de vie (Bertaux, 2010) est ici d'une grande utilité afin non seulement d'identifier la composition sociologique du pôle écologiste radical mais aussi et surtout de repérer, dans les propriétés, les expériences et les trajectoires des enquêtés, des régularités qui président à leur engagement. Des entretiens biographiques permettraient ainsi de combiner une analyse *processuelle* de leurs carrières militantes (Fillieule, 2001) et une *sociogenèse* de leurs (dis)positions hétérodoxes dont la socialisation primaire, en particulier au sein de la sphère familiale, constitue un vecteur central. On pourrait à ce titre retourner la remarque de Johanna Siméant – « évoquer en amont des socialisations susceptibles de structurer des rapports au politique ne dit rien de leur activation » (Siméant, 2003 : 177) – en arguant qu'évoquer en aval les moments où s'activent des dispositions politiques ne dit rien de leur genèse.

Indissociablement problématiques et méthodologiques, ces deux axes de recherche visent à saisir le pôle écologiste radical *depuis son hétérogénéité* en multipliant à la fois les terrains ethnographiques et les récits de vie. Après en avoir présenté brièvement les enjeux, nous allons maintenant développer les pistes de travail et hypothèses qui en découlent, à commencer par la question des dispositions politiques – dont l'engagement est à la fois le producteur et le produit.

APPÉTENCES ÉCOLOGISTES ET DISPOSITIONS À LA RADICALITÉ POLITIQUE

Dans un travail antérieur consacré à la fabrique des militants « autonomes » (Robineau, 2017), nous avons tâché de mettre au jour les conditions sociales propices à la genèse de

dispositions hétérodoxes et, par la suite, à la radicalité politique.⁹ Outre les facteurs classiquement retenus par la sociologie de l'engagement contestataire (Johsua, 2005 ; Luck, 2008 ; Pagis, 2014), notamment la transmission d'un héritage politique familial marqué à gauche ou à l'extrême gauche, nos entretiens ont fait apparaître un résultat à la fois singulier et stimulant. Il se trouve que près de la moitié des militants interviewés ont connu une socialisation enfantine à la confluence des deux pôles opposés de l'espace social. En effet, leurs parents, en dépit de positions sociales équivalentes, proviennent de milieux sociaux bien distincts : l'un est d'origine populaire tandis que l'autre est d'origine (petite) bourgeoise. Cette configuration familiale (Lahire, 1995) spécifique est au principe de ce que nous avons appelé un *habitus polarisé*, soit un système de dispositions empruntant à la fois aux classes dominantes et aux classes dominées. Inscrite au cœur des rapports de classe, une telle socialisation incline au dévoilement précoce de l'arbitraire du monde social et offre un terreau propice à l'engagement radical. Sans prolonger davantage, nous insistons sur ce point pour souligner toute l'importance de la socialisation primaire dans la formation de dispositions critiques.

Il n'en reste pas moins que les engagements politiques qui nous intéressent ici sont intimement (sinon intrinsèquement) liés aux enjeux environnementaux. Ils invitent en ce sens à formuler de nouvelles hypothèses quant aux conditions sociales et aux itinéraires conduisant à la radicalité écologiste.¹⁰ Si des homologues avec les militants autonomes, en particulier autour des configurations familiales, peuvent s'avérer heuristiques, une grande attention devra être portée à toute forme de socialisation qui, dès le plus jeune âge, a pu structurer un rapport politique à la question environnementale. Car, de même que l'écologie n'est pas forcément radicale, la radicalité n'est pas nécessairement écologique. Nous faisons néanmoins l'hypothèse d'une accélération des déplacements doxiques des deux côtés : l'urgence environnementale reconfigure le champ des luttes politiques et préfigure l'émergence d'un pôle écologiste anticapitaliste dont les engagements demandent à être analysés dans leur disparité. De ce point de vue, les processus de (trans)formation des dispositions ne sont sans doute pas les mêmes selon que l'on entre dans l'écologie par la radicalité politique ou que l'on entre dans la radicalité politique par l'écologie.

Des enquêtes très riches ont pu être menées sur des terrains écologistes radicaux, mais les ressorts sociaux de l'engagement n'y sont que très rarement renseignés. Plusieurs travaux récents sur les ZAD, et en particulier sur celle de Notre-Dame-des-

⁹ Composé de quelques milliers de personnes en France, le « milieu autonome » est un microcosme politique où divers groupes aux référents marxistes et/ou anarchistes se rejoignent autour d'une contestation du capitalisme et de l'État et s'organisent le plus souvent en dehors des partis et des syndicats. .

¹⁰ Les travaux d'Éric Doidy (2015) sur les reconversions écologistes et le « retour à la terre » au sein du mouvement pacifiste américain montrent le potentiel heuristique d'une approche longitudinale particulièrement attentive aux trajectoires.

Landes, portent un regard tout à fait éclairant sur divers aspects de cette lutte d'occupation : les effets de la perspective de l'autonomie sur la *formation de l'être-en-commun* des occupants (Verdier, 2018), la *dimension politisante* des chantiers participatifs et, plus largement, de l'ensemble de la vie quotidienne (Pruvost, 2015, 2017), le déploiement de *formes de vie* échappant à l'emprise des institutions de pouvoir (Bulle, 2018) ou encore la production d'un *discours contre-hégémonique* dans une logique d'auto-média (Mabi, 2016). Cependant, ces recherches ont en commun de délaisser la question des propriétés et des trajectoires des acteurs au profit des discours, des interactions et des pratiques observables *in situ*.¹¹ Or, les individus qui s'y trouvent ne sont pas socialement vierges et on ne saurait faire abstraction de leurs appartenances sociales, de leurs socialisations antérieures, de leurs dispositions, bref, de tout ce qui se joue en amont de leur engagement.

L'intérêt d'une approche par les récits de vie est précisément d'éclairer ce point aveugle en mettant la focale sur tous les phénomènes sociaux – quels qu'ils soient et d'où qu'ils proviennent – qui, dès l'enfance et jusqu'à aujourd'hui, sont susceptibles de conditionner ou d'infléchir l'engagement écologiste radical. Existe-t-il là aussi des configurations familiales propices à la genèse de dispositions contestataires, voire des correspondances avec la socialisation polarisée des autonomes ? Quelles sont les « variables lourdes » (Boy et Mayer, 1997) – cordonnées sociales, appartenances résidentielles, âges, genres, niveaux et types de diplômes, etc. – récurrentes ? La composition des groupes écologistes radicaux est-elle sous-tendue, comme pour d'autres espaces militants fluides, par un recrutement opérant « par capillarité et affinité des habitus » (Sawicki et Siméant, 2009 : 116) ? Le récit d'expériences socialisatrices au sein de différentes sphères (familiales, scolaires, amicales, conjugales, associatives, professionnelles, religieuses, politiques, etc.) constitue par ailleurs un matériau de premier ordre pour, de manière *rétrodictive*, identifier les conditions sociales dont dépend l'adhésion à tel ou tel registre de radicalité écologiste. Plusieurs hypothèses de travail peuvent d'ores et déjà être formulées à ce sujet.

Tout d'abord, les carrières militantes ne sont évidemment pas les mêmes selon que les individus entrent dans l'écologie par la radicalité politique ou qu'ils entrent dans la radicalité politique par l'écologie. Tautologique, cette remarque soulève néanmoins des questionnements quant aux provenances sociales et aux itinéraires biographiques qui, sur le tard, conduisent les premiers à l'écologie et les seconds à la radicalité. Dans les deux cas, les raisons de ces « bifurcations militantes » nous semblent intéressantes à étudier, non seulement d'un point de vue *micro*, c'est-à-dire au regard des dispositions et des trajectoires individuelles, mais aussi d'un point de vue *méso*, c'est-à-dire au regard des

¹¹ À l'exception notable du travail de Stéphanie Dechezelles (2017) sur la ZAD de Caunet.

groupes politiques dans lesquels ils ont évolué par le passé et dans lesquels ils évoluent aujourd'hui.¹²

Une piste plus macrosociologique peut par ailleurs être avancée. La jeunesse, si l'on entend par là une séquence biographique faite d'apesanteur et d'indétermination sociale (Mauger, 2015), fournit une disponibilité biographique propice aux expérimentations radicales (McAdam, 1986 ; Sommier, 2016). Compte tenu de l'importance croissante de la crise environnementale, dans quelle mesure une « génération sociale » est-elle susceptible de structurer plus fortement un rapport politique à l'écologie ? La génération « sacrifiée » au chômage de masse et à la dévaluation des diplômes (Beaud et Mauger, 2017) n'est-elle pas aussi « condamnée » aux désastres écologiques ? On peut ainsi se demander dans quelle mesure la menace du déclassement, combinée à la menace environnementale, encourage – ou à l'inverse, dans l'idée d'une « stratégie du choc » (Klein, 2007), décourage – l'engagement des jeunes dans la radicalité écologiste. Au risque de réifier une catégorie de sens commun (« la jeunesse ») dont l'unité est loin d'être évidente, les récits de vie avec des écologistes radicaux permettraient de rapporter ces effets d'âge et de génération à d'autres déterminants sociaux. Plus encore, ils rendraient possible une sociologie des dispositions politiques – et ce autour d'un double enjeu.

Le premier est de repérer, dans les trajectoires biographiques, tous les éléments ayant pu structurer un rapport politique à l'écologie. Il faut pour cela se tenir à distance d'une définition restrictive et légitimiste du politique au sens où, comme le soulignait déjà Pierre Bourdieu :

L'éducation politique ne se réduit pas, comme le veulent presque toujours ceux qui s'intéressent à cet objet, à la transmission consciente des représentations les plus directement liées à la sphère de la « politique » au sens ordinaire du terme : il serait au moins aussi absurde de réduire les conditions de la production des dispositions qui sont au principe des jugements et des pratiques politiques à la socialisation proprement politique – ou pire, à son aspect institutionnalisé, l'instruction civique – que de réduire les conditions sociales de production du goût à la formation proprement artistique. (Bourdieu, 1979 : 534)

Aussi, le regard doit être porté sur toutes les formes de socialisations qui participent à la constitution de dispositions écologistes : appartenances géographiques et trajectoires

¹² Au gré des diverses insertions et socialisations militantes, les parcours d'engagement infléchissent (et sont infléchis par) des déplacements doxiques et pratiques. Les itinéraires militants sont donc aussi des itinéraires de lecteurs au sens où des textes nourrissent et structurent les subjectivités politiques. On pense notamment aux penseurs de l'écologie politique : Thoreau, Reclus, Gorz, Illich, Charbonneau, Ellul entre autres.

résidentielles, manières d'habiter, fréquences et destinations des voyages, alimentation et présence d'animaux dans la vie quotidienne, expériences de vie à la campagne et, plus généralement, de contact avec la nature ou encore la sensibilisation plus ou moins politisante à la cause écologique par divers agents socialisateurs.¹³ Cette liste non exhaustive rend compte de la multiplicité des phénomènes sociaux susceptibles, tout au long de l'existence, de produire et d'entretenir des appétences écologiques.

Articulé au premier, le second enjeu porte plus directement sur la production sociale de la révolte ou, pour le dire autrement, sur la fabrique de la radicalité. Comment se sont constituées les (dis)positions hétérodoxes des enquêtés ? L'endossement d'un registre radical est-il une façon de « résoudre » les contradictions de l'héritage familial et les conflits d'identité qui en découlent (Bourdieu, 1993 ; Gaulejac, 2016) ? Ces conflits participent-ils en amont à la construction précoce de ce que nous avons qualifié à propos des militants autonomes (Robineau, 2017), d'un *ethos rebelle*, soit une propension à la transgression, à la désobéissance, voire aux comportements agonistiques ? Assiste-t-on par la suite à des « carrières de politisation »¹⁴ dont les processus et les diverses étapes précèdent l'entrée en militance ? Au-delà de la genèse de ces dispositions (à l'écologie et à la radicalité) politiques, sous et dans quelles conditions les enquêtés franchissent le pas de l'engagement en s'investissant dans une cause collective ? Autrement dit, comment certains contextes, rencontres, ou événements sont susceptibles d'accomplir le passage « de la 'révolte intérieure' à la révolte sociale » (Crettiez et Sommier, 2006 : 13) ?

Cette première approche par les trajectoires concerne donc, d'une part, les conditions sociales au principe des engagements écologistes radicaux et, d'autre part, les modes (différenciés et toujours évolutifs) que ceux-ci peuvent prendre. Elle permettrait ce faisant de mettre au jour les éventuelles correspondances entre les causes et les formes de l'engagement, en examinant par exemple si aux différents itinéraires biographiques correspondent des registres spécifiques de radicalités écologistes.

LES FORMES ELEMENTAIRES DE LA RADICALITE ECOLOGISTE

Certes, *ce que les acteurs disent de leurs pratiques* peut donner accès aux différents registres de la radicalité écologiste et, par là, à ce qui les rapproche et ce qui les distingue. Néanmoins, les récits de vie comportent des limites méthodologiques qui rendent cet accès éminemment partiel. D'une part, ils n'échappent jamais totalement aux écarts entre le récit de soi et la réalité objective (Bourdieu, 1986). D'autre part, ils

¹³ Aux sphères familiale, scolaire, amicale, professionnelle ou associative s'ajoute la consommation de biens symboliques (culturels, informationnels, scientifiques) favorisant un intérêt à l'égard des enjeux écologiques.

¹⁴ Nous entendons par cette expression une forme de parcours doxique qui, en révélant « l'arbitraire du monde social et de ses classements, les logiques de domination qui les sous-tendent » (Johsua, 2005 : 87), encourage une « rupture hérétique avec l'ordre établi » (Bourdieu, 1981 : 69).

négligent « les pratiques non officielles, celles qui probablement ne seraient pas évoquées lors d'un questionnaire ou d'une interview » (Schwartz, 2011 : 338) et qui se donnent généralement à voir quand, par l'immersion de longue durée dans des groupes d'interconnaissances, l'ethnographe est en quelque sorte banalisé (*ibidem* : 351). Par conséquent, l'observation participante, voire la participation observante (Soulé, 2007), constituerait un moyen privilégié pour saisir, dans le cours même de l'action, *ce que les pratiques nous disent* de la radicalité écologiste. Dans une dynamique de recherche collective, la multiplication des enquêtes (et des points de vue) ethnographiques sur des terrains différenciés (Marcus, 1995) permettrait de cerner les contours du pôle écologiste radical autour d'au moins trois dimensions: 1) l'idéologie, c'est-à-dire, au sens le plus courant et le plus large, un système cohérent d'idées sur la structure de la société et comportant, sinon une finalité, du moins une direction en vue de laquelle 2) un certain répertoire d'action collective est mobilisé et 3) un ensemble de savoir-faire et de savoir-être incorporés concoure à la production d'un *sens pratique* protestataire (Geay, 2009), voire d'un *habitus* militant spécifique (Yon, 2005).

Au regard de ses multiples déclinaisons plus ou moins récentes (écosocialisme, écoféminisme, écologie populaire, écologie profonde, écologie décoloniale, etc.), le spectre idéologique de l'écologie donne non seulement à voir des variations internes mais aussi des appropriations par des traditions politiques plus anciennes. Suivre de près et sur le temps long différents collectifs de la nébuleuse écologiste permettrait ainsi d'éprouver concrètement l'hypothèse selon laquelle s'opère, par des influences – ici idéologiques – réciproques, une radicalisation de certains (groupes) écologistes et une écologisation de certains (groupes) militants radicaux. Pour ce faire, une grande attention doit être portée à ce que l'on peut considérer comme la double composante de la politisation, à savoir sa dimension *négative* (la critique de l'ordre établi) et sa dimension *positive* (une vision alternative à l'institution de la société). Nul doute qu'apparaîtront des divergences internes au pôle écologiste radical, tant dans les formes et les ressorts de la critique que dans les horizons politiques alternatifs.¹⁵ De ce point de vue, Florence Johsua a bien montré dans son travail sur le Nouveau parti anticapitaliste (NPA) comment, à partir des années 2000, la situation historique promettait désormais à ces communistes révolutionnaires « moins de Grands Soirs que de petits matins besogneux, transformant *de facto* leur visée stratégique comme le contenu et la conception du projet politique »

¹⁵ Si l'on reprend la distinction opérée plus haut dans l'article, les « utopies communautaires » (Lacroix, 1981), en tant qu'elles préfigurent d'autres « formes de vie » en agissant « ici et maintenant », se situent plutôt du côté de la composante positive tandis que les acteurs engagés au sein du mouvement social, de par leur attachement à la conflictualité comme condition nécessaire au changement, s'arriment davantage à la composante négative. Les divergences stratégiques, tout spécialement du point de vue de l'échelle (locale, nationale, globale) à prioriser, font par conséquent de la galaxie écologiste un espace d'alternatives à géométrie variable (Comby, 2016).

(Johsua, 2005 : 98). Qu'en est-il des écologistes radicaux ? Le caractère parfois « apocalyptique » de certains courants écologistes, si l'on songe par exemple à la collapsologie et autres théories de l'effondrement,¹⁶ suscite-t-il paradoxalement de nouveaux espoirs révolutionnaires ? Ces conceptions ne suggèrent-elles pas une inversion du sens même du terme « révolution », non plus, selon l'expression de Marx, comme « locomotive de l'histoire » roulant dans le sens du progrès mais, au contraire, pour reprendre le mot de Walter Benjamin, comme « le frein d'urgence » qui en stoppe la course (Löwy, 2019) ? Quels sont alors les effets produits par les critiques écologistes, notamment dans leurs visions « romantiques » et à contre-courant de la modernité (Löwy et Sayre, 1992), sur les militants radicaux ?¹⁷ Inversement, comment des corpus théoriques marxistes, anarchistes, féministes ou décoloniaux travaillent les subjectivités des nouveaux entrants écologistes dans le champ politique radical ?

Un deuxième aspect touche aux répertoires et aux logiques d'action collective parmi ces groupes militants. Où, quand, comment et avec qui se mobilisent-ils ? Si l'on assiste, comme à d'autres endroits de l'espace des mouvements sociaux, à une *relocalisation* du politique (Jeanpierre, 2019), comment le territoire (urbain ou rural) est-il investi ? À quelle distance de l'État, des organisations traditionnelles et du champ politique ? Avec quelles convergences des luttes *et* de classe ? Par quels modes d'action, de confrontation, de désobéissance, de résistance ? Selon quels jeux d'échelle entre les niveaux local, national et global, et avec quels usages des médias, en particulier alternatifs (Cardon et Granjon, 2010 ; Ferron, 2012) ? Si le recours à des formes non conventionnelles d'action collective est sans doute un dénominateur commun au pôle écologiste radical, il convient d'en détailler l'éventail possible en se demandant si les homologues repérables dans les affinités idéologiques engendrent des homologues dans les performances contestataires. Indissociables des logiques de l'action collective, ce sont aussi les ressources matérielles et symboliques dont ils disposent, la division du travail militant, les rapports de classe, de « race » et de genre, ou encore leurs pratiques délibératives qu'il convient d'interroger.

Enfin, le troisième aspect consisterait à saisir la socialisation militante *en train de se faire* afin d'éclairer, d'une part, l'univers de sens et de pratiques de tel ou tel registre de radicalité écologiste et, d'autre part, les processus par lesquels les individus se l'approprient, jusqu'à l'incorporer. Quelle sont les logiques d'activation et/ou d'acquisition de dispositions militantes et, plus largement, les apprentissages politiques routiniers

¹⁶ À l'instar d'Extinction Rebellion, divers groupes écologiste souscrivent à l'idée d'un effondrement imminent de la « civilisation industrielle ». En France, la collapsologie a connu un fort retentissement avec la parution, en 2015, de l'essai intitulé *Comment tout peut s'effondrer. Petit manuel de collapsologie à l'usage des générations présentes* (Servigne et Stevens, 2015).

¹⁷ En tant que les écologistes s'appuient également sur des corpus savants et des données scientifiques, on peut y voir là aussi un paradoxe. À cet égard, il serait intéressant d'interroger plus en profondeur le rapport ambivalent qu'ils entretiennent à la modernité, en particulier à la science et à la technique.

favorisant l'inculcation d'un *sens pratique* spécifique ? Comment s'opère la conversion écologique des militants radicaux et quelles sont ses incidences biographiques, par exemple sur leurs styles de vie ? Inversement, la radicalisation doxique des écologistes va-t-elle de pair avec des réorientations pratiques ? Passe-t-elle, comme nous l'avons observé chez les autonomes, par une forme de *remise de soi* militante et des modes d'engagement autrement plus « sacrificiels » (Robineau, 2018) ?

À travers les trois dimensions que nous venons de développer, l'intérêt de cette approche réside précisément dans sa capacité à localiser et à cartographier le pôle écologiste radical, aussi bien dans les formes élémentaires qui le fondent que dans les interrelations – et les caractéristiques distinctives – des groupes qui le composent. Objet de luttes symboliques qui devront elles-mêmes faire partie de l'analyse, la radicalité écologiste est donc avant tout un opérateur de questionnements afin, par les vertus de l'enquête empirique, d'en saisir les dynamiques politiques et les ressorts sociologiques.

CONCLUSION

Ces quelques propositions font corps avec des enjeux sociaux et politiques actuels qui, très vraisemblablement, ne feront que croître dans les prochaines décennies. En effet, aucune entreprise politique, qui plus est contestataire, ne saurait faire fi de la crise environnementale qui pèse sur les sociétés aujourd'hui. Celle-ci occupe d'ailleurs une place croissante dans les mouvements sociaux. D'une part, les franges les plus radicales (socialistes, communistes, anarchistes, féministes, décoloniales ou autres) s'en saisissent et, ne serait-ce que pour des raisons stratégiques, l'intègrent dans leurs logiciels et leurs horizons politiques. D'autre part, l'idée d'une résolution de la crise par des « petits pas » politiques et des « petits gestes » individuels apparaît désormais insuffisante aux yeux de nombreux écologistes dont une partie d'entre eux, en particulier les plus jeunes, atteste d'une radicalisation doxique opérant sur fond d'une critique de l'ordre socioéconomique. Posant l'hypothèse d'un double mouvement – la radicalisation de militants écologistes et l'écologisation de militants radicaux – constitutif d'un pôle écologiste radical, nous avons dessiné des pistes de travail qui, s'efforçant de tenir ensemble sociologie dispositionnelle et sociologie de l'action collective, sont susceptibles d'en rendre raison.

La teneur programmatique de notre propos encourage en ce sens la prolifération d'enquêtes sur des terrains (politiquement et géographiquement) diversifiés. Un tel travail – nécessairement collectif – serait en mesure à terme de cartographier ce pôle militant et, le cas échéant, de localiser les foyers *effectifs* de l'écosocialisme. Car, sans même que les écologistes radicaux ne s'en réclament, le repérage de l'écosocialisme peut à notre sens s'effectuer à partir de l'observation des pratiques concrètes des acteurs, à la fois dans leurs motivations, leurs logiques et leurs finalités. Adossée à ce versant

ethnographique, la multiplication d'entretiens biographiques viendrait par ailleurs renseigner la composition sociale des groupes militants en question. À ce titre, il serait tout à fait intéressant d'examiner si ce que suggère « sur le papier » la notion même d'écosocialisme, soit la convergence des luttes sociales et écologiques, s'accompagne ou non, dans les faits, d'un recrutement militant propice aux alliances de classe. Partant, c'est également un angle mort des recherches sur le sujet – à savoir les dispositions, les itinéraires et les ressorts sociaux conduisant à la radicalité écologiste – qu'il nous paraît important de combler par des récits de vie. Sans prétendre à l'exhaustivité, ni même à la pertinence de toutes les hypothèses avancées, ce programme de recherche invite donc à affiner le grain des dynamiques de politisation contemporaines qui, prenant appui sur la nouvelle donne écologique, remettent en cause l'ordre établi et ouvrent des « possibles latéraux » (Boltanski, 2008).

Révision de Ana Sofia Veloso

COLIN ROBINEAU

Laboratoire CARISM – Centre d'Analyse et de Recherche Interdisciplinaires sur les Médias,
Université Paris 2 Panthéon-Assas
Assas, 5/7 avenue Vavin, 75006 Paris, France
Contact: colin.robineau@laposte.net

Article reçu le 16.04.2020

Article accepté le 14.12.2020

REFERENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- Astier, Marie; d'Allens, Gaspard (2019), "Compromis ou radicalité, le mouvement écolo cherche sa stratégie", *Reporterre*, 27 juillet. Consulté le 03.04.2020, sur <https://reporterre.net/Compromis-ou-radicalite-le-mouvement-ecolo-cherche-sa-strategie>.
- Beaud, Stéphane; Mauger, Gérard (dir.) (2017), *Une génération sacrifiée ? Jeunes des classes populaires dans la France désindustrialisée*. Paris: Rue d'Ulm.
- Bertaux, Daniel (2010), *Le récit de vie*. Paris: Armand Colin.
- Boltanski, Luc (2008), *Rendre la réalité inacceptable. À propos de "La production de l'idéologie dominante"*. Paris: Demopolis.
- Bonelli, Laurent; Carrié, Fabien (2018), *Radicalité engagée, radicalités révoltées. Enquête sur les jeunes suivis par la protection judiciaire de la jeunesse (PJJ)*. Rapport: Université de Paris Nanterre – Institut des sciences sociales du politique.

- Bookchin, Murray (2019), *Changer sa vie sans changer le monde. L'anarchisme contemporain entre émancipation individuelle et révolution sociale*. Paris: Agone. Traduction de Xavier Crépin.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1981), "Décrire et prescrire. Note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 38, 69-73.
- Bourdieu, Pierre (1986), "L'illusion biographique", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62, 69-72.
- Bourdieu, Pierre (dir.) (1993), *La misère du monde*. Paris: Seuil.
- Boy, Daniel; Mayer, Nonna (1997), "Les 'variables lourdes' en sociologie électorale", *Enquête, anthropologie, histoire, sociologie*, 5, 109-122.
- Bulle, Sylvaine (2018), "Formes de vie, milieux de vie. La forme-occupation", *Multitudes*, 71, 168-175.
- Cardon, Dominique; Granjon, Fabien (2010), *Médiactivistes*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Comby, Jean-Baptiste (2015), *La question climatique. Genèse et dépolitisation d'un problème public*. Paris: Raisons d'Agir.
- Comby, Jean-Baptiste (2016), "Des 'alternatives' à géométrie variable", *Savoir/Agir*, 38, 9-12.
- Cotgrove, Stephen; Duff, Andrew (1981), "Environmentalism, Values, and Social Change", *The British Journal of Sociology*, 32, 92-110.
- Cottin-Marx, Simon; Flipo, Fabrice; Lagneau, Antoine (dir.) (2013), "La transition, une utopie concrète?", *Mouvements*, 75.
- Crettiez, Xavier; Sommier, Isabelle (dir.) (2006), *La France Rebelle*. Paris: Michalon.
- Crettiez, Xavier (2016), "Penser la radicalisation", *Revue française de science politique*, 66, 709-727.
- Crossley, Nick (2003), "From Reproduction to Transformation. Social Movement Fields and the Radical Habitus", *Theory, Culture & Society*, 6, 43-68.
- Darras, Éric (dir.) (1998), *La politique ailleurs*. Paris: Presses universitaires de France.
- Dechezelles, Stéphanie (2017), "Une ZAD peut en cacher d'autres. De la fragilité du mode d'action occupationnel", *Politix*, 117, 91-116.
- Delmas, Vanina (2019), "À Paris, militants climat et gilets jaunes occupent un centre commercial", *Politis*, 7 octobre. Consulté le 03.04.2020, sur <https://www.politis.fr/articles/2019/10/a-paris-militants-climat-et-gilets-jaunes-occupent-un-centre-commercial-40894/>.
- Doidy, Éric (2015), "'Faites labour pas la guerre!' Reversions militantes et retour à la terre dans les États-Unis post-11 septembre", in Bernard Lacroix; Xavier Landrin; Anne-Marie Pailhès; Caroline Rolland-Diamond (dir.), *Les contre-cultures. Genèses, circulations, pratiques*. Paris: Syllepse, 375-392.
- Dufour, Pascale; Hayes, Graeme; Ollitrault, Sylvie (2012), "Présentation: Radicalités et radicalisations - la fabrication d'une nouvelle 'norme' politique?", *Lien social et Politiques*, 68, 7-12.

- Farbiaz, Patrick (2019), "Les Gilets jaunes sont le premier mouvement social écologiste de masse", *Reporterre*, 21 janvier 2019. Consulté le 03.04.2020, sur <https://reporterre.net/Les-Gilets-jaunes-sont-le-premier-mouvement-social-ecologiste-de-masse>.
- Ferron, Benjamin (2012), "Les troubles du langage sociologique dans la comparaison internationale: le cas des médias des mouvements sociaux au Chiapas et en Palestine", *Revue internationale de politique comparée*, 19, 75-93.
- Fillieule, Olivier (2001), "Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. Post-scriptum", *Revue française de science politique*, 51, 199-215.
- Gaulejac (de), Vincent (2016), *La névrose de classe*. Paris: Payot.
- Geay, Bertrand (dir.) (2009), *La protestation étudiante. Le mouvement du printemps 2006*. Paris: Raisons d'agir.
- Gezon, Lisa; Paulson, Susan (dir.) (2004), *Political Ecology Across Spaces, Scales And Social Groups*. New Jersey: Rutgers.
- Gottraux, Philippe (1997), "*Socialisme ou barbarie*". *Un engagement politique et intellectuel dans la France de l'après-guerre*. Lausanne: Payot Lausanne.
- Graeber, David (2013), *The Democracy Project: A History, a Crisis, a Movement*. New York: Spiegel & Grau.
- Grisoni, Anahita; Némóz, Sophie (2017), "Les mouvements socio-écologistes, un objet pour la sociologie", *Socio-logos*, 12. Consulté le 26.03.2020, sur <https://journals.openedition.org/socio-logos/3116>.
- Haluza-DeLay, Randolph (2008), "A Theory of Practice for Social Movements: Environmentalism and Ecological Habitus", *Mobilizations*, 13, 205-218.
- Jeanpierre, Laurent (2019), *In Girum. Les leçons politiques des ronds-points*. Paris: La Découverte.
- Johsua, Florence (2005), *Anticapitalistes. Une sociologie historique de l'engagement*. Paris: La Découverte.
- Kempf, Hervé (2014), *Notre-Dame-des-Landes*. Paris: Seuil.
- Keucheyan, Razmig (2014), *La nature est un champ de bataille. Essai d'écologie politique*. Paris: Zones.
- Kirby, Jeff (2017), "Fleshing Out an Ecological Habitus: Field and Capitals of Radical Environmental Movements", *Nature and Culture*, 12, 89-114.
- Klein, Naomi (2007), *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. Toronto: Knopf.
- Lacroix, Bernard (1981), *L'utopie communautaire: histoire sociale d'une révolte*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lahire, Bernard (1995), *Tableaux de familles. Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires*. Paris: Seuil.
- Lecœuvre, Claire (2019), "Les écologistes tentés par l'action directe", *Le Monde diplomatique*, novembre, 18-19.
- Lockyer, Joshua; Veteto, James (dir.) (2013), *Environmental Anthropology Engaging Ecotopia: Bioregionalism, Permaculture, and Ecovillages*. New York: Berghahn Books.

- Löwy, Michael (2019), *La révolution est le frein d'urgence. Essais sur Walter Benjamin*. Paris: Éditions de l'éclat.
- Löwy, Michael; Sayre, Robert (1992), *Révolte et mélancolie. Le romantisme à contre-courant de la modernité*. Paris: Payot.
- Luck, Simon (2008), *Sociologie de l'engagement libertaire dans la France contemporaine. Socialisations individuelles, expériences collectives et cultures politiques alternatives*. Thèse pour le Doctorat en Science politique, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, France.
- Mabi, Clément (2016), "Luttes sociales et environnementales à l'épreuve du numérique: radicalité politique et circulation des discours", *Études de communication*, 47, 111-130.
- Marcus, Georges (1995), "Ethnography in/of the World System. The Emergence of Multi-Sited Ethnography", *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.
- Martinez Alier, Joan (1991), "Ecology and the Poor: A Neglected Dimension of Latin American History", *Journal of Latin American Studies*, 23, 621-639.
- Mathieu, Lilian (2012), *L'Espace des mouvements sociaux*. Bellecombe-en-Bauges: Le Croquant.
- Mauger, Gérard (2015), *Âges et générations*. Paris: La Découverte.
- McAdam, Doug (1986), "Recruitment to High-Risk Activism: The Case of Freedom Summer", *American Journal of Sociology*, 92, 64-90.
- Ollitrault, Sylvie (2008), *Militer pour la planète, sociologie des écologistes*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.
- Pagis, Julie (2014), *Mai 68, un pavé dans leur histoire. Événements et socialisation politique*. Paris: Presses de la FNSP.
- Pruvost, Geneviève (2015), "Chantiers participatifs, collectifs, autogérés en écoconstruction. La politisation du moindre geste", *Sociologie du travail*, 57, 81-103.
- Pruvost, Geneviève (2017), "Critique en acte de la vie quotidienne à la ZAD de Notre-Dame-des-Landes (2013-2014)", *Politix*, 117, 35-62.
- Robineau, Colin (2017), "La politisation en terrain militant 'radical' : ethnographie d'un squat d'activités de l'Est Parisien". Thèse pour le Doctorat en Sciences de l'information et de la communication, Université Paris 2 Panthéon-Assas, France.
- Robineau, Colin (2018), "S'engager corps et âme. Socialisations secondaires et modes de production du militant 'autonome'", *Agora débats/jeunesses*, 80, 53-69.
- Robineau, Colin (à paraître), *Devenir autonome. Sociologie de la radicalité politique*. Paris: La Découverte.
- Sawicki, Frédéric; Siméant, Johanna (2009), "Décloisonner la sociologie de l'engagement militant. Note critique sur quelques tendances récentes des travaux français", *Sociologie du travail*, 51, 97-125.
- Schwartz, Olivier (2011), "L'empirisme irréductible. La fin de l'empirisme?", in Nels Anderson, *Le Hobo, sociologie du sans-abri*. Paris: Armand Colin, 335-384.
- Servigne, Pablo; Stevens, Raphaël (2015), *Comment tout peut s'effondrer. Petit manuel de collapsologie à l'usage des générations présentes*. Paris: Éditions du Seuil.

- Siméant, Johanna (2003), "Un humanitaire 'apolitique'? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi", in Jacques Lagroye (dir.), *La politisation*. Paris: Belin, 163-196.
- Soulé, Bastien (2007), "Observation participante ou participation observante? Usages et justifications de la notion de participation observante en sciences sociales", *Recherches qualitatives*, 27, 127-140.
- Sommier, Isabelle (2016), "L'engagement radical a-t-il un âge?", *L'école des parents*, 5, 61-78.
- Sommier, Isabelle (2018), *La violence révolutionnaire*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Tilly, Charles (2008), *Contentious Performances*. New York: Cambridge University Press.
- Vanderheiden, Steven (2008), "Radical Environmentalism in an Age of Antiterrorism", *Environmental Politics*, 17, 299-318.
- Verdier, Margot (2018), *La perspective de l'autonomie. La critique radicale de la représentation et la formation du commun dans l'expérience de l'occupation de la ZAD de Notre-Dame-des-Landes*. Thèse pour le Doctorat en Sociologie, Université Paris 10 Nanterre, France.
- Yon, Karel (2005), "Modes de sociabilité et entretien de l'habitus militant. Militer en bandes à l'AJS-OCI", *Politix*, 70, 137-167.

ORIO BATALLA

GREEN CAPITALISM? POLITICS FROM THE NECROCENE TO THE ELEUTHEROCENE

Abstract: In using the idea of *Necrocene*, the age of death and extinction due to capitalist accumulation, as opposed to the *Anthropocene*, this article will discuss how green capitalism is a ramification of the business-as-usual neoliberal praxis as it does not contemplate the pressing matters caused by capitalism as it exists today which are inherently linked to inequity, exploitation, death and extinction. Furthermore, through this lens, it will generate a critique of the Green New Deal and provide speculations on the planetary future. Finally, this article ambitiously aims to illustrate how through the imaginaries of death and extinction, capitalism and green capitalism can be challenged as they prove to be deathly and inconsistent to the creation of fruitful inroads for future alternatives towards the Eleutherocene: the age of liberated Earth and Humanity.

Keywords: anthropocene, environmental humanities, Green New Deal, political ecology, political philosophy.

CAPITALISMO VERDE? POLÍTICA DO NECROCENO AO ELEUTERIOCENO

Resumo: Usando a ideia de *Necroceno*, a idade da morte e da extinção devido à acumulação capitalista, em oposição ao *Antropoceno*, discutir-se-á neste artigo como o capitalismo verde é uma ramificação da tradicional prática neoliberal, uma vez que não contempla as questões urgentes causadas pelo capitalismo atual, que estão inerentemente ligadas à desigualdade, exploração, morte e extinção. Além disso, por este prisma, gerar-se-á uma crítica ao Green New Deal e estabelecer-se-ão especulações sobre o futuro planetário. Finalmente, este artigo visa ilustrar ambiciosamente a forma como, através de imaginários de morte e extinção, o capitalismo e o capitalismo verde podem ser desafiados enquanto se comprovam mortíferos e incompatíveis à criação de avanços profícuos para futuras alternativas rumo ao Eleuterioceno: a era da Terra e da humanidade livres.

Palavras-chave: antropoceno, ciências humanas ambientais, ecologia política, filosofia política, Green New Deal.

INTRODUCTION

In recent decades, scientists, environmentalists, political analysts and activists have portrayed the reality of our planet as a consequence of the climate emergency we are living in. Citing a litany of crises – from the melting of ice sheets and the mass-bleaching of coral reefs to the rising sea levels and their surface temperatures, the subsequent crisis of the Climate Refugees in the Pacific Islands, and the sixth mass-extinction of species – a variety of sociopolitical movements, cultural objects, studies and research topics have come to the center of the ecological discourse. However, as Boris Frankel (2018: 48) stated, “what is striking is not just the volume of evidence warning us about the extreme dangers of climate breakdown, but just how relatively ineffective those reports have been in altering most forms of ‘business as usual’”. Vividly exemplifying the transparency of such a plight are the Planetary Boundaries proposed by the Stockholm Resilience Center in 2009, which seek to define the various broad groupings of single planetary crisis that can lead to an irreversible planetary catastrophe.¹ As they state, “transgressing one or more planetary boundaries may be deleterious or even catastrophic due to the risk of crossing thresholds that will trigger non-linear, abrupt environmental change” (Rockström *et al.*, 2009).

In a global paradigm in which sociopolitical measures are nowhere near able to meet the goal of keeping these boundaries controlled, some economic and political spheres are opting for either a Green New Deal (GND) or Green Capitalist alternatives in order to solve the current ecological and, subsequently, cultural, political and economic crises unfolding from it. In light of this, the present article ambitiously aims to generate a critique of green capitalism as a business-as-usual perspective that is, as in all types of capitalism, extractivist, inegalitarian and deathly. This will be done by using the Necrocene nomenclature as opposed to the Anthropocene, employing it as a hermeneutical heuristic to analyze this form of capitalism from a Critical Theory and Environmental Humanities perspective. By acknowledging the deathly and extinctive nature of capitalism in all its forms, this essay will try to illuminate how thinking through the Necrocene and emphasizing death and extinction as a consequence of capitalist accumulation might be fruitful to challenge capitalism by bringing its inconsistencies and its lethal nature more convincingly to the fore. Thus, the Necrocene might show itself as a valid analytical tool in order to pave a way towards the Eleutherocene: the age of liberated Earth and Humanity.

¹ These boundaries are climate change, ocean acidification, stratospheric ozone depletion, biogeochemical nitrogen and phosphorus cycles, global freshwater use, rate of biodiversity loss and integrity, land-system change, chemical pollution, and atmospheric aerosol loading. The boundaries of biosphere integrity and biochemical flows of nitrogen and phosphorous cycles have been transgressed to a critical level, and most of the others are on the verge of crossing the threshold as well.

FROM THE HOLOCENE TO THE NECROCENE

The climate stability of the geological age of the Holocene provided humanity with long-lasting resources with which it established fruitful and robust civilizations. All recorded history took place during said geological epoch. From an ontological, material and epistemological point of view, this stability was the firm ground on which humanity could construct the foundations of everything we know, from love to art, from politics to religion, and from ethics to beauty, just to name a few. Now, this epoch seems to have vanished. With the aforementioned planetary boundaries mediating the different issues at hand so humankind can grasp the magnitude of the ecological crisis, the agency of humankind itself is at stake. That is, the effects of human activities on the atmosphere have impacted nature as a whole, breaking the barrier that alienated nature from humanity in the nature/culture dialectic (McKibben, 1989). In other words, as Ursula K. Heise highlighted, “nature in the sense of a domain apart from human intention no longer exists” (2016: 8). Consequently, as Paul Crutzen postulated, “it seems appropriate to assign the term ‘Anthropocene’ to the present, [...] human-dominated, geological epoch, supplementing the Holocene – the warm period of the past 10-12 millennia” (Crutzen, 2002: 23). As one of the few ideas in geology that has been studied in the humanities and social sciences, the Anthropocene allows us to come to terms with vast periods of time in human history and, consequently, with the history of capitalism.

Nevertheless, the Anthropocene narrative does not underscore the fact that the planetary modifications and the radical consequences they produce are due to capitalist practices. In turn, the Anthropocene, by using *anthro* (Greek for human), blames humanity as a whole, disregarding any distinction among human beings. Whether they consider themselves pro-capitalism or not, the vast majority of causes and consequences of humankind’s modification of the Earth to unsustainable levels have been the side effects of the praxis of the one billion wealthiest inhabitants of the Earth through an extractive, mass-accumulation capitalist logic and cultural ideology (Christensen and Heise, 2018). Thus, and even though one could understand the Anthropocene as a period of modification of the Earth beginning with the first civilizations, the Anthropocene narrative does not align with the reality that the current ecocidal crisis has not been triggered by humanity as a whole but by capitalism in all its dimensions.

Amongst many different nomenclatures proposed for this uncanny epoch in the debate of the “many Anthropocenes” (Chakrabarty, 2018), Jason W. Moore (2016) defined the current age as the *Capitalocene*, an age marked not only by the geological, but also the cultural, ecological and political power of capitalist accumulation. Within this nomenclature, Moore (2016) developed his crucial idea of the Law of Cheap Nature, a dialectic in which “Nature” as a categorical frame outside “Humanity” entangles not only

non-human ecosystems but also certain members of human societies such as people of color, women and people living in semicolonial regions. In this way, Moore intertwines political economy and the ecocidal motion of the planet in a world-ecology system.

Within this debate, Justin McBrien (2016) coined this epoch with the term Necrocene, the age of death and extinction as a result of capitalist accumulation. Considering the duality Moore proposed in the Law of Cheap Nature, McBrien (*ibidem*: 116) twists the Capitalocene narrative to put death and extinction as front and center inherent traits of capitalism since in his view “capitalism leaves in its wake the disappearance of species, languages, cultures and peoples. It seeks the planned obsolescence of all life. Extinction lies at the heart of capitalist accumulation”. Namely, this alternative narrative intends to shed light upon the theoretical inconsistencies of the Anthropocene narrative as it frames global problems as problems created by humanity as a whole. As previously mentioned, the current ecological and subsequent multifocal crises that are intertwined within it have been magnified from the Industrial Revolution to the current late-neoliberal system, causing the individual death and the holistic extinction of different human and non-human ecosystems.

For McBrien (2016), a fundamental part of the Necrocene narrative is the idea of necrosis, as a process that comes after a traumatic injury which causes the destruction of the cells by their own enzymes. Capitalism is, therefore, “the reciprocal transmutation of life into death and death into capital” (*ibidem*: 117). That is, capitalism is going towards its own extinction through its own logic of reproduction of productivity. In this light, capitalism looks as though it is framed within the expansion of production and accumulation, and the effects of it on the grounds that in fact allow such reproduction. Namely, for instance, that capitalism would perish with a massive degradation of non-human ecosystems *a priori*. This is in fact what the Necrocene theory acknowledges by making it abundantly clear that the current logic of neoliberalism² no longer considers

² Neoliberalism is a capitalist political philosophy and economic theory that has as central characteristics the reduction of state intervention to regulate economy, the expansion of market mechanisms and law, privatization, the disarming of trade unions and labor organizations, a reduction of state expenditure, propulsion of endless economic growth through whatever means exist, and prioritizing private capital. Neoliberalism sees competition as a defining characteristic in human relations, and any attempts to control this competition are seen as attempts against liberty. Theorized at the beginning of the 20th century, it was brought into globalization thanks to Ronald Reagan (United States), Margaret Thatcher (United Kingdom), the International Monetary Fund, the World Bank and the Maastricht treaty at the end of the 1970s and beginning of the 1980s. However, contrary to Marxism or Anarchism, neoliberalism is seldom referred to as an ideology in the public debate, neoliberalism is the dominant ideology of most of the countries in the globalized world with the slogan “there is no alternative” in which neoliberalism appears as a Darwin-like natural selection. If you do not succeed, it is not due to a systematic failure or because you simply could not inherit a fortune, but because you did not try hard enough. To put it succinctly yet in very broad strokes, capitalism is a higher category or a system, whereas neoliberalism is a *modus operandi* and philosophy within capitalism. For more information on neoliberalism and how it works in the current world, see *How Did We Get into this Mess?* (Monbiot, 2016).

such dangers in a direct way. In other words, capitalism seems to be leading itself towards its own eventual extinction, at the expense of the annihilation of everything else.

Traditional Marxism understands that capitalism is a mode of production with profit and accumulation as its unique goals and, through this perspective, the Necrocene could be proven as inconsistent as capitalism does not seek extinction as its final aim. Nonetheless, the Necrocene acknowledges this adherence to the Law of Cheap Nature as intrinsic in capitalism and the consequent extinction processes that unfold from it. It is indeed via this drive to accumulate and profit that the Law of Cheap Nature becomes possible, namely, the exploitation of nature and labor-power reframed in the world-ecology between Nature (exploited agents) and Humanity (exploiters). In other words, capitalism triggers death and extinction, but does not seek them, and as a logic able to infect everything within its reach, it has even absorbed the current ecological turmoil to a certain extent. As previously mentioned, although capitalism might be the last thing to die within capitalism due to its plasticity and ability to adapt to new challenges, it is facing its own extinction. That is, the current ecological crisis has become a central problem threatening the survival of capitalism, which is trying to reinvent itself in the direction of alternatives such as the GND.

Therefore, the Necrocene theory might help us move beyond the non-human towards the human and back. That is, it entails in its nomenclature the inequalities, inconsistencies and exploitation of non-human animals, cultures, peoples and societies. In relation to this, although developing the full narrative of the Necrocene is beyond the scope of this essay, it is pivotal to bear in mind that the very idea of the Necrocene entails within it a series of necro-realities that shape it ideologically, materially and psychologically: necropolitics, necroeconomics and necro-ontologies. Necropolitics in the Necrocene develops biopolitics through death as the right to expose people to death and death practices (Mbembe, 2003). That is, for Achille Mbembe, necropolitics is

the generalized instrumentalization of human existence and the material destruction of human bodies and populations [...] the human being truly becomes a subject – that is, separated from the animal – in the struggle and the work through which he or she confronts death (understood as the violence of negativity).
(Mbembe, 2003: 14; italics in the original)

However, the idea of Necrocene allows us to go beyond Mbembe's assumptions. With the framing of human and non-human entities alike, the Necrocene recasts the contemporary world into Nature (exploited) and Humanity (exploiters) in the process of becoming extinction. If the Law of Cheap Nature is considered, the members of Nature,

(human and non-human), become a set of objects outside bios, lose their subjectivity and become, just like Giorgio Agamben's *Homo Sacer*³ (1995), victims of the politics of death. Central to understanding the link between Necropolitics and the Necrocene as a socio-political heuristic is Mbembe's conception of the creation of death-worlds, "new and unique forms of social existence in which vast populations are subjected to conditions of life conferring upon them the status of *living dead*" (Mbembe, 2003: 40-; italics in the original). Capitalism in the Necrocene pushes entities to the status of living dead, one between the humanitarian mainstream's rejection of violence and humanity's fetish towards it.

Necroeconomics, in turn, are defined by Chaka Unzonde (2013: 328) as,

an economic system which is principally organized around the consumption of bodies as part of the process of accumulation. That is to say, necro-economics consumes specific populations that are rendered "matter" that can be used and/or disposed of. These populations, as instrumentalized "matter," can and are used in the generation of wealth, in the accumulation of capital. It follows that they are not citizens in any substantive sense. These populations' relationship to the mainstream economy cannot rest on their intrinsic value. They have none.

The Law of Cheap Nature, together with these necropolitics and necroeconomics, build up the Necrocene as a necro-ontology, "a systematic rendering of particular populations as bodies that must necessarily be killed [...] understood as a philosophical orientation that rationally organizes populations for their necessary death" (*ibidem*: 327), by considering that politics, economy, society, culture and the self are mutually constitutive of this necro-ontology under the canopy of capitalism through materialism and ideology.

This uncanny epoch is the "era of death" (Clark, 2019: 13) in multiple senses. It threatens the death of the biosphere and the humanisphère as we know them in the course of human history as a result of growth and "the forces of technological domination, in dialectical interaction with other forms of domination" (*ibidem*). In a contemporary state of affairs "marked by the globalization of markets, the privatization of the world under the aegis of neoliberalism, and the increasing imbrication of the financial markets, the postimperial military complex and electronic and digital technologies" (Mbembe, 2017: 3), and where the forms of belief "get in line with the dominating techno-Capitalist society, undergoing a

³ In this context, the *Homo Sacer* is understood as those living entities that are subjugated to the internal domination of the maximum efficiency. If said entities are not productive for capitalism, they are discarded. That is why this article argues that the Necrocene narrative has inside it the necropolitics of a society of the *living-dead*.

process of deterritorialization and deculturation that renders them apt for global consumption" (Ungureanu, 2017: 277), the Necrocene narrative might help us reframe the world-ecology at the end of nature by challenging and going beyond the nomenclature of the Anthropocene. Furthermore, it potentially brings a theoretical tool to hermeneutically analyze the contemporary world and the different tensions between capitalism and ecology, and capitalism and culture. By bringing the issues of death and extinction to the fore and identifying them as intrinsic to the logic of capitalism, the Necrocene might be a generative heuristic able to open new spaces for analysis and theoretical and material engagement. That is, this nomenclature can possibly generate new theories and narratives to appear at the surface through the acknowledgement of the infectious and extinctive nature of Capitalism, and all the inequalities that lie beyond its spectrum.

NECROCENE VS. GREEN CAPITALISM

To consider "Green Capitalism" as a solution for the current sociopolitical and ecological emergency is nothing more than a placebo to perpetuate hegemony and fix some of the ecological problems affecting the world insofar as these problems are solved by advancing the "business-as-usual" praxis. Its logic of competition, growth and accumulation, together with the unequal distribution of wealth, property and power, is leading to a commodification of basic material substances of global vital use that had never been commodified before by an economically-rich elite towards a metabolic rift.⁴ This rift, in turn, separates people from the ecosystems that support them and makes it an unsustainable alternative to face the current global ecological crisis (Scales, 2017). As Leandro Vergara-Camus (2017) noted, any socialist who wants to defend economic growth, even if it is based on renewable or green energies, "would have to explain how such overall growth will come about without more exploitation of one sort or another". Thus, green capitalism is not a conceivable alternative as a real solution for sustainability in the current state of affairs, as it is trapped in current late-neoliberalism "statist, technocratic, patriarchal society of mass consumption" (Clark, 2019: 20), which drives societies towards selfhood and obsessive desires, accumulation, and attachments. In other words, the current system steers societies towards the necropolitics, necroeconomics and necro-ontologies of the Necrocene.

As a top-down, business-as-usual alternative, green capitalism does not address the core of the problem, which is the *Capitalist Realism* (Fisher, 2009) in which most of the humanity is submerged without visualizing any way out. Capitalism functions through a

⁴ A metabolic rift is understood in environmental Marxist theory, in very broad strokes, as a rupture in the metabolic interaction between humankind and natural ecosystems derived from the growing capitalist production.

system of production and the propagation and creation of needs. This progresses towards a culture of consumption that makes societies believe, via its necro-realities, that there is no way out and that this obsessive consumption is the only praxis possible, absorbing humankind inside such an ideology. As Jacques Rancière (2017) pointed out, capitalism has the capacity to organize a common world based on inequality and, by reproducing it in a spiral-like motion, it makes itself appear as the world in which we live, act, move and feel, and the only reality possible. Capitalism has become a material and psychological domain in which alternatives seem to be nothing more than unreal imaginaries.

Therefore, if one uses the Necrocene to hermeneutically engage with green capitalism, it appears to be just an extension of capitalism itself, meant to wash its image and portray an eco-friendly façade without rejecting its deathly and extinctive nature. In turn, it generates the necessity of consumption of such eco-materials and the generation of pseudo-ecological policies while playing by the same rules as current late-neoliberalism. Namely, green capitalism falls right in the center of the necro-realities embedded in the Necrocene narrative. It deprives of value and creates human and non-human ecosystems of *homo sacri*, those agents under the yoke of the necro-realities of the Necrocene, creating the world of the living dead: entities that are nothing more than fodder to be consumed or exploited.

Green capitalism deprives the populations subjugated to extreme neoliberal and unequal practices of their intrinsic value. It is an example of a cultural hegemony as a process of moral, intellectual, political and social domination and subordination by the dominant order, in this case capitalism. As Raymond Williams (1978) details, hegemony constructs current and lived experiences like a sense of reality and absolute since experienced reality beyond it is hardly impossible for most members of society. In addition, and even though it is not total and gives spaces to alternatives according to Williams (*ibidem*), capitalist hegemony is dynamic in the sense that it is renewed, defended and modified, and it attempts to neutralize opposition insofar as the dominant culture creates limitations to other alternatives and forms of counterculture. This is illustrative of the politics within green capitalism. Capitalism has modified and renewed itself to be plastic enough to fit within the counterculture of environmentalism, which, for its part, was challenging the hegemonical logic of capitalism itself.

That is to say, capitalism is extractivist⁵ at its core given that it also extracts from human lives, materially and psychologically speaking. Using the perspective of the

⁵ Extractivism can be defined as the “economic form of organizing natural and social resources in which sustained profitability depends on the extraction, over time, of an increasing amount of natural resources from the earth” (Diamanti, 2018: 55). As a “worldeater” (Dunlap, 2020), and due to its will to always reduce costs, extractivism is originated under capitalism and, although exogenous, it infects socialism “so long as the latter has not yet made its way through the transition period – when socialism is still a national, rather than international, political form” (Diamanti, 2018: 55).

Necrocene as a driver, this flow allows capitalism to reduce every entity, human or non-human to an instrumentalized substance subjugated to the necro-realities of the Necrocene. Extractivism is, then, unbalanced *per se*, as it creates socioeconomic inflation and inequalities that can lead to new forms of colonialism on the one hand and direct ecological problems on the other. Moreover, extractivism is an inherent trait of capitalism given that, in all its forms, capitalism desires to extract materially and psychologically. Advocates of green capitalism blindly believe that they have some sort of control over the neoliberal “business cycle” and do not consider previous failures able to foresee or prevent economic recessions, without even considering the aforementioned global inequalities and neocolonial paradigms that can rise from such practices (Frankel, 2018). This refers back to Moore’s (2016) idea of The Law of Cheap Nature, in which extractivism is a clear example of the tension between Nature and Humanity present in the Necrocene narrative. As John P. Clark (2019: 16) points out, at the center of the Necrocene epoch at the end of nature there will only remain “a sovereign lack, an imperious death drive, a destructive nothingness, surrounded by a field of objects of consumption and domination”.

We can see how advocates for green capitalism take many shapes, from utopian technological entrepreneurs to conservative managers of multinational companies. Similarly, socialist scholars such as Frankel (2018) or Erik Olin Wright (2015) have detailed in their work how difficult it is to live ‘off the grid’ and escape capitalism, noting that the only feasible solution right now is to “tame capitalism” through “public policies and socioeconomic projects of eroding capitalism through the expansion of emancipatory forms of economic activity” (Wright *apud* Frankel, 2018: 277) so as to regenerate progressive social democracy that “not only neutralizes the harms of capitalism but also facilitates initiatives to build real utopias with the potential to erode the dominance of capitalism” (*ibidem*). These ideas are pivotal for further thinking on the matters at hand, and are directly connected with the pragmatic view of the situation by degrowth political ecologists such as Giorgios Kallis *et al.* (2013), who call for a radical systemic change as a way to address sustainability via intermediate grounds, thus avoiding absolutist and fundamentalist dilemmas, cutting green capitalism commodity fetishism as a cause of the accumulation of crisis that developed from the failures of the late-Keynesian model and that have been absorbed by current late-neoliberalism (Kallis *et al.*, 2013). Therefore, to consider green capitalism as a solution rather than an alternative to be challenged from radical theory and praxis is, as Allan Stoekl (2013: 133) graphically illustrates, “the apocalypse against the apocalypse”.

Capitalism demands control over everything. If a practice does not benefit capitalism’s never-ending accumulation and control over societies, said praxis will not be

acquired by the system or, as in the case of renewable energy sources, will be accumulated by lobbies and big multinational companies so as to make such energies fit into mass-accumulation. Paraphrasing Noam Chomsky (2013), human and non-human entities cannot live in existing Capitalism – whether it be “green” or not – as it is incompatible with an equitable way of life and with any form of *real* democracy and socialism. It leads to death, inequality, extinction, exploitation and alternatives uncovered in an environmental disguise to maintain the *status quo*. Capitalism only leads to the ultimate Tragedy of Commons.

Yet, if we can scrutinize green capitalism inconsistencies from this vantage point, its inability to work might be proven through the different theoretical approaches the Necrocene entails. Then, how do we go about ontologically addressing it to develop alternative narratives and possibilities that can radically challenge it? And how can the Necrocene help us contemplate the *Eleutherocene* (Clark, 2019), the age of liberated Earth and liberated humanity? What is crucial here is to “go beyond Green”, to go beyond Nature from a multifocal lens. Let us therefore consider the implications of one of the most recognized alternatives in the current paradigm: The GND.

GREEN NEW DEAL: A SKEPTICAL APPROACH

Despite the support of some theoreticians who are extremely critical of capitalism, such as Naomi Klein (2019) or Robert Pollin (2018), the GND, even though it is much more promising than green capitalism, seems to fall into a similar category. Although it is beyond the scope of this essay to fully expose what the GND entails, Ann Pettifor (2019) defines the internal logic of the GND in her book *The Case for the Green New Deal* as a

‘steady state’ economy (that is, an economy with a relatively stable, mildly fluctuating product of population and per capita consumption) that helps to maintain and repair the delicate balance of nature, and respects the laws of ecology and physics (in particular thermodynamics). An economy that delivers social justice for all classes, and ensures a livable planet for future generations. In consequence, this must be a world in which women’s rights over their own bodies are paramount – for all the obvious reasons, but also so that human fertility can be managed. A world in which labour substitutes for carbon: a decarbonised economy will be a job-rich, labour-intensive economy. In it, we will do far more walking and cycling; we will not fly; we will give up meat and grow and consume local, seasonal, slow food. We will make and repair our own garments, rather than exploiting low-paid workers in far-off places. We will use both the sun’s energy and human energy efficiently. And, to do this, we will overturn the powerful ideology that drives the

expansion of economic activity [...] to unsustainable levels, the ideology of extreme individualism and competition, and will instead celebrate the uniquely human qualities of altruism, empathy and collective action. (Pettifor, 2019: 66-67)

If that is what the GND is, it may well be complicated to go against it from a leftist, socialist and even Marxist perspective. However, and even though the GND presents itself as a very well-grounded alternative to fight back against the different crises the transgression of the Planetary Boundaries might unfold, theoreticians have reasons to be skeptical when it comes to the reality that this GND may portend. If absorbed by the financial superpowers in a very weak political environment that both depends on and is indebted to said powers, the GND can very quickly be modified in accordance with green capitalism to perpetuate 'business-as-usual'. In other words, the GND offers a well-supported theory that it might fail when approached as a praxis. As Pettifor (2019: 159) predicts, the GND will only happen if working classes fully grasp the importance that public debt and taxpaying have on the finance sector in order to leverage power "over immensely wealthy, globalized corporations and individuals". Other aspects that must be taken into account are the fact that the largest repo markets in the world, namely those in the US and Europe, are built on government debt (Pettifor, 2019). In this case, the state becomes a collateral factory for shadow banking and, in turn, this shadow banking can re-leverage a single unit of collateral several times in contrast with a "real-world" operator (*ibidem*). This has important implications. In a self-regulated, globalized financial system that is able to generate exponential unregulated credit for speculators and consumers, said credit inflates the price of existing assets while failing to promote the creation of new ones (*ibidem*). Then, this credit also serves as a tool to accelerate both extraction and consumption of the Earth's finite assets since, higher rates demand the extraction of more labor and ecosystem assets to repay debts (*ibidem*).

Furthermore, an application of a GND such as the one stated above might trigger a response by the private sectors that have the upper-hand on national governments in order to boycott this system change to keep the private power they have over nation-states by launching a large-scale exodus of assets, capital and government bonds from the country at hand. Thus, as Pettifor (2019) outlined, this outflow of capital would make the national currency fall, the central bank might raise its base rate and generate interest rates, jeopardizing the "real" economy besides unregulated markets and banks. Bearing this in mind, although courageous governments might face these financial sectors to fight the ecocidal nature of current capitalism in order to regain sovereignty over this financial upper-hand, in the current state of affairs, it seems very far-fetched, something highly unlikely to happen.

Consequently, if neither governments nor societies are able to comprehend the power they can have over financial superpowers and still fall into the capitalist realism in which the current democracies are subjugated, the efficiency of the presented GND is complicated. In addition, this GND would reflect a green capitalism in which issues would only be solved as long as their resolution would not jeopardize the ultimate interests of capitalism. Such a consideration would imply that issues of equity, solidarity and justice for all would be eliminated from the program.

If this transmutation of the GND towards green capitalism happens, we will just be left with a classic fake-progressive vs. traditionalist dynamic. A failure to define the subsequent green capitalism logic as the GND would only provide the world with a “greener” and more efficient megamachine to perpetuate the hegemony of the capitalist democracies of the global north, probably with the US or the EU at the forefront. In other words, a GND that undergoes such transformation is a GND that aims to save capitalism, not to save the planet on the grounds of equity, solidarity and justice for all as presented in theory. To provide an example, the neocolonialism and extractivism for oil may well come to an end, but it will be replaced by lithium, as we have seen with the interest the United States showed in supporting the coup in Bolivia. Therefore, as illustrated in the previous section, the Necrocene will be present as a higher category since capitalism and its deathly and extinctive logic will prevail.

The GND presents itself as the best (and probably only) hope humanity has to redefine its *modus vivendi* and direct it towards a more hopeful future. Its wide array of literature and thought make it very consistent, timely and compelling to the current crisis of the Planetary Boundaries (albeit utopian when bearing in mind the current state of affairs). The call for the GND as presented by Pettifor (2019), provides us with a ray of hope. However, theoreticians, policymakers and activists must be wary of the different problematics it entails in a world in which governments are under the sway of financial superpowers.

Thus, any ecosocialist alternative that wants to confront the current ecological crisis must acknowledge the necro-realities that come into play in the Necrocene age and the viscous nature of capitalism. In this light, critique has become more difficult than ever because what we observe after the end of formal domination is “neither a clear measure of the difference between the possible and the real, nor a straightforward reasoning why more is possible than which is the real” (Wagner, 2016: 139). Nonetheless, it is important to notice that here the “force of critique is demonstrating that the real is deficient with regard to the possible” (*ibidem*: 147). Actively engaging with whatever inconsistencies the GND might have if transmuted into a green capitalism is necessary as a collective task. However, what are the global implications of what we have mentioned so far?

Which speculative futures might appear with a failure in the application of the GND and an acceptance of a future-based capitalist ground, either green or not? Let's consider the two most likely outcomes of the current turmoil.

SPECULATIVE GLOBAL FUTURES: LEVIATHAN AND BEHEMOTH

Acknowledging everything mentioned so far, the two most likely future possibilities that can arise in the planetary paradigm are what John Wainwright and Geoff Mann (2017) established as *Climate Leviathan* and *Climate Behemoth*. Wainwright and Mann's ideas can help theoreticians, policymakers and activists to see beyond the present and envisage articulated realistic futures in the current ecological, political, social and cultural crisis. In addition, coming to terms with these two possibilities opens spaces to historically pinpoint how the Necrocene epoch works and how it needs to be challenged. Amongst these two, *Climate Leviathan* seems to be the most likely to happen as it is defined as

the dream of a planetary sovereign, [...] a regulatory authority armed with democratic legitimacy, binding technical authority on scientific issues and a panopticon-like capacity to monitor the vital granular elements of our emerging world: fresh water, carbon emissions, climate refugees and so on. (Wainwright and Mann, 2017: 30)

This Leviathan reconnects us with Stoekl's (2013) idea of the apocalypse against the apocalypse, and Clark's (2019) aforementioned speculations on the planetary futures in the Necrocene. Feeding the necro-realities that are at play in the Necrocene, this global system based on green capitalism would go beyond the nation-state territorial organization becoming the perpetuation of the hegemonic status of northern liberal democracies. Nonetheless, bearing in mind the conflictive nature that the future might entail, it is no surprise that most of the climate justice advocates that have an informed and rational perspective are being pulled towards this logic of global organization. This planetary sovereign would base itself on green capitalism insofar as said green practices have paving the way for accumulation and production as a goal. That is, a green business-as-usual praxis. The GND might also fall into this higher category of a global hegemonic order over different states. This agency would be much more present if the GND is not adopted properly in terms of praxis as it would essentially become what we have described as green capitalism. Then, this would shed light upon the plasticity of capitalism to adapt to new challenges and absorb them to its own benefit, in this case, dragging the fields of policy, conservation and ecology to its own terrain.

Nonetheless, if capitalism and the world powers fail to understand the scope and dangers of the current ecological crisis properly, the world will be put under the pressure of a Climate Behemoth. In other words, the planetary organization will become one of populist nations rejecting international agreements in an every-nation-for-itself *modus operandi* to selfishly save themselves from the impacts of climate change so as to avoid rejecting the capitalist logic (Wainwright and Mann, 2017). Therefore, the necro-realities of the Necrocene will become a very present mode of social organization, condemning the least wealthy even more than now.

As Bruno Latour (2017: 1) illustrated, since the 1980s the oligarchy and ruling social strata stopped leading and “began to shelter themselves from the world” in a contemporary age that is confined in a global system in which profit and accumulation are prioritized over everything and that political agendas do not tend to match with the logic of ecosystems. In light of this, neither the politics of a Climate Leviathan nor Climate Behemoth face the internal problem that has brought the planet to this situation. By illuminating the necro-realities that are at play in the Necrocene, even if capitalist ideology wants to make us believe that this Leviathan might be something positive for the whole planet, this ideology and praxes can be questioned and brought at the center of the debate due to its deathly nature.

That capitalism is more than an economic system is not new. It is a fixed mode of life that shapes our relationships, our own self and our practices in the material world. Yet, most of the efforts to create critiques and policies to challenge it “typically proceed without grappling fully with the entwinement of the economic with the social and cultural, much less the political, ethical, ontological, and phenomenological” (Cole and Ferrarese, 2018: 106). Today’s politics can be generalized by the inability or unwillingness to create “new ideas and modes of organization necessary to transform our societies to confront and resolve the coming annihilations. While crisis gathers force and speed, politics withers and retreats” (Williams and Srnicek, 2013). In light of this, green capitalism led by the world’s superpowers and the neoliberal agenda of the global north should not be the eventual goal but, if considered, only a tool to move beyond capitalism and in the direction of democratic economy and an egalitarian ethics for human and non-human ecosystems. As defended by most from the Paris COP21 in 2014 onwards as our best and only hope is the acceptance that the battle is already lost. A green capitalism and/or a Climate Leviathan would doom the less-wealthy to keep on generating profit for the economically-rich at the expense of having natural ecosystems on the verge of collapsing. Any shape capitalism can adopt would perpetuate the inequalities and the deathly nature that lie at heart of capitalism as it is a very adaptive system and logic.

Although neoliberalism has made it more visible, one cannot blame neoliberalism only, as the problem has always been the inegalitarian, top-down logic of capitalism.

Therefore, the thinking through the Necrocene might be helpful to challenge green capitalism, as the Necrocene narrative sheds light upon the inconsistencies of its internal condition so as to move towards a world based on the grounds of equity, solidarity and justice for all human and non-human beings. The Necrocene and its catastrophism might trigger responses towards a theoretical ecological justice that does not only acknowledge the green and “comforting homeostatic conception of nature” (Bryant, 2013: 292), but it also gives pivotal emphasis and attention to the issues of race, gender, discriminated minorities, and peoples disproportionately affected by the current ecological turmoil triggered by capitalist mass accumulation. In other words, by putting at stake the mainstream “green” techno-fixing of non-human ecosystems and environmental issues by approaching such problems from a non-anthropocentric perspective that acknowledges the different struggles intertwined in capitalism, the Necrocene brings to the surface the inconsistencies and deathly nature of capitalism in order to open new spaces that reject a world of multifocal death and extinction in favor of moving towards the Eleutherocene.

BEYOND THE NECROCENE: THE UNSOLVED EQUATION OF THE ELEUTHEROCENE

In the midst of the COVID-19 crisis, neoliberalism has shown its true colors to the world as an inconsistent, profoundly inegalitarian system. Its market and extractivist practices have led to a pandemic that is,

a hidden cost of human economic development [...] We are going into largely undisturbed places and being exposed more and more. We are creating habitats where viruses are transmitted more easily, and then we are surprised that we have new ones. (Jones *in* Vidal, 2020)

As a consequence of the result of the ruthless extraction and degradation of ecosystems, market policies and extractivism, the global COVID-19 strife, which has been considered the outbreak of mass pandemics (Vidal, 2020), is one of the most vivid examples of the necrotic nature of capitalism and, consequently, of the Necrocene epoch in which we are immersed and its necro-realities. Nevertheless, it is also fruitful to challenge capitalism (and its green versions) to its core. If we consider that capitalism can only be challenged if proven inconsistent and that it is easier to imagine the end of the world than the end of capitalism then, through the Necrocene narrative, “we can now

revise that and witness the attempt to imagine capitalism by way of imagining the end of the world” (Jameson, 2003: 76).

Then, if one steps back from the brutality of the Necrocene age and analytically examines it, four reflections can be made, according to Juan Carlos Monedero (2020). The first is that the neoliberal system does not work for the masses, as most of the policies adopted are pseudo-socialist in the sense that they are powerfully shielding the core of neoliberalism where the wealthy can still be wealthy without any fear of a disruption in the system and a loss of the privileges of the control of the *Deep State*. The second is that individualism leads to disaster. In a system in which a 10% of the population owns more than a half of the wealth, only cooperation and the acknowledgement and public care of commons is a feasible way out. What leads to dysfunctional individualism is an individual’s belief that he/she is the chosen one or is immune to the neoliberal voraciousness and protected by it. The third and most compelling for this work is that limitless continuous growth and accumulation is, in fact, limited in terms of resilience. Interesting to note is how environmental conditions have improved during the pandemic due to lockdowns and partially stopping the capitalist machine. However, inequality and class struggle due to the instability of the whole system have increased. Capitalism, seen through the Necrocene lens, is a system that attacks life at its purest state as life is governed by the necro-realities. Here, one can see how green capitalism would not work in the long-run as it would play by the exact same rules as business-as-usual neoliberalism in decline. Even if it moved from neoliberalism towards a less aggressive system, it would still be profoundly unequal and, as aforementioned, probably under the planetary sovereign force of a Climate Leviathan. In his fourth observation, Monedero (*ibidem*) advocates reinventing the state towards a fully democratic people-driven system that tries to overcome the brutal control over populations through a panopticon-like social organization. Thus, the current state of affairs is leading the global population to a dialectical choice: “*socialismo o barbarie*” (Monedero, 2020).

Real Socialism and Ecosocialism might be two of the most interesting alternatives towards a more equitable and sustainable *modus vivendi*. However, these political systems cannot coexist with or within capitalism. For Álvaro García Linera (2013; italics in the original),

socialism is not a new mode of production that can live alongside capitalism [...] [but it is] a battlefield between capitalism in crisis and the tendencies, potentialities and efforts to bring production under community ownership and control. In other

words, is the historical period of struggle between the dominant established *capitalist mode of production* and another potentially *new mode of production*.

Bearing this in mind, the Necrocene might help us navigate through the logic of capitalism and radically challenge it. Green capitalism is profoundly unequal. It plays by the rules of capitalism and the inequalities that are at play under its canopy. Linera (2013) summarizes this by noting that it is naïve to believe that “extractivism, non-extractivism or industrialism are a vaccination against injustice, exploitation and inequality”. Thus, capitalism, or accumulation, industrialization and growth in any shape disguised as green alternatives, are in fact unsustainable in the long-run.

However, as Frankel (2018: 285) mentions, “without new comprehensive socio-economic and environmental state roles to redefine socio-economic activity”, the possibility of a post-growth or post-capitalist equitable society is barely existent. This is a reality also portrayed by Kallis (2018) and other degrowth advocates. This global ecological crisis is, in the view of Val Plumwood (2002), the crisis of a cultural mind that cannot acknowledge and adapt itself properly to its material “body”, the embodied and ecological support base it draws on in the long-denied counter-sphere of “nature”. Given this lack of fit, hegemonic rationality is “in conflict with ecological rationality and survival” (*ibidem*: 15). Without going into much depth as this would material for a further exploration of ideas that is beyond the scope of this article, Plumwood’s (2002) idea of Ecological Rationality might, through the acknowledgment of the Necrocene narrative, be useful to challenge capitalism within it, and work towards the Eleutherocene. This idea is based on the overcoming of neoliberalism as a self-interested, individualistic system based on formulas to satisfy as many private interests as possible, which features colonized political, social and scientific spheres without having the capacity to reflect or correct its life-threatening blindspots, creating the dichotomy and paradox between a hyper-rational system that is profoundly irrational. Ecological Rationality⁶ is defined by Plumwood (2002: 68) as,

The capacity to correct tendencies to damage or reduce life-support systems. An ecologically rational society would be sustainable to the extent that its corrective capacities enable it to make consistently good ecological decisions that maintain viable ecological relationships and coordinate them with its social organisation. [...] Ecological rationality includes that higher-order form of critical, prudential self-

⁶ One should not mistake Ecological Rationality with the Eleutherocene. The former is a philosophical perspective based on new materialism that considers ecology from a non-anthropocentric point of view. The latter, on the other hand, is the utopia after capitalism and the Necrocene: the age of liberated Earth and humanity.

critical reason which scrutinises the match or fit between an agent's choices, actions and effects and that agent's overall desires, interests and objectives as they require certain ecological conditions for their fulfilment.

Therefore, Ecological Rationality goes beyond green and challenges liberal democracy "as an interest group model produces, not as a matter of accident, radical economic inequality, often in association with ethnic, gender and other kinds of marginality and cultural subordination" (*ibidem*: 83), generating failures in ecological justice. On the contrary, Ecological Rationality suggests a turn towards a recasting of the liberal public sphere as an arena where direct democracy and opportunities to speak are equal, eliminating class as a position of silence and radical marginalization. That is, any form of post-capitalist society should have some sort of Ecological Rationality entangled into its systemic features. Consequently, and going back to the core assumption of this essay, green capitalism is not compatible with such rationality as it does not consider any foundational change in the current system that is business-as-usual, extractivist, individualistic, and voraciously accumulative.

Only in a world that manages to transcend capitalism as a mode of organization and where sovereignty is so fragmented that the political spheres cannot be framed within the nation-state sovereign exception might there be climate and world justice founded on the grounds of equity, solidarity and justice for all human and non-human ecosystems (Wainwright and Mann, 2017). That is why the GND is so attractive and yet so problematic when considering the current state of affairs in the political, cultural, social and ecological spheres. In spite of this, there is no ultimate answer as to how at this stage we can leave the Necrocene epoch and move towards the Eleutherocene. However, acknowledging the Necrocene narrative might help us distance ourselves from it to come closer to the Eleutherocene since by acknowledging this epoch, its necro-realities and the Law of Cheap Nature, the deathly nature and inconsistencies of capitalism are put front and center in the debate.

Green capitalism is a fallacy that is almost an oxymoron. In turn, the GND appears as a promising alternative which, as a theory, is convincing, compelling and timely. As Vergara-Camus (2017) and John Bellamy Foster (2015) have drawn attention to, societies are on the verge of a Great Transition where certain values such as consumerism, individualism, or the anthropocentric domination of nature will be replaced by the triad composed of quality of life, human solidarity and ecological sensibility. Green capitalism is unable to adapt itself to this transition in the long run as it falls within the hegemony of the Necrocene. Thus, the GND might provide humanity with a theory that that could well open new inroads leading to the attainment of systemic change. Yet, even

though ecologists and activists should have a positive attitude towards the GND, it is vital to understand that the intrinsic problems of capitalism are linked to the Necrocene which go beyond green and they will only be transgressed if the GND – or any other alternative – is proposed to put at the center of the debate a future based on equity, solidarity and justice for all human and non-human beings.

Therefore, what is fundamentally necessary is to overcome the Necrocene epoch via the clear and widespread acknowledgement of the Necrocene narrative so that the planet may be allowed to achieve the utopic goal of the Eleutherocene, given how capitalist logic drags dominant sectors into its own logic and necro-realities to save the dominant forces and their privileges. Although the Necrocene narrative is catastrophist in its grounds, it brings to the center of the discussion the urgent need for radical changes to advance the world towards the Eleutherocene. In other words, it advocates for a material and ontological secularization from capitalist ideology and its realism, to navigate towards a world based on the premises of equity, solidarity and justice for all human and non-human living beings. To achieve this, further discussion should emphasize the aim of disarticulating capitalism and articulating the responses to the question, “How do we build a democracy that democratizes all aspects of life?” (Vergara-Camus, 2017). None of us truly knows what a post-capitalist world will look like, but the impetus should lie in John Jordan’s words, “Let’s build it together” (Jordan *apud* Gibson-Graham, 2006: xix).

Edited by Scott M. Culp

ORIOL BATALLA

Centre d'Estudis sobre Cultura, Política i Societat, Departament de Sociologia,
Facultat d'Economia i Empresa, Universitat de Barcelona
C/ Tinent Coronel Valenzuela, 1-11, 08034 Barcelona, España
Contact: oriolbatalla.95@gmail.com

Received on 08.04.2020

Accepted for publication on 26.04.2021

REFERENCES

Agamben, Giorgio (1995), *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: Stanford University Press.

- Bellamy Foster, John (2015), "Marxism and Ecology: Common Fronts of the Great Transition". *Great Transition*. Accessed on 28.03.2020, at <https://greattransition.org/publication/marxism-and-ecology>.
- Bryant, Levi R. (2013), "Black", in Jeffrey Jerome Cohen (ed.), *Prismatic Ecology: Ecotheory beyond Green*. London/Minneapolis: University of Minnesota Press, 290-310.
- Chakrabarty, Dipesh (2018), "Anthropocene Time", *History & Theory*, 57(1), 5-32. DOI: 10.1111/hith.12044.
- Chomsky, Noam (2013), "Can Civilization Survive Really Existing Capitalism?". University College Dublin, UCD Philosophy Society and UCD School of Philosophy Lecture, April 2. Accessed on 18.03.2020, at <https://www.youtube.com/watch?v=uuYjUxf6Uk>.
- Christensen, Jon; Heise, Ursula K. (2018), "Curating the Anthropocene", *Los Angeles Review of Books*. Accessed on 06.03.2021, at <https://lareviewofbooks.org/article/curating-the-anthropocene/>.
- Clark, John P. (2019), *Between Earth and Empire: From the Necrocene to the Beloved Community*. Oakland: PM Press.
- Cole, Alyson; Ferrarese, Estelle (2018), "How Capitalism Forms Our Lives", *Journal for Cultural Research*, 22(2), 105-112.
- Crutzen, Paul J. (2002), "Geology of Mankind", *Nature*, 415, p. 23. DOI: 10.1038/415023a
- Diamanti, Jeff (2018), "Extractivism", *Krisis*, 2, 55-57.
- Dunlap, Alexander (2020), "Monster Megaprojects Are Consuming the World!", *Undisciplined Environments*. Accessed on 15.03.2020, at <https://undisciplinedenvironments.org/2020/03/03/monster-megaprojects-are-consuming-the-world/>.
- Fisher, Mark (2009), *Capitalist Realism: Is There No Alternative?* Hants: O Books.
- Frankel, Boris (2018), *Fictions of Sustainability: The Politics of Growth and Post-Capitalist Futures*. Melbourne: Greenmeadows.
- Gibson-Graham, J. K. (2006), *A Postcapitalist Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Heise, Ursula K. (2016), *Imagining Extinction: The Cultural Meanings of Endangered Species*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jameson, Fredrick (2003), "Future City", *New Left Review*, 21, 65-79.
- Kallis, Giorgios (2018), *In Defense of Degrowth: Opinions and Manifestos*. s.l.: Uneven Earth Press.
- Kallis, Giorgios; Gómez-Baggethun, Erik; Zografos, Christos (2013), "To Value Or Not To Value? That Is Not The Question", *Ecological Economics*, 94, 97-105.
- Klein, Naomi (2019), *On Fire: The Burning Case for a Green New Deal*. New York: Simon & Schuster.
- Latour, Bruno (2017), *Down To Earth: Politics in the New Climatic Regime*. Cambridge: Polity Press.

- Linera, Álvaro García (2013), "Once Again on So-Called 'Extractivism'", *Monthly Review Online*, April 29. Accessed on 20.03.2020, at <https://mronline.org/2013/04/29/gl290413-html/>.
- Mbembe, Achille (2003), "Necropolitics", *Public Culture*, 15(1), 11-40. Translation by Libby Meintjes.
- Mbembe, Achille (2017), *Critique of Black Reason*. Durham/London: Duke University Press. Translation by Laurent Dubois.
- McBrien, Justin (2016), "Accumulating Extinction: Planetary Catastrophism in the Necrocene", in Jason W. Moore (ed.), *Anthropocene or Capitalocene?: Nature, History and the Crisis Of Capitalism*. Oakland: PM Press, 116-137.
- McKibben, Bill (1989), *The End of Nature*. New York: Random House.
- Monbiot, George (2016), *How Did We Get into this Mess? Politics, Equality, Nature*. London: Verso Books.
- Monedero, Juan Carlos (2020), "Coronavirus: socialismo o barbarie", *Público*, March 14. Accessed on 15.03.2020, at <https://blogs.publico.es/juan-carlos-monedero/2020/03/14/coronavirus-socialismo-o-barbarie/>.
- Moore, Jason W. (ed.) (2016), *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press.
- Pettifor, Ann (2019), *The Case for the Green New Deal*. London: Verso Books.
- Plumwood, Val (2002), *Environmental Culture: The Ecological Crisis Of Reason*. London/New York: Routledge.
- Pollin, Robert (2018), "Degrowth vs. a Green New Deal", *New Left Review*, 112, 5-25.
- Rancière, Jacques (2017), "Democracy, Equality, Emancipation in a Changing World", *Verso Books*. Accessed on 08.01.2020, at <https://www.versobooks.com/blogs/3395-democracy-equality-emancipation-in-a-changing-world>.
- Rockström, Johan *et al.* (2009), "Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity", *Ecology and Society*, 14(2), article 32.
- Scales, Ivan R. (2017), "Green Capitalism", in Douglas Richardson; Noel Castree; Michael F. Goodchild; Audrey Kobayashi; Weidong Liu; Richard A. Marston (eds.), *The International Encyclopedia of Geography*. Hoboken: John Wiley & Sons, Ltd.
- Stoeckl, Allan (2013), "Chartreuse", in Jeffrey Jerome Cohen (ed.), *Prismatic Ecology: Ecotheory beyond Green*. London/Minneapolis: University of Minnesota Press, 124-146.
- Ungureanu, Camil (2017), "Globalization and the Ambivalence of Religion", in Camil Ungureanu; Paolo Monti's (eds.), *Contemporary Political Philosophy and Religion: Between Public Reason and Pluralism*. Oxon/New York: Routledge, 277-297.
- Unzonde, Chaka (2013), "Theorizing Necro-Ontologies, Resisting Necro-Economics", *Atlantic Studies: Global Currents*, 10(3), 323-349.
- Vergara-Camus, Leandro (2017), "Capitalism, Democracy and The Degrowth Horizon (Part II)", *Undisciplined Environments*. Accessed on 27.03.2020, at <https://undisciplinedenvironments.org/2017/02/21/capitalism-democracy-and-the-degrowth-horizon-part-ii/>.

- Vidal, John (2020), “‘The Tip of the Iceberg’: Is our Destruction of Nature Responsible for Covid-19?”, *The Guardian*. Accessed on 25.03.2020, at https://www.theguardian.com/environment/2020/mar/18/tip-of-the-iceberg-is-our-destruction-of-nature-responsible-for-covid-19-aoe?CMP=share_btn_fb&fbclid=IwAR3FxuxXusE3TJ_pefLUxL2rDzDKchZYzd5o3l3CDdCrHD1XjXGgApMRK50.
- Wagner, Peter (2016), *Progress: A Reconstruction*. Cambridge: Polity Press.
- Wainwright, John; Mann, Geoff (2017), *Climate Leviathan: A Political Theory for our Planetary Future*. London: Verso Books.
- Williams, Alex; Srnicek, Nick (2013), “#ACCELERATEMANIFESTO for an Accelerationist Politics”, *Critical Legal Thinking*. Accessed on 27.03.2020, at <https://criticallegalthinking.com/2013/05/14/accelerate-manifesto-for-an-accelerationist-politics/>.
- Williams, Raymond (1978), *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press.
- Wright, Erik Olin (2015), “How to Be an Anticapitalist Today”, *Jacobin*, February 12. Accessed on 27.03.2020, at <https://www.jacobinmag.com/2015/12/erik-olin-wright-real-utopias-anticapitalism-democracy/>.

IÑAKI BARCENA HINOJAL

LILA, ROJO Y VERDE JUNTOS. DEBATES Y PRÁCTICAS ECOSOCIALISTAS FEMINISTAS EN EUSKAL HERRIA* (1990-2020)

Resumen: Este artículo trata de poner en discusión una serie de problemáticas político-sociales, tanto teóricas como prácticas, en torno a lo que denominamos el “ecosocialismo feminista” vasco. Se hace un ejercicio de reflexión sobre el enlace y la alianza entre tres movimientos sociales –sindicalismo, ecologismo y feminismo– en Euskal Herria, haciendo un breve repaso histórico que explique, *grosso modo*, las causas y las dificultades para la construcción de esta corriente ideológica, así como sus debates y campañas.

Palabras clave: capitalismo, ecosocialismo feminista, ideología, movimientos sociales, País Vasco.

PURPLE, RED AND GREEN TOGETHER. ECOSOCIALIST-FEMINIST DEBATES AND PRACTICES IN THE BASQUE COUNTRY (1990-2020)

Abstract: This article discusses a set of both theoretical and practical socio-political problems, on what we call the Basque “ecosocialism-feminism”. It reflects on the link and the alliance among three social movements – unionism, environmentalism and feminism – in the Basque Country (Euskal Herria), making a brief historical review that explains, roughly, the causes and difficulties for the construction of this ideological current, and also their debates and campaigns.

Keywords: Basque Country, capitalism, feminist ecosocialism, ideology, social movements.

* El término Euskal Herria se puede traducir indistintamente como País Vasco (sentido político y geográfico) o como Pueblo Vasco (sentido sociológico). Comprende la Comunidad Autónoma Vasca (Bizkaia, Araba y Gipuzkoa) y la Comunidad Autónoma Navarra en el Estado Español, y los territorios de Lapurdi, Baja Navarra y Zuberoa en el Estado Francés, con una población cercana a los 3 millones de habitantes.

Para resistir a esta pérdida de orientación común, será necesario “aterrizar” en alguna parte. De ahí la importancia de saber cómo orientarse. Y, en consecuencia, de trazar algo así como un mapa de las posiciones impuestas por este nuevo paisaje en el que se redefinen no solamente los afectos de la vida pública, sino también lo que está en juego.

BRUNO LATOUR (2019: 12)

INTRODUCCIÓN

En la actualidad ecosocialismo y ecofeminismo son dos ideologías que parecen avanzar y desarrollarse acompañadas en la sociedad vasca. Al hacer un balance o repaso histórico de las tres últimas décadas, como hipótesis de partida, consideramos que sus propuestas y acciones van ganando espacio en el ámbito territorial de Euskal Herria (EH). Aun siendo estos movimientos vascos –ecologista, sindical y feminista– de orígenes, corrientes y formaciones diversas, observamos que desde hace tiempo la apuesta por la hibridación y la convergencia, tanto ideológica y discursiva como movilizadora, parece avanzar con éxito.

En cuanto a la metodología empleada, hemos estudiado las publicaciones de estos tres movimientos sociales y sus campañas, hemos realizado observaciones participantes en sus acciones y debate, y también realizamos diversas entrevistas.¹ En nuestro análisis observamos una clara ambivalencia. Por un lado, existen y se expresan dificultades para la confluencia; por otro, las reflexiones y la praxis conjuntas son deseadas, factibles y enriquecedoras. Y entonces nos preguntamos: ¿dónde residen esas dificultades y obstáculos?, ¿qué estrategias pueden servir para que sean evitadas, superadas y solucionadas?, ¿cuáles son los puntos de unión y confluencia entre ecologismo, feminismo y sindicalismo en EH?

De este modo, el presente artículo intenta ser un ejercicio bipolar, y por ello un tanto esquizofrénico, que trata de ir desde la calle y los lugares de trabajo y activismo a la academia y desde la investigación universitaria de vuelta a la sociedad civil, aportando datos y razonamientos basados en la experiencia de tres décadas, protagonizada por estos tres agentes sociales (sindicalismo, ecologismo y feminismo). Nuestro objetivo es analizar, tratar de explicar y dar a conocer las diferencias y las posiciones de los diversos actores que se mueven en el espectro político-social de la izquierda sindical, ecologista y feminista vasca. Nuestro reto es intentar encontrar los porqués, tanto de las ausencias

¹ Entrevistas en el ámbito del proyecto de investigación “Nuevas solidaridades, reciprocidades y alianzas: la emergencia de espacios colaborativos de participación política y redefinición de la ciudadanía”, financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad (MINECO) de España, referencia CSO2017-82903-R; 2018-2021.

como de la emergencia de alianzas —en pensamiento y acción— entre ecofeministas y ecosocialistas.²

El artículo está estructurado en cuatro apartados. En primer lugar, hacemos un breve y rápido recorrido histórico por los movimientos sociales vascos referidos, desde el final de la dictadura franquista (1975) hasta la actualidad. En segundo lugar, analizamos la genealogía del ecosocialismo-feminismo vasco y sus claves referenciales, sobre todo las venidas de Europa. En tercer lugar, pasamos revista a una serie de campañas y acontecimientos que explicitan la existencia del ecosocialismo feminista vasco donde reflexionamos sobre sus alianzas y encuentros, dando cuenta tanto de sus posibles avances como de las dificultades para su simbiosis. Finalmente, en cuarto lugar, miramos atrás para sacar conclusiones, reflexionar sobre nuestras preguntas e hipótesis y plantear algunos retos para el futuro.

Consideramos, en definitiva, que ahondar en esta vía de estudio y reflexión es una forma de avanzar hacia ese “otro mundo posible” más allá del capitalismo.

1. LA IDIOSINCRASIA DE LA SOCIEDAD CIVIL VASCA. LA EVOLUCIÓN DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES EN UN PAÍS INDUSTRIAL, PEQUEÑO Y DIVERSO

En casi medio siglo, desde el final de la dictadura franquista, a mediados de los años 70 del siglo XX, hasta la actualidad, los niveles de protesta y movilización social en suelo vasco, por ejemplo, las huelgas generales convocadas en EH, han sido superiores a la media de las sociedades y pueblos que nos circundan, tanto en el Estado español como en Europa,³ si exceptuamos el *tsunami* movilizador soberanista e independentista producido en Cataluña a partir del 2012. Por esta razón, se ha dicho que la sociedad vasca es una *sociedad en movimiento* con un notable grado de politización, asociacionismo y organización social para la defensa de intereses comunes y de valores alternativos al sistema político-económico imperante.

A diferencia de otros países, cuando al final de los años 60 los movimientos estudiantiles y la llamada “nueva izquierda” lanzaban sus proclamas antimperialistas y rechazaban el modelo de crecimiento económico y abundancia material del estado de

² Debemos aclarar que los conceptos de ecofeminismo y ecosocialismo, que desde hace años se utilizan en EH, son poco reconocibles para la mayoría de la sociedad vasca, no así para sus progenitores, los movimientos, campañas y organizaciones sociales que agrupan a feministas, sindicalistas y ecologistas, que, sobre todo en la última década (2010-2020), hacen uso habitual de estos términos en sus publicaciones y campañas.

³ Ejemplo de ello es la movilización ambiental. En el proyecto de investigación TEA (Transformation of Environmental Activism) se comparan varios países europeos (G. Bretaña, Francia, Alemania, Grecia, Italia, Suecia, España y EH) y en este último, el número de protestas ecologistas en la década que transcurre de 1988 a 1997 fue bastante superior a la media europea (cf. Ibarra Güell *et al.*, 2003). Otro ejemplo es la movilización sindical (cf. Jon Las Heras y Lluís Rodríguez *apud* Former, Gessamí (2021), “No es un tópico, en Euskal Herria se pelea mucho: lideramos en número de huelgas en Europa”, *El Salto*, 19 de enero. Consultado el 30.01.2021, en <https://www.elsaltodiario.com/sindicatos/sindicato-ela-peor-pesadilla-pnv>).

bienestar occidental, apostando por la democracia de base, la igualdad de derechos entre los sexos, la no discriminación social o racial, el pacifismo, la no violencia y el ecologismo frente a la energía nuclear, el militarismo, la burocracia estalinista y la Guerra Fría, en EH el contexto político, social y cultural estaba dominado por el enfrentamiento con la dictadura franquista (Álvarez Bragado, 2017; Onaindia, 1985). Incluso en Iparralde (País Vasco francés), las manifestaciones de solidaridad y las campañas de apoyo a refugiados y represaliados por la dictadura española eran más importantes que las lecciones y las secuelas del Mayo francés del 68 (Cassan, 1996; Jacob, 1998).

La poderosa implantación social del nacionalismo vasco, la industrialización y la masiva recepción de emigrantes a principios y a mediados del siglo XX, así como la posterior reconversión industrial de los años 80, la conflictiva convivencia trilingüe (euskera, castellano y francés) o la separación entre la costa cantábrica industrial y el mundo rural y agrícola de la montaña o del interior, el simbiótico ambiente burgués/proletario de las capitales vascas, de sus ciudades y barrios periféricos son aspectos importantes que caracterizan la singularidad cambiante de la sociedad vasca. Por otro lado, la pequeñez del territorio vasco y su diversidad de climas y paisajes, así como la fuerte idiosincrasia de sus pueblos y comarcas son algunos datos que añadidos a los propiamente políticos, ayudan a entender el cómo y el porqué de la fortaleza y diversidad de la movilización social que caracteriza a EH (Ajangiz y Barcena, 2001; Casquette, 1998; Tejerina *et al.*, 1995).⁴ El movimiento obrero industrial y sus organizaciones políticas y sindicales además del movimiento *abertzale* –patriota– de liberación nacional vasco, fueron los dos pilares fundamentales sobre los que se asentó el movimiento de rechazo a la dictadura franquista (Ibarra Güell, 1987; Iriarte Areso, 1995; Letamendia, 1994, Sullivan, 1988). Su permanencia explicará el pluripartidismo y la polarización que, aún en la actualidad, sigue dividiendo al electorado entre nacionalistas vascos y centralistas por un lado y entre izquierdas y derechas por otro.

⁴ Para ahondar en el conocimiento de los movimientos sociales vascos se pueden consultar las publicaciones de los investigadores Pedro Ibarra Güell, Francisco Letamendia, Jone Martínez Palacios, Mario Zubiaga e Iñaki Barcena, en Ciencia Política; de Jesús Casquette, Mila Amurrio y Benjamín Tejerina, en Sociología; de David Beorlegi, en Historia, y, más recientemente, de los grupos de investigación AFIT, NOR, PARTE HARTUZ y EKOPOL de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV-EHU), así como también las publicaciones y anuarios de la Fundación Betiko y de la Fundación Joxemi Zumalabe.

TABLA I – Evolución histórica de los movimientos sociales vascos 1970-2020

Décadas/ aspectos	1970-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2010	2010-2020
Contexto político-social	Franquismo y clandestinidad	Crisis económica y reconversión industrial	Crecimiento económico	Globalización y crisis económica	Neoliberalismo y austeridad
Relaciones con las instituciones	Crisis política y cambio de régimen; Transición democrática	Autonomía vasca y navarra; Nuevas leyes	Conflicto nacional	Conflictos sociales y cuestión nacional; Crisis del Estatuto de Autonomía	Desarme y desaparición de ETA; Cambios de gobierno en Gipuzkoa y Navarra
Organizaciones	Masivas	Coordinadas	Renovación	Pluralidad	Redes y plataformas
Movimientos	Dinamismo	Diversidad	Latencia	Estabilidad	Convergencia
Campañas	Antinuclear Lemoiz; Bai Euskarari; I. Jornadas Feministas	¡OTAN no!; Aborto libre; Autovía de Leitzarain; Movimientos alternativos	Insumisión; Pacificación; Embalse de Itoiz	Foros sociales; Antiglobalización; Violencia sexista; Anti-TAV; Euskararen "Kontseilua"	Gure Esku Dago; Fracking/Garona; Huelgas 8 marzo; Carta de Derechos Sociales

Fuente: Elaboración propia. Adaptada de Barcena (2002).

La Tabla I explicita esquemáticamente los hitos y características más relevantes en la evolución de los movimientos sociales vascos en el último medio siglo y nos servirá para entender las transformaciones del ecologismo, del feminismo y del sindicalismo, así como las relaciones entre ellos.

Como se puede observar en la tabla, los procesos de institucionalización ocurridos en el sistema político, la crisis y la remodelación de la industria y de la economía que comenzó en la década de 1980, generaron un nuevo espacio de juego y acción para la sociedad civil vasca. Los nuevos procesos de institucionalización y de reconversión industrial conllevaron nuevas protestas y movilizaciones, aunque las respuestas sociales no fueran unitarias ni tan potentes como en la etapa anterior, al final del franquismo (Majuelo Gil, 2000). Así podemos entender mejor la división sindical que, desde principios de los años 80, se produce en el movimiento obrero y en el sindicalismo vasco, que perdurará hasta nuestros días (Elorrieta, 2017; Letamendia, 2004, Unanue Letamendi, 2002).

Como dicen Francisco Letamendia y Jone Martínez Palacios, a partir de los años 80 la acción sindical viene condicionada, en España y en el País Vasco, por las relaciones laborales centralistas impuestas por el Estatuto de los Trabajadores de 1980 y la Ley Orgánica de Libertad Sindical de 1983, y en lo económico, por las

reestructuraciones industriales aplicadas al amparo de las Leyes de Reconversión, que afectan muy negativamente a los pilares del tejido industrial vasco: la construcción de bienes de equipo, la construcción naval y la siderurgia (Letamendia y Martínez Palacios, 2011). Esto sellará la división sindical entre las delegaciones vascas de CC. OO. y UGT,⁵ las dos grandes centrales sindicales españolas, y el resto de los sindicatos que conformarán la mayoría sindical vasca (ELA, LAB, EHNE, STEILAS, ESK, HIRU...)⁶. Esta mayoría sindical va a ser, sin duda, el mejor aliado del ecologismo y del feminismo en la conformación del espacio ecosocialista feminista vasco.

En casi 50 años de movilización cultural, social y política, los movimientos sociales vascos han tejido diversas redes organizativas, han generado discursos y conocimiento, han acumulado experiencia sobre los medios de acción y han aprendido a manejarse en las arenas política y mediática; la espectacularidad e innovación de las acciones⁷ no serán sino un recurso para evidenciar su vitalidad (Barcena y Ajangiz, 2011; Beorlegi, 2009, Letamendia, 2015).

El terreno sociopolítico surgido al final del régimen de Franco, pleno de grandes expectativas de cambio social tras 40 años de dictadura (1939-1978), garantizó la persistencia de una cultura de resistencia, antirrepresiva y de solidaridad, aunque durante la denominada “transición democrática” española y la reforma política y económica acordada en los Pactos de la Moncloa, se frustraron tales aspiraciones de cambio social (Barcena, 2002; Barcena y Ajangiz, 2011).

Las ideas de recuperación lingüística, de respeto a los ecosistemas naturales y el rechazo a la energía nuclear, de igualdad político-social entre los sexos, el rechazo al militarismo o la lucha por la paz siguieron nutriendo un ideario compartido y las transferencias de activistas, formas y propuestas entre movimientos fueron una práctica abundante y común (campana contra la OTAN e insumisión al servicio militar, contra las centrales nucleares de Lemoiz y Garoña, a favor del euskera...).

La nueva administración vasca vino a dotarse de departamentos *ad hoc* (Medio Ambiente, Instituto de la Mujer/Emakunde, etc.) para implementar nuevas políticas públicas y también para convencer al electorado y a la opinión pública de su compromiso público para con los problemas y cuestiones que salían a la luz a través de las críticas ecologistas y feministas. Con todo, tras 40 años de Estatuto de Autonomía, existen hoy pocos espacios de consulta y participación ciudadana y las prácticas o experiencias de

⁵ Comisiones Obreras (CC. OO.) y Unión General de Trabajadores (UGT).

⁶ Eusko Langileen Alkartasuna-Solidaridad de Trabajadores Vascos (ELA), Langile Abertzaleen Batzordeak (LAB), Euskal Herriko Nekazarien Elkartea – Agrupación de Agricultores Vascos (EHNE), Sindicato de Trabajadores de la Enseñanza de Euskadi (STEILAS), Ezker Sindikalaren Kandidaturak – Candidaturas de Izquierda Sindical (ESK), Sindicato de Transportistas (HIRU).

⁷ Sobre este punto recomiendo la tesis doctoral de Arkaitz Letamendia (2015).

codecisión y cogestión de las políticas públicas son muy excepcionales y se dan más en los niveles municipales que en el ámbito provincial o autonómico. Quizá por esta razón, los movimientos sociales –en nuestro caso ecologismo, feminismo y sindicalismo– siguen recurriendo con asiduidad a protestas y movilizaciones (Allende, 2002; Asambleas de Mujeres de Euskadi y AIZAN (1986); Coordinadora de Organizaciones Feministas de Euskadi, 1996; Las Heras y Rodríguez, 2020).

Los denominados “nuevos movimientos sociales vascos” (Ibarra Güell, 2005), así como las relaciones entre ellos, son obviamente diferentes a lo que fueron en el tardofranquismo, habiendo evolucionado como puede verse en la Tabla 1. Por ejemplo, sus organizaciones son ahora más autónomas, no estando “tuteladas” como entonces por los partidos de la izquierda. Por otro lado, tienden a autofinanciarse en su mayor parte, liberándose de relaciones clientelares con las instituciones.

Los gobiernos y partidos políticos vascos, de derechas y de izquierdas, han tenido que responder a las nuevas agendas que se han construido a partir de los conflictos suscitados por los nuevos movimientos sociales. Lo cual representa otra manera de hacer política, eso que Dough McAdam, Charles Tilly y Sidney Tarrow ha dado en llamar *contentious politics* (McAdam *et al.*, 2005). A nuestro entender, es en este contexto histórico particular y cambiante donde ha de situarse e interpretarse el nacimiento y desarrollo del ecofeminismo y ecosindicalismo en la sociedad vasca.

2. GENEALOGÍA DEL ECOSOCIALISMO-FEMINISMO VASCO: LA ESTELA EUROPEA

Ecosocialismo y ecofeminismo son dos conceptos que es necesario definir. Para entender los problemas de la construcción del ecosocialismo-feminista (en adelante ESF) recurrimos a Michael Löwy, Jorge Riechmann, Ariel Salleh, Yayo Herrero y Marta Pascual o Mary Mellor para conocer lo que encierran ambos conceptos (Barcena, 2020; Riechmann *et al.* (2018).

Para Jorge Riechmann (2006: 103), el ecosocialismo es un socialismo que toma nota de los fracasos del “socialismo realmente existente” y de la socialdemocracia, que sigue manteniendo los valores de la identidad socialista (igualdad, libertad, comunidad y autorrealización) y la tesis de que estos son irrealizables en el capitalismo por su no aceptación de los límites ecológicos. Para Michael Löwy

la lógica del mercado y la ganancia, del mismo modo que el autoritarismo burocrático del “socialismo real”, son incompatibles con la salvaguarda de los ecosistemas que sustentan la vida. El ecosocialismo critica la ideología de las corrientes dominantes del movimiento obrero, pero reconoce que los trabajadores y sus organizaciones son una fuerza esencial para la transformación radical del

sistema capitalista, y para el establecimiento de una nueva sociedad, socialista y ecologista. (Löwy, 2012: 30)

Ariel Salleh añade que una formulación coherente del ecosocialismo debe incluir el análisis ecofeminista y apunta que el ecofeminismo no debe ser atacado acusándosele de neorromanticismo y de no ser subsumible en la ecología profunda (*deep ecology*), aunque comparte su proyecto de deshacer el artificio ideológico que separa la humanidad de la naturaleza, proyecto que el propio ecosocialismo debe emprender para entender cuáles son las conexiones entre la humanidad y la naturaleza (Salleh, 1992: 231-232).

Para Mary Mellor (1997: 12-13),

El ecofeminismo materialista alcanza más allá del “mercado”, al añadir al materialismo histórico marxista y a su crítica del capitalismo, el análisis de la división sexual del trabajo y de los límites ecológicos de la (re)producción. Desde la perspectiva del materialismo profundo, es tan importante desafiar al capitalismo en las luchas sobre el derecho a una subsistencia ecológicamente sostenible como en las luchas sobre la producción.

Para Pascual y Herrero (Herrero *et al.*, 2011; Pascual Rodríguez y Herrero López, 2010), el ecofeminismo cuestiona la guerra a los cuerpos y los espacios que nos sustentan. A su juicio, no solo somos seres ecodependientes y, por tanto, sujetos a los límites biofísicos del planeta, sino que somos seres interdependientes. Es decir, cada persona, desde que nace hasta que muere, depende absolutamente de que haya otros seres humanos que cuiden de ese cuerpo vulnerable en el que vivimos encarnados, sobre todo en algunos momentos del ciclo vital.

Al tratar de analizar la génesis y el desarrollo del ecosocialismo feminista vasco descubrimos que este tiene sus raíces y sustratos en las propuestas e iniciativas de la izquierda europea. Son las dinámicas, los debates y las publicaciones venidas del lado septentrional de los Pirineos las que han configurado la estela ideológica para construir esta nueva familia de movimientos en EH. Considero que la presentación del Manifiesto Ecosocialista Europeo en EH, en 1991, fue el inicio de un proceso de construcción ideológica de confluencia entre ecologistas, sindicalistas y feministas que aún sigue en marcha 30 años después.

En el verano de 1990 la revista catalana *Mientras Tanto*, en su número 41, publicaba un largo artículo (Antunes *et al.*, 1990), que después sería publicado como libro, titulado “Por una Alternativa Verde en Europa. Manifiesto Ecosocialista”, firmado por Carlos

Antunes, Wilfried Telkämper, Frieder Otto Wolf, Penny Kemp, Isabelle Stengers y Pierre Juquin, representantes de los ideales “roji-verde-lila” de Portugal, República Federal Alemana, Gran Bretaña, Bélgica y Francia, respectivamente.⁸

Como dijo Jorge Riechmann,⁹ uno de los traductores del manifiesto al castellano, esta obra logró catalizar muchos debates sobre izquierda y ecología durante la década de 1990 e inspiró la creación de corrientes ecosocialistas en el seno de diversas organizaciones políticas. Creo que así fue en nuestro caso. La izquierda vasca ya intentaba conjugar sus discursos y campañas en rojo, verde y lila, pero conocer y compartir sus expectativas con organizaciones y activistas ecosocialistas y ecofeministas, de otras partes de Europa y del mundo, fue un nuevo camino a recorrer.

Los impulsores y firmantes del Manifiesto Ecosocialista europeo subrayaban la pertinencia de la vertebración y la simbiosis sociopolítica, teórica y práctica de feministas, sindicalista y ecologistas, y remarcaban la existencia de dos lógicas excluyentes que creaban una barricada insoslayable. Por un lado, la lógica autónoma del crecimiento económico y, frente a ella, la lógica de la vida y de los problemas sociales. Partiendo de esta segunda lógica y basándose en una nueva radicalidad que trate de poner a la economía en el lugar que le corresponde, se aboga por la autodeterminación y la soberanía de las personas y de los pueblos, como trabajadores y consumidores, para insertarse de forma equilibrada en los ciclos y ecosistemas naturales.

El segundo capítulo del manifiesto está dedicado a la liberación de las mujeres, haciendo un repaso de las luchas de estas contra el patriarcado en el ámbito laboral, la defensa de los cuerpos y la liberación sexual, cuestionando todas las relaciones que alejan a las mujeres de las instituciones de poder político, relegando su rol y función al ámbito familiar y privado. Como resumen de este apartado podemos leer: “el ecosocialismo será feminista o no será” (Antunes *et al.*, 1990: 85).

En el primer apartado hemos podido observar que la sociedad vasca está conformada por una economía más industrial que agraria y cuenta con una izquierda y un movimiento sindical fuerte y movilizador. Un país pequeño donde las iniciativas y acciones del ecologismo son cambiantes, aunque perduran desde su nacimiento hace 50 años;¹⁰ donde el movimiento feminista sigue aumentando su peso en todos los

⁸ Se publicó en varios idiomas; en 1991 en castellano, por Libros de la Catarata, y en 1992 en euskera/ lengua vasca, conjuntamente por Libros de la Catarata y Bakeaz. Existe otro “Manifiesto Ecosocialista” publicado por Joel Kovel y Michael Löwy (2001).

⁹ Alocución 30 años después de la publicación del Manifiesto Ecosocialista Europeo, en el Congreso de la Sociedad Académica de Filosofía “Racionalidad, Ecológica, Mundialización”, 14-19 de septiembre de 2019, Madrid, España.

¹⁰ Investigadores y ecologistas suelen coincidir en que fue en Erandio (Bizkaia), en 1969, durante las protestas contra las emisiones de gases y la contaminación atmosférica que asfixiaba a la población y en cuyas movilizaciones Josu Murueta y Antón Fernández fueron asesinados por la Policía Nacional, donde comenzaron las luchas ecosociales vascas. El libro de Josu Cerrato (1994), *Erandio. Kutsadura odola edan dio*, relata lo acontecido.

ámbitos de la vida social, económica y política, y donde el sindicalismo es más movimentista que en otros lugares de Europa (Barcena *et al.*, 2003; Irureta Azkune, 2019; Las Heras y Rodríguez, 2020).

El ecosocialismo feminista implica la hibridación y ensamblaje de tres corrientes ideológicas o de tres movimientos sociales variopintos. Sabemos que el ecologismo, el feminismo y las diversas genealogías de la izquierda sindical y política representan movimientos variados y complejos. No existe una sola línea, sino todo lo contrario (Barcena, 2015).

En el marxismo, en el anarquismo o en el sindicalismo –también en el ecologismo y en el feminismo– algunas corrientes son partidarias de esta hibridación y alianza ideológica, en cambio, otras no. Algunos siguen afirmando que la contradicción o crisis más evidente en su ámbito es la principal (provenza del patriarcado, del capitalismo o de la crisis ecológica) y, como consecuencia de esa priorización, no son partidarios de hibridarse. Para estas personas, organizaciones o corrientes el resto de cuestiones serían contradicciones secundarias, frente a la de su propia identidad (contradicción principal) y, siendo subsidiarias, no pueden, ni deben, estar al mismo nivel. Dado el actual proceso de hibridación, posiblemente este sea el mayor problema a sortear.

3. DE LA TEORÍA A LA PRAXIS. ANÁLISIS DE LAS CAMPAÑAS Y MOVILIZACIONES DEL ECOSOCIALISMO FEMINISTA VASCO Y REFLEXIONES UNIVERSITARIAS

A continuación, vamos a tratar de enumerar y analizar las que a nuestro juicio han sido las principales vivencias y eventos que han nutrido al ESF vasco en la última década, para averiguar cuáles son sus “nuevos” aportes. Por cuestiones de espacio, tales experiencias se citan someramente, vislumbrando el repertorio de acciones de esta nueva corriente ideológica que avanza por EH.

TABLA II – Principales experiencias y eventos del ESF vasco

Experiencia	Fechas	Tipo de evento	Promotores/Información	Características
Alternatiben Herria	2013-2015-2018 Baiona, Donostia, Bilbao, Baiona	Miles de personas, cientos de experiencias y debates.	BIZI! – Carta de Derechos Sociales y Movimientos sociales diversos. Cf. https://alternatibenherria.eu/s/ y https://bizimugi.eu/eu?s=alternatiba	Demostración de experiencias un día/una ciudad
Carta de derechos sociales	Nace en 2015	145 organizaciones en 130 pueblos.	Mayoría sindical vasca y movimientos sociales. Cf. http://eskubidesozialenkart.a.com/	Red de organizaciones, campañas y huelgas
Espacio ecosocialista vasco	2016 – III Encuentros internacionales	Iniciativa de propuestas y campañas	Grupos organizadores de los Encuentros Internacionales 2016. Cf. https://guneekosozialista.noblogs.org/	Red de activistas ecosocialistas y ecofeministas
Nuevas voces ecofeministas y sindicalistas	Huelgas 8 de marzo (2017-2018-2019)	Encuentros, movilizaciones. Huelgas de mujeres	Grupos ecologistas y feministas. Sindicatos. Cf. https://www.ekologistakmarxan.org/es/2018/02/02/ y https://www.feministas.org/euskal-herriko-v-jardunaldi	Jornadas y encuentros. Huelgas.
Juventud ecologista en acción	2018-2019	Movilizaciones en institutos y calles. Huelga 27.09.2019	Jóvenes de institutos. Fridays for Future en todas las capitales vascas. Cf. https://twitter.com/ffdonosti?lang=es y https://twitter.com/fff_bilbao?lang=es	Acciones de protestas y huelgas escolares.
Huelga general	31 de enero del 2019	Huelga general exitosa. Movilizaciones en ciudades y pueblos.	ELA, LAB, ESK, STEILAS, EHNE; HIRU, ETXALDE, Carta de Derechos Sociales, grupos ecologistas y feministas, jóvenes y pensionistas. Cf. http://eskubidesozialenkart.a.com/	Trabajos, vidas y pensiones dignas

Fuente: Elaboración propia.

Estas experiencias prácticas, movilizaciones conjuntas y campañas compartidas marcan una línea de pensamiento y acción alternativa al capitalismo y reafirman que la hibridación y la colaboración entre el feminismo, el ecologismo y el sindicalismo vasco son posibles y fructíferas. De su análisis y estudio recogemos cinco características:

a) Nuevas estrategias de lucha como Alternatiben Herria. El fracaso político de la Cumbre de Copenhague (COP15) hizo que el movimiento por la justicia climática cambiara el foco y dejara de pensar en presionar a las multinacionales y a los gobiernos para mirar, movilizar y fortalecer sus bases sociales, y dar a conocer la multitud de

casos, campañas, planes y proyectos que desde la economía social hasta el cooperativismo, desde las escuelas a los grupos de consumo o desde las monedas alternativas, como el EUSKO,¹¹ a los medios de comunicación alternativos, trabajan reduciendo los consumos y las emisiones. Construir de abajo arriba, horizontalmente y en red.

b) Creación de redes intermovimentistas. Carta de los Derechos Sociales de Euskal Herria, como ejemplo. Una red de movimientos y organizaciones donde se recogen las aspiraciones y reivindicaciones más sentidas de la clase trabajadora y de amplios sectores populares (mujeres y hombres, jóvenes, mayores, migrantes, personas presas, marginados, personas con diversidad funcional...) para la defensa y extensión de sus derechos frente a las políticas neoliberales. Ha estado presente de forma principal y relevante en los “Alternatiben Herria” y en huelgas generales como la de enero del 2020.

c) Construcción del espacio ecosocialista feminista vasco. Esta iniciativa surgió al finalizar los III Encuentros Ecosocialistas Internacionales celebrados en Bilbao en 2016. Una delegación ecosindical vasca había participado en los primeros Encuentros Ecosocialistas Internacionales en Suiza (enero del 2014) y también en los II Encuentros Ecosocialistas Internacionales que se celebraron en Madrid en junio del 2015.

Los III Encuentros se celebraron a finales de septiembre del 2016 en Bilbao bajo el lema “Urgencia ecológica y emergencia social: construyendo alternativas a los desafíos ecosociales”. En su organización participaron los sindicatos ELA, LAB, ESK, EHNE Bizkaia y Steilas; los partidos políticos Sortu, Podemos, Alternatiba, Aralar, Equo y Antikapitalistak; además de la fundación ecosocialista Hitz & Hitz, la asociación Ekologistak Martxan y la ONG Mugarik Gabe. A pesar de que uno de los días del evento, el domingo 25 de septiembre, coincidía con las elecciones al Parlamento Vasco¹² y los organizadores decidieron no alterar el programa, no obstante, la participación fue alta, congregando a más de 350 personas en la Universidad del País Vasco.

El Espacio ESF vasco no pretende crear otra estructura o aparato organizativo, ni una nueva mesa de organismos (ni sectorial, ni transversal), sino explorar la viabilidad de juntar un grupo diverso de personas en colaboración estable para extender las ideas y, sobre todo, las prácticas ecosocialistas feministas. Entre sus actividades formativas podemos destacar la Escuela Popular Ecosocialista y la elaboración participativa y

¹¹ El eusko, es una moneda local de Ipar EH, creada en 2013, que ha alcanzado la cifra récord del millón de euros en 2018, convirtiéndose en la moneda local más importante en Europa, por delante del Chiemgauer alemán y de la divisa local inglesa Bristol Pound.

¹² Los resultados de las dos coaliciones de la izquierda vasca –ambas colaboradoras en la organización de los III Encuentros Ecosocialistas– en estas elecciones al Parlamento Vasco fueron un 21 % (17 escaños) para EH Bildu y un 14 % para Elkarrekin PODEMOS (11 escaños), que sumaban 28 escaños de 75. A nuestro entender, es un dato relevante el hecho de que el 35 % de esta institución autonómica apoye las iniciativas ecosocialistas y ecofeministas.

democrática de una “Estrategia de Transición Ecosocial” para el 2030 en EH, con 14 líneas de acción (clima y energía, soberanía alimentaria, reparto de riqueza, cuidados, biodiversidad...) y basada en cuatro ejes o miradas: una sociedad vasca que se ajusta a los límites y equilibrios de la naturaleza (*sostenibilidad*), que garantice y priorice los trabajos de mantenimiento de la vida, los cuidados (*ecofeminista*), orientada a la satisfacción de las necesidades básicas de todas las personas (*justa*) y que lo haga de forma democrática y soberana (*autogestión*).

d) Actores colectivos con voces, discursos y estrategias renovadoras. Aunque las iniciativas ecofeministas no son todavía muy relevantes, en proporción a la fuerza, el crecimiento y el impacto que el movimiento feminista vasco ha desarrollado en los últimos años, encontramos iniciativas ecofeministas que denuncian los impactos diferenciados del actual modelo energético en las mujeres y en personas con diversidad sexual, su exclusión de las esferas de poder de dicho sector, y que pretenden dar visibilidad a las mujeres que están trabajando por una transición energética justa y sostenible. Otro ámbito de trabajo es el agroecológico y el de la soberanía alimentaria, donde podemos citar como ejemplo a las mujeres de Etxalde,¹³ ligadas a la Marcha Mundial de las Mujeres.¹⁴ Además, son de especial relevancia las largas huelgas de trabajadoras de las residencias de ancianos en Bizkaia y Gipuzkoa, de gran impacto social, que han revelado la existencia de una brecha salarial y un mundo de precariedad feminizada, que por fin ha tenido una enérgica respuesta sindical.¹⁵

Por otro lado, en EH, al igual que en otras partes del planeta, una nueva generación de ecologistas organizados en grupos como Fridays for Future, Extinction Rebellion, o Rise 2020 ha movilizado a miles de jóvenes. Si esta nueva savia ecologista –con maneras de pensar, hacer y organizarse distintas–, está relacionada o no con el ideario ESF es todavía una incógnita,¹⁶ pero sus críticas al modo de producción y consumo capitalista, y su lectura del ecofeminismo apuntan en esa dirección.

e) La huelga como herramienta de unidad y lucha. La huelga general del 30 de enero del 2020, convocada bajo el lema “Trabajos, vidas, pensiones dignas” por los sindicatos vascos junto –y esta es la verdadera novedad– a otra pluralidad de agentes sociales

¹³ Etxalde es un movimiento social vasco por la soberanía alimentaria, cuyo germen principal es EHNE – Bizkaia [Euskal Herriko Nekazarien Elkartasuna– Unidad Agraria del País Vasco] una organización profesional agraria, nacida y legalizada en los años 1976-1977 que, tras muchos años de andadura reivindicativa y propositiva, tiene como principal objetivo impulsar la soberanía alimentaria en EH, principio clave que implica capacidad de decidir, vinculado a lo que una sociedad bien informada quiere, que es una producción agroecológica cercana que garantice la salubridad, la calidad alimentaria y el respeto al medio ambiente y al clima, además del empleo y la vitalidad del medio rural (cf. <http://www.elikaherria.eus/>; consultado 25.02.2020).

¹⁴ Cf. <https://www.emakumeenmundumartxa.eus/es/>. Consultado el 18.01.2020.

¹⁵ Se puede consultar el libro de Onintza Irureta Azkune (2019).

¹⁶ Sobre esta cuestión, es interesante leer la editorial y el contenido de algunos artículos del n.º 58 de la revista *Ecología Política*, dedicado al tema “¿Auge o crisis del ecologismo?”, 2019, Barcelona. Consultado el 18.01.2020, en <https://www.ecologiapolitica.info/?product=58-ecologismo>.

convocantes (pensionistas, feministas, ecologistas, antirracistas...), ha sido el hito movilizador ecosocialista que más impacto ha tenido en la vida social y política vasca en los últimos años. Como dicen los economistas Jon Las Heras y Lluís Rodríguez:

El ciclo de huelgas generales poscrisis abierto por las huelgas feministas y en defensa del clima, trasciende la división sindicatos/movimientos sociales profundizando la alianza entre las diferentes organizaciones y sensibilidades, crucial a la hora de establecer movimientos contrahegemónicos con implante social. [...] se han creado más de 170 comités de huelga en pueblos y ciudades del país [...] llegando a adherirse a la misma más de 1.500 empresas y administraciones.¹⁷

Por otro lado, y con el propósito de enriquecer nuestro análisis, incluimos una serie de reflexiones obtenidas en las aulas universitarias. Desde el año 2015, en siete ocasiones hemos tenido la oportunidad de realizar un ejercicio de reflexión y debate con el alumnado universitario en clases de máster y en universidades de verano, realizando un *roll-playing* sobre las ventajas y desventajas de la alianza e hibridación entre ecologistas, feministas y sindicalistas. Obviamente, algunos de ellos y ellas son activistas de estos movimientos y conocen las problemáticas aludidas. Las preguntas son: ¿qué pueden ganar y perder en sus alianzas?, ¿dónde están los problemas para la colaboración? Dividimos la clase en grupos de cinco personas, para que todas puedan participar. A cada grupo se le asigna un rol o identidad. Un grupo de ecologistas, otro de feministas y otro de sindicalistas, y se les pide que piensen, discutan y escriban las ventajas e inconvenientes de las alianzas con los otros dos movimientos. Tras un debate en el que se busca la participación de todas las personas del grupo, se hace la exposición de las ventajas y desventajas, se escriben en la pizarra y se discute su pertinencia. Hemos realizado una síntesis de las respuestas acumuladas durante los siete ejercicios realizados en estos últimos seis años (Tabla II) con el alumnado universitario vasco consultado (150-160 personas). El ejercicio tan sólo tiene un mero carácter descriptivo y enunciator de los puntos de fricción y de acercamiento. No más.

¹⁷ Jon Las Heras y Lluís Rodríguez Algans (2020), “30 de enero: huelga general”, *VientoSur*, 28 de enero; consultado el 03.06.2020, en <https://vientosur.info/30-de-enero-huelga-general-15558/>. También es interesante la reflexión del Espacio Ecosocialista Vasco (consultado el 17.04.2020, en <https://guneekosozialista.noblogs.org/post/2020/01/28/una-mirada-ecosocialista>).

TABLA III – Ventajas e inconvenientes de las alianzas del ecosocialismo feminista a juicio de un elenco de estudiantes universitarios vascos

Alianza	Ventajas	Desventajas
Ecologismo + Socialismo	Crítica a la lógica del crecimiento Transición o metamorfosis socioecológica Cambio del paradigma de progreso	Socialismo productivista Elegir: ¿pan o tanques? Diversidad cultural mundial Capitalismo verde
Socialismo + Feminismo	Visión amplia del trabajo. Distinto del empleo. Proyecto para todos y todas “Buen vivir” como objetivo. Feminismo del 99%	Patriarcado también en la izquierda Mujeres “competencia” para empleo de los hombres Choque entre economicismo y política de la vida
Feminismo + Ecologismo	Reconocimiento de la ecoddependencia e interdependencia Protección de seres humanos y otros seres vivos Beneficios emocionales y materiales Lógica de conservación vs. producción	Ambas ideologías muy divididas Falta de cohesión social entre los derechos de las personas y de la naturaleza “Naturalización” de las mujeres Feminismo, como propio de las mujeres, no como beneficio de toda la sociedad

Fuente: Elaboración propia.

A la vista de los problemas y ventajas enumerados podemos apuntar algunas evidencias corroboradas en las entrevistas, debates y publicaciones en el ámbito vasco. Ecologismo y socialismo han sido históricamente aliados, aunque también antagonistas. En EH existen alianzas y campañas conjuntas, como hemos visto anteriormente, así como desencuentros y fricciones en este medio siglo de vivencias comunes. Mientras para el movimiento obrero y sindical el quid de la cuestión mira más a cómo repartir el “pastel” productivo y a las condiciones de trabajo, para los y las ecologistas el problema no está tanto en ese reparto final. Se trataría más de apuntar a la raíz, a lo que se produce y cómo se produce, a lo que se consume y cómo se consume, y al propio tamaño del “pastel” que no puede –ni debe– seguir creciendo indefinidamente, por los propios límites naturales. Y, por supuesto, pero sólo como una cuestión más, a cómo se reparte. Todas ellas son cuestiones que ha discutido y reflexionado durante estas tres últimas décadas el denominado ecosindicalismo vasco (Barcena, 2005b).

Vivimos una época de crisis civilizatoria (Fernández Buey, 2009) donde la crisis del modelo de relaciones socioeconómicas se suma a otras crisis sistémicas (cuidados, migratoria, democrática, energética...) y donde la crisis ecológica aparece siempre al lado. El ecosocialismo y, en este caso, también el ecosindicalismo recomiendan no

separar ambas crisis, sino relacionarlas y aunar fuerzas para la superación de ambas. Como afirmábamos hace ya 15 años,

el sindicalismo vasco por su fuerza estructural y por su amplia dimensión social puede ayudar al ecologismo a salir del localismo y a poner en práctica algunas alternativas que generen salud y empleo. Los proyectos ecosindicales deben profundizarse y dirigirse especialmente a los comités de empresa con propuestas específicas (legislación medioambiental, reconversión hacia la producción limpia, elusión de residuos tóxicos, ahorro energético, transporte público, colectivo, no motorizado... (Barcena, 2005a: 26)

Si pasamos al siguiente peldaño, el de las alianzas entre socialismo y feminismo, podríamos decir que la unión empezó bien, ya que desde sus orígenes el sindicalismo defendió el acceso de las mujeres al trabajo asalariado y también sus derechos laborales con el fin de que su conciencia emancipatoria se vinculara a los intereses de la clase obrera. La igualdad política entre los sexos y la igualdad social eran objetivos a alcanzar. Sin embargo, la historia ha demostrado, tanto en Oriente como en Occidente y también en EH, que la igualdad jurídica formal y la incorporación al mundo laboral no ha traído consigo la liberación de las mujeres –ni la sexual, ni la social, ni la económica. El feminismo ha denunciado, tanto en los países capitalistas como en los del “socialismo real”, que esta alianza no solo ha sido traicionada, sino que ha traído consigo el llamado “malestar de la emancipación”, que conlleva la invisibilidad del trabajo femenino en la reproducción de la mano de obra o en las tareas familiares (Federici, 2013, Perez Orozco, 2006), esto es, en los trabajos que hacen posible el mantenimiento de la vida en general.

Sin embargo, recuperar y renovar la alianza con la izquierda en forma positiva sigue siendo uno de los reclamos de quienes se reivindican del *Feminismo del 99%*, el que hace de la huelga su arma política, rediseñando sus alianzas políticas y recuperando las luchas históricas por los derechos de las trabajadoras, la justicia social y el trabajo (remunerado o no) de aquellas que sostienen la vida. El feminismo de la huelga, como hemos visto también en el caso de EH, abre la posibilidad “[...] de una nueva fase sin precedentes de la lucha de clases: feminista, internacionalista, ecologista y antirracista”.¹⁸

¹⁸ El Manifiesto “Un feminismo para el 99%: por eso las mujeres haremos huelga este año”, del 2017, se puede leer en <https://ctxt.es/es/20180124/Politica/17499/angela-davis-nancy-fraser-linda-alcoff-cinzia-arruzza-Tithi-Bhattacharya-Rosa-Clemente-Zillah-Eisenstein-Liza-Featherstone-Barbara-Smith-Keeanga-Yamahitta-Taylor-feminismo-strike-huelga-8-de-marzo-lucha-machismo-metoo-timesup.htm> (consultado el 31.01.2018). Está publicado en formato libro en Arruzza *et al.* (2019) y existe una versión del feminismo del Estado español, publicada por CTXT junto a Lengua de Trapo.

Pasando al tercer estrato, es precisamente en ese *Feminismo del 99%* que combate las políticas neoliberales, donde encontramos la invitación para la alianza ecologista-feminista. “Prácticamente nadie –con la excepción parcial del 1 %– se libra de los impactos de las perturbaciones políticas, la precariedad económica y el agotamiento socio-reproductivo. Y, por supuesto, el cambio climático amenaza con destruir cualquier tipo de vida en el planeta” leemos en su Manifiesto de la Huelga Feminista del 2017 (cf. Arruzza *et al.*, 2019). En EH las huelgas y movilizaciones del 8 de marzo del 2017, 2018 y 2019 han tenido un impacto movilizador y una visibilización social y mediática sin precedentes.

Herrero, una persona clave en lo referente al debate y la siembra de las ideas ecofeministas en EH, tanto en el ámbito del feminismo y el sindicalismo como en el ámbito ecologista del que procede, considera normal que una parte del feminismo desconfíe de la “naturalización” de las mujeres, puesto que esto ha llevado a su opresión y exclusión histórica; no obstante, puntualiza:

Su posición de sometimiento también ha sido al tiempo una posición en cierto modo privilegiada para poder construir conocimientos relativos a la crianza, la alimentación, la salud, la agricultura, la protección, los afectos, la compañía, la ética, la cohesión comunitaria, la educación y la defensa del medio natural que permite la vida. (Pascual Rodríguez y Herrero López, 2010: 9)

Ahí mismo reside la capacidad del ecofeminismo para tender lazos de defensa de la vida, tanto de la gente como de los ecosistemas.

4. EL SENTIDO DEL ESF VASCO. CONSIDERACIONES FINALES Y RETOS PARA EL FUTURO

Como cierre de este texto, queremos señalar una serie de singularidades de la alianza “lila-roji-verde” en EH y también las dificultades para su desarrollo y pervivencia.

Al comienzo de nuestro artículo nos preguntábamos: ¿dónde residen las dificultades y obstáculos para la confluencia entre ecologismo, feminismo y sindicalismo en EH?, ¿qué estrategias pueden servir para la superación de tales obstáculos?, ¿cuáles son los puntos de unión y confluencia más relevantes del ESF vasco?

Como hemos visto en el apartado anterior, la creación de estrategias de lucha y alianzas intermovimentistas es una “nueva” realidad en marcha, así como la aparición de espacios de colaboración y de actores colectivos con voces, discursos y estrategias renovadoras, y también herramientas unificadoras y vertebradoras, como la huelga general, que hasta ahora han dado resultados satisfactorios y que pueden alimentar las alianzas futuras del ESF vasco.

Además, ecofeministas como Herrero pronostican y avisan que los conocimientos de las mujeres han demostrado ser más acordes con la pervivencia de la especie que los contruidos y practicados por la cultura patriarcal y por el mercado. Esto es: “La cultura del cuidado tendrá que ser rescatada y servir de inspiración central a una sociedad social y ecológicamente sostenible” (Pascual Rodríguez y Herrero López, 2010: 9). Eso que algunas feministas llaman “cuidanía” (cuidados+ciudadanía) es un concepto vital en el momento actual, una consigna de lucha que ya figura en las agendas de sindicatos y grupos ecologistas vascos.

Entre las dificultades, a mi juicio, la primera reside en la gran asimetría de fuerzas entre los valores y marcos cognitivos que apuntalan la sociedad capitalista y los defendidos por el ESF. A continuación presentamos un cuadro donde se recoge nuestra visión de la disparidad de *frames* o encuadres cognitivos e interpretativos que se disputan en el seno la sociedad vasca, al igual que en otras sociedades occidentales e, incluso, en países del Sur Global.

TABLA IV – Confrontación de valores y encuadres ideológicos

CAPITALISMO NEOLIBERAL	ECOSOCIALISMO FEMINISTA (ESF)
COMPETITIVIDAD Sujeto BBVA (Blanco, Burgués, Varón, Autónomo)	SOLIDARIDAD “Auzolana” (trabajo comunitario) – “Cuidanía”
CRECIMIENTO Económico, ilimitado	DECRECIMIENTO JUSTO Y SOSTENIBLE Transición/Metamorfosis
DESARROLLO sostenible (adjetivo) Alta velocidad Excelencia – Elitismo	SOSTENIBILIDAD (sustantivación) Lujosa pobreza “Slow” – Lentitud/Proximidad. Km-0
GOBERNANZA (Gobierno Multinivel) Privado-Público Prometeísmo	DEMOCRACIA PARTICIPATIVA y DIRECTA Defensa del “Común” Biofilia – Biomimesis
INNOVACIÓN TECNOLÓGICA Robotización – Digitalización – Automatización	Crítica a la TECNOLATRÍA Trabajos dignos/sostenibles/ecológicos

Fuente: Elaboración propia.

Debemos ser conscientes de la enorme desigualdad y la asimetría de fuerzas y recursos existentes entre los bandos enfrentados en esta lucha conceptual. La hegemonía ideológica de la primera columna y la supremacía de los marcos valorativos e interpretativos de la realidad social, cultural, económica y política en el sistema capitalista es evidentemente desfavorable para las personas y organizaciones valedoras de la segunda columna. Asumiendo este escenario desequilibrado y desfavorable, pensamos –como diría George Lakoff– que tener una batería de “contra-frames” para responder y contrarrestar al adversario ideológico es siempre un buen punto de partida.

Trenzar las visiones y las manos de quienes, desde el mundo sindical –industrial o agrario–, desde el ecofeminismo y desde la ecología política, se enfrentan a la crisis civilizatoria en la que nos ha sumergido el desorden capitalista es una forma de “aterrizar”, como nos propone Bruno Latour.

Además, frente a quienes menosprecian tales estrategias de vertebración y pluralismo, y a los que dentro del sindicalismo, el feminismo o el ecologismo vasco, dan por superadas las clases sociales o las diferencias entre izquierdas y derechas, pensamos como escribió Boris Frankel en *Los utópicos posindustriales*:

Si la izquierda hace oídos sordos a las críticas a la sociedad existente de las ecofeministas y de los ecosocialistas se autocondenará a un futuro de conservadurismo político y de marginación. Por otro lado, sin la fuerza político-económica y la experiencia del movimiento obrero, los movimientos alternativos están igualmente condenados a desaparecer bajo el peso de las fuerzas políticas conservadoras que constituyen una seria amenaza para el conjunto de todo el planeta. (Frankel, 1989: 232)

Otra de las cuestiones que complica el escenario del ESF, más allá del pensamiento neoliberal y del populismo reaccionario y “negacionista” en alza, es la discusión entre quienes desde posiciones ecosocialistas creen que necesitamos un nuevo pacto social verde –el denominado Green New Deal– que reactive la economía por la vía de los negocios verdes y quienes desde el mismo campo ecosocialista y feminista creen que al mercado capitalista, sea marrón o verde, le sobran personas y empleos. El debate está abierto y ambas posiciones encuentran adeptos en el ESF vasco. Seguir debatiendo y, sobre todo, seguir actuando conjuntamente es buen camino a recorrer a pesar de las diferencias políticas existentes, como reflejan los actuales debates en torno a los fondos del programa *Next Generation* de la Unión Europea.

Otro de los desafíos más importantes del ESF vasco tiene que ver con los tiempos, con el corto y el medio plazo. Su proyecto plantea constituir una red colaborativa, lo más amplia y plural posible, a favor de la vida, la dignidad, la justicia y la defensa de *Amalurra* (Madre Tierra). Una alianza –de personas y movimientos sociales– en red, que asuma y proponga medidas urgentes a corto plazo (priorizar y reforzar los servicios públicos que garanticen las necesidades básicas de salud, educación, alimentación, cuidado, energía, agua, vivienda, gestión de residuos, etc.) y que incluya medidas, plazos y presupuesto para su realización, como ya se está promoviendo desde el movimiento feminista y la Carta de Derechos Sociales.

Esta urgencia, a su entender, deberá combinarse y compaginarse con una visión a medio plazo (2030, por ejemplo) que impulse un proceso de transición/metamorfosis ecosocial, para reducir la producción y el consumo de energía y materiales, y para promover los sectores clave que sirven para cubrir las necesidades básicas (agroecología, cuidados, sanidad...), además de priorizar la producción y el consumo local, y suprimir o reconvertir los sectores más contaminantes y perjudiciales para la vida (armas, automóviles, grandes infraestructuras...).

Todo ello, acelerando el reparto de la riqueza y el trabajo (productivo y reproductivo), instaurando una fiscalidad progresiva y redistributiva, impidiendo los despidos que se van a plantear en las futuras reestructuraciones y garantizando transiciones justas. Sin olvidar que en estos procesos habrá que impulsar los necesarios debates y propuestas sobre los límites a la propiedad privada o la renta básica universal.

En este punto es interesante la reflexión planteada desde el Espacio Ecosocialista Vasco que en tiempos de pandemia y estudiando los retos venideros, advierte que se aproxima un “Tiempo para la Audacia” que explicita la pugna ideológica en la que nos estamos moviendo, y denuncia

las señales de autoritarismo, militarismo, control social y recentralización que estamos viviendo. No es aventurado afirmar que, al final de esta crisis sanitaria, existirá un grave riesgo de que ese “kit autoritario” se siga utilizando para poner en marcha otra “doctrina del shock”, como siempre en beneficio exclusivo de las élites.¹⁹

El proceso de empoderamiento de la ciudadanía supone promover la participación y el poder de decisión de las comunidades, de los trabajadores y las trabajadoras en las empresas, así como apoyar y fortalecer las iniciativas autogestionarias y la economía social y solidaria, y cuantas iniciativas comunitarias de solidaridad puedan ir surgiendo en EH.

En resumen, en palabras del Espacio Ecosocialista Vasco se necesita audacia para: **cuidar** (red de cuidados); **proteger** (servicios públicos básicos); **reducir** (producción, consumo, etc.); **distribuir** (riqueza y trabajo), y **reforzar** (empoderamiento de la ciudadanía). Estos podrían ser algunos de los retos del ecosocialista-feminista vasco para los tiempos venideros.

Revisado por José Morales

¹⁹ Apraiz, Itxaso; Hernandez Abaitua, Ritxi; Etxeandia, Tomi (2020), “Tiempo para la audacia: actuar por la vía del ecosocialismo-feminista”, *Euskal Gune ekosozialista*, 11 de abril. Consultado el 07.03.2020, en <https://guneekosozialista.noblogs.org/post/2020/04/11/ausardiaren-garaia-tiempo-para-la-audacia>.

ÍÑAKI BARCENA HINOJAL

Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea
Barrio Sarriena s/n, 48940 Leioa, Bizkaia España
Contacto: inaki.barcena@ehu.eus

Recibido: 14.04.2020

Aceptación comunicada: 24.04.2021

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ajangiz, Rafael; Barcena, Iñaki (2001), "Euskal Herriko Gizarte Mugimenduak", *Giza Eskubideei buruzko Koadernoak/Cuadernos de Derechos Humanos*, vol. 14. Bilbao: Deustuko Unibertsitatea, Giza Eskubideen Institutua.
- Allende, Jose (2002), "Medio ambiente, sostenibilidad y sociedad civil en Euskal Herria", in *XV Congreso de Estudios Vascos: Ciencia y cultura vasca, y redes telemáticas*, Actas de Congreso. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 489-496.
- Álvarez Bragado, Eduardo (2017), "El *problema vasco* en la transición democrática española (1975-1979). Acción política y competencia entre identidades". Tesis Doctoral, Departamento de Historia de las Ideas y del Pensamiento Político, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid.
- Antunes, Carlos; Juquin, Pierre; Kemp, Penny; Stengers, Isabelle; Telkämper Wilfried; Wolf, Frieder Otto (1990), "Por una alternativa verde en Europa. Manifiesto Ecosocialista", *Mientras Tanto*, 41, 59-171.
- Arruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi; Fraser, Nancy (2019), *Feminismo para el 99%. Un manifiesto*. S.I.: Herder. Traducción de Antoni Martínez Riu [ed. e-book].
- Asambleas de Mujeres de Euskadi; AIZAN (1986), *Euskadiko Emakumeen II. Topaketak/ II Jornadas Feministas de Euskadi*. Bilbao: Asambleas de Mujeres de Euskadi/AIZAN.
- Barcena, Iñaki (2002), "Euskal gizarte zibilaren bilakaera historikoa (The Historical Evolution of Basque Civil Society)", in *XV Congreso de Estudios Vascos: Ciencia y cultura vasca, y redes telemáticas*, Actas de Congreso. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 469-478.
- Barcena, Iñaki (2005a), *Ekosindikalismoa: Ekologismoaren eta sindikalismoaren arteko kontraesanak eta kideotasunak*. Bilbao: Fundación Manu Robles Aranguiz (ELA).
- Barcena, Iñaki (2005b), "Ocho tesis ecosindicalistas. Contradicciones y afinidades entre ecologismo y sindicalismo", *Viento Sur*, 80, 85-96.
- Barcena, Iñaki (2015), "El eco-socialismo-feminista frente a la crisis civilizatoria", in Marcos Engelken-Jorge; Mercè Cortina Oriol; Noemi Bergantiños (eds.), *Contextos y perspectivas de la democracia: ensayos en honor a Pedro Ibarra Güell*. Iruña/Pamplona: Pamiela Universitas.

- Barcena, Iñaki (2020), "Ecosocialismo", in Joan Antón; Xavier Torrens (eds.), *Ideologías y movimientos políticos contemporáneos*. Madrid: Tecnos.
- Barcena, Iñaki; Ajangiz, Rafael (2011), "Basque Social Movements: Euskara, Feminism and Environmentalism", in Pedro Ibarra Güell; Xabier Irujo Ametzaga (eds.), *Basque Political Systems*. Reno: University of Nevada, 219-234.
- Barcena, Iñaki; Ibarra, Pedro; Zubiaga, Mario (1995), *Nacionalismo y Ecología. Conflicto e institucionalización en el movimiento ecologista vasco*. Madrid: Libros de la Catarata.
- Beorlegi, David (2009), "Los nuevos movimientos sociales en Euskal Herria: Los movimientos ecologistas, pacifistas y antimilitaristas desde la Transición hasta el cambio de siglo", *Sancho el Sabio*, 30, 161-186.
- Casquette, Jesus (1998), *Política, Cultura y Movimientos sociales*. Bilbao: Bakeaz.
- Cassan, Patrick (1996), *Francia y la cuestión nacional vasca*. Tafalla: Txalaparta.
- Cerrato, Josu (1994), *Erandio. Kutsadura odola edan dio*. Bilbao: Eguzki-Zaleak.
- Coordinadora de Organizaciones Feministas de Euskadi (1996), *Euskadiko III. Ihardunaldi Feministak/ III Jornadas Feministas de Euskadi. Mugarik ez emakumeentzat!* Bilbao: Autoedición. Coordinadora de Organizaciones Feministas de Euskadi.
- Elorrieta, Joxe (2017), *Una mirada sindical contracorriente. Clase, territorio y nuevas alianzas*. Barcelona: Icaria.
- Federici, Silvia (2013), *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid: Traficantes de sueños.
- Fernández Buey, Francisco (2009), "Crisis de civilización", *Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, 105, 41-51.
- Frankel, Boris (1989), *Los utópicos post-industriales*. Valencia: Ed. Alfons el Magnánim.
- Herrero, Yayo; Cembranos, Fernando; Pascual, Marta (coords.) (2011), *Cambiar las gafas para mirar el mundo. Una nueva cultura de la sostenibilidad*. Madrid: Libros en Acción.
- Ibarra Güell, Pedro (1987), *El movimiento obrero en Vizcaya (1967-1977)*. Bilbao: Servicio Editorial UPV-EHU.
- Ibarra Güell, Pedro (2005), *Manual de sociedad civil y movimientos sociales*. Madrid: Síntesis.
- Ibarra Güell, Pedro; Barcena, Iñaki; Guarrotxena, Eunat; Torre, Jon (2003), "Ten Years of Environmental Protest in the Basque Country: From Nationalism to Localism", in Christopher Rootes (coord.), *The Transformation of the Environmental Activism in Seven European States*. Oxford: Oxford University Press, 200-215.
- Iriarte Areso, Jose Vicente (1995), *Movimiento obrero en Navarra (1967-1977): organización y conflictividad*. Pamplona: Gobierno de Navarra.
- Irureta Azkune, Onintza (2019), *No eran trabajadoras, solo mujeres. Testimonio de las huelguistas de las residencias de Bizkaia*. Bilbao: Colección Uxue.
- Jacob, James E. (1998), *Hills of Conflict. Basque Nationalism in France*. Reno: University of Nevada.
- Kovel, Joel; Löwy, Michael (2001), "An Ecosocialist Manifesto". Consultado el 24.03.2020, en <http://members.optushome.com.au/spainter/Ecosocialist.html>.

- Las Heras, Jon; Rodríguez, Lluís (2020), "Striking to Renew: Basque Unions' Organizing Strategies and Use of the Strike-Fund", *British Journal of Industrial Relations*. DOI: 10.1111/bjir.12582
- Latour, Bruno (2019), *Dónde aterrizar. Cómo orientarse en política*. Barcelona: Taurus. Traducción de Pablo Cuartas.
- Letamendia, Francisco (1994), *Historia del nacionalismo vasco y de ETA*. Donostia: R&B Ediciones.
- Letamendia, Francisco (2004), *ELA 1976-2003: sindicalismo de contrapoder*. Bilbao: Manu Robles Arangiz Institutua.
- Letamendia, Francisco; Martínez Palacios, Jone (2011), "Labour Unions and Employers in the Autonomous Community of the Basque Country", in Pedro Ibarra Güell; Xabier Irujo Ametzaga (orgs.), *Basque Political Systems*. Reno, NV: Center for Basque Studies, University of Nevada, 235-250. Traducción de Cameron J. Watson.
- Letamendia, Arkaitz (2015), *Las formas de protesta colectiva en Euskal Herria entre 1980 y 2013*. Tesis Doctoral en Sociología, Universidad del País Vasco, Leioa, España. Consultado el 25.06.2019, en <https://addi.ehu.es/handle/10810/16210>.
- Löwy, Michael (2012), *Ecosocialismo. La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista*. Madrid: Biblioteca Nueva. Traducción de Maysi Veuthey.
- Majuelo Gil, Emilio (2000), *Historia del sindicato LAB. Langile Abertzaleen Batzordeak (1975-2000)*. Tafalla: Editorial Txalaparta.
- McAdam, Doug; Tilly, Charles; Tarrow, Sidney (2005), *Dinámica de la contienda política*. Madrid: Hacer.
- Mellor, Mary (1997), "El socialismo verde y feminista: La teoría y la práctica", *Ecología Política*, 14, 11-22.
- Onaindia, Mario (1985), "La transición democrática en Euskadi", *Leviatán: revista de pensamiento socialista*, 21, 57-68.
- Pascual Rodríguez, Marta; Herrero López, Yayo (2010), "Ecofeminismo, una propuesta para repensar el presente y construir el futuro", *CIP-Ecosocial – Boletín ECOS*, 10(enero-marzo), 1-9.
- Pérez Orozco, Amaya (2006), *Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados*. Madrid: Consejo Económico y Social.
- Riechmann, Jorge (2006), "La crítica ecosocialista al capitalismo", in Ángel Valencia Sáiz (ed.), *La izquierda verde*. Barcelona: Icaria, 67-111.
- Riechmann, Jorge; Almazán Gómez, Adrián; Marrodan Ayerra, Carmen; Santiago Muño, Emilio (2018), *Ecosocialismo descalzo*. Barcelona: Tentativas & Icaria.
- Salleh, Ariel (1992), "Ecosocialismo-Ecofeminismo", *Nueva Sociedad*, 122, 230-233.
- Sullivan, John (1988), *El nacionalismo vasco radical (1959-1986)*. Madrid: Siglo XXI.
- Tejerina, Benjamín; Fernández Sobrado, J. Manuel; Aierdi, Xabier (1995), *Sociedad civil, protesta y movimientos sociales en el País Vasco*. Gasteiz: Servicio Publicaciones del Gobierno Vasco.
- Unanue Letamendi, José Miguel (2002), *Las relaciones laborales en Euskal Herria. Apuntes históricos y análisis de su evolución desde la transición política*. Bilbao: Manu Robles Aranguiz Institutua.

GIOVANNA MICARELLI

APERTURA ONTOLÓGICA Y LUCHA ANTICOLONIAL EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA: UN DIÁLOGO CON LAS PERSPECTIVAS INDÍGENAS DE ABYA YALA

Resumen: Las discusiones en torno a la soberanía alimentaria en contextos indígenas muestran ciertas fricciones en cómo se entiende y se practica la soberanía alimentaria, comenzando por el significado de “soberanía” y “alimentos”. Estas fricciones nos invitan a poner bajo escrutinio los conceptos que damos por sentado. A través de una revisión de algunas transformaciones recientes del concepto de soberanía alimentaria y de un diálogo con las cosmovisiones de varias sociedades indígenas americanas, este artículo tiene el propósito de responder a los desafíos de ontologías alternativas para ampliar las posibilidades de una transformación social anticolonial. En particular, busca incorporar en la discusión sobre los derechos aquellas formas de relacionamiento con el mundo que no encajan en la separación ontológica entre humanos y naturaleza y sujeto y objeto instituida por la modernidad occidental dominante, separación que ha estructurado, de un lado, la comprensión de los “recursos naturales” como objetos, y del otro, la noción de los derechos como algo inherente a la persona.

Palabras clave: derecho a la alimentación, lucha anticolonial, ontologías relacionales indígenas, soberanía alimentaria, sociedades indígenas de Amazonía.

ONTOLOGICAL OPENINGS AND ANTICOLONIAL STRUGGLE IN FOOD SOVEREIGNTY: A DIALOGUE WITH INDIGENOUS PERSPECTIVES FROM ABYA YALA

Abstract: Discussions around food sovereignty in indigenous contexts show some frictions in how food sovereignty is understood and practiced, beginning with the meaning of both “sovereignty” and “food”. These frictions invite us to scrutinize concepts we take for granted. Through a review of recent transformations of the concept of food sovereignty and a dialogue with the worldviews of several indigenous societies of the Americas, this article aims to respond to the challenges raised by alternatives ontologies to expand the possibilities of an anticolonial social transformation. In particular, it seeks to incorporate into the discussion on rights those forms of relating to the world that do not fit into the ontological separation between humans and nature and subject and object established by the dominant Western modernity. This separation has structured, on the one hand, the understanding of “natural resources” as objects, and on the other, the notion of rights as something inherent to the person.

Keywords: Amazonian indigenous societies, anti-colonial struggle, food sovereignty, relational indigenous ontologies, the right to food.

INTRODUCCIÓN

Las luchas de los movimientos sociales por regímenes alimentarios más democráticos han puesto en evidencia el potencial radical de la soberanía alimentaria como una lucha anticolonial, y una lucha no solo en contra del régimen alimentario capitalista, sino a favor de espacios para imaginar las relaciones sociales de manera diferente (Grey y Patel, 2014). Si bien basado en un conjunto de principios comunes, el concepto de soberanía alimentaria es esencialmente un concepto plural, pues refleja la multiplicidad de las relaciones y significados que diferentes comunidades del alimento asocian a sus sistemas alimentarios. Las discusiones en torno a la soberanía alimentaria en contextos indígenas, por ejemplo, muestran ciertas fricciones en cómo se entiende y se practica la soberanía alimentaria, comenzando por el significado que la soberanía y el alimento adquieren entre los pueblos indígenas (Alfred, 2004; Daigle, 2019; Grey y Patel, 2014). Estas fricciones nos invitan a responder a los desafíos de otras formas de comprender el mundo. Soberanía y alimento parecen ser aquí un equívoco: “una falta de comprensión de que las comprensiones [...] no están relacionadas con formas imaginarias de ‘ver el mundo’, sino con los mundos reales que se están viendo”¹ (Viveiros de Castro, 2004: 11). El equívoco (cuyo opuesto no es la verdad, sino la univocidad) es una ocasión para reconocer las diferencias y malentendidos que surgen de la traducción intercultural y de allí ampliar la comprensión y las posibilidades de transformación social.

La presente discusión intenta potenciar las luchas anticoloniales por los derechos alimentarios y los derechos en general a través de un diálogo con la alteridad radical que se expresa en las cosmovisiones de varias sociedades indígenas del continente americano (Abya Yala). En particular, busca incorporar en la discusión sobre los derechos aquellas formas de relacionamiento con el mundo que no encajan en la separación ontológica entre humanos y naturaleza y sujeto y objeto instituida por la modernidad occidental dominante. Esta separación ha estructurado, de un lado, la comprensión de los “recursos naturales” como objetos, y del otro, la noción de los derechos como algo inherente a la persona. El diálogo intercultural pretende aquí brindar una oportunidad para cuestionar la universalidad de los supuestos que damos por sentado y, al mismo tiempo, dejar emerger puntos de convergencia ocultos bajo el poder hegemónico colonial occidental. De acuerdo con ello, la discusión que sigue procede por dos líneas enlazadas: de un lado mostrar un horizonte alternativo desde el cual problematizar la comprensión de “soberanía”, “alimento”, “dignidad” y “derechos humanos”; del otro, multiplicar las fisuras en el tejido de dominación abriendo un

¹ Todas las traducciones son mi responsabilidad.

espacio para el reconocimiento mutuo entre diferentes comunidades alimentarias que luchan contra el régimen alimentario capitalista.

Voy a comenzar por trazar una genealogía necesariamente parcial del concepto de soberanía alimentaria, para luego enfocarme en las posibilidades sugeridas por las ontologías indígenas para amplificar este concepto. Esta reflexión es un intento de poner a dialogar las perspectivas de diferentes realidades indígenas de Abya Yala con los resultados de una investigación colectiva sobre soberanía alimentaria y bienes comunes que en un equipo de investigadores indígenas y académicos realizamos en el municipio de Leticia, Amazonia Colombiana, entre 2017 y 2018.²

RESISTENCIAS Y RE-EXISTENCIAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA

Desde sus inicios, el paradigma de la soberanía alimentaria tuvo que lidiar con el legado occidental moderno del concepto de soberanía, originalmente la autoridad que emana de un soberano para ejercer el poder sobre sus súbditos en un espacio geográfico delimitado. El concepto de soberanía alimentaria surge oficialmente en la década de 1990 como propuesta para rediseñar radical y democráticamente los sistemas alimentarios frente a la irrupción del régimen alimentario neoliberal y las limitaciones del modelo de seguridad alimentaria adoptado por la FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura). En un sentido amplio, el marco de la soberanía alimentaria afirma que para lograr la plena realización del derecho a alimentación no es suficiente enfocarse en la disponibilidad y el acceso a los alimentos, sin tocar la cuestión de cómo los alimentos se producen y de quién los produce. Ya en la definición inicial por La Vía Campesina (LVC, 1996), la soberanía alimentaria abarcaba diferentes dimensiones: desde la autoridad del Estado para definir sus políticas alimentarias en contra de países terceros, hasta el derecho de las personas a la autodeterminación con respecto a sus sistemas alimentarios (Edelman *et al.*, 2014; Fairbairn, 2010; Patel, 2009; Trauger, 2017). A lo largo de los años, en una coyuntura marcada por la globalización y el consiguiente debilitamiento de la soberanía nacional, el diálogo intercultural ha ido gradualmente ampliando el significado y el alcance de la soberanía alimentaria hacia una producción y consumo biodiversos, locales, independientes, participativos, compartidos y culturalmente apropiados (Agarwal, 2014; LVC, 2003; Martínez y Rosset, 2020; Micarelli y Buainain

² La investigación hacía parte de un proyecto más amplio titulado Food Sovereignty and Communities' Valuation of Common Goods, que se llevó a cabo desde mayo de 2017 hasta marzo de 2018 en cuatro regiones de Colombia (Nariño, Guajira, Chocó y Amazonas), con la coordinación de Luis Alberto Suárez Guava, Claudia Cáceres, Paula Bak y la autora (Investigadora Principal) en equipo con investigadoras e investigadores locales. Se agradece el apoyo financiero de la Pontificia Universidad Javeriana (PPTA 7291).

Jacob, 2020; Wittman, 2011). Frente a la creciente privatización de los recursos alimentarios, recientemente los movimientos sociales han ubicado la defensa de los bienes comunes en el corazón de la soberanía alimentaria (LVC, 2016). Estas transformaciones, que son estratégicas para ampliar las bases del consenso, revelan también formas alternativas de concebir y valorar la relación entre alimentos, comunidades y territorios.

Vale la pena destacar dos elementos sustanciales en este respecto. Primero, los movimientos sociales han ubicado las redes de subsistencia y los sistemas de conocimiento locales en el centro de la soberanía alimentaria. Como sintetizado por la investigadora y activista mexicana Silvia Ribeiro en el Foro Nyéléni para la Soberanía Alimentaria: “quienes realmente tienen el conocimiento que se necesita para la soberanía alimentaria son los campesinos, los pescadores artesanales, los pastores, la gente que conoce cómo trabajar y vivir en los bosques” (Nyéléni, 2007). Los y las agricultoras ya no son vistos simplemente como quienes producen alimentos, sino como quienes poseen los conocimientos para gestionar los sistemas agroecológicos a través de prácticas que son mediadas por la cultura, además de ser atravesadas por el poder. Por ende, lo que está en juego no es simplemente la defensa de recursos naturales, sino de sistemas culturales enteros. El segundo elemento fue ampliar el énfasis desde la tierra al territorio. En efecto, las numerosas declaraciones de La Vía Campesina reivindican la soberanía alimentaria como el derecho de los pequeños agricultores a producir alimentos en su propio territorio. La Vía Campesina insiste en que la soberanía alimentaria implica el “cuidado y uso sostenible de la tierra, el agua y las semillas para preservar la biodiversidad”; se basa en “el derecho de los agricultores a utilizar y proteger libremente los recursos genéticos que han desarrollado”, a “defender sus territorios de las acciones de las corporaciones transnacionales”, a “utilizar y administrar [sus] tierras, territorios, aguas, semillas, ganadería y biodiversidad” (*ibidem*), “a controlar sus propias semillas, tierras, agua y producción de alimentos [...] a través de una producción local, autónoma (participativa, comunitaria y compartida) y culturalmente apropiada, en armonía y complementación con la Madre Tierra” (CIP-ALC, 2012: 5). Ubicar los bienes comunes en el centro de los derechos alimentarios revela la vía transformadora emprendida por los movimientos. Aquí el territorio no es simplemente un espacio geográfico delimitado, sino una construcción sociohistórica que incorpora conocimiento, cosmovisiones y diferentes formas de gestión colectiva desarrolladas a lo largo del tiempo por las comunidades que lo habitan (Martínez y Rosset, 2020). Contra la naturalización del territorio como equivalente al territorio del estado-nación, los enfoques territoriales de la soberanía alimentaria reconocen que dentro y a menudo a través de las fronteras estatales

coexisten diferentes territorialidades, por esta razón el ejercicio del poder político sobre el territorio no puede ser un derecho exclusivo del estado-nación. De esta manera, los defensores de la soberanía alimentaria establecen el marco para una noción de los derechos basada en el lugar (Patel, 2009; Porto-Gonçalves, 2009; Wittman, 2011). En Colombia, por ejemplo, los movimientos campesinos han estado defendiendo sus formas propias de territorialidad como parte de una estrategia política que apunta a una mayor autonomía y articulación regional. Si para las minorías étnicas indígenas y afrodescendientes el derecho a la autonomía es reconocido por el marco legal (en particular el Convenio 169 de la OIT ratificado por la mayoría de los países latinoamericanos), los movimientos campesinos deben crear nuevos arreglos políticos que desafíen la idea de soberanía que emana del Estado. Ejemplos de esto en Colombia son las Zonas de Reserva Campesina (ZRC) y los Territorios Campesinos Agroalimentarios (TECAM). Ante todo, herramientas para la defensa de los territorios campesinos contra el extractivismo y la expansión del latifundio a falta de una reforma agraria, estas experiencias organizativas promueven la defensa de las territorialidades campesina como constructos históricos de organización social, cultural, económica y política que vinculan un sentido de la identidad a prácticas agroecológicas sostenibles y recíprocas. Para los movimientos campesinos, esta es una forma de garantizar la protección de los sistemas alimentarios, la diversidad de semillas, las cuencas hidrográficas y cierto grado de autonomía.

Estas propuestas logran alterar el significado hegemónico del concepto de soberanía, pero solo parcialmente, pues esta sigue tomando como referente un modelo de autoridad pautado por el marco político y legal que emana del Estado. Como lo señala el investigador mohawk Taiaiake Alfred (2006), la descolonización real del concepto de soberanía significa desconectar sus raíces occidentales y cuestionar los supuestos de una idea del poder modelada en términos del Estado. Esto implica tratar de teorizar la soberanía más allá de la noción coercitiva clásica de estado-nación, en términos de la pluralidad de las comprensiones y compromisos con el mundo. En el apartado que sigue, la discusión de las relaciones alimentarias en las sociedades indígenas amazónicas es un intento de poner las bases para repensar la soberanía alimentaria y el derecho a la alimentación precisamente a través de una mirada hacia otras formas de entender el mundo.

LAS RELACIONES ALIMENTARIAS EN LAS SOCIEDADES INDÍGENAS AMAZÓNICAS

Desde mayo de 2017 hasta marzo de 2018, en un equipo de investigadores indígenas y académicos llevamos a cabo un proyecto de investigación sobre soberanía

alimentaria y bienes comunes en cuatro regiones de Colombia (Nariño, Guajira, Chocó y Amazonas). El equipo de Amazonía estaba conformado por Lidia Rodríguez y Yolanda Andoque, mujeres de las etnias nonuya y andoque respectivamente, Jair Agga, un joven uitoto-murui, y yo, una italiana con relaciones cercanas con los indígenas de la región desarrolladas a lo largo de más de dos décadas de trabajo en colaboración. La investigación se desarrolló con hombres y mujeres indígenas pertenecientes a diferentes grupos étnicos, principalmente Gente de Centro,³ Tikuna, Yukuna y Cubeo, que se han reubicado en el Municipio de Leticia a raíz de diferentes olas de desplazamiento causadas principalmente por la bonanza cauchera y cocalera, el conflicto armado y el extractivismo, así como por la búsqueda de servicios de educación y salud. El trabajo se llevó a cabo tanto en la ciudad de Leticia, donde existen varias organizaciones indígenas negociando con el gobierno la adjudicación de tierras, como en dos resguardos indígenas ubicados en la zona rural. Dada la diversidad del equipo, nuestra metodología se ajustó tanto a los objetivos, como a las diferentes formas de producir y validar conocimiento planteadas por sus miembros, e incluyó etnografía y autoetnografía, aprendizaje de prácticas alimentarias, conversaciones, entrevistas y recolección de historias de vida.⁴

De manera tentativa, habíamos identificado como bienes comunes alimentarios el agua, las semillas y los paisajes culturales biodiversos. Nuestro abordaje buscaba responder a ciertas limitaciones que hallamos en un análisis de los comunes centrado en las normas, las instituciones y las estrategias para la resolución de dilemas sociales (por ejemplo, Ostrom, 1990). Estos análisis parecen no tomar en cuenta que las normas no surgen en un vacío, sino que reflejan particulares visiones del mundo: los marcos cosmológicos y morales construidos por los miembros de una sociedad para dar sentido e interactuar con su entorno. Ante todo, había que buscar desentrañar estos horizontes ontoepistemológicos de referencia, preguntando: ¿qué son y qué significan los bienes comunes en otras construcciones sicionaturales? Muy pronto se nos hizo evidente que los indígenas no consideraban relevante el concepto de “bienes comunes” y tendían a evitarlo. Estaban de acuerdo que lo que llamamos “recursos naturales” pueden ser utilizados por todos ya que nadie tiene sobre ellos un derecho exclusivo, pero se resistían a ver estos recursos como bienes u objetos. Más bien

³ La Gente de Centro es un ensamble supra-étnico que incluye Uitoto Muina-Murui, Bora, Muinane, Miraña, Nonuya, Ocaina, Andoke. Comprende aproximadamente 7500 personas que viven en los Departamentos del Caquetá, Putumayo y Amazonas en Colombia, y en el Departamento del Amazonas en Perú.

⁴ Lidia Rodríguez y Yolanda Andoque desarrollaron un método basado en la autoetnografía que consistía en indagar sobre los temas de interés con las personas que encontraban en el día a día, y en la noche compartir lo que habían aprendido, tejiendo en las conversaciones sus propios conocimientos, reflexiones, experiencias y deseos para el futuro. Solo estas conversaciones nocturnas eran grabadas.

hablaban de “bien común”, algo que explicaré más adelante. Por otro lado, tanto los líderes, como hombres y mujeres indígenas en general, se relacionaban inmediatamente con el concepto de soberanía alimentaria, que asociaban a la soberanía territorial y a la posibilidad de producir y consumir “nuestro propio alimento” de acuerdo con elecciones autónomas. Estas cuestiones nos llevaron en seguida a preguntar: ¿qué es el alimento para las comunidades indígenas? y ¿qué es soberanía?

Para responder a estas preguntas desde una perspectiva indígena es necesario tomar en consideración las concepciones particulares de lo humano, el territorio, la comunidad y la propiedad y cómo estas se relacionan en un horizonte ontológico de referencia. En aquellas que han sido descritas como “ontologías relacionales indígenas” (Blaser, 2013; De la Cadena, 2015; Descola, 2013; Escobar, 2010), las entidades no son unidades preexistentes e independientes, sino que existen precisamente solo gracias a las relaciones que las conectan unas con otras; en otras palabras, las entidades emergen de las relaciones que las constituyen y por esto están “intra-relacionadas” en vez que interrelacionadas (De la Cadena, 2015; Haraway, 2008). Comenzando por lo humano, una idea compartida por diferentes sociedades indígenas de Amazonia es que la condición de ser humano no corresponde a una categoría fija e inmutable desde el nacimiento, sino que es algo que se logra progresivamente cultivando un punto de vista distintamente humano, y este punto de vista no reside en el alma sino en la especificidad de los cuerpos. El cuerpo humano no está dado, sino que es un acumulado laboriosamente producido de diversas sustancias y actos y, en cuanto tal, es una construcción frágil, incesantemente propensa a la desintegración, que debe ser mantenida mediante procesos intencionales y constantes de “fabricación” (McCallum, 2001; Rival, 2005; Viveiros de Castro, 1987). La dieta es un aspecto fundamental de dicho proceso. La ingestión de alimentos y bebidas forma gradualmente cuerpos dotados de los hábitos sociales y morales distintivos del “ser” humano.⁵ La dieta va de acuerdo con las diferentes etapas de la vida, comenzando desde antes del nacimiento, y varía según el género, la posición social y las condiciones de salud de una persona. Por ejemplo, entre los muinane, el primer alimento sólido que se le da a un niño o a una niña es un tipo de casabe⁶ de mandioca que es considerado distintivo del grupo étnico. El casabe es

⁵ “Ser” como verbo más que como sustantivo.

⁶ El casabe es un pan ácimo circular hecho de mandioca y asado sobre una plancha de barro o metal. Existen diferentes preparaciones a base de mandioca dulce o amarga, de tubérculos frescos o madurados y de almidón, o una combinación de los anteriores, para obtener un pan cuyo grosor varía de 0,5 cm a aproximadamente 5 cm. Se pueden agregar a la preparación otros ingredientes, como las semillas tostadas de mocambo (*Theobroma bicolor*).

“curado”⁷ para que la persona que lo recibe lo prefiera sobre otros alimentos a lo largo de su vida, de modo que se vuelve un emblema de su identidad. Las dietas –tanto la cantidad, como la cualidad de alimentos ingeridos– marcan la realización de tareas tales como abrir una chagra, cazar o sostener la formación del feto durante el embarazo. Cumplir con una dieta estricta es además un requisito indispensable en el proceso de aprendizaje de conocimientos culturales expertos, pues se considera que la alimentación afecta directamente las facultades mentales (Micarelli, 2015). Como lo explica un anciano yucuna: “Un niño que se está preparando para ser curandero tiene su cierta dieta. Un niño que se prepara para ser cantor tiene su cierta dieta. Un niño que se va a preparar para ser maloquero, tiene su dieta. Lo mismo las mujeres” (comunicación personal). La idea de que el cuerpo no es un soporte inerte sobre el cual se deposita lo social, sino que la formación del cuerpo, la identidad social y las facultades intelectuales y morales son un mismo proceso, aparece con frecuencia en la evaluación de los cambios en la dieta y en el apego ideal a la comida tradicional. Una anciana uitoto observaba preocupada que los jóvenes nunca “aprenderán a pensar como indígenas” porque comen arroz en lugar de la mandioca y otros tubérculos cultivados en las chagras (comunicación personal). De la misma manera, un anciano yucuna advertía que comer comida enlatada detiene la adquisición de conocimiento en los niños: ellos “no pueden memorizar, no pueden captar el conocimiento, porque la comida está tapada [es decir, enlatada]; no van a desarrollar *el cuerpo y la inteligencia del cuerpo indígena*” (comunicación personal; cursiva mía). Por el contrario, los alimentos que son el resultado de una transformación recíproca y conocedora de las relaciones socioambientales producen cuerpos dotados de habilidades morales, sociales e intelectuales que son el signo de una identidad verdadera. Literalmente, las personas están hechas de comida.

En estas perspectivas, la comida es aparentemente una sustancia que da conocimiento, identidad y cualidades morales a los humanos. Sin embargo, hay que evitar convertir los alimentos en “objetos”. En las ontologías amerindias, las categorías son inestables y cambiante y las cosas pueden poseer una “vida oculta” como agentes intencionales (Santos-Granero, 2009). Muchas plantas enseñan, son dotadas de conocimientos y emociones; si una persona humana las asusta se marchitan y mueren, por lo que hay que hablar suavemente cuando se está cerca de ellas (mujeres nonuya y bora, comunicación personal). La relación entre las personas y las plantas cultivadas se expresa a menudo a través del lenguaje del parentesco. Las mujeres bora, nonuya, andoke, y uitoto encienden fuegos en las chagras para calentar

⁷ Conjurar, rezar o curar es un acto performativo que transfiere una intención sobre una sustancia con el fin de producir un efecto.

los cultivos –al igual que calientan al bebé en el vientre con el vapor de las ollas– para que los cultivos “reconozcan a su mamá” (comunicación personal). Relaciones similares con las plantas se encuentran en otras regiones de Amazonia. Por ejemplo, las mujeres y hombres canela que viven en el estado brasileño de Maranhão consideran que sus cultivos son, literalmente, sus hijos, y cultivan relaciones amorosas con plantas parientes, amigas y amantes (Miller, 2019). Entre los runacuna de la Amazonía ecuatoriana, las mujeres alimentan las estacas de yuca que han plantado con una bebida roja hecha de achiote (*Bixa orellana*) para que crezcan bien. Mientras les dan a sus plantas la bebida de achiote, con la misma bebida se frotan la barbilla, “para que la yuca beba nuestra sangre” (Guzmán Gallegos, 1997: 76), un acto que establece una relación de consustancialidad entre las mujeres y las plantas.

Así que las dinámicas sociales de producción, preparación, intercambio y consumo de alimentos son también el medio para relacionarse con el mundo y con los diferentes tipos de sujetos humanos y no humanos, que lo habitan. Esta multiplicidad ontológica –las personas como acumulados de alimentos, y los alimentos que se convierten en personas por medio del cultivo y la comensalidad– incluye también a los “dueños” o “madres” de los recursos. Estas entidades espirituales, asociadas generalmente a elementos del paisaje tales como formaciones rocosas, salados o manantiales, cuidan los recursos (no objetos, sino sujetos, pues son sus hijos) y son responsables de regular su disponibilidad. Los humanos deben negociar con estos seres para poder obtener beneficios y deben acatar restricciones y obligaciones para protegerse de las enfermedades que los recursos selváticos, potencialmente tóxicos, pueden causar. La verdadera comida depende tanto de un proceso de detoxificación (física y espiritual a la vez),⁸ como de la obligación de pagar de vuelta a la “naturaleza” por los bienes obtenidos. Una de las formas con las que se ratifican los acuerdos con los dueños de la naturaleza es compartir el alimento en ciclos de reciprocidad, en particular en los rituales de baile, cuyo propósito primario es “curar el mundo” restaurando una condición de equilibrio, abundancia y salud generalizada.

Estas perspectivas, necesariamente resumidas, muestran que la producción, preparación, intercambio y consumo de alimentos no son meros actos sociales, sino actos que definen a la sociedad humana a partir de la calidad de las relaciones con el entorno. Mientras que en el mito fundacional de Occidente la sociedad se establece por medio del control sobre la naturaleza, entendida como objeto, las perspectivas amerindias rehúsan los dualismos entre sociedad y naturaleza y sujeto y objeto. Si en las definiciones occidentales dominantes el territorio es una porción del espacio

⁸ Entre otros, la detoxificación incluye el proceso por el cual se elimina el ácido cianhídrico contenido en la yuca amarga, el desangrar las presas y la curación de los alimentos antes de ingerirlos.

geográfico de pertenencia a un sujeto que ejerce sobre él sus derechos exclusivos –su soberanía–, en las perspectivas indígenas el territorio es un entramado que abarca diferentes dominios, sujetos a diferentes jurisdicciones, luego su mantenimiento requiere la toma permanente de acuerdos entre todos sus constituyentes, humanos y no humanos. Por consiguiente, la ocupación del espacio natural no es equivalente a propiedad o tenencia (Brightman *et al.*, 2016). Si las personas pueden expresar sus derechos sobre espacios cultivados o selváticos en términos de propiedad, estos no son entendidos como objetos naturales, y “cada categoría de espacio [...] tiene la forma de una comunidad de seres relacionados entre sí como poseedores y poseídos” (Gow, 1991: 80).

Las perspectivas relacionales indígenas nos invitan a repensar los contornos y alcances de la “comunidad” más allá de lo humano. Pero más que eso, los indígenas sostienen que el territorio no es un espacio externo a los humanos: “el territorio es uno mismo, un órgano más del cuerpo humano”, “el cuerpo humano es el mismo planeta, el mismo territorio” (hombre muinane, comunicación personal). Cuidar el cuerpo y el territorio son una y la misma cosa. En una concepción del mundo que establece una interdependencia substancial entre todo lo que existe, la vida es un tejido y su reproducción y permanencia sólo son posibles gracias a la relación equilibrada entre todos los elementos del tejido. Los humanos comparten la responsabilidad de cuidar el tejido del cual dependen y que es su misma vida, y probablemente es a esto que se refieren los indígenas cuando hablan de bien común: al hacer la vida en común.

SOBERANÍA Y DERECHOS ALIMENTARIOS EN UNA PERSPECTIVA RELACIONAL

¿Por qué es importante incorporar una apertura ontológica en la lucha anticolonial? Creo que la pregunta debe ser formulada de otra manera: ¿Puede haber lucha anticolonial sin apertura ontológica? La respuesta, en mi opinión, es no. No se trata de repetir el tema trillado de la aceptación de la diferencia cultural, en que la cultura “implica que aunque los seres humanos pueden diferir en sus ideas o puntos de vista sobre el mundo y otros objetos materiales o naturales, tales objetos en sí mismos no varían con estas ideas. Las ‘culturas’ pueden diferir, pero la naturaleza no” (Heywood, 2017: 1). Las perspectivas ontológicas no son meras representaciones diferentes del mismo mundo, sino fabricaciones a través de las cuales otros mundos son traídos a la existencia. ¿Qué mundos se hacen posibles más allá de un mundo ordenado por prácticas biopolíticas que separan sujeto y objeto, naturaleza y sociedad, cuerpo y mente? ¿Y qué sentidos de lo humano y la dignidad se nos revelan? El desafío para una práctica anticolonial no es aferrarse a una postura relativista, sino someter a un escrutinio radical los conceptos que damos por sentado y que nos ordenan, y admitir la

no-universalidad de los supuestos ontológico de Occidente, no más naturales que cualquier otro objeto artificial (Alfred, 2004; Deloria, 1999).

Por ejemplo, el sentido indígena de co-pertenencia entre personas, tierra y alimentos sugiere una noción de soberanía como cuidado o protección, en lugar de autoridad o control. Para el investigador mohawk Taiaiake Alfred repensar la soberanía parte de una consideración de las concepciones indígenas de la naturaleza y del orden natural, que él identifica como referentes básicos para pensar el poder, la justicia y las relaciones sociales desde las perspectivas indígenas. Las formulaciones indígenas mantienen el principio de mancomunidad y coexistencia equilibrada, y “construyen marcos de convivencia respetuosa al reconocer la integridad y la autonomía de los diversos elementos constitutivos de la relación” (Alfred, 2004: 471). El investigador cherokee Jeff Corntassel (2012: 96) añade que: “refutando una economía basada en la extracción de recursos, los pueblos indígenas practican y honran sus relaciones sostenibles”. En cherokee una relación sostenible puede expresarse a través de la palabra *digadatsele’i*, esto es, “pertenecemos el uno al otro”. Pertenecer el uno al otro significa ser responsable el uno del otro y del mundo natural (*ibidem*). Un anciano yucuna de la Amazonía colombiana sintetizó de manera potente estas ideas cuando, a la pregunta ¿qué es la soberanía?, respondió sin dudar: “¡la soberanía es responsabilidad!” (comunicación personal). La soberanía es indisociable del trabajo de cuidado y constituye una práctica política diferente, plural porque conjura a los no-humanos como actores en la arena política (De la Cadena, 2010: 334).

Puntos de vista similares se encuentran en el núcleo del concepto del buen vivir, o vivir bien, movilizados por una mirada de comunidades locales en Latinoamérica en contra del desarrollo neoliberal y sus múltiples formas de destrucción de territorios y medios de vida: minería, represas, extracción de petróleo, deforestación, etc. (Escobar, 2010: 39). Estas luchas por la autonomía defienden concepciones de la vida y la dignidad que no se expresan necesariamente en términos de derechos humanos, básicamente porque los derechos humanos convencionales están arraigados en, y universalizan, el supuesto ontológico de un individuo independiente separado de la naturaleza (Aguiló Bonet, 2009; Santos, 2012). Por otra parte, convertir a la Naturaleza en un sujeto de derechos,⁹ aún si revela un cambio fundamental desde una noción de la naturaleza como propiedad hacia el reconocimiento de su valor intrínseco, por afirmar que la naturaleza tiene derechos al igual que los seres humanos termina reproduciendo la vieja dicotomía; a fin de cuentas, la visión economicista de los

⁹ Ver, por ejemplo, el estatus legal recientemente otorgado al río Whanganui de Nueva Zelanda, el río Vilcabamba de Ecuador, los ríos Ganges y Yamuna de la India, y los ríos Atrato y Magdalena de Colombia, entre otros.

recursos naturales, y la visión antropomorfizada de la naturaleza, son dos caras de la misma moneda ontológica. Las demandas indígenas que articulan la defensa del territorio como defensa de la vida abren un camino alternativo para repensar los derechos humanos y los derechos de la naturaleza simultáneamente. Esta ruta se basa en el reconocimiento de la interdependencia de la vida humana y la vida de los ecosistemas. La responsabilidad de las personas de salvaguardar la vida para esta generación y las futuras se convierte en fuente de derechos y establece un sujeto de derecho colectivo y biocultural.

Las nociones indígenas de soberanía permean por supuesto su comprensión de la soberanía alimentaria. El grupo de trabajo sobre soberanía alimentaria de los pueblos indígenas de Canadá, por ejemplo, afirma que la soberanía alimentaria depende de la interacción de una multitud de comunidades naturales que funcionan en conjunto.¹⁰ El alimento es un don sagrado¹¹ y en este respecto el derecho a la alimentación no puede ser restringido por leyes, políticas e instituciones coloniales. La soberanía alimentaria se logra fundamentalmente cultivando la responsabilidad de nutrir relaciones saludables e interdependientes con la tierra, las plantas y los animales. A partir de lógicas similares, las organizaciones indígenas en Amazonía están movilizando el concepto de soberanía alimentaria no sólo para cuestionar los programas de asistencia nutricional implementados por el Estado, sino para fortalecer su autonomía, territorio y cultura. En el municipio de Leticia, la soberanía alimentaria incluye afianzar las redes de intercambio, los mercados informales, la recuperación de semillas y recetas, el reconocimiento político de las organizaciones indígenas y sus territorios, los sistemas tradicionales de educación, salud, economía, manejo territorial y gobierno propio, y los rituales. En el fondo de estas iniciativas, está el significado de los alimentos en producir personas distintivamente humanas y con identidad, alimentando lo común a través de relaciones bioculturales sostenibles y recíprocas. Un cambio de perspectiva es particularmente urgente cuando se confronta la situación de inseguridad alimentaria de los pueblos indígenas, cuyos índices doblan los de la población no indígena (FAO, 2015), no solo en Latinoamérica sino a escala global. A pesar que los territorios indígenas mantienen la mayor diversidad y riqueza genética del continente, el hambre y la malnutrición se deben a la pérdida de territorios, a la degradación ambiental, al deterioro de los sistemas productivos y de las economías tradicionales, al conflicto armado y al desplazamiento, y a la expansión del sistema alimentario y extractivista neoliberal.

¹⁰ Ver <https://www.indigenousfoodsystems.org/food-sovereignty>, consultado el 05.05.2020.

¹¹ Robin Wall Kimmerer, bióloga y miembro de la nación Potawatomi, sugiere substituir la palabra “recursos” con “dones terrenales”, *earthly gifts*.

La descolonización del derecho a la alimentación no se resuelve con la noción de aceptabilidad cultural de los alimentos, un aspecto del contenido normativo del derecho a la alimentación que, sin embargo, no va más allá del reconocimiento de la variabilidad cultural de los hábitos y preferencias alimentarias. En discusiones recientes se ha enfatizado que la aceptabilidad cultural también implica tener en cuenta valores asociados con los alimentos que no están basados en la nutrición y que contribuyen a la imagen completa del individuo y la comunidad (Kuhnlein, 2009). Claramente, el derecho de los pueblos indígenas a la alimentación es inseparable de sus derechos a los territorios, a la cultura y a la autodeterminación (Cunningham, 2013: x), e incluir los saberes culturales y las diferentes formas de significar y relacionarse con el territorio en la discusión sobre la soberanía alimentaria es un paso adelante hacia una conceptualización pluralista del derecho a la alimentación. Pero hay más en esto una vez que se reconoce que para las sociedades indígenas el derecho a la alimentación va más allá de lo humano; *es el derecho de una colectividad de seres unidos en una red de relaciones de la cual depende la vida de todos*.

Las motivaciones de los indígenas para promover la soberanía alimentaria desarticulan la división entre sujeto y objeto, sociedad y naturaleza, individuo y comunidad sobre la cual se han estructurado tanto la conceptualización economicista de los recursos naturales como objetos, como la definición de los derechos humanos. Prestar atención a estos mundos relacionales puede ampliar las posibilidades de una transformación contrahegemónica en el campo del derecho a la alimentación. Frente al modelo de seguridad alimentaria, evidentemente inadecuado para garantizar el derecho a la alimentación para todos, la soberanía alimentaria brinda un mayor alcance para involucrar a puntos de vista alternativos en la discusión sobre el derecho a la alimentación, pero solo si permite ampliar el significado tanto del alimento, como de la soberanía. Aún más importante, es situar el derecho fundamental a la dignidad en el reconocimiento de mundos alternativos en los cuales los derechos toman sentido. Apelar a la dignidad, en el sentido del valor inherente al ser humano, permea las luchas por la soberanía alimentaria. De allí que es preciso preguntar por el verdadero sentido de lo humano.

REFLEXIONES FINALES

Hemos argumentado que existe un choque cosmológico entre una comprensión profunda de lo que significa la soberanía alimentaria en la práctica para los pueblos indígenas, y los tipos de prácticas de los estados capitalistas democráticos liberales modernos (Agarwal, 2014). El choque acusa a la democracia liberal en sí misma, sugiriendo que sus mecanismos para lidiar con

valores humanos incompatibles están lejos de ser neutrales, y que sus resoluciones son arreglos para los valores del capitalismo (Grey y Patel, 2014: 442).

Mientras escribo estas líneas, la pandemia de COVID-19 nos confronta, una vez más, con la aberración de un modelo económico que exalta el crecimiento a toda costa, la explotación de la naturaleza y el trabajo, y la acumulación obscena de riqueza por parte de pocos. Convulsionando una seguridad ilusoria a cambio de la cual se han ido socavando derechos y libertades, el virus es sólo una manifestación de la insostenibilidad y la profunda iniquidad del modelo capitalista neoliberal (Santos, 2020). Al mismo tiempo, pone al desnudo la fragilidad de lo humano tal como lo conocemos.

La ciencia occidental está confirmando lo que los indígenas siempre han dicho: los virus son activados por el mal manejo de las relaciones con la “naturaleza”; la salud del cuerpo humano y de la tierra están íntimamente relacionados; el ser humano es el peor virus de todos (Nejedeka, 2019). En el aumento de zoonosis –infecciones humanas de origen animal– hay un nexo causal que reenvía directamente a las relaciones entre humanos y ecologías. La destrucción de los ecosistemas crea las condiciones ideales para la propagación de virus al reducir las barreras naturales entre los animales huéspedes y los humanos (Vidal, 2020). La presión de la actividad humana en ecosistemas previamente no alterados ha aumentado el número de zoonosis en las últimas décadas, como ha sido documentado para Ébola y VIH (Spinney, 2020). Bajo acusación está especialmente el sistema agroalimentario industrial, el mayor responsable de la deforestación y de la pérdida de biodiversidad, junto con la proletarianización y desplazamiento de las familias campesinas y la pérdida de sistemas alimentarios más biodiversos y sostenibles (Wallace, 2016).¹²

Pero mientras el mundo paró, podemos oír el zumbido de una miríada de conexiones reticulares que proliferan y enlazan alternativas sustentadas en la interdependencia en lugar de la competencia: pequeñas iniciativas agroalimentarias locales y mercados solidarios, trueques entre el campo y la ciudad, huertas urbanas y mingas de alimentos. Otro mundo nos muestra su resiliencia frente a la crisis, con respuestas gestadas en lo local y nutridas en lo colectivo. Desafiando la visión de la

¹² En China, la industrialización de la producción alimentaria expulsó progresivamente a los pequeños productores de cerdo y aves de corral, quienes, para sobrevivir frente a la presión económica creciente por parte de los productores de alimentos industriales a gran escala, optaron por criar animales salvajes que podrían venderse en nichos de mercado (y en los *wet-markets*). A medida que la ganadería intensiva ocupaba más tierra, los pequeños productores fueron también desplazados físicamente hacia áreas antes no cultivadas a los límites del bosque, aumentando el riesgo de zoonosis entre especies selváticas y domesticas (Fearnley y Lynteris, 2020).

economía, el desarrollo y la democracia promovida por el mercado y el estado, *ver y experimentar el mundo como Nosotros* (Esteve, 2021) se convierte en un principio transformador, quizás el único realmente capaz de sacarnos de la catástrofe permanente en la que nos hallamos.

Revisado por Alina Timóteo

GIOVANNA MICARELLI

Departamento de Antropología, Pontificia Universidad Javeriana | Investigadora colaboradora
no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Cra. 7, No. 40-62, Edifício 95, Piso 3, 111711 Bogotá D. C., Colombia
Contacto: gmicarelli@javeriana.edu.co

Recibido: 11.05.2020

Aceptación comunicada: 14.12.2020

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agarwal, Bina (2014), "Food Sovereignty, Food Security and Democratic Choice: Critical Contradictions, Difficult Conciliations", *The Journal of Peasant Studies*, 41(6), 1247-1268.
- Aguiló Bonet, Antoni J. (2009), "Los Derechos Humanos como campo de luchas por la diversidad humana: un análisis desde la sociología crítica de Boaventura de Sousa Santos", *Universitas Humanística*, 68, 179-205.
- Alfred, Taiaiake (2004), "Sovereignty", in Philip J. Deloria; Neil Salisbury (orgs.), *A companion to American Indian History*. Malden/Oxford: Blackwell, 460-474.
- Blaser, Mario (2013), "Ontological Conflicts and the Stories of Peoples in Spite of Europe: Toward a Conversation on Political Ontology", *Current Anthropology*, 54(5), 547-568.
- Brightman, Marc; Fausto, Carlos; Grotti, Vanessa (2016), "Introduction: Altering Ownership in Amazonia", in Marc Brightman; Carlos Fausto; Vanessa Grotti (orgs.), *Ownership and Nurture: Studies in Native Amazonia Property Relations*. New York/Oxford: Berghahn, 1-25.
- CIP-ALC – Comité Internacional para la Soberanía Alimentaria-Coordinación Regional América Latina y el Caribe (2012), *Declaración – III Conferencia Especial para la Soberanía Alimentaria, por los Derechos y por la Vida*. Buenos Aires: CIP-ALC.
- Consultado el 20.04.2020, en http://www.radiomundoreal.fm/get.php?file=IMG/pdf/Declaracion_III_Conf_mov_sociales_x_sob_alimentaria.pdf&type=application/pdf.

- Corntassel, Jeff (2012), "Re-envisioning Resurgence: Indigenous Pathways to Decolonization and Sustainable Self-Determination", *Decolonization: Indigeneity, Education & Society*, 1(1), 86-101.
- Cunningham, Myrna (2013), "Preface", in Harriet Kuhnlein; Bill Erasmus; Dina Spigelski; Barbara Burlingame (orgs.), *Indigenous People Food Systems and Well Being. Interventions and Policies for Healthy Communities*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations/Centre for Indigenous Peoples' Nutrition and Environment, IX-X.
- Daigle, Michelle (2019), "Tracing the Terrain of Indigenous Food Sovereignities", *The Journal of Peasant Studies*, 46(2), 297-315.
- De la Cadena, Marisol (2010), "Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual Reflections Beyond 'Politics'", *Cultural Anthropology*, 25(2), 334-370.
- De la Cadena, Marisol (2015), *Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds*. Durham, NC: Duke University Press.
- Deloria Jr., Vine (1999), *Spirit and Reason: The Vine Deloria Jr. Reader*. Golden, CO: Fulcrum Publishing.
- Descola, Philippe (2013), *Beyond Nature and Culture*. Chicago: University of Chicago Press.
- Edelman, Marc; Weis, Tony; Baviskar, Amita; Borras Jr, Saturnino M.; Holt-Giménez, Eric; Kandiyoti, Deniz; Wolford, Wendy (2014), "Introduction: Critical Perspectives on Food Sovereignty", *The Journal of Peasant Studies*, 41(6), 911-931.
- Escobar, Arturo (2010), "Latin America at a Crossroads", *Cultural Studies*, 24, 1-65.
- Esteva, Gustavo (2012), "Hope from the Margins", in David Bollier; Silke Hekfrich (comps.), *The Wealth of the Commons: A World Beyond Market and State*. Amherst, MA: The Commons Strategies Group/Levellers Press, 192-198.
- Fairbairn, Madeleine (2010), "Framing Resistance: International Food Regimes and the Roots of Food Sovereignty", in Hannah Wittman; Annette Aurelie Desmarais; Nettie Wiebe (comps.), *Food Sovereignty: Reconnecting Food, Nature and Community*. Halifax/Oakland: Fernwood Publishers/Food First Books, 15-32.
- FAO – Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (2015), *Los Pueblos Indígenas y las Políticas Públicas de Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe: una visión regional*. s.l.: FAO. Consultado el 23.05.2019, en <http://www.fao.org/3/i4678s/i4678s.pdf>.
- Fearnley, Lyle; Lynteris, Christos (2020), "Why Shutting Down Chinese 'Wet Markets' Could Be a Terrible Mistake", *theconversation.com*, 31 de enero. Consultado el 17.04.2020, en <https://theconversation.com/why-shutting-down-chinese-wet-markets-could-be-a-terrible-mistake-130625>.
- Grey, Sam; Patel, Raj (2014), "Food Sovereignty as Decolonization: Some Contributions from Indigenous Movements to Food System and Development Politics", *Agriculture and Human Values*, 32, 431-444.

- Gow, Peter (1991), *Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia*. Oxford: Clarendon Press.
- Guzmán Gallegos, María Antonieta (1997), *Para que la yucca beba nuestra sangre: trabajo, género y parentesco en una comunidad quichua de la Amazonía Ecuatoriana*. Quito: Ediciones Abya Yala.
- Haraway, Donna (2008), *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Heywood, Paolo (2017), "Ontological Turn, The", in Felix Stein (comp.), *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*. Consultado el 30.05.2022, en <https://www.anthroencyclopedia.com/entry/ontological-turn>.
- Kuhnlein, Harriet V. (2009), "Why Are Indigenous Peoples' Food Systems Important and Why do They Need Documentation?", in Harriet V. Kuhnlein; Bill Erasmus; Dina Spigelski, et al. (orgs.), *Indigenous Peoples' Food Systems: The Many Dimensions of Culture, Diversity and Environment for Nutrition and Health*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations/Centre for Indigenous Peoples' Nutrition and Environment, 1-8.
- LVC – La Vía Campesina (1996), "The Right to Produce and Access to Land", Rome, 11-17 de noviembre. Consultado el 23.05.2019, en <http://safsc.org.za/wp-content/uploads/2015/09/1996-Declaration-of-Food-Sovereignty.pdf>.
- LVC – La Vía Campesina (2003), "Qué es la Soberanía Alimentaria", 15 enero. Consultado el 23.05.2019, en <https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria/>.
- LVC – La Vía Campesina (2016), "There Can Be no Declaration on the Rights of Peasants without the Right to Land", 9 de diciembre. Consultado el 23.05.2019, en <https://viacampesina.org/en/there-can-be-no-declaration-on-the-rights-of-peasants-without-the-right-to-land/>.
- Martínez, María Elena; Rosset, Peter (2020), "Diálogo de saberes en La Vía Campesina: soberanía alimentaria y agroecología", in Giovanna Micarelli; Luciana Buainain Jacob (eds.), *Soberanía alimentaria: prácticas y saberes locales para un movimiento global contrahegemónico*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 20-39.
- McCallum, Cecilia (2001), *Gender and Sociality in Amazonia: How Real People Are Made*. Oxford: Berg.
- Micarelli, Giovanna (2015), "Finding the Taste of Knowledge: Embodiment in Indigenous Epistemologies", *Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 13(2), 74-90.
- Micarelli, Giovanna; Buainain Jacob, Luciana (eds.) (2020), *Soberanía alimentaria: prácticas y saberes locales para un movimiento global contrahegemónico*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Miller, Theresa L. (2019), *Plant Kin: A Multispecies Ethnography in Indigenous Brazil*. Austin: University of Texas Press.
- Nejedeka, Célmo Ramón Jifichú (2019), *Cultivando la ciencia del árbol de la salud: educación tradicional para el buen vivir*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.

- Nyeléni (2007), "Buscando la autonomía y la soberanía alimentaria", *nyeleni.org*, 25 de febrero. Consultado el 20.04.2019, en <https://nyeleni.org/spip.php?article243>.
- Ostrom, Elinor (1990), *Governing the Commons. The Evolution of Institutions for Collective Actions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Patel, Raj (2009), "Food Sovereignty", *The Journal of Peasant Studies*, 36(3), 663-706.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2009), "De saberes y de territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana", *Revista de la Universidad Bolivariana*, 8(22), 121-136.
- Rival, Laura (2005), "Introduction: What Constitutes a Human Body in Native Amazonia?", *Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 3(2), 105-110.
- Santos, Boaventura de Sousa (2012), *Derecho y emancipación*. Quito: Corte Constitucional para el Período de Transición.
- Santos, Boaventura de Sousa (2020), *La cruel pedagogía del virus*. Buenos Aires: Clacso-Biblioteca Masa Crítica.
- Santos-Granero, Fernando (2009), *The Occult Life of Things: Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood*. Tucson: University of Arizona Press.
- Spinney, Laura (2020), "Is Factory Farming to Blame for Coronavirus?", *The Guardian*, 28 de marzo. Consultado el 05.04.2020, en <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/28/is-factory-farming-to-blame-for-coronavirus>.
- Trauger, Amy (2017), *We Want Land to Live: Making Political Space for Food Sovereignty*. Athens, GA: University of Georgia Press.
- Vidal, John (2020), "Destruction of Habitat and Loss of Biodiversity are Creating the Perfect Conditions for Diseases Like COVID-19 to Emerge", *Ensia*, 17 de marzo. Consultado el 17.04.2020, en <https://ensia.com/features/covid-19-coronavirus-biodiversity-planetary-health-zoonoses/>.
- Viveiros de Castro, Eduardo (1987), "A fabricação do corpo na sociedade xinguana", in João Pacheco de Oliveira Filho (comp.), *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, 31-41.
- Viveiros de Castro, Eduardo (2004), "Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation", *Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 2(1), 3-22.
- Wallace, Rob (2016), *Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Infection Disease, Agribusiness, and the Nature of Science*. New York: New York University Press.
- Wittman, Hannah (2011), "Food Sovereignty. A New Rights Framework for Food and Nature?", *Environment and Society: Advances in Research*, 2(1), 87-105.

ELLEN MONIELLE DO VALE SILVA, FERNANDA CAROLINE ALVES BEZERRA DE MELO

DA TEORIA VERDE AO ECOFEMINISMO: MULHERES NA ÁFRICA MERIDIONAL FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Resumo: Considerando a presença feminina na África Meridional no que tange às mudanças climáticas, este artigo objetiva-se analisar a temática à luz das teorias verde e ecofeminista. Sob tal prisma, utiliza-se uma metodologia de abordagem qualitativa, apoiando-se em análises de caráter documental e bibliográfico. O resultado do presente trabalho gira em torno da discussão acerca da demonstração de como as teorias supracitadas contribuem para a atuação das mulheres africanas frente às mudanças climáticas na região meridional africana. Conclui-se, portanto, que os principais obstáculos enfrentados diante da desigualdade de gênero, no âmbito socioeconômico, são intensificados pelos impactos ambientais na região, tornando-as o principal grupo afetado.

Palavras-chave: atores ambientais, desenvolvimento sustentável, desigualdade de gênero, governança ambiental, mudança climática.

FROM GREEN THEORY TO ECOFEMINISM: WOMEN FACING CLIMATE CHANGE IN SOUTHERN AFRICA

Abstract: Considering the female presence in Southern Africa in regards to climate change, this article aims to analyze the subject in light of green and ecofeminist theories. In such perspective, the authors apply a qualitative approach methodology based on empirical and bibliographic analysis. The result of this work revolves around the discussion concerning the demonstration of how the aforementioned theories contribute to the ways African women act in facing climate change in the Southern region of Africa. It results as a conclusion that the main obstacles faced by gender inequality in the socioeconomic sphere are intensified by environmental impacts in the region, making women the main affected group.

Keywords: climate change, environmental actors, environmental governance, gender inequality, sustainable development.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe a investigação, através de um levantamento qualitativo documental, da presença feminina na África Meridional no que tange às mudanças climáticas, a fim de traçar seu papel enquanto protagonista na mitigação dos efeitos que atingem a qualidade de vida na região sul-africana. Para tal, os Estados da região meridional que serão mais evidenciados neste trabalho são: África do Sul, Botsuana, Malawi, Mali, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue.

De acordo com relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), a mudança climática é uma das questões mais prementes do nosso tempo, reverberando efeitos drásticos em toda a África e, conseqüentemente, causando problemas como desertificação, secas prolongadas, elevação no nível do mar, dentre outros. Devido a estes distúrbios, são amplificados todos os tipos de desigualdade, figurando mulheres e crianças como principais afetadas pela transformação climática (ONU Mulheres Brasil, 2020).

É eminente, por sua vez, que o potencial locomotor para conceder relevância ao objeto de estudo fundamenta-se na notoriedade da agenda ambiental perante o contexto internacional atual, em um formato de estudo que delineia os principais impactos e suas respectivas solvências a partir da mão de obra feminina. Sob tal prisma, este trabalho tem como desígnio evidenciar o descaso não somente externo, mas também doméstico, acerca da manutenção da supressão dos direitos básicos das mulheres, à luz de uma complexa interdependência social e ambiental.

Tendo em vista as expressivas e ainda presentes disparidades relacionadas à posição da mulher sul-africana meridional dentro da luta ambiental, projeta-se a seguinte problemática a respeito de como os desafios enfrentados pelas mulheres dessa região impactam sua atuação no que diz respeito à desigualdade de gênero e as mudanças climáticas na região.

Nesse sentido, o embasamento teórico deste artigo será justificado pelas teorias verde e ecofeminista, tendo em consideração a hipótese de que estas contribuem para a atuação das mulheres perante as mudanças climáticas na África Meridional. Para reforçar a hipótese, serão analisados aspectos das três questões fundamentais da teoria verde: “(1) por que surgiram problemas ecológicos ou como são produzidos?; (2) quais são os impactos dos problemas ecológicos nos diferentes grupos sociais?; e (3) qual deve ser a resposta?” (Eckersley, 2013: 277).¹

Enquanto isso, o ecofeminismo nos proporciona as conexões femininas e da natureza como forma de impulsionar a ética ecológica. Além de que, diferentemente

¹ Todas as traduções são da responsabilidade das autoras.

da ecologia ou do feminismo, as ecofeministas investigam todos os eventos, pessoas ou crenças possíveis que perpetuam os padrões opressivos (Warren *apud* Ewing, 2013).

A primeira seção deste artigo busca investigar os principais obstáculos climáticos na região da África Meridional. Em seguida, é explorada a relação entre desigualdade de gênero e mudanças climáticas; trazendo, posteriormente, análise dos principais desafios ambientais e geográficos enfrentados pelas mulheres da região meridional. Por último, são evidenciados os principais agentes no combate dos efeitos climáticos regionais.

Logo, o principal objetivo aqui é explorar como as teorias supracitadas podem ser empregadas como uma estrutura analítica para entender o papel fundamental da mulher no contexto dos desafios colocados pelos impactos das mudanças climáticas na África Meridional.

1. AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEUS IMPACTOS NA ÁFRICA MERIDIONAL

As alterações ambientais são distúrbios atribuídos, direta ou indiretamente, à atividade humana, alterando a composição da atmosfera global e a variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis de tempo (Blank, 2015). Sob essa conjectura, é necessário evidenciar acerca dos impactos causados pelas mudanças ambientais e seus principais fatores na região africana. Nessa perspectiva, a África é o continente mais vulnerável às mudanças climáticas devido a exposições simultâneas a diversas pressões do clima, uma vez que a capacidade adaptativa desta região ainda é baixa (Tilio Neto, 2010).

É imprescindível salientar que, de todas as regiões globais, a África é a menos responsável na contribuição dos efeitos climáticos; no entanto, suas populações correm maior ameaça das suas consequências prejudiciais. Para mais, é válido expor que a população africana também corre risco na insegurança de subsistência, visto que mais de 57% dos seus trabalhadores são envolvidos com atividades relacionadas à agricultura, sendo esta caracterizada como um setor vulnerável por não fornecer empregos formais com contratos e segurança de renda (Nabalamba *et al.*, 2011).

No que diz respeito à África Meridional, região sul do continente africano, grandes impactos ocorreram durante o século XX. A temperatura média anual aumentou aproximadamente 0,5°C, a variabilidade interanual das chuvas aumentou desde a década de 1970 e as intensidades dos eventos de seca também cresceram nas últimas décadas (UNDP, 2011). Desse modo, a primazia em torno da região meridional se embasa, principalmente, em sua posição geograficamente ameaçada pelas mudanças climáticas acarretadas, em sua maior parte, pela El Niño Oscilação

Sul (ENOS), que altera as temperaturas da superfície do mar no Oceano Pacífico equatorial (Sithole, 2016).

De acordo com projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), o aumento futuro do nível médio global do mar será causado por expansão térmica, derretimento de geleiras e mudanças no armazenamento de água terrestre, de modo a delinear o crescimento entre 0,43 e 0,84 metros dessa elevação até 2100 (IPCC, 2018: 324). Isto posto, a África Meridional foi identificada como uma das cinco regiões do mundo em risco particular de inundações costeiras e deltaicas, sendo esperado que o aumento do nível do mar traga impactos nas fontes locais de pesca, aquicultura e água potável (Boko *et al. apud* Hove *et al.*, 2011).

Por conseguinte, é essencial apresentar que a precipitação total em dias chuvosos diminua de 15% a 45% e a precipitação em dias muito chuvosos aumente cerca de 20 a 30% em partes da África Meridional (Serdeczny *et al.*, 2016: 7). No entanto, espera-se que algumas áreas localizadas ao longo da costa oeste encontrem reduções em dias muito chuvosos de até 30%, intensificando assim as condições secas na região (Serdeczny *et al.*, 2016). Conforme Eriksen *et al.* (2008), áreas da Namíbia, Botsuana e Zimbábue são propensas à seca e, provavelmente, serão mais vulneráveis aos efeitos climáticos do que as áreas mais úmidas da Zâmbia.

O United Nations Development Programme (UNDP, 2011) prevê que essas tendências climáticas afetem adversamente uma variedade de setores socioeconômicos na região, sendo os principais impactos projetados nos sistemas agrícolas, na quantidade e a qualidade dos recursos de água doce, zonas costeiras, pesca, florestas, biodiversidade e turismo. Lesolle (2012) explana que fatores como o crescimento populacional, urbanização, degradação da terra, seca, desertificação e consumo insustentável contribuem para o desgaste da capacidade humana da região para satisfazer a segurança alimentar, a segurança energética, a segurança econômica e demais formas de segurança humana.

É relevante reconhecer a diferença entre os países da região, levando em conta os diversos fatores que irão influenciar e amplificar as vulnerabilidades enfrentadas por cada um. Em Moçambique e no Malawi, mais de 80% da população está empregada na agricultura e podem sofrer com impactos causados a tal prática, em contraste com a África do Sul, onde menos de 20% da população depende da agricultura (Eriksen *et al.*, 2008).

Nesse panorama, as evoluções das economias locais para globais, envolvendo mudanças na forma de consumo, restrições no fornecimento de alimentos e, principalmente, incertezas climáticas, conduziu a uma comercialização da agricultura

em muitas partes do sul da África (Cotula *et al.*, 2014). Sob a chegada da nova “Revolução Verde” Africana, é possível perceber a atração de investimentos privados e a tentativa de convencer os agricultores africanos a introduzirem cultivos de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), lapidando o caminho para a industrialização das culturas africanas e despertando a incorporação do agronegócio e das monoculturas nos sistemas agrícolas (Mayet, 2008).²

Em acordância com Swanby e Orovwuje (2015), os agricultores africanos têm muito a perder com a introdução de OGMs, impactando na rica diversidade da agricultura africana; na sua resistência e resiliência a efeitos das alterações climáticas; na coesão social gerada através de culturas de partilha; e nos esforços coletivos, sendo substituídos por um punhado de commodities pertencentes a empresas transnacionais. Nas palavras de Galeano (2000 [1971]: 7), “[...] a monocultura é uma prisão. A diversidade, ao contrário, liberta”.

Segundo Gomes (2017), um dos principais problemas da Revolução Verde para a África é a falta de explicação suficiente acerca dos impasses do trabalho agrário, não abordando os impactos sociais da mudança de um trabalho intensivo passado à realidade de baixa mão de obra de novos modelos de desenvolvimento rural. Em Moçambique, a experiência com a agricultura comercial impulsionada por interesses externos tornou o país alvo de uma ampla gama de novos investidores e dos famosos *land grabbing*, levantando preocupações generalizadas sobre o deslocamento potencial de famílias rurais (Glover e Jones, 2019).³ Para Eckersley (2013: 273): “[...] uma estratégia simples de modernização ecológica orientada tecnologicamente não oferece meios de abordar a distribuição profundamente distorcida dos riscos ecológicos entre diferentes classes sociais e nações”.

Além disso, muitos dos ecossistemas terrestres da região são criticamente ameaçados, incluindo áreas ribeirinhas, biozonas marinhas, savanas e florestas tropicais. Diversas espécies, incluindo espécies endêmicas com distribuição limitada, não só estão ameaçadas pelas tendências climáticas, mas também pelas mudanças no uso da terra e exploração (Eriksen *et al.*, 2008). Ademais, um estudo realizado na

² Para responder à crise alimentar global, foi lançada uma declaração na Conferência de Alto Nível da Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) para promover soluções técnicas e econômicas tais como a promoção da ‘nova’ revolução verde na África. Durante a Conferência, as três instituições das Nações Unidas com sede em Roma, isto é, a FAO, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e o Programa Alimentar Mundial assinaram um Memorando de Entendimento com a Aliança para a Revolução Verde na África das Fundações Rockefeller e Gates, a fim de dar o primeiro passo em tal “revolução” (Mayet, 2008).

³ O *land grabbing* é um fenômeno global caracterizado pela crescente demanda por terras. Liberti (2013) aponta que dezenas de milhões de terra em uso/posse ou propriedade foram retiradas das populações locais e entregues a grandes interesses estrangeiros – como uma nova forma de colonialismo. Em português, o termo se assemelha a “grilagem de terras”.

Namíbia estima que pode-se perder até 6% do seu Produto Interno Bruto (PIB) anualmente devido ao impacto das mudanças climáticas nos seus recursos naturais (Reid *et al. apud* Hove *et al.*, 2011).

A ampla variedade de zonas agroecológicas da África Meridional e a alta biodiversidade de plantas e animais tornaram a região um destino turístico popular, tornando Botsuana, Namíbia e África do Sul em grandes setores turísticos (Boko *et al. apud* Hove *et al.*, 2011). Com isso, a perda de espécies, ecossistemas e diversidades genéticas tem implicações na vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas, à medida que esses fatores acabam afetando o setor do turismo e, consequentemente, a economia desses países (Eriksen *et al.*, 2008).

Em relação à capacidade adaptativa da região, vale evidenciar que a área é influenciada por uma variedade de fatores, tais como o nível de desenvolvimento econômico, educação, acesso ao crédito e adoção de tecnologias. Desse modo, diversas prioridades comuns de adaptação foram identificadas pelos países da África Meridional, como a participação da luta camponesa local, Comunicações Nacionais à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC na sigla em inglês), Programas de Ação Nacional de Adaptação e Programas Nacionais de Adaptação às Mudanças Climáticas, com abordagens participativas e levando em conta a questão de gênero (Lesole, 2012; UNFCCC, 2020).

2. A RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE DE GÊNERO E MUDANÇA CLIMÁTICA

Os debates acerca das modificações climáticas ganharam espaço a partir da década de 1970, com o desdobramento dos processos de globalização, interdependência e o agravamento de problemas ecológicos (Eckersley, 2013). Neste afã, em 1974, a feminista francesa Françoise d'Eaubonne cunhou o termo ecofeminismo para uma nova epistemologia feminista que se fundamentava na ecologia, no estudo das interações entre os organismos e seu meio ambiente (Rodrigues, 2019).

Esta corrente, que emergiu como uma consequência quase inevitável da sinapse entre os movimentos feministas e ecológicos (Dazza e Lippi, 2019), procede ao exame do efeito das categorias de gênero para demonstrar as maneiras pelas quais as normas sociais exercem um domínio injusto sobre as mulheres e a natureza. Em paralelo a isso, as preocupações ambientais deixaram sua marca no surgimento, ainda que apenas no final dos anos 1980, de uma teoria social e política verde para dar voz às preocupações inter-relacionadas dos novos movimentos sociais, como o feminista, que moldaram a política verde (Eckersley, 2013: 268).

Baseando-se na premissa de que as formas de opressão estão conectadas, o ecofeminismo estabelece uma conexão entre a degradação ambiental e a opressão

das mulheres (Dazza e Lippi, 2019) Portanto, para as ecofeministas Mies e Shiva (1997), essa conexão vem de uma raiz comum de dominação: a estrutura de poder patriarcal-capitalista, reverberando implicações da subjugação da mulher em tal condição.

O European Institute for Gender Equality considera que a desigualdade de gênero é uma situação legal, social e cultural em que o sexo determina diferentes direitos e dignidade para mulheres e homens que se refletem em seu acesso desigual ou gozo de direitos, bem como a assunção de papéis sociais e culturais estereotipados (Meyer-Behjat, 2012). À vista disso, as alterações climáticas têm, outrossim, efeitos específicos em homens e mulheres, devido aos diferentes papéis que desempenham na sociedade e ao acesso diferenciado a recursos sociais, econômicos e físicos. Isto é, as barreiras socioculturais que se manifestam nos papéis de gênero e classe também podem inibir as mulheres de reagirem de modo efetivo diante dos riscos climáticos.

A FAO alegou que os segmentos pobres e marginalizados da sociedade são especialmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas, pois tendem a ter recursos limitados e, portanto, uma capacidade limitada de adaptação e seus meios de subsistência tendem a ser altamente dependentes de recursos naturais sensíveis à vulnerabilidade climática (Women Watch, 2009; Dankelman, 2010; Habtezion, 2012). Visto que as mulheres constituem a maior porcentagem das pessoas mais pobres do mundo, logo, são também as mais afetadas por essas mudanças (Toulmin, 2009; Women Watch, 2009; Boko *et al. apud* Habtezion, 2012).

Na África, as disparidades resultantes das posições sociais das mulheres na família e na comunidade são agravadas pelos efeitos das mudanças climáticas sobre os fatores mais essenciais para proteger os meios de subsistência das mulheres – alimentação, água e suprimento de energia (African Development Bank *apud* Nabalamba *et al.*, 2011). Nessa conjuntura, os papéis e as responsabilidades das mulheres, como coletar água e combustível, frequentemente as levam a depender mais diretamente dos recursos naturais, que tendem a ser altamente sensíveis às mudanças climáticas (WHO, 2014).

A maioria das culturas na África vê o papel das mulheres como subordinado ao dos homens. Isso explica em parte porque os problemas de sua comunidade estão além de suas áreas de envolvimento, esquecendo que elas são as que melhor conhecem o meio ambiente. (Amusan e Olutola, 2017: 120)

O relatório da 52.^a Sessão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher afirma que, devido à responsabilidade histórica que as mulheres tiveram por fornecer recursos para suas casas e comunidades, elas possuem um conhecimento inestimável de desenho de estratégias para garantir a subsistência em novas realidades ambientais (Dazza e Lippi, 2019). Segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, empoderar as mulheres e promover a igualdade de gênero são ações cruciais para acelerar o desenvolvimento sustentável. Pensando nisso, a Estratégia da União Africana para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (The Joint Sustainable Development Goals, 2015; ONU Mulheres Brasil, 2020) apresenta em seu primeiro pilar:

[...] concentra-se em maximizar oportunidades, resultados e dividendos de e-tech. Reconhece, entre outros, que, para que as mulheres sejam economicamente empoderadas e possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável, elas devem ter acesso a uma educação de qualidade e controle sobre os recursos produtivos. (African Union, 2019)

Para isso, deve ser considerado o apoio de uma perspectiva mais holística das mulheres como principais fortalecedoras da resistência das suas comunidades. Uma grande porcentagem da população feminina mundial é cuidadora da sociedade, especialmente do ambiente natural, além de desempenhar o papel de mãe, modelo, cuidadora primária de idosos e enfermos, e professora das gerações futuras (*Rao et al.*, 2019). Como tal, envolver as mulheres na conservação — uma resistência contra a destruição insustentável dos recursos naturais — não só tem o potencial de fortalecê-las, mas também de mudar positivamente o seu futuro (Sollitt, 2018).

3. OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NA ÁFRICA MERIDIONAL

As mulheres da África Meridional encontram diversos desafios para realizar suas atividades diárias. Em decorrência disso, é essencial demonstrar o relacionamento especial das mulheres com os meios de subsistência ambientais, suas responsabilidades em relação às famílias e seu papel na proteção da sobrevivência da comunidade, à proporção que, os riscos e desafios enfrentados por elas são colmatados por estas mesmas capacidades específicas desenvolvidas pelo papel feminino (Nabalamba *et al.*, 2011). Utilizando-se como base uma das perguntas da teoria verde “quais são os impactos dos problemas ecológicos nos diferentes grupos sociais?” (Eckersley, 2013), será apresentado como os impactos climáticos afetam homens e mulheres de maneiras diferentes.

Na Zâmbia, as famílias chefiadas por mulheres têm maior probabilidade de usar métodos menos eficientes e mais trabalhosos para coletar água, como baldes. Enquanto os chefiados por homens têm maior probabilidade de ter acesso a métodos mais intensivos e eficientes, como bombas elétricas (Sellers, 2016). Vale reforçar que os papéis tradicionais desenvolvidos pelas mulheres sul-africanas acabam tornando-as mais vulneráveis a todos os tipos de violência ao ter de andar dezenas de quilômetros todos os dias para garantir comida, água e lenha, ou após serem deslocadas ou empobrecidas por desastres (Nações Unidas Brasil, 2016).

É imprescindível colocar em pauta que a África é um continente com grandes potenciais agrícolas. Em contrapartida, existe uma relação desigual no que diz respeito à acessibilidade à propriedade e, por extensão, ao cultivo produtivo. Portanto, as mulheres agricultoras dificilmente possuem terras, por razões culturais, e também não têm acesso aos recursos tecnológicos necessários para aliviar os encargos de seu papel agrícola pela dificuldade para acessar fundos de instituições financeiras (Amusan e Olutola, 2017).

Por conseguinte, é fundamental ressaltar que, embora sua participação na produção mundial de alimentos seja de 50 a 80%, as mulheres ainda possuem menos de 10% da terra (Habtezion, 2012). Já em 46 dos 53 países da África, as mulheres representam 40% ou mais da força de trabalho agrícola (Nabalamba *et al.*, 2011).

A divisão sexual do trabalho, diante disso, se estabelece como produto da desigualdade de gênero. Maria Mies disserta na obra “Patriarcado e Acumulação em Escala Mundial” que, na divisão sexual, o trabalho produtivo sob condições capitalistas é geralmente reservado aos homens e que, embora as mulheres também realizem diversos tipos de atividades relacionados à produtividade, no capitalismo o conceito de trabalho é geralmente usado com um viés masculino ou patriarcal (Mies, 1998).

Em relação aos papéis de gênero, os códigos de vestimenta com seu caráter restritivo afeta a mobilidade das mulheres de uma maneira que pode ser fatal durante as catástrofes, principalmente as inundações. Da mesma forma, habilidades que podem ser essenciais para a sobrevivência em um desastre, como subir em árvores e nadar, geralmente são ensinadas apenas aos meninos. Em decorrência da socialização feminina e o culto à maternidade, as mulheres tendem a relutar em ir para abrigos seguros durante desastres, por medo de perder seus filhos e seus bens domésticos. A falta de acesso à informação tende a tornar as mulheres mais vulneráveis que os homens diante de desastres naturais: as mulheres podem não receber informações de aviso transmitidas aos homens em espaços públicos (Aguilar *et al.*, 2007; Aguilar, 2009; Dankelman, 2010).

Na região, a saúde das mulheres também já está comprometida por vários fatores, incluindo uma infraestrutura de saúde subdesenvolvida e altos níveis de pobreza. A África Meridional também foi particularmente afetada pelo HIV/AIDS, com 10 a 15% da população infectada na Namíbia, Zâmbia e Zimbábue; 17,8% na África do Sul; e mais de 20% em Botsuana, embora a taxa de infecção tenha estabilizado ou diminuído em países como a Zâmbia nos últimos anos(Onusida *apud* Hove *et al.* 2011).

4. PRINCIPAIS AGENTES NO ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS CLIMÁTICOS REGIONAIS

A princípio, o Artigo 18 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos requiere aos Estados a garantia de eliminação de “toda discriminação contra a mulher e também garantirá a proteção dos direitos da mulher e da criança, conforme estipulado nas declarações e convenções internacionais” (African Commission on Human and Peoples’ Rights, 1986: 6).

É possível destacar que as discussões feministas colocam em pauta as longas tradições patriarcais que separam os sexos e assuntos relacionados à subordinação da mulher. No entanto, Ewing (2003) frisa a proposta do ecofeminismo em centralizar a ecologia para a discussão, levando em conta que, simplesmente entender os conflitos entre os papéis masculino e feminino não explica toda a imagem.

As ecofeministas são ativistas, não apenas teóricas; elas defendem mudanças sociais, na saúde ambiental e promovem a responsabilidade. O ecofeminismo começa com a premissa de que qualquer tipo de opressão afeta a saúde do todo, e seus praticantes tentam encontrar os “padrões de dominação” para modificá-los. (Cuomo *apud* Ewing, 2003: 6)

Diante disso, dadas as disparidades na posição econômica e social entre os gêneros, é de extrema relevância considerar as implicações acerca do enfrentamento frente às mudanças climáticas sob a óptica ecofeminista. As mulheres da África Meridional são atingidas pelas consequências climáticas, levando em conta que são as principais responsáveis pelos meios de subsistência, sobrevivência e saúde de seus filhos. Pode-se perceber que a posição ocupada por elas na região perpassa a busca básica da teoria verde, fundamentada em reduzir os riscos ecológicos em geral e impedir sua exteriorização e deslocamento injustos, através do espaço e do tempo, para terceiros inocentes (Eckersley, 2013: 271).

Para corroborar isso, no Malaui as famílias chefiadas por mulheres têm duas vezes mais probabilidade de reportar a redução do número de refeições que comem como estratégia de adaptação em resposta a choques climáticos. Já no Zimbábue, a

coleta de produtos florestais por mulheres serve como uma importante fonte de combustível, alimentos e renda, em resposta às perdas decorrentes das mudanças climáticas (Sellers, 2016).

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível notar a grande movimentação e um papel de destaque de mulheres na África Meridional, principalmente nas áreas rurais, estabelecidas na luta camponesa para o enfrentamento dos riscos climáticos (Andrews, 2020). É também essencial resplandecer o suporte financeiro e conhecimento técnico vindo de organizações, objetivando-se em fornecer assistência a diversos projetos desenvolvidos nos países da região. Em referência a isso, pode-se acoplar o empenho de tais iniciativas com a busca pela resposta de uma das perguntas fundamentais da teoria verde: “qual deve ser a resposta frente aos problemas ecológicos?” (Eckersley, 2013: 277).

Para objetivar essa concepção, Andrews (2020) evidencia que as mulheres africanas rurais são invisibilizadas, e muitas vezes marginalizadas, nas estruturas formais de liderança, apesar do importante papel das mulheres rurais na agricultura e na segurança alimentar das famílias, incentivando as autoridades tradicionais a continuarem reproduzindo estruturas patriarcais e capitalistas. Com isso, a Assembleia das Mulheres Rurais (RWA, na sigla em inglês) emergiu em 2009 com objetivo de propiciar oportunidades para mulheres desenvolverem capacidades de liderança (Andrews, 2020).

Os membros da RWA usam principalmente práticas agroecológicas, juntando-se a outros camponeses e pequenos agricultores na África Meridional, a fim de contestar o agronegócio e a falta de apoio à agricultura camponesa de seus governos. No âmbito regional, são organizados regularmente uma escola feminista, sessões de liderança e um campo de treinamento em mídia social para mulheres jovens, onde ideias de feminismo, liderança feminista e relações de poder são fortalecidas e desenvolvidas, integrando resistência e ativismo popular de mulheres a esses treinamentos (*ibidem*).

No Zimbábue, o RWA se organiza para defender as mulheres que são expulsas de suas terras quando seus maridos morrem. Em 2018, a organização desafiou as eleições do Sindicato dos Pequenos Agricultores da Namíbia com sua liderança predominantemente masculina, levando mulheres a serem eleitas para a liderança do sindicato (*ibidem*). É válido ressaltar que, em 2013, o RWA participou com outros movimentos sociais, como a La Via Campesina, de um diálogo do Summit da Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional (SADC, na sigla em inglês), discutindo e criando alternativas para um modelo de desenvolvimento que coloque os

interesses do povo em primeiro lugar, sem a continuação da destruição descontrolada dos recursos naturais da região (La Via Campesina, 2013).⁴

Em Moçambique, país extremamente afetado pelo *land grabbing*, destaca-se a atuação da MuGeDe (Mulher, Gênero e Desenvolvimento), criada em 2004 com a finalidade de desenvolver a cidadania ativa para a preservação dos valores ambientais, para o desenvolvimento rural e a promoção da igualdade de gênero impulsionada pela justiça, tolerância, solidariedade e equidade (Mucavele, 2012).

O governo de Moçambique foi pioneiro ao criar uma Estratégia e Plano de Ação de Gênero, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, em 2010. Aprovada no mesmo ano, é possível demonstrar que mais de 12 000 mulheres foram treinadas para manejar e gerenciar de forma sustentável o uso de recursos naturais, ofertando a 36 comunidades métodos mais eficazes para prevenir e controlar incêndios; plantar safras resistentes à seca; produzir e usar fogões melhorados (IUCN, 2014).

Seguindo na linha de projetos e programas com participações internacionais, um relatório do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) revelou que os fluxos de financiamentos climáticos para a África representam o principal meio de reconciliar a equidade com eficácia e eficiência. Nesse sentido, o suporte financeiro é capaz de ajudar os países a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, adaptar-se aos efeitos das mudanças climáticas, desenvolver e difundir novas tecnologias e promover a igualdade entre os gêneros (African Development Bank, 2015).

Desse modo, melhorar o acesso das mulheres a insumos agrícolas ajudaria a diminuir a diferença de gênero na produtividade desse setor, estimada em até 25% em alguns países. Pode-se ter como exemplo o cenário do fechamento das lacunas de gênero na questão agrária do Malawi, tendo essa região a capacidade de potencializar o aumento do PIB em 272 milhões de dólares americanos, tirando 437 000 pessoas da pobreza (UN Environment Programme, 2016).

No Mali, onde as mulheres representam mais de metade dos trabalhadores agrícolas, o programa AgriFeD da ONU Mulheres, financiado pelos governos da Dinamarca, de Luxemburgo e da Suécia, está capacitando mulheres de áreas rurais através da combinação de treinamento de habilidades e acesso à tecnologia moderna (UN Women, 2018). Já na Zâmbia, o Projeto de Informações Climáticas e Sistemas de

⁴ La Via Campesina é um dos principais movimentos camponeses na atualidade e vem se destacando no cenário internacional com suas ações e propostas que confrontam os centros de decisão política na agricultura. Os temas abordados pelo movimento são: reforma agrária, soberania alimentar, questão de gênero, biodiversidade e recurso genéticos, direitos humanos e agricultura camponesa sustentável (Ribeiro, 2013). Já a SADC é um bloco econômico formado pelos países da África Meridional, sendo eles: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue. O bloco está empenhado na integração regional e na erradicação da pobreza dessa região através do desenvolvimento econômico e garantia de paz e segurança (SADC, 2020).

Aviso Prévio, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, pilota sistemas de alertas precoces a nível comunitário para eventos climáticos extremos em três das dez províncias mais afetadas por secas e inundações (UNDP, 2017).

Em Moçambique, o Projeto de Resiliência Costeira às Mudanças Climáticas, financiado pela Embaixada Sueca em Maputo, está capacitando as comunidades costeiras a responder às mudanças climáticas de uma maneira inclusiva, resiliente e mais sustentável. Esta iniciativa está permitindo que mulheres tenham direitos iguais de acesso aos recursos naturais e participem dos processos de tomada de decisão (IUCN, 2020).

Ressaltando mais projetos, vale colocar em pauta a implementação da Estratégia de Dez Anos do Banco Africano de Desenvolvimento (2013-2022), sua Estratégia de Gênero (2014-2018) e o Novo Acordo sobre Energia para África, este último sendo uma parceria transformadora para iluminar e alimentar a África até 2025. Dessa maneira, este trabalho se apoia nos dois pilares da Estratégia de Gênero do BAD: (1) Empoderamento Econômico das Mulheres; (2) Gerenciamento de conhecimento e capacitação usando pesquisa e advocacia (Ngum, 2016).

Em conformidade com Nabalamba *et al.* (2011), as experiências das mulheres na sociedade em que estão inseridas fornece-lhes o potencial para aplicar esforços mais eficazes sob as abordagens de adaptações climáticas. Dessa maneira, é fundamental salientar que, às vezes, responsabilidades e conhecimentos das mulheres da África Meridional precisam tornar-se uma parte central da resposta adaptativa a alterações climáticas drásticas.

É factível perceber organizações se utilizando de princípios ecofeministas para embasar e desenvolver diversas atividades inclusivas a mulheres. Emprega-se como exemplo a African Wildlife Foundation, na qual se reconhece que a conservação é uma imensa promessa para o crescimento e o empoderamento das mulheres, demonstrando que a proteção dos recursos naturais oferece oportunidades para ascender frente às opressões social e financeira (Sollitt, 2018).

Portanto, à medida que os países do Sul africano aumentam sua gestão para combater as tendências climáticas e trabalham para fortalecer a recuperação e a resiliência das comunidades locais, as mulheres dessa região não devem ser apenas consideradas vítimas e sobreviventes que precisam de proteção e assistência especiais (Charles, 2019).

Destarte, nota-se que as mulheres da África Meridional possuem conhecimento e resiliência do que é necessário para se adaptar a modificações climáticas, tendo como finalidade encontrar soluções práticas para auxiliar no enfrentamento de tais

transformações. Apesar das conquistas alcançadas pelas mulheres da região, as habilidades femininas ainda continuam sendo um recurso amplamente inexplorado devido a tabus existentes, incluindo direitos restritos à terra, falta de acesso a treinamento, tecnologia e recursos financeiros e acesso limitado à tomada de decisões políticas (Sinhá, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como indicado, a África Meridional é um território do continente africano que, por sua própria condição geográfica, já apresenta desvantagens no seu bioma, com uma ampla área predominante de desertificação e clima seco atingindo alguns países, sendo afetados e fortemente influenciados diante das intensas mudanças climáticas acometidas pelas ações antropológicas. Não obstante, a região também enfrenta pressões externas causadas por forças do capital global, com o propósito de acelerar o desenvolvimento desses territórios na área agrícola.

Junto a isso, é nítido que as mulheres dos países dessa região sofrem um processo de violência e opressão intrínseco, composto pela desigualdade de gênero e pelos impactos ambientais. Tal simbiose se dá pelas relações e papéis sociais designados às mulheres, que, por sua vez, possuem extensas jornadas de trabalho e, na supressão de seus direitos básicos, se encontram na posição de principal grupo atingido. Portanto, é notório que as consequências ambientais e climáticas afetam direta e indiretamente não somente a vivência de mulheres africanas, mas seu trabalho produtivo e estilo de vida, bem como se dá a dicotomia “homem” e “mulher” diante de um sistema patriarcal e também a mudança climática acentua e delineia de maneira explícita tais desigualdades, envolvendo as nuances de gênero e classe.

Apesar disso, simultaneamente, são elas os alvos e integrantes dos principais projetos e movimentos que constituem as ações e métodos visando a mitigação dos efeitos climáticos devastadores, que tornam disfuncionais e ineficientes os esforços acerca da agricultura e demais funções que atuem em torno de recursos naturais. Por essas razões, a Teoria Verde e o Ecofeminismo se fazem fundamentais como forma de embasar o contexto das mulheres na África Meridional.

As abordagens dessas teorias propõem-se a desafiar, questionar e superar as estruturas patriarcais e neocoloniais ainda presentes no continente africano, como também discutem acerca das preocupações com questões de justiça, direitos, cidadania e meio ambiente. Tais concepções propuseram uma análise mais ampla acerca das causas, efeitos e impactos das mudanças climáticas, a fim de observar novas possibilidades em relação à complexidade dos sistemas socioeconômicos de desenvolvimento atuais.

O entrelace desses conceitos perpassa o caráter teórico e eles se apresentam de forma prática nos debates de políticas nacionais e internacionais referentes aos impasses trazidos por incertezas climáticas, como é observado nas organizações e movimentos de mulheres africanas envolvendo as discussões de mitigação e adaptação. Nesse sentido, a mulher da região meridional é a principal representante na linha de frente da batalha por sustentabilidade ecológica, tornando-a porta-voz substancial de suas comunidades.

Revisto por Sofia Silva

ELLEN MONIELLE DO VALE SILVA

Universidade Potiguar, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Educação, Artes e Humanidades
Avenida Engenheiro Roberto Freire, 2184, 59082-902 Natal, Rio Grande do Norte, Brasil
Contacto: ellen_monielle@hotmail.com

FERNANDA CAROLINE ALVES BEZERRA DE MELO

Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
Rua Horácio Trajano de Oliveira, s/n, Cristo Redentor, CEP 58071-160 João Pessoa-PB, Brasil
Contacto: falvesmelo@outlook.com

Artigo recebido a 15.04.2020

Aprovado para publicação a 22.01.2021

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- African Commission on Human and Peoples' Rights (1986), "African (Banjul) Charter on Human and Peoples' Rights". Consultado a 11.04.2020, em <https://www.achpr.org/legalinstruments/detail?id=49>.
- African Development Bank (2015), "Gender, Poverty and Environmental Indicators on African Countries", *Economic and Social Statistics Division of the Statistics Department*, 16. Consultado a 13.04.2020, em <https://www.afdb.org/en/documents/document/gender-poverty-and-environmental-indicators-on-african-countries-2015-52822>.
- African Union (2020), "AU Strategy for Gender Equality and Women's Empowerment". Consultado a 10.02.2020, em <https://au.int/en/articles/au-strategy-gender-equality-and-womens-empowerment>.
- Aguilar, Lorena Revelo (2009), "Training Manual on Gender and Climate Change". San Jose, Costa Rica: IUCN/UNDP/GGCA,.
- Aguilar, Lorena Revelo; Araujo, Adriana; Quesada-Aguilar, Andrea (2007), "Gender and Climate Change". s.l.: IUCN.

- Amusan, Lere; Olutola, Oluwole (2017), "Contextualising African Women's Empowerment in Agriculture: Challenges from Climate Change and Mineral Extraction Perspectives", *Journal of International Women's Studies*, 18(4), 117-130. Consultado a 13.04.2020, em <https://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1967&context=jjws>.
- Andrews, Mercia (2020), "The Rise of Rural Women's Movements in Southern Africa", *Farming Matters*, 21-23. Consultado a 25.11.2020, em http://www.cultivatecollective.org/wp-content/uploads/2020/11/21_23_FM0120_Southern-Africa.pdf.
- Blank, Dionis Mauri Penning (2015), "O contexto das mudanças climáticas e as suas vítimas", *Mercator*, 14(2), 157-172. Consultado a 29.10.2019, em <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14n2/1984-2201-mercator-14-02-0157.pdf>.
- Charles, Michael (2019), "Women Are the Agents of Change for Climate Change in Southern Africa", *The International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*, 9 de agosto. Consultado a 10.03.2020, em <https://media.ifrc.org/ifrc/2019/08/09/women-agents-change-climate-change-southern-africa/>.
- Cotula, Lorenzo; Oya, Carlos; Codjoe, Emmanuel A.; Eid, Abdurehman; Kakraba-Ampeh, Mark; Keeley, James; Kidewa, Admasu Lokaley; Makwarimba, Melissa; Seide, Wondwosen Michago; Nasha, William Ole; Asare, Richard Owusu; Rizzo, Matteo (2014), "Testing Claims about Large Land Deals in Africa: Findings from a Multi-Country Study", *The Journal of Development Studies*, 50, 903-925. Consultado a 24.11.2020, em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00220388.2014.901501>.
- Dankelman, Irene (org.) (2010), *Gender and Climate Change: An Introduction*. London: Earthscan.
- Dazza, Vanessa; Lippi, Ariana Athena (2019), "Two Fights in One: Feminism and Environmentalism", site da organização Dejusticia, 22 de abril. Consultado a 24.11.2020, em <https://www.dejusticia.org/en/column/two-fights-in-one-feminism-and-environmentalism/>.
- Eckersley, Robyn (2013), "Green Theory", in Tim Dunne; Milja Kurki; Steve Smith (orgs.), *International Relations Theory: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 266-281 [3.ª ed.].
- Eriksen, Siri; O'Brien, Karen; Rosentrater, Lynn (2008), "Climate Change in Eastern and Southern Africa: Impacts, Vulnerability and Adaptation", *Global Environmental Change and Human Security*, 2. Consultado a 10.11.2019, em <https://www.srhr-ask-us.org/publication/climate-change-eastern-southern-africa-impacts-vulnerability-adaptation/>.
- Ewing, Maureen Colleen (2003), "South African Women's Literature and the Ecofeminist Perspective". Master thesis in Arts, The Department of English, Rhodes University, South Africa. Consultado a 10.04.2020, em <https://core.ac.uk/download/pdf/145055814.pdf>.
- Galeano, Eduardo (2000), *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra [39.ª ed.; orig. 1971].

- Glover, Steven; Jones, Sam (2019), "Can Commercial Farming Promote Rural Dynamism in Sub-Saharan Africa? Evidence from Mozambique", *World Development*, 114, 110-121. Consultado a 24.11.2020, em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X18303619>.
- Gomes, Carla Maria (2017), "A Justice Approach to The African 'Land Rush'", Tese de Doutorado, University of East Anglia, United Kingdom. Consultado a 24.11.2020, em https://ueaeprints.uea.ac.uk/id/eprint/66546/1/Carla_Gomes_PhD_Thesis_DEV_UEA_FI_NAL_%2822_Jan_2018%29.pdf.
- Habtezion, Senay (2012), "Overview of Linkages between Gender and Climate Change", United Nations Development Programme.
- Hove, Hilary; Echeverría, Daniella; Parry, Jo-Ellen (2011), "Review of Current and Planned Adaptation Action: Southern Africa". s.l.: International Institute for Sustainable Development. Consultado a 12.04.2020, em https://www.cakex.org/sites/default/files/documents/Southern_Africa_Adaptation_Action-2.pdf.
- IPCC — Intergovernmental Panel on Climate Change (2018), "Global warming of 1.5°C: An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty.", Consultado a 01.06.2021 em https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15_Full_Report_High_Res.pdf.
- IUCN – International Union for the Conservation of Nature (2020), "Women in Mozambique Engage in Climate Change Action", 9 de março. Consultado a 11.04.2020, em <https://www.iucn.org/news/eastern-and-southern-africa/202003/women-mozambique-engage-climate-change-action>.
- La Via Campesina (2013), "Southern Africa: Peasant's Social Movements and The Rural Women Assembly at the SADC Peoples' Summit – Heads of States Are on the Wrong Direction!", 12 de agosto. Consultado a 25.11.2020, em <https://viacampesina.org/en/southern-africa-peasant-s-social-movements-and-the-rural-women-assembly-at-the-sadc-peoples-summit-heads-of-states-are-on-the-wrong-direction/>.
- Lesolle, David (2012), "Documento de Política sobre as Alterações Climáticas da SADC: Avaliação das Opções de Políticas para os Estados Membros da SADC". Consultado a 17.02.2020, em https://www.sadc.int/files/3613/6724/7855/SADC_Policy_Paper_Climate_Change_PT_1.pdf.
- Liberti, Stefano (2013), *Land Grabbing: Journeys in the New Colonialism*. London/New York: Verso.
- Mayet, Mariam (2008), "Uma Revolução Verde para a África: um desastre em formação", Boletim n.º 133 do World Rainforest Movement. Consultado a 25.11.2020, em <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/uma-revolucao-verde-para-a-africa-um-desastre-em-formacao/>.

- Meyer-Behjat, Shila (2012), "Women Must Be Involved in Shaping the Future and Tackling the (Climate) Change", *European Institute for Gender Equality*, 31 de agosto. Consultado a 25.11.2020, em <https://eige.europa.eu/news/women-must-be-involved-shaping-future-and-tackling-climate-change>.
- Mies, Maria (1998), *Patriarchy and Accumulation on a World Scale*. London: Zed Books.
- Mies, Maria; Shiva, Vandana (1997), *Ecofeminism*. London: Zed Books.
- Mucavele, Saquina (2012) "Estratégias e Políticas Nacionais e Internacionais para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e Direito à Alimentação", Seminário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 29 e 30 de outubro. Consultado a 25.11.2020, em <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/seminarios/2012/seminario-internacional-san-soberania-e-dhaa-29-e-30-de-outubro-2012/apresentacao-brazil-finalissima-27102012.pdf>.
- Nabalamba, Alice; Mubila, Maurice; Alexander, Patricia (2011), "Climate Change, Gender and Development in Africa", *Economic Brief*, 1(1). Consultado a 12.04.2020, em https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/climate_change_gender_and_development_in_africa.pdf.
- Nações Unidas Brasil (2016), "Mudança climática ameaça segurança das mulheres, diz UNESCO", 25 de novembro. Consultado a 20.02.2020, em <https://brasil.un.org/pt-br/75043-mudanca-climatica-ameaca-seguranca-das-mulheres-diz-unesco>.
- Ngum, Sohna Aminatta (2016), "Empowering Women in Africa through Access to Sustainable Energy", African Development Bank Group. Consultado em 10.04.2020, em https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AfDB-Gender_and_Energy_Desk_Review-EN-2016.pdf.
- ONU Mulheres Brasil (2020), "Conferência Regional da Mulher pede 'liberação de nós estruturais da desigualdade de gênero' para garantir autonomia econômica das mulheres e acesso a direitos", 30 de janeiro. Consultado a 14.04.2020, em <http://www.onumulheres.org.br/noticias/conferencia-regional-da-mulher-pede-liberacao-de-nos-estruturais-da-desigualdade-de-genero-para-garantir-autonomia-economica-das-mulheres-e-acesso-a-direitos/>.
- Rao, Nitya; Mishra, Arabinda; Prakash, Anjal; Singh, Chandni; Qaisrani, Ayesha; Poonacha, Prathigna; Vincent, Katharine; Bedelian, Claire (2019), "A Qualitative Comparative Analysis of Women's Agency and Adaptive Capacity in Climate Change Hotspots in Asia And Africa", *Nature Climate Change*, 9(12), 964-971.
- Ribeiro, Leandro Nieves (2013), "RESENHA: A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato", *Revista NERA*, 16(23), 167-170.
- Rodrigues, Ana (2019), *O livro do feminismo*. Rio de Janeiro: Globo Livros.
- SADC – Southern African Development Community (2020), "About SADC". Consultado a 205.11.2020, em <https://www.sadc.int/about-sadc>.

- Sellers, Sam (2016), "Gender and Climate Change: A Closer Look at Existing Evidence". Consultado a 13.04.2020, em <https://wedo.org/wp-content/uploads/2016/11/GGCA-RP-FINAL.pdf>.
- Serdeczny, Olivia; Adams, Sophie; Baarsch, Florent; Coumou, Dim; Robinson, Alexander; Hare, William; Schaeffer, Michiel; Perrette, Mahe'; Reinhardt, Julia (2016), "Climate Change Impacts in Sub-Saharan Africa: From Physical Changes to Their Social Repercussions", *Regional Environmental Change*. Consultado a 18.02.2020, em https://climateanalytics.org/media/ssa_final_published.pdf.
- Sinhá, Vaishali (2019), "We Can Solve Climate Change – If We Involve Women", *World Economic Forum*, 16 de setembro. Consultado a 13.04.2020, em <https://www.weforum.org/agenda/2019/09/why-women-cannot-be-spectators-in-the-climate-change-battle/>.
- Sithole, Vhusomuzi B. (2016), "El Nino Impacts in Southern Africa: Highlights from the 2015/16 Season". Comunicação apresentada no Southern Africa Regional Climate Services Workshop, 29 de novembro a 2 de dezembro, Zimbabué. Consultado a 12.04.2020, em <https://vdocument.in/el-nino-impacts-in-southern-africa-highlights-from-the-nino-impacts-in.html>.
- Sollitt, Emma (2018), "Women Are the Future of African Conservation", blogue *African Wildlife Foundation*. Consultado a 01.06.2021, em <https://pt.scribd.com/article/451128450/Women-The-Future-Of-African-Conservation>.
- Swanby, Haidee; Orovwuje, Mariann Bassey (2015), "Manipulate and Mislead: How GMOs Are Infiltrating Africa", *Common Dreams*, 23 de fevereiro. Consultado a 25.11.2020, em <https://www.commondreams.org/views/2015/02/23/manipulate-and-mislead-how-gmos-are-infiltrating-africa>.
- The Joint Sustainable Development Goals (2015), "Goal 5: Gender Equality". Consultado a 25.11.2020, em <https://www.sdgfund.org/goal-5-gender-equality>.
- Tilio Neto, Petrônio de (2010), *Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o ecologismo dos pobres*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Consultado a 11.04.2020, em <https://static.scielo.org/scielobooks/x9z8z/pdf/tilio-9788579820496.pdf>.
- Toulmin, Camilla (2009), *Climate Change in Africa*. London: Zed Books.
- UNDP – United Nations Development Programme (2011), "Africa". Consultado a 01.06.2021, em <https://www.adaptation-undp.org/explore/southern-africa>.
- UNDP – United Nations Development Programme (2017), "Real-time Weather Forecasts Are Helping Zambian Women Farmers Win Their Battle against the Impact of Climate Change", 20 de outubro. Consultado a 11.04.2020, em <https://www.adaptation-undp.org/real-time-weather-forecasts-are-helping-zambian-women-farmers-win-their-battle-against-impact>.
- UN Environment Programme (2016), "Boosting Women's Access to Natural Resources Critical for Africa's Development", 3 de março. Consultado a 13.04.2020, em <https://www.unenvironment.org/pt-br/node/20831>.

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change (2020), “National Adaptation Plans”. Consultado a 24.11.2020, em <https://unfccc.int/topics/adaptation-and-resilience/workstreams/national-adaptation-plans>.

UN Women (2018), “Climate-Smart Agriculture Paving the Way for Women’s Empowerment in Mali and Malawi”, 16 de março. Consultado a 11.04.2020, em <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2018/3/news-csw62-climate-change-adaptation-strategies>.

WHO – World Health Organization (2014), “Gender, Climate Change and Health”. Geneva: WHO. Consultado a 01.06.2021, em http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/144781/9789241508186_eng.pdf;jsessionid=3F6776B152152E9E8DC35D85D4683C72?sequence=1.

Women Watch (2009), “Women, Gender Equality & Climate Change”. Consultado a 01.06.2021, em https://www.un.org/womenwatch/feature/climate_change/downloads/Women_and_Climate_Change_Factsheet.pdf.

CARMEN REJANE FLORES, DIANA MARÍA PEÑA

SOYA EN UN FLORERO: DIVISIÓN TERRITORIAL Y SEXUAL DEL TRABAJO AGRÍCOLA EN AMÉRICA LATINA (1986-2015)

Resumen: El modelo agroexportador industrial no sólo determina la matriz tecnológica, los patrones de especialización y la financiarización de la agricultura latinoamericana, éste también exacerba la división sexual del trabajo, como parte de la estrategia de alienación del capital. A través de un marco teórico neo-marxista (a saber, los conceptos de regímenes alimentarios, reproducción social y virada eco-territorial), comparamos los agronegocios de las flores en Colombia y de la soya en Brasil; estos casos nos ayudan a entender los procesos de comoditización que caracterizan al Régimen Alimentario Corporativo, e introducen importantes reflexiones en los horizontes de la acumulación de capital, la soberanía alimentaria y el género.

Palabras clave: agronegocio, división social del trabajo, regímenes alimentarios, reproducción social, soberanía alimentaria.

SOYBEANS IN FLOWER-POTS: TERRITORIAL AND SEXUAL DIVISION OF AGRICULTURAL LABOR IN LATIN AMERICA (1986-2015)

Abstract: The industrial agro-export model in Latin America not only determines the technological matrix, the specialization patterns, and the financialization of agriculture, as it also exacerbates the sexual division of labor, as part of the capital disposal strategy. Through a neo-Marxist theoretical framework (namely, food regimes, social reproduction, and the ecoterritorial turn), we compare the floriculture agrobusiness in Colombia and the soybean agribusiness in Brazil. These case studies reveal the processes of commodification within the corporate food regime and introduce important reflections on the dimensions of capital accumulation, food sovereignty, and gender.

Keywords: agribusiness, food regimes, food sovereignty, social division of labor, social reproduction.

¿Acaso creéis que podemos cultivar trigo en floreros?
Karl Marx (1987)

INTRODUCCIÓN

La economía de la Segunda post-Guerra mundial se sustentó en el trípode pactado con el Acuerdo de Bretton Woods: Banco Internacional de Reconstrucción y Desarrollo (BIRD, hoy Banco Mundial), Fondo Monetario Internacional (FMI) y Organización Mundial del Comercio (OMC); sin embargo, vale recordar que esta última entidad sólo se constituyó formalmente medio siglo después, funcionando en su lugar un Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT, por la sigla en inglés), que en la práctica velaba por los intereses comerciales del Norte global. Una de las principales razones para esa dilación fue la agricultura, que por su carácter estratégico ha sido objeto de intensas discusiones entre países –principalmente los llamados desarrollados–, siendo un verdadero tabú en el marco del GATT hasta el año 1984, cuando se inauguró la Ronda de Uruguay.

En el marco de dicha Ronda se abordaron temas polémicos, como la distorsión de precios de productos agrícolas vía subsidios, hecho que no debe tomarse como un indicador de mayor voluntad política para penalizar el *dumping* y otras prácticas desleales en el comercio mundial, sino como el reflejo de la entrada en vigencia del orden neoliberal. La historia moderna demuestra la subordinación del poder político al capital, por eso entendemos que las definiciones regulatorias en el ámbito global tienden a la preservación de una división territorial del trabajo que sea favorable al régimen de acumulación vigente, lógica que aplica también para la producción y el comercio de alimentos, que serán abordados a través del concepto de *regímenes alimentarios*.

El propósito del presente ensayo es analizar el papel dado a América Latina en ese escenario, partiendo de su condición histórica de despensa mundial, pero con una matriz heterónoma y volcada casi exclusivamente al mercado de *commodities*. Abordaremos los trazos característicos del agronegocio en la región, planteando algunas correlaciones entre mercado mundial de alimentos, patrones de especialización productiva y comunidades campesinas; el hilo conductor será el trabajo de las mujeres, que nos permitirá abordar tanto los mecanismos utilizados por el capital para incorporar en sus circuitos de acumulación los valores producidos por el campesinado,¹ como las estrategias de permanencia digna en territorios campesinos.

¹ Aquí entendemos al campesinado a partir de Shanin (1973, 2005) y Chayanov (1974, 1981), como un “agente inter-modos”.

En el centro de esta discusión está el conflicto entre las territorialidades capitalista, étnicas y campesina, el cual, claro está, no se agota en la esfera económica, especialmente en el caso de las comunidades indígenas y afrodescendientes, cuyas especificidades culturales transbordan los límites de este trabajo; en ese sentido, reconocemos que nuestra discusión se sitúa en una escala más general, alertando sobre los peligros de extrapolarla a experiencias locales, sin antes construir puentes metodológicos adecuados. Todavía en relación con los recortes adoptados, nos situamos en el periodo 1986-2015, como momento de rupturas y continuidades entre los Consensos de Washington y de las *commodities*, contrastando dos casos: la floricultura en Colombia y la soya en el sur de Brasil.

El documento se divide en cuatro partes, siendo la primera la presente introducción; en la segunda sección se esboza un panorama histórico de los patrones de especialización y producción de alimentos en América Latina, enfatizando en las tres últimas décadas; en la tercera parte se analiza la correlación entre división territorial y sexual del trabajo agrícola, enfocando ciertas intersecciones entre los espacios productivo y reproductivo, bajo una perspectiva dialéctica; por último, se presentan las consideraciones finales, intentando enunciar algunas estrategias de permanencia del campesinado en sus territorios, en los horizontes del género y la soberanía alimentaria.

AMÉRICA LATINA EN LA DIVISIÓN TERRITORIAL DEL TRABAJO AGRÍCOLA

Desde sus orígenes, América Latina ha sido vista como pródiga e inagotable despensa –la fantástica tierra de *El Dorado*–, ora como colonias, en las llamadas Indias Occidentales, ora como repúblicas bananeras, cafeteras o soyeras, en las “democracias” contemporáneas. Por eso, Carlos Porto-Gonçalves y Paulo Alentejano (2010) son tajantes al hablar de la permanencia de una matriz de poder colonial como sustento de la división internacional del trabajo agrícola, la cual se ha transformado desde 1492, pero sólo para no ser superada por los procesos sociales: de la Encomienda a la Hacienda, de la Hacienda al complejo agroindustrial, y de éste al agronegocio. Marx puede ayudarnos a entender ese movimiento, cuando satiriza los argumentos de la especialización productiva en función de las llamadas *ventajas comparativas*, que la ciencia económica enarbola en defensa del *statu quo*:

Se nos dice, por ejemplo, que el libre cambio daría origen a una división internacional del trabajo que asignaría a cada país una producción en armonía con sus ventajas naturales. Pensaréis, quizás, señores, que la producción de café y de azúcar es el destino natural de las Indias Occidentales. Hace dos

siglos, la naturaleza, que apenas tiene que ver con el comercio, no había plantado allí ni cafetos ni caña de azúcar. (Marx, 1987: 156-157)

Así, aunque sea obvio que la división internacional del trabajo obedece a razones históricas más que naturales, este deberá ser el punto de partida en nuestra discusión. Adoptaremos con ese fin el concepto de *regímenes alimentarios* –acuñado por Harriet Friedmann y Philip McMichael (1989)– el cual historiza el comportamiento del mercado mundial de alimentos, identificando patrones de especialización y comercio, que relacionan el sistema de poder con el sistema de producción agrícola, y distingue periodos de congruencia relativa en los intereses de los agentes con poder de decisión. Friedmann (2004: 125),² precursora de ese análisis, lo define como:

[...] un periodo histórico relativamente delimitado, en el cual, expectativas mutuamente reforzadas dominan el comportamiento de los agentes sociales, como agricultores, empresas y trabajadores, involucrados en todos los aspectos del cultivo, transformación, distribución y venta de comida, bien como las agencias gubernamentales, ciudadanos y consumidores.

Vale destacar que, al ser la comida uno de los derechos humanos más básicos, en la delicada diplomacia internacional es políticamente incorrecto hablar abiertamente del hambre como consecuencia del modelo agroalimentario vigente, y del acceso a los alimentos como aspecto directamente asociado a la división social del trabajo (*class diet*); por consiguiente, los regímenes alimentarios:

Sólo existen en determinados momentos, funcionando mejor cuando son naturalizados y, consecuentemente, se basan en normas y reglas que son por lo menos parcialmente implícitas. Las reglas de los regímenes alimentarios han sido mucho más implícitas que las que rigen, por ejemplo, el mercado monetario o la guerra. (Friedmann, 2004: 125)

La autora reconoce dos regímenes alimentarios en la historia reciente, a partir de los cuales se configuraría un tercero:³

- El primero es el régimen alimentario colonial diaspórico (1870-1914), que emergió como una “solución doble” para la consolidación de la *pax britannica*:

² Todas las traducciones son de exclusiva responsabilidad de las autoras.

³ Hay una discusión abierta en torno de la existencia o no de este último régimen; ver Friedmann (2009) y McMichael (2009, 2014).

de un lado, promovió la migración de campesinos europeos desterrados por los procesos de acumulación originaria de capital hacia países temperados (como los del Cono Sur latinoamericano); de otro lado, incentivó la producción de trigo y ganado en los lugares de destino, para abaratar la canasta básica, espoliando en consecuencia territorios indígenas como los guaraníes.

- El segundo régimen, mercantil-industrial (1947-1973), se inscribe en el clima de la Guerra Fría y la institucionalidad del *Bretton Woods*, marcando el comienzo de la *pax americana*. Esto se tradujo en la conformación de complejos agroindustriales, bajo el auspicio de la Revolución Verde; en ese periodo, los países europeos reprodujeron la política agrícola norteamericana, subsidiando la producción y las exportaciones, el *dumping* emerge entonces como amenaza constante para las agriculturas campesinas (no sólo en el Sur, sino incluso en el Norte global). Las crisis económicas de la década de 1970 marcaron el fin de este régimen.
- El tercer régimen, corporativo, se caracterizaría por la financiarización, comoditización y el aumento del poder de las empresas transnacionales; el neoliberalismo contemporáneo es más intrincado que el *laissez-faire* decimonónico y con los años ha ido tornándose más incoherente, pues en la práctica se conjugan subsidios, tratados de libre comercio, vetos comerciales y otras prácticas contradictorias, que sólo consiguen reconciliarse vía maniobras tecnocráticas.

Los momentos de transición entre uno y otro régimen son cruciales, pues dan cuenta del dinamismo social, incluso en escenarios tenidos por hegemónicos, pudiendo ser definidos como “(periodos) de experimentación y réplica no resueltas”, a partir de los cuales surgen “múltiples posibilidades”, una vez que “los conflictos nombran aspectos [...] naturalizados en los regímenes alimentarios predecesores, y ofrecen marcos competentes para resolverlos” (Friedmann, 2009: 335).

Este cuerpo conceptual nos ayuda a analizar la *producción-especulación*⁴ que caracteriza a las agriculturas latinoamericanas, y que se manifiesta en ciclos de especialización en cultivos determinados por el mercado internacional, sean ellos azúcar, café, cacao, caucho, soya o flores (por mencionar sólo aquellos de uso lícito).⁵ Las especificidades de la fórmula neoliberal se evidencian principalmente en la mediación del capital financiero, cuya estrategia paradigmática es el *pool de siembras*: intermediarios que negocian cosechas en la bolsa sin haber plantado un solo grano,

⁴ Ver Ocampo (1984).

⁵ La localización de cultivos de uso ilícito –coca, marihuana, amapola, etc.– en países como Colombia, también es consecuencia de la geopolítica de los alimentos, no obstante, no incluimos aquí esta discusión porque sobrepasa por mucho los alcances propuestos.

contratando posteriormente a terceros para que se encarguen de la producción; el precio, a pesar de ser pactado *a priori*, no escapa a la volatilidad del mercado bursátil.

Consecuentemente, en las últimas tres décadas se aceleró la incorporación del sector agroalimentario en los circuitos de acumulación de capital, en un proceso que Maristella Svampa (2012: 8) entiende como de rupturas y continuidades entre el Consenso de Washington y lo que ella denomina “consenso de las *commodities*”, el cual “establece reglas que suponen la aceptación de nuevas asimetrías y desigualdades ambientales y políticas por parte de los países latinoamericanos en el nuevo orden geopolítico”. De acuerdo con la autora, el tránsito de un Consenso a otro está marcado por tres características:

- La primera característica es que la abrupta subida de los precios de las *commodities* obedeció no sólo a la demanda de las potencias mundiales históricas, sino cada vez más a la de potencias emergentes, lo que configura una división internacional del trabajo que, además de la histórica explotación Norte-Sur, se sustenta de manera creciente en flujos Sur-Sur de capitales y mercancías.
- La segunda, directamente relacionada con la anterior, es que hay “un espacio de mayor flexibilidad en cuanto al rol del Estado, lo cual permite el despliegue y coexistencia entre gobiernos progresistas, que han cuestionado el consenso neoliberal, con aquellos otros gobiernos que continúan profundizando una matriz política conservadora en el marco del neoliberalismo” (*ibidem*: 19).
- La tercera característica de ese “nuevo orden económico y político” es la exacerbación del extractivismo como modelo de acumulación por despojo, una vez que está “basado en la sobreexplotación de recursos naturales, en gran parte, no renovables, así como en la expansión de las fronteras hacia territorios antes considerados como ‘improductivos’” (*ibidem*: 17).

Hay entonces un punto de inflexión en el neoliberalismo que, en un primer momento, se concretizó a través de programas de ajuste estructural (privatización de empresas y servicios públicos, Estado mínimo, apertura de mercados, etc.), promovidos por los organismos multilaterales, so pretexto la crisis de la deuda de los años 1980, fenómeno generalizado en la región; en un segundo momento, ese paquete clásico de medidas se flexibiliza, en un escenario político y económico dubio, el cual Svampa (*ibidem*: 19) se aventura a caracterizar como posneoliberal, indicando, no obstante, que eso no significa “la salida del neoliberalismo”, mas, la configuración de “un espacio de geometría variable en el cual es posible operar una suerte de movimiento dialéctico, que sintetiza dichas continuidades y rupturas en un nuevo escenario” (ver Diagrama I).

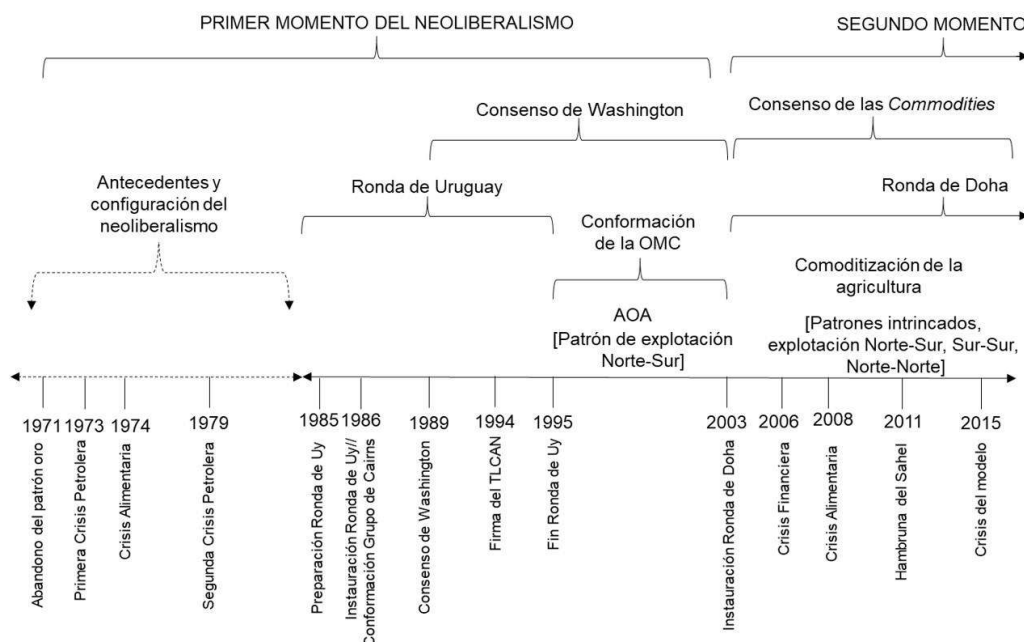


DIAGRAMA I – Línea del tiempo del Régimen Alimentario Corporativo

Fuente: Elaboración propia, a partir de Svampa (2012), Friedmann (2004) y McMichael (2014).

Para dimensionar la primera característica del consenso de las *commodities*, debemos contextualizarnos en la liberalización generalizada del comercio de mercancías agrícolas que se promovió en América Latina a partir de la década de 1980, proceso que condujo a la financiarización de ese mercado, al aumento del poder monopolista de las corporaciones, al deterioro, manipulación y privatización de los comunes. En ese contexto los alimentos dejan de serlo y pasan a ser mercancías regidas por el agronegocio, término acuñado en 1957 por Ray Goldberg, y que Marcel Achkar, Ana Domínguez y Fernando Pesce (2008: 7) definen como “un complejo espacio económico en el que convergen inversiones de capital transnacional en el conjunto de las actividades y sectores vinculados a la producción, distribución y comercialización de productos agrarios a escala global”.

El agronegocio se sustenta en la producción de *commodities*, que por definición son materias primas comercializadas en el mercado internacional y a partir de las cuales el capital financiero consigue *derivar* valor. Aquí es importante recordar que –de acuerdo con la teoría marxista–, el valor sólo puede obtenerse a partir del trabajo humano, así, los *derivados*, y en general los instrumentos financieros, son contratos que posibilitan a sus detentores apropiarse de plusvalía futura. Por eso, el cable a tierra de la especulación se encuentra siempre en la economía real, el resto es ilusión

y estalla como burbujas de jabón, salpicando todo lo que está a su alcance; un ejemplo clásico es la *securitización*, la especulación sobre los seguros agrícolas, una herramienta que había sido creada para ayudar a los agricultores a sortear la variabilidad climática, y que en cambio les está sometiendo a la volubilidad bursátil (TNI, 2018).

Vale destacar que esa redefinición de los alimentos –de asunto estratégico nacional, a mercancía común–, también se sustenta en una estructura jerarquizada del poder, que en el primer momento del neoliberalismo se correspondía con la estructura clásica de explotación Norte-Sur, pues, mientras las potencias del Norte global conservaban plenamente su prerrogativa estatal en la producción de los principales géneros agrícolas, los demás países la perdían, como trasparecía en la alocución del Secretario de Agricultura de Estados Unidos, John Block, con motivo de la instauración de la Ronda de Uruguay:

La idea de que países en vía de desarrollo deberían alimentarse a sí mismos es un anacronismo de una era pasada. Podrían garantizar mejor su seguridad alimentaria confiando en los productos agrícolas de los Estados Unidos, los cuales están disponibles, en muchos casos a menores costos.⁶

Esa división tan concluyente entre Norte productor y Sur importador, se avizoraba en el fallido Acuerdo sobre la Agricultura (AOA, por la sigla en inglés), que fue eje de la Ronda de Uruguay, demostrando un renovado interés en el sector primario por parte de las mencionadas potencias – mismo que se relaciona con las crisis permanentes de sobre-acumulación de capital, aceleradas por la financiarización de la economía y consolidación del poder corporativo en el periodo post-Bretton Woods. De acuerdo con David Harvey (2004), la estrategia privilegiada en esos escenarios ha sido el desplazamiento espacio-temporal de los capitales que corren el riesgo de permanecer ociosos, de manera que esos fondos son invertidos en otras latitudes, en otros sectores económicos, o se destinan a actividades con rendimientos futuros, como las innovaciones tecnológicas.

Un claro ejemplo de desplazamiento espacio-temporal son los *flex-crops*,⁷ cultivos en los que se invierte en tecnologías de punta para diversificar sus usos, haciéndolos pasibles de derivación financiera y base de la dieta estandarizada, cada vez más dependiente de unas pocas especies y variedades gestionadas por el agronegocio, como el maíz y la soya. Como señala Svampa (2012), del lado de la demanda hubo un

⁶ Block *apud* Bello (2008), quien analiza la comoditización de la agricultura africana.

⁷ Ver Oliveira y Schneider (2014).

aumento generalizado de la renta en las potencias tradicionales y emergentes, la cual modificó los patrones de consumo en esas sociedades y, consecuentemente, los patrones del comercio mundial, resaltando especialmente el consumo de carne –un subproducto de los cultivos aludidos– en países de la dimensión de China.

La segunda característica destacada por la autora es que el consenso de las *commodities* es una estructura fracturada, ambivalente y paradójica que, a diferencia del neoliberalismo de los años 1980 y 1990, no se presenta como discurso único, sino como una coexistencia de valores contradictorios. Con relación a esto, en la primera década del siglo XXI encontramos el caso emblemático de la subida de gobiernos progresistas en América Latina, fenómeno ambivalente porque esos programas políticos –indiscutiblemente más volcados a la política social– lejos de contener la comoditización de la agricultura, se sustentaron en estructuras económicas abiertas, extractivistas y reprimarizadas; la fragilidad del modelo se evidencia con la creciente *derechización* de la región, que coincide, desde el año 2015, con la desaceleración en mercados como el de la soya.

La matriz colonial toma una nueva forma en el tránsito entre los consensos de Washington y de las *commodities*, hecho que se traduce en el paso de la Ronda de Uruguay –como fue visto, más claramente asentada en el poder de las potencias tradicionales– a la controvertida Ronda de Doha, cuyo más claro indicador fue la emergencia de los BRICS (conjunto heterogéneo de países que agrupa a Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica), como nuevos polos de atracción dentro del panorama económico global, y como puntos desestabilizadores del discurso único. Sin embargo, esta aparente multipolaridad debe redimensionarse en un contexto en el que las corporaciones transnacionales sobrepasan el poder estatal y los flujos de capital especulativo sobrepasan las transacciones de la economía real.

Con relación a la última característica, el extractivismo, Svampa (2012) retoma al sociólogo boliviano René Zavaleta (1986), que habla de la visión “eldoradista” que el mundo moderno creó sobre América Latina, como despensa del capital, fuente inagotable de recursos naturales y base de un modelo económico rentista, imagen que es reproducida incluso por los propios países de la región, que continúan alimentando la tendencia histórica a la exportación de materias primas. En las últimas décadas ese mito de *El Dorado* ha sido retomado, incorporando la lógica de la minería a la producción agropecuaria, devastando las culturas indígenas, afrodescendientes y campesinas que encuentran por el camino.

En ese mismo sentido, Eduardo Gudynas (2019: 16) destaca al extractivismo dentro de las llamadas “narrativas del desarrollo”, por su capacidad “para construir y sostener distintas políticas públicas, no sólo las que promocionan distintas actividades,

como puede ser entregar concesiones o subsidiar empresas, sino que brindan ideas que las legitiman". En esa promoción y legitimación del extractivismo se entrelazan conceptos, instituciones y recursos de poder, que parten de dos categorías elevadas a axiomas: progreso y recurso natural; así, el aparato de Estado se ha hecho tan dependiente de la exportación de *commodities*, que la ideología de los gobiernos de turno se torna irrelevante frente a la aparente incontestabilidad del modelo, como mencionábamos anteriormente.

Como consecuencia, en el segundo momento del neoliberalismo se abandona definitivamente el ideal de una economía nacional en el que agricultura e industria se complementan mutuamente (Friedmann y McMichael, 1989), toda prerrogativa de soberanía estatal parece desvanecerse en función del eficientismo y la deslocalización, derivando en fenómenos como la extranjerización de tierras, la flexibilización de cultivos, la relocalización de maquilas en el Sur global, el flujo irrestricto de capitales sustentando nuevas formas de explotación Sur-Sur y Norte-Norte, mas también, de manera discordante, la permanencia de subsidios para la agricultura del Norte y barreras arancelarias y no arancelarias para la agricultura del Sur.

Dentro de ese entramado de relaciones de poder, queremos destacar la bifurcación de los patrones de consumo (*class diet*), fenómeno que, a partir de Friedmann y McMichael (*ibidem*), podemos entender como la consolidación de cadenas agroalimentarias diferenciadas: de un lado, los complejos pecuario y de comida procesada, cuyo propósito es producir *commodities* baratas, para la reproducción de la clase trabajadora; del otro lado, la producción de productos suntuarios para las elites, desde alimentos biológicos, hasta cosméticos a base de productos naturales. Como veremos, ambas cadenas son expresivas en América Latina.

Tomemos el caso del Cono Sur, la "despensa del mundo", su posición aparentemente privilegiada en el comercio internacional de productos agrícolas –carne, cereales y granos– responde a la necesidad de abastecer la demanda creciente de alimentos baratos, con un alto costo socio-ambiental, asociado a un modelo homogeneizante y dependiente de insumos sintéticos, que la han convertido en la región con la mayor extensión de soja transgénica en el mundo. En el otro lado del espectro tenemos los cultivos de la zona intertropical, con alto valor de mercado, dada la condición de "exotismo" que los diferencia de otras materias primas, se trate de especies ornamentales, medicinales o de los llamados súper-alimentos, que desplazan la producción de cultivos esenciales para la alimentación popular, con el consecuente aumento de la dependencia de importaciones.

De esa manera, hay una clara conexión entre la bifurcación de la demanda (*class diet*) y los patrones de especialización agroexportadora en el subcontinente, para entenderla mejor queremos contrastar dos casos: la producción de soya en el sur de Brasil y la floricultura en Colombia, pues esos agronegocios evidencian la posición de cada país en la división internacional del trabajo, además, a partir de ellos se derivan importantes reflexiones en los horizontes del agronegocio, la agricultura campesina, la soberanía alimentaria, la acumulación capitalista y el género.

El periodo contemplado se corresponde con el *régimen alimentario corporativo*, la espacialización del capital financiero, comoditización de los alimentos y sus repercusiones en la agricultura campesina, con el neoliberalismo como andamiaje ideológico y programa político de la globalización, intentando atenuar las contradicciones inherentes al capitalismo, vía la libre movilidad del capital y la manipulación de las funciones del Estado. A partir de Friedmann (2004)⁸ y Svampa (2012), es posible identificar tres momentos en ese intervalo:

1. El primero de ellos (1986-1995), en el marco de la ronda de Uruguay, como punto de inflexión en la geopolítica de los alimentos, por la incorporación del renglón agroalimentario en las discusiones del comercio mundial;
2. El segundo momento (1995-2003), se refiere a la conformación de la OMC, y al AOA a ella asociada;
3. Finalmente, el tercer momento (2003-2015), está marcado por el auge y aparente crisis del consenso de las *commodities*; el principal vestigio es la ronda de Doha, que a una década de su instalación no consigue arrojar un consenso en materia comercial.

En relación con esto último, vale recalcar que el agronegocio no es una entidad monolítica, como demuestra el surgimiento de coaliciones de países que exigen a las principales potencias agroalimentarias –Estados Unidos y la Unión Europea– la reducción de subsidios. Un actor crucial en esa dinámica es el Grupo de Cairns, constituido en 1986 y que agrupa hoy a 19 países agroexportadores, afianzando su influencia en las discusiones sobre el *dumping*, sin que eso implique una convergencia absoluta entre sus miembros, tan heterogéneos como Australia, Canadá, Vietnam, o los nueve países latino-americanos que lo conforman: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala, Paraguay, Perú y Uruguay.

La inestabilidad del modelo se evidencia también en episodios como la migración masiva de los capitales del mercado inmobiliario a las *commodities* en general y a las alimentarias en particular, después de la explosión de la burbuja hipotecaria (de

⁸ Así Friedmann (2009) tenga reservas acerca de la existencia de un tercer régimen alimentario, su análisis de la coyuntura agroalimentaria mundial fue crucial en la construcción de esta periodización.

créditos *subprime*), que comenzó en 2006 en los Estados Unidos, mas rápidamente se extendió por el mundo, derivando en la crisis alimentaria de 2008, en concordancia con las estrategias de desplazamiento espacio-temporal enunciadas por Harvey (2004). Otro momento importante es el año 2014, cuando empezó a percibirse la desaceleración del modelo, con el menor crecimiento de la demanda china y la caída del precio del petróleo, causando una reacción en cadena en otras *commodities*, como la soya.

Bajo el neoliberalismo, el sistema financiero pasó de intermediar las transacciones de mercancías físicas a servirse de ellas para crear la ilusión de la *derivación* de valor, la consecuencia es una distopía en la cual las transacciones del mercado financiero sobrepasan en más de 100 veces a las del mercado real, en una estructura frágil, que huye constantemente del equilibrio, y que, irónicamente, recurre a las instituciones gubernamentales para que intervengan cuando se constatan catástrofes económicas (TNI, 2018). Así, gracias a los programas públicos de rescate, el sistema financiero salió fortalecido de la crisis de 2006, y continúa haciendo los mismos malabares que la causaron, hasta encaminarse a lo que parece ser una nueva crisis.

Mientras tanto, miles de familias que perdieron sus empleos y sus techos no terminan de sobreponerse de la recesión; las mujeres son especialmente vulnerables, siendo siempre las primeras víctimas en los momentos de crisis económica. A continuación, se desarrollará el debate de la división social del trabajo agrícola ya en la escala doméstica, aquí se quiere ahondar en las repercusiones del agronegocio sobre la agricultura y economía campesinas; el hilo conductor será el trabajo de las mujeres, que permite abordar tanto los mecanismos utilizados por el capital para incorporar en sus circuitos de acumulación los valores producidos por el campesinado, como las estrategias de las comunidades para permanecer en sus territorios.

AGRONEGOCIO Y DIVISIÓN SEXUAL DEL TRABAJO EN AMÉRICA LATINA

De la misma forma en que la división territorial del trabajo pretende ser resultado de una precondition natural –las llamadas ventajas naturales–, la división sexual del trabajo obedece a unas *relaciones sociales de sexo*, pero se justifica con argumentos pretensamente biológicos. Como categoría de análisis, la división sexual del trabajo ha evolucionado gracias a teóricas feministas que supieron cuestionar la acepción original, en cuanto complementariedad de tareas en el seno de las organizaciones familiares, revelando que esa atribución no es neutral, pues manifiesta una relación de poder del sexo masculino sobre el femenino. Se llega así a la definición de Danièle Kergoat, como:

[...] la forma de división social del trabajo resultante de las relaciones sociales de sexo; esa forma está históricamente adaptada a cada sociedad. Tiene por característica la destinación prioritaria de los hombres a la esfera productiva y de las mujeres a la esfera reproductiva y, simultáneamente, la ocupación por los hombres de las funciones de fuerte valor social agregado (políticas, religiosas, militares). [...] Tiene dos principios organizadores: el de la separación (existen trabajos de hombres y otros de mujeres) y el de la jerarquización (un trabajo de hombre “vale” más que uno de mujer). (*in* Hirata *et al.*, 2009: 67)

Ambos principios están profundamente enraizados en uno de los postulados más importantes del pensamiento moderno: la dicotomía naturaleza/sociedad, a partir de la cual manan las falsas oposiciones subjetivo/objetivo, salvaje/culto, atrasado/moderno, etc., como principal herencia del patriarcalismo *baconiano* (Shiva, 1988). Queremos centrarnos en la dicotomía trabajo productivo/trabajo reproductivo, dada la invalidación del segundo dentro de la economía capitalista –principio de jerarquización–, y el deterioro del bienestar de las mujeres al inserirse en la esfera llamada productiva, debido, entre otras cosas, a su explotación *simultánea* en las jornadas del trabajo asalariado y del cuidado de la familia.

Se habla de *relaciones sociales de sexo* cuando se entiende ese binarismo como una construcción social con una base material (Hirata *et al.*, 2009); en ese escenario se dan interesantísimos entrecruzamientos con la teoría marxista, procurando un abordaje que supere el análisis de sistemas duales, en el sentido de observar esas falsas oposiciones como partes constitutivas de un todo que las interrelaciona, así, se parte no de la esfera privada como espacio del trabajo doméstico *en oposición* a la esfera pública del trabajo asalariado, sino, parafraseando a Lise Vogel (*in* Bhattacharya, 2017), del trabajo reproductivo como generador de la fuerza de trabajo de la cual depende todo el sistema de producción de mercancías, punto de partida y de llegada dentro del circuito económico y social.

Ese análisis integrado de los trabajos productivo y reproductivo, conocido como *teoría de la reproducción social*, ha refinado el análisis de la fuerza de trabajo y la economía en general. En el primer caso, se cuestiona la presunción de que la fuerza de trabajo es una entidad acabada, un dato previo e independiente del proceso de producción capitalista, entendiéndola como el producto de una compleja red de procesos sociales y relaciones humanas, que sólo puede hacerse disponible al capital porque es reproducida, en el marco de unas relaciones sociales de sexo determinadas. En el segundo caso, mira allende la fábrica y la oposición trabajadores/proprietarios de los medios de producción, para integrar las relaciones

sociales que permiten la reproducción de trabajadoras y trabajadores y, consecuentemente, de todo el sistema (Bhattacharya, 2017).

Esa idea ya se encuentra esbozada en Marx, al indicar que la fuerza de trabajo no sólo es medular para el capitalismo, sino también que se trata de una mercancía singular (*unique commodity*), pues no se produce dentro del mercado; no obstante, él no consiguió desarrollarla, por ser su foco el fetichismo de la mercancía y la alienación del trabajo. En palabras de Tithi Bhattacharya (2017: 3), lo que busca esta corriente es analizar a la clase trabajadora:

[...] en toda su subjetividad –por etnia, género, habilidades, etc.–, [preguntándose] qué pasa al unir teóricamente la lucha de clases sólo al punto de producción, sin considerar la miríada de relaciones sociales que se extienden entre éstos y los hogares, escuelas, hospitales, un conjunto social más amplio, sostenido y coproducido por el trabajo humano de manera contradictoria, pero constitutiva. Lo más importante es que aborda la relación entre explotación (normalmente vinculada a la clase) y la opresión (normalmente entendida por género, raza, etc.) [...]

Con ese propósito han entablado un diálogo con otras corrientes feministas, muy especialmente con el feminismo negro de los Estados Unidos, que llamó la atención sobre la *interseccionalidad* de la opresión, concepto que desvenda los mecanismos de dominación por causa de la clase, el sexo, la herencia genética y el fenotipo, la identidad de género, etc., no como experiencias yuxtapuestas, sino que se traslapan, produciendo una mayor y más compleja estructura de explotación. La interseccionalidad permite entender la heterogeneidad social y, dentro del abordaje de la reproducción social, identificar la forma en que el capital explota esas diferencias.

Esto es muy relevante cuando se estudia el espacio rural latinoamericano, cuya especificidad social se asienta en la organización familiar y comunitaria de la producción agrícola, debiendo por tanto ser estudiado también en la escala doméstica, sin que eso signifique desatender las dinámicas relacionadas con el contexto social más amplio, en especial las tensiones con los procesos de acumulación capitalista. Carmen Deere (1995: 55) llama la atención sobre la división sexual del trabajo como aspecto clave en el estudio de la economía campesina, señalando que “la participación de las mujeres en la agricultura es muy heterogénea, y varía, por ejemplo, de acuerdo con la región, con la raza y la etnia”; en el caso latinoamericano, esa participación:

[...] es mucho más importante en los Andes y en América Central –regiones caracterizadas por un campesinado indígena– que en el Cono Sur –donde el campesinado es predominantemente blanco o mestizo. La participación de las mujeres en la agricultura también es bastante alta en el Caribe, donde el campesinado es predominantemente afroamericano. (*ibidem*)

Esa discusión sobre la diversidad étnica y cultural trasciende los objetivos aquí trazados, sin embargo, en virtud de su importancia, será retomada en la última sección, aunque de manera sucinta.

Problemáticas comunes derivadas del patriarcado, como la suposición de que el tiempo y el trabajo de las mujeres son menos valiosos, hacen que éstas sean presa fácil del capital, especialmente durante las guerras y periodos de crisis económica. Por eso, diversas autoras⁹ han argumentado que los efectos de la expansión del agronegocio son particularmente nocivos para las campesinas, que son sistemáticamente empobrecidas, marginadas de sus derechos, explotadas simultáneamente por su condición sexual y de clase; coexisten así dos fenómenos aparentemente contradictorios en Latinoamérica: la masculinización de la agricultura mecanizada (como en el sur de Brasil, donde obliga especialmente a las jóvenes a migrar de sus territorios por falta de oportunidades de trabajo digno), y la feminización de los trabajos agrícolas más precarios (tal el caso de la sabana bogotana, en Colombia).

Aquí vale resaltar la tesis de Ester Boserup (1970), quien fue pionera en discutir la masculinización asociada a la adopción de la Revolución Verde en los países del Sur global, y cuya obra viene siendo retomada y enriquecida, bajo perspectivas menos economicistas. Dentro de la llamada corriente neo-chayanoviana, a la cual pertenecen autores basillares como Harriet Friedmann y Teodor Shanin, se parte de la complejidad de los procesos sociales en el espacio rural, que no deben ser entendidos como procesos unívocos y unidireccionales –descampenización, masculinización, industrialización, etc.– sino como verdaderos movimientos dialécticos, que siempre encierran en sí una fuerza en el sentido contrario.

Durante la Revolución Industrial, la maquinización buscó la incorporación generalizada de la fuerza de trabajo de niñas, niños y mujeres, en un proceso formalmente contrario al que ocurre en la actualidad con la mecanización en plantaciones como la soya, sin embargo, en ambos casos esas tecnologías

⁹ Ver, por ejemplo, Anita Brumer (2004), Christiane Campos (2011), Omaira Páez Sepúlveda (2011), Érika González (2014), Esther Vivas (2014), Patricia Veloza Torres y Guisella Lara Veloza (2014), Beth Amit Tzadok Ben Sasson (2018), por mencionar sólo algunas de las que abordan directamente la relación entre género y los agronegocios de la soya y la floricultura.

significaron profundas transformaciones en la vida de las trabajadoras. Friedmann (1987) argumenta que el actual modelo agroalimentario aumenta la sujeción de la unidad de producción familiar al capital, y refuerza tendencias patriarcales dentro de la economía campesina; así, el agronegocio deteriora las relaciones de producción en la unidad familiar, debido a la alienación del trabajo de las mujeres, bien sea por su confinamiento a la esfera reproductiva en las plantaciones mecanizadas, o como consecuencia de la precarización de su fuerza de trabajo en plantaciones “exóticas”.

La tecnología es, por definición, un medio y no un fin en sí misma, no obstante, en América Latina se ha relegado criterios verdaderamente técnicos (como la eficiencia energética y la adaptación a las condiciones peculiares de cada lugar, en las dimensiones edafo-climáticas y culturales), priorizando los intereses de la acumulación de capital (Toledo, 2002). En ese transcurso se da una homogeneización de la agricultura vía paquetes tecnológicos, pero, también una diferenciación espacial que obedece, no a las mencionadas peculiaridades locales, sino a las necesidades del capital especulativo, aspecto que será retomado en párrafos posteriores.

En el sur brasileño, como efecto de un significativo fomento gubernamental, el monocultivo de soya comenzó a ganar espacio a partir de la década de los años 70 del siglo pasado, extendiéndose por los fértiles territorios *gaúchos*, desplazando a su paso cultivos básicos para la dieta tradicional, e imponiendo un modelo productivo mecanizado e intensivo en el uso del agua y los nutrientes del suelo, llevando, por tanto, a la privatización de bienes comunes y a la marginación de los agricultores que no pueden acceder a los métodos y técnicas dichos modernos (Achkar *et al.*, 2008). Vale señalar que la soyización de la agricultura brasileña no sólo se expresa en plantaciones industriales, sino incluso en unidades familiares –como sucede en el noroeste del estado de Rio Grande do Sul–, con un efecto aún más contundente sobre la economía campesina.

En el caso de Colombia, la exotización de su agricultura llevó a la localización maciza de la floricultura en la sabana bogotana, una de las regiones más fértiles y de mayor tradición agrícola –de hecho, prehispánica, caracterizada por su diversidad de tubérculos (Veloza Torres y Lara Veloza, 2014). Este proceso también se remonta a la década de los años 1970, sin embargo, fue a partir de los años 80 –con la paulatina liberalización del mercado– que comenzó su crecimiento exponencial, llevando a una situación paradójica, en la cual hay una reprimarización de la matriz productiva, por la constitución de agronegocios intensivos en fuerza de trabajo, pero, en detrimento de la soberanía alimentaria, siendo que este país pasó de ser auto-abastecedor de granos y cereales, a importar la mitad de esos alimentos.

Según Svampa (2012), otro rasgo central del modelo de *commodities* es la escala: el tamaño de las corporaciones, el grado de especialización de la producción, los impactos socio-ambientales y las enormes inversiones de capital. Este último aspecto –el monto de los capitales invertidos– no descarta la existencia de agronegocios intensivos en mano de obra, lo determinante es que, tanto en éstos como en aquellos más mecanizados, las onerosas estructuras de costos y las matrices tecnológicas de punta se asientan en la fuerza de trabajo de las familias campesinas. Aquí vale recapitular a Milton Santos (1997), cuando se refiere a la tecnología como vector que determina una combinación específica entre capital y trabajo, y respuesta geográfica a la división internacional del trabajo, dentro del complejo técnico-científico-informacional.

En ese escenario, la modernización de la agricultura latinoamericana ha sido un proceso heterónomo, siendo “la tecnología de punta y las relaciones sociales y de poder las dos caras de una misma moneda, (cuyo único objetivo es posibilitar) una mayor acumulación de capital” (Porto-Gonçalves y Alentejano, 2010: 52). Los países intertropicales son reveladores en esa dinámica, pues la exotización redundaba en una escasa mecanización, después de casi un siglo de innovaciones continuas en las zonas templadas, no porque sea inviable, sino porque hasta ahora no es lucrativo para el capital; una prueba es la incorporación de la transgénesis –una tecnología considerada de punta–, no sólo en las variedades de soya Roundup Ready (RR) en Brasil, sino también de claveles azules en Colombia, ya que el interés del capital no es reducir los costos de la floricultura, sino producir variedades más “exóticas” y “perfectas”.

Así, la modernización de la agricultura ha tenido consecuencias profundas en la vida de las trabajadoras y trabajadores, porque, “aparte de una estrategia de reproducción del capital, se consolida como una refinada estrategia de control social” (Matos y Pessôa, 2011: 5). Uno de los ejemplos más patentes es la reversión en la relación entre población urbana y rural, en el marco de las reformas impulsadas por organismos y misiones internacionales a mediados del siglo XX, cuya finalidad era suplir la demanda de mano de obra de las industrias emergentes, modificando las relaciones de trabajo en su conjunto. Actualmente, la urbanización no se traduce en proletarianización, sino en precarización, con el aumento del número de personas en la economía informal en las ciudades.

Con relación a lo anterior, Harvey (2004: 121) destaca que una modalidad usual de acumulación por despojo es la “mercantilización de la fuerza de trabajo y la supresión de formas alternativas (autóctonas) de producción y de consumo”, revelando así la intencionalidad del capital para apropiarse del sobre-trabajo de la agricultura

campesina, como estrategia para sortear las crisis permanentes de acumulación. La relevancia de esta cuestión radica en que una de las principales fortalezas de la agricultura campesina es que se basa en el trabajo familiar, aspecto que históricamente le permitió un cierto margen de autonomía (tecnológica, productiva y cultural), dentro del sistema dominante de producción de valores (Shanin, 1973; Chayanov, 1974).

Aquí vale subrayar que las agriculturas campesinas están adaptadas a las características locales (relieve, clima, características edáficas, etc.), y, por tanto, se asientan en matrices tecnológicas menos degradadoras del ambiente, e incluso más eficientes en términos energéticos, tanto en la producción propiamente dicha, como en la comercialización, por el predominio de los circuitos cortos. La escala cumple un papel importante, habiendo una comprobada superioridad de la pequeña propiedad y de la racionalidad ecológica y económica campesina, enraizada en la diversificación de cultivos y una división del trabajo más solidaria, que busca la satisfacción de las necesidades del núcleo familiar y de la comunidad a la cual pertenece, no la ganancia desmesurada (Chayanov, 1974, 1981; Toledo, 2002).

Eso no significa que no haya contradicciones en el seno de esas agriculturas, especialmente con relación a las construcciones de género dentro de la propia unidad de producción familiar (Friedmann, 1986), pero, debido a la extensión de este escrito, nuestro foco es la división sexual del trabajo bajo la lógica del agronegocio. La explotación del trabajo femenino no es una estrategia nueva del capitalismo, sin embargo, a partir de las innovaciones tecnológicas, la financiarización de la economía y resultante “metamorfosis en el mundo laboral, [...] tercerización, informalidad, y aumento de las condiciones precarias del trabajo” (Matos y Pessôa, 2011: 4), las mujeres son especialmente vulneradas. En el caso del agronegocio, se refuerza unas relaciones sociales de sexo que le son funcionales, refinando la estrategia de apropiación de la plusvalía campesina.

A partir de ahí puede esbozarse una intersección entre los patrones de división sexual y territorial del trabajo, que se relaciona con las diversas formas en que el agronegocio se concretiza en América Latina, su correspondiente organización del espacio y, consecuentemente, con la relación capital/trabajo definida (Santos, 1997); entendemos entonces que la incorporación del trabajo femenino responde a necesidades específicas del agronegocio:

- En las plantaciones tropicales, la contratación de mujeres se relaciona con el deterioro de las economías campesinas locales, el aumento del *ejército de reserva* y consecuente precarización de las condiciones de trabajo. Las flores, como bien de lujo, soportan una estructura de costos laborales alta, debido,

no a la remuneración de las trabajadoras –mayoritariamente mujeres en situación de vulnerabilidad, que aceptan condiciones muy precarias–, sino a la poca mecanización de la producción, precisamente por no ser del interés del capital la incorporación de tecnologías que devengan en una reducción de precios.

- En cultivos mecanizados y masculinizados como la soya, la familia campesina no sólo se torna más dependiente tecnológicamente, sino que hay una invisibilización del trabajo reproductivo (alimentación, higiene, cuidado de huertas y animales de pequeño porte, etc.), pues la ganancia del capital se vería seriamente disminuida si se remunerase (Deere, 1995). Esta es la otra cara de la situación anterior, siendo una prioridad del capital la reducción de los costos de esa *commodity*, que es la base del consumo de masas, junto con el maíz transgénico (*class diet*).

Luego, esa diferenciación lejos de expresar una dicotomía, es el resultado de una única ley: la acumulación de capital, en función de la cual se refuerzan los atributos pasibles de lucro. Así, la actual división territorial del trabajo agrícola no sólo determina la matriz tecnológica y la financiarización de la producción, sino que exacerba la división sexual del trabajo, como parte de la estrategia de apropiación capitalista del plus-valor campesino (ver Diagrama II). Pero, en la dialéctica de la vida se construyen también estrategias de resistencia al agronegocio, en las cuales juega un rol protagónico la esfera de la reproducción social, como veremos a continuación.

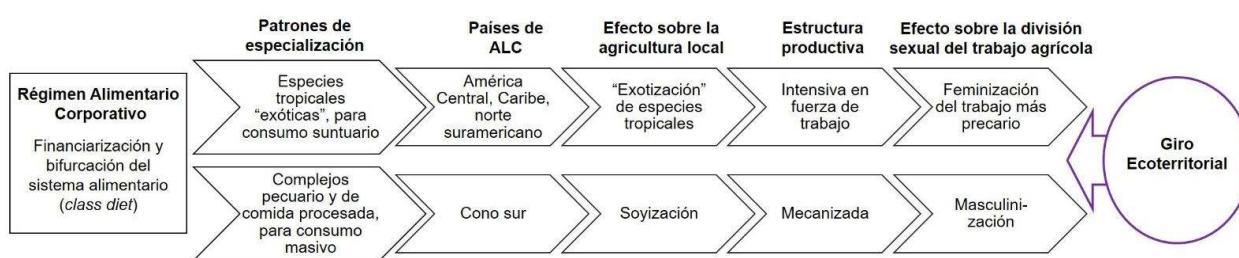


DIAGRAMA II – Correlación entre división territorial y sexual del trabajo del agronegocio en América Latina

Fuente: Elaboración propia.

CONSIDERACIONES FINALES

Como cabe esperar, hay una multiplicación de respuestas a la arista agroalimentaria de esta crisis civilizatoria, siendo la base de ellas el propio campesinado, cuya resiliencia le ha permitido adaptarse al medio circundante, construyendo estrategias de permanencia digna en sus territorios, a partir del fortalecimiento de relaciones de producción e intercambio históricamente más horizontales y soberanas (Shanin, 1973; Chayanov, 1974). Paradójicamente, en la era de la globalización también se viabiliza una mayor confluencia y articulación de esas alternativas, a través de propuestas como la Vía Campesina, que agrupa centenares de organizaciones del mundo entero, ratificándose como agente central en la defensa de los derechos territoriales de las comunidades étnicas y campesinas, e interlocutor obligado en la escala global.

Pero esa no es la única escala de lucha, la masificación de las redes de comunicación también ha posibilitado la participación de nuevos agentes –familias urbanas, escuelas, organizaciones de vecinos, etc.– en espacios de movilización que contribuyen al fortalecimiento de iniciativas locales, valorizando las agriculturas de pequeña escala, el comercio directo, corto y justo, la agrobiodiversidad, el uso de semillas criollas y nativas, el acceso de campesinas y campesinos a los medios de producción básicos –tierra, agua, semillas, infraestructura–, entre otras reivindicaciones. Las mujeres son protagonistas en esa construcción, tanto en el espacio rural, como en el urbano, siendo cruciales las alianzas entre productoras y consumidoras conscientes, en circuitos de economía justa y sorora (Shiva, 1988; Vivas, 2014).

Ese protagonismo femenino puede obedecer, de un lado, a la necesidad de confrontar el papel de mayor subordinación que el capital ha reservado a las mujeres; de otro lado, a una relación estrecha e histórica con los alimentos (que data de los albores de la agricultura, con la selección y adaptación de las primeras especies), por eso, vale resaltar que las alternativas al modelo del agronegocio no precisan comenzar de cero. Al contrario, para fructificar deben estar firmemente enraizadas en las tradiciones que antecedieron al capital y que –a pesar de todo– continúan vivas tras la larga noche de los 500 años, reposando en el oscuro regazo de la tierra, a la espera de tiempos más favorables para florecer y reproducirse en los territorios.

En esa sintonía, Tithi Bhattacharya (2017) defiende la centralidad de la esfera reproductiva dentro de las dinámicas de la sociedad, postulándola como base en la construcción de alternativas a los dominios de la especulación financiera; esto es posible gracias a la limitada influencia del capital sobre algunas de las decisiones más cruciales para la reproducción de la fuerza de trabajo: la manera en que se expresa la afectividad, cómo se tejen las redes de socialización y apoyo, la consciencia con la

que se ejercen la ciudadanía y el consumo, entre otras. Al superar las lecturas dualistas de la sociedad, se entiende que es en los intersticios y traslapes entre ambas esferas –productiva y reproductiva– donde encontramos las reflexiones más interesantes.

Esto es aún más cierto cuando el análisis se traslada al espacio rural, y más específicamente, a las fincas campesinas que, por definición, son unidades familiares de producción-consumo, lo que implica que el capital tiene un control incompleto sobre ellas, no sólo en la esfera reproductiva, sino incluso en la productiva, pues, como argumenta Alexander Chayanov (1974, 1981), operan bajo un sistema de organización coherente y opuesto a la lógica de la acumulación. Por eso, a pesar de la arremetida del agronegocio, en América Latina siguen en pie territorios en los que, cotidiana y anónimamente, se reproducen la racionalidad ecológica y económica del campesinado, para alivio del planeta y de la aporreada soberanía alimentaria de la región.

Estas prácticas son la semilla de proyectos más colectivos e integradores, que van fructificando en verdaderas plataformas políticas y civilizatorias, como la Vía Campesina. En ese sentido, Svampa (2012: 22) exalta el papel de los movimientos sociales frente la mercantilización neoliberal, en un proceso que denomina *giro ecoterritorial*:

[...] la construcción de marcos comunes de la acción colectiva, los cuales funcionan no sólo como esquemas de interpretación alternativos, sino como productores de una subjetividad colectiva. Bienes comunes, soberanía alimentaria, justicia ambiental y “buen vivir” son algunos de los tópicos que expresan este cruce productivo entre matrices diferentes.

Destaca el protagonismo de las mujeres en estos espacios de convergencia, en los que la economía se pone al servicio de la vida –no viceversa–, y se construyen estrategias de movilización que entienden la interdependencia entre las esferas productiva y reproductiva, conjugando tácticas tradicionales (sindicatos, *boicots*, huelgas, marchas) y otras más alternativas (ferias de economías solidarias, expresiones artísticas y culturales, etc.).

La manera en que se combinan uno y otro tipo de tácticas depende de las posibilidades concretas y de las singularidades locales, como podemos evidenciar en los casos que nos convocan. Así, mientras en la sabana bogotana las alternativas han surgido especialmente a partir de alianzas entre trabajadoras y ex-trabajadoras de la floricultura –Red Popular de Mujeres de la Sabana, Asociación la Herrera, Escuela de

Mujeres de Madrid, etc.— (Veloza Torres y Lara Veloza, 2014), en el sur de Brasil resulta paradigmático el Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, que surgió como un “club de madres”, y paulatinamente fue trascendiendo la escala doméstica, hasta confluir con otras plataformas de defensa de la equidad de género y los derechos territoriales del campesinado (Tedeschi, 2007).

Ahora bien, en función del recorte temático hemos enfatizado en los conflictos entre campesinado y capital, no obstante, un aspecto clave para entender el neoextractivismo en América Latina son los espacios de diálogo intercultural entre comunidades étnicas y campesinas, que han enriquecido los programas políticos de organizaciones emblemáticas como el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra o la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo, y ofrecido un marco de referencia para la acción colectiva de millones de personas, dentro y fuera de la región. La agroecología y el rol de las mujeres son dos grandes puntos de convergencia en esa apuesta, empero, como en todo diálogo, hay también puntos de tensión, que sólo conseguiremos tratar someramente.

La amenaza extractivista en territorios étnicos pone de manifiesto la idea de progreso, base de la sociedad contemporánea, que rotula como baldíos a bosques y praderas de enorme relevancia para las comunidades que los habitan, a partir de proyectos como el mercado de carbono y su solución espuria al calentamiento global. Pero la incomprensión de las cosmovisiones negras e indígenas también se manifiesta dentro de los movimientos alternativos, como señala Julieta Paredes (2017), a propósito de la cooptación capitalista del feminismo liberal —tecnocracia de género, como ella la llama—, que desconoce la lucha histórica de las mujeres no occidentales, tornándolas receptoras de una salvación exógena; desde su visión de mujer aymara, Paredes visibiliza *Q’amasa Warminanaka*, la fuerza de las mujeres, el feminismo comunitario.

Por tanto, la interculturalidad —inherente a la historia americana— debe abordarse desde múltiples dimensiones, muchas de las cuales apenas comienza a vislumbrar el pensamiento moderno (como las conexiones espirituales con los territorios). Nuestro objetivo es mucho más modesto, pues sólo se remite a la producción local de alimentos, el trabajo de las mujeres y la comoditización de la agricultura; en ese sentido, los casos propuestos, si bien se adecuan a dicho propósito, no son expresivos de la diversidad étnica y cultural de América Latina, siendo que ambos territorios se reconocen como campesinos, en Rio Grande do Sul, descendientes de los colonos del primer régimen alimentario, y en Bogotá, del mestizaje entre muisca y españoles, durante la Colonia.

Así, no defendemos que esta problemática afecte sólo a las mujeres campesinas, o a América Latina, ni siquiera al Sur global, siendo algunos contraejemplos la producción de almendras en California (Estados Unidos), la horticultura de invernaderos en Almería (España) y la avicultura corporativa en Anhui (China); el meollo del asunto es la ruptura de los ciclos ecológicos (*metabolic rift*), la expoliación de los territorios y la explotación de la fuerza de trabajo más vulnerable, en los casos mencionados, principalmente de inmigrantes latinoamericanos en Estados Unidos y africanos en España, y de las provincias peor remuneradas de China. En suma, presentamos aquí sólo una de las muchas facetas de la territorialización del capitalismo y del liderazgo de las mujeres en la movilización social.

En relación con esto último, queremos destacar que fueron mujeres las autoras y/o coautoras de la mayoría de las obras consultadas. No fue intencional, pero tampoco es casual, pues demuestra, de un lado, que la cuestión de género todavía no se entiende en su dimensión plena, como proyecto emancipador para toda la humanidad, independientemente del sexo. Por otro lado, sugiere cuan interesantes pueden ser las reflexiones que provienen de los grupos sociales marginalizados por el capital (léase, todos aquellos que no cabemos en el estrechísimo molde del hombre cis, caucásico, heterosexual, judeo-cristiano y detentor de un diploma universitario); una de las prioridades de la academia crítica debe ser propiciar espacios en los que se oigan estas voces.

Revisado por Ana Sofia Veloso

CARMEN REJANE FLORES

Universidade Federal de Santa Maria, UFSM
Avenida Roraima, n.º 1000, CEP: 97105-900 Santa Maria, RS, Brasil
Contacto: carmenrejanefw@gmail.com

DIANA MARÍA PEÑA

Estudiante de doctorado
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM
Avenida Roraima, n.º 1000, CEP: 97105-900 Santa Maria, RS, Brasil
Contacto: diana.pena@acad.ufsm.br

Recibido: 30.03.2020

Aceptación comunicada: 10.02.2021

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Achkar, Marcelo; Domínguez, Ana; Pesce, Fernando (2008), *Agronegocios Ltda. Nuevas modalidades de colonialismo en el Cono Sur de América Latina*. Montevideo: REDES AT.
- Bhattacharya, Tithi (comp.) (2017), *Social Reproduction Theory. Remapping Class, Recentring Oppression*. London: Pluto Press.
- Bello, Walden (2008), "Destroying African Agriculture", *Foreign Policy in Focus*, 3 de junio. Consultado el 10.05.2017, en http://fpif.org/destroying_african_agriculture/.
- Boserup, Ester (1970), *Woman's Role in Economic Development*. New York: Saint Martin's Press.
- Chayanov, Alexander (1974), *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Chayanov, Alexander (1981), "Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas", in José Graziano da Silva; Verena. Stolcke (comps.), *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 133-163.
- Deere, Carmen (1995), "What Difference Does Gender Make? Rethinking Peasant Studies", *Feminist Economics*, 1(1), 53-72.
- Friedmann, Harriet (1987), "The Family Farm and the International Food Regimes", in Teodor Shanin (comp.), *Peasants and Peasant Societies*. Oxford: Basil Blackwell, 247-258 [2ª ed.].
- Friedmann, Harriet (2004), "Feeding the Empire: The Pathologies of Globalized Agriculture", in Leo Panitch; Colin Leys (comps.), *Socialist Register, The Empire Reloaded*. London: Merlin, 124-143.
- Friedmann, Harriet (2009), "Moving Food Regimes Forward: Reflections on Symposium Essays", *Agriculture and Human Values*, 26(4), 335-344.
- Friedmann, Harriet; McMichael, Phillip (1989), "Agriculture and The State System. The Rise and Decline of National Agricultures, 1870 to the Present", *Sociologia Ruralis*, 29(2), 93-117.
- Gudynas, Eduardo (2019), "Hasta la última gota. Las narrativas que sostienen a los extractivismo", *REVIISE*, 13(13), 15-31.
- Harvey, David (2004), *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- Hirata, Helena; Laborie, Françoise; Le Doaré, Hélène; Senotier, Danièle (comps.) (2009), *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Marmilicz, Simoni (2013), "A soja como estratégia de reprodução socioeconômica: o caso dos agricultores familiares de Guarani das Missões – RS". Disertación de Maestría en Geografía, Universidad Federal de Santa Maria, Brasil.
- Marx, Karl (1987), "Discurso sobre el libre cambio", in *La miseria de la filosofía. Respuesta a la filosofía de la miseria de P. J. Proudhon*. Bogotá: Siglo XXI, 144-158 [orig.: 9 de enero de 1848].
- Matos, Patrícia; Pessôa, Vera (2011), "A modernização da agricultura no brasil e os novos usos do territorio", *Geo UERJ*, 2(22), 290-322.

- McMichael, Philip (2009), "A Food Regime Genealogy", *The Journal of Peasant Studies*, 36(1), 139-169.
- McMichael, Philip (2014), *Food Regimes and Agrarian Questions*. Halifax: Practical Action Publishing.
- Ocampo, José (1984), *Colombia y la economía mundial: 1830-1910*. Bogotá: Siglo XXI.
- Oliveira, Gustavo de L. T.; Schneider, Mindi (2014), "The Politics of Flexing Soybeans in China and Brazil", *Transnational Institute (TNI) Agrarian Justice Program Think Piece Series on Flex Crops & Commodities*, 3, 1-20.
- Páez Sepúlveda, Omaira (2011), *La realidad bajo los invernaderos. Informe sobre la floricultura colombiana*. Corporación Cactus. Bogotá: Arfo.
- Paredes, Julieta (2017), "El feminismocomunitario: la creación de un pensamiento propio", *Corpus Archivos Virtuales de la Alteridad Americana*, 7(1), 1-9.
- Porto-Gonçalves, Carlos; Alentejano, Paulo (2010), "Geografia agrária da crise dos alimentos no Brasil", *Mundo Siglo XXI - Revista del Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales del Instituto Politécnico Nacional*, 20, 39-54.
- Santos, Milton (1997), *Espaço e método*. São Paulo: Nobel.
- Shiva, Vandana (1988), *Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India*. London: Zed Books.
- Shanin, Teodor (1973), "The Nature and Logic of the Peasant Economy 1: A Generalization", *Journal of Peasant Studies*, 1(1), 63-80.
- Shanin, Teodor (2005), "A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista", *Revista Nera*, 8(7), 1-21.
- Svampa, Maristella (2012), "Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina", *Revista del Observatorio Social de América Latina*, 13(32), 15-38.
- TNI – The Transnational Institute (2018), *Financialisation: A Primer*. Amsterdam: TNI.
- Tedeschi, Losandro (2007), "Mulheres camponesas do noroeste do Rio Grande do Sul: Identidades e representações". Tesis de Doctorado en Historia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil.
- Toledo, Víctor (2002), "Agroecología, sustentabilidad y reforma agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar", *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 3(2), 27-36.
- Tzadok Ben Sasson, Beth Amit (2018), "Vida familiar, personal y laboral de algunas mujeres que trabajan y tienen experiencia en los floricultivos de la Sabana de Bogotá". Tesis de pregrado en Trabajo Social, Universidad Externado de Colombia, Colombia.
- Veloza Torres, Patricia; Lara Veloza, Guisella Andrea (2014), "De la resignación a la indignación activa: Propuesta educativa con mujeres populares de la Asociación Herrera de Madrid Cundinamarca". Tesis de Pregrado en Educación Comunitaria, Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá, Colombia.
- Vivas, Esther (2014), *El negocio de la comida*. Barcelona: Icaria.
- Zavaleta, René (1986), *Lo nacional-popular en Bolivia*. La Paz: Plural.

@cetera

PEDRO MIGUEL CARDOSO

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO CAPITALISMO “VERDE”*

Resumo: A crise ecológica contemporânea tem contribuído para revigorar o debate académico em torno do conceito de capitalismo e da sua relação com a ecologia. Neste ensaio procuraremos caracterizar o que é o capitalismo e apresentar diferentes posicionamentos em resposta à questão de saber se ele pode ser compatível com a sustentabilidade ecológica do planeta. A questão do crescimento económico como requisito do capitalismo será abordada. Apresentaremos quatro grupos onde se podem agrupar as principais posições: 1) crescimento sustentável, 2) economia estacionária, 3) ecologia marxista, 4) decrescimento. Defenderemos que a superação da crise ecológica não está na transição para um suposto capitalismo “verde”. É antes necessário trabalhar na construção de um sistema ecossocialista, promovendo a transformação da relação entre seres humanos e entre estes e a natureza.

Palavras-chave: capitalismo, crescimento económico, crise ecológica, sustentabilidade, ecossocialismo.

THE UNBEARABLE LIGHTNESS OF “GREEN” CAPITALISM

Abstract: The contemporary ecological crisis has been contributing to reinvigorate the academic debate on the concept of capitalism and its relation to ecology. In this essay we will frame and explain what capitalism is and present different positions that seek answers to the question of whether or not it is compatible with the ecological sustainability of the planet. The question of economic growth as a requirement of capitalism will be addressed. We will define four groups in which the main positions can be grouped: sustainable growth, stationary economy, marxist ecology and degrowth. We will argue that overcoming the ecological crisis is not in the transition towards a supposed “green” capitalism. It is necessary to work on the construction of an ecosocialist system, promoting the transformation of the relation between human beings and between them and nature.

Keywords: capitalism, economic growth, ecological crisis, sustainability, ecosocialism.

* Um especial agradecimento a Lanka Horstink do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, a Lúcia Fernandes e a Rita Campos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra pela leitura da versão preliminar do texto e pelo envio de sugestões.

Algo não está bem. Os problemas e desastres ecológicos acumulam-se. A exploração do planeta e dos recursos naturais é realizada numa escala e intensidade sem precedentes. Somos confrontados constantemente com notícias sobre a poluição, a desflorestação, a extinção de espécies animais e vegetais, as alterações climáticas. A contemporaneidade é marcada pela crise ecológica. Há uma crescente consciência coletiva para a degradação ecológica em curso. Diversos especialistas têm defendido que a humanidade está a produzir e a consumir muito para além das capacidades de regeneração e de sustentabilidade dos ecossistemas, e que as condições de vida e a prosperidade das futuras gerações estão em risco. Neste quadro têm sido realizadas tentativas de calcular o grau de rutura dos equilíbrios ecológicos.

Por exemplo, Johan Rockström *et al.* (2009) tentaram quantificar um conjunto de fronteiras planetárias e definir o espaço operativo seguro para a humanidade na sua relação com o sistema Terra. Associaram essas fronteiras com subsistemas ou processos biofísicos planetários (inter-relacionados): as alterações climáticas, a acidificação dos oceanos, a degradação da camada do ozono, os fluxos bioquímicos (o ciclo do nitrogénio e do fósforo), o uso global de água doce, as mudanças no uso do solo, a perda de biodiversidade, a concentração atmosférica de aerossóis e a poluição química. Segundo os cálculos que fizeram, as fronteiras da sustentabilidade de três destes subsistemas já foram ultrapassadas (alterações climáticas, biodiversidade, e interferência humana com o ciclo do nitrogénio), enquanto outras estão próximas de o serem (acidificação dos oceanos, uso global de água doce, mudanças no uso do solo e o ciclo do fósforo).

A crise ecológica tem também contribuído nos últimos anos para revigorar o debate académico (e político) em torno do conceito de capitalismo e da sua relação com a ecologia. Um número crescente de cientistas, intelectuais e ativistas consideram que responsabilizar a humanidade em abstrato é errado e uma forma de ocultar o fundamental: a organização da produção, da distribuição e do consumo, as regras políticas, económicas e financeiras vigentes. E quem mais beneficia delas.

Tem-se vindo a falar do capitalismo “verde” e apresentam-se ideias para reformar o sistema de modo a que não destrua ou não continue a destabilizar perigosamente a biosfera. Dizem-nos que há muito dinheiro a ganhar, muitos negócios lucrativos a fazer e empregos a criar nesse novo capitalismo “amigo” dos ecossistemas e da vida. Há quem duvide mas ao mesmo tempo considere que não há alternativa ao capitalismo, defendendo um reformismo mais significativo. E há quem defenda uma urgente e revolucionária mobilização social e política para mudar de sistema ou de paradigma. Este ensaio debruça-se sobre o capitalismo enquanto economia política e sistema global “realmente existente”, apresentando diferentes perspetivas sobre a

possibilidade, ou não, de um capitalismo “verde” e abordando a questão do crescimento económico que é central neste debate.

1. O QUE É O CAPITALISMO?

O capitalismo é um sistema que assenta na propriedade privada dos meios de produção e na busca do lucro. Os empregadores (ou capitalistas), usando capitais privados, contratam trabalho assalariado para produzir bens e serviços que serão colocados no mercado com o propósito de realizar lucro. São donos dos bens de capital que são usados pelos empregados (ou trabalhadores) e são donos dos bens e serviços (as mercadorias) que são produzidos e comercializados. Os mercados são mais ou menos livres e competitivos e as mercadorias são tipicamente vendidas a preços determinados pelo mercado. Os mercados também incluem o mercado de trabalho onde os salários são determinados (Bowles, *et al.*, 2005). A troca característica do capitalismo é aquela que começa e acaba no dinheiro passando pela mercadoria (D-M-D), tendo o agente da troca no final do processo mais dinheiro do que aquele que tinha no início.

No capitalismo, parte do produto gerado é necessário para reproduzir as condições existentes, sendo usado para esse fim. O produto excedente – que é a parte do produto económico que excede o que é necessário para pagar o trabalho e materiais usados na produção – assume a forma de lucros. O lucro fornece a base do rendimento capitalista. Quando os lucros são gastos com a intenção de aumentar a produtividade: em formação, apoio à invenção de novas tecnologias ou mais e melhores bens de capital, os gastos chamam-se investimento (*ibidem*).

Numa economia capitalista, há uma forte pressão para a acumulação (investimento) de uma grande parte do produto excedente de maneira a manter ou melhorar a posição de mercado. As leis da competição pressionam os capitalistas a reinvestir o produto excedente:

Acumulai, acumulai! É Moisés e os profetas! “A indústria fornece o material que a poupança acumula.” Por isso poupai, poupai, i. é, retransformai a maior parte possível da mais-valia ou do sobreproduto em capital! Acumulação pela acumulação, produção pela produção, nesta fórmula a economia clássica exprime a vocação histórica do período burguês. (Marx, 1997: 677)

O capitalismo está portanto orientado para a acumulação e tem uma dinâmica expansiva. Segundo Immanuel Wallerstein (1999: 11-12):

O que distingue o sistema social histórico a que chamamos capitalismo é o facto de, neste sistema, o capital passar a ser usado (investido) de forma muito especial. Passou a ser utilizado com o objectivo primário de auto-expansão. Neste sistema, as acumulações anteriores apenas são ‘capital’ na medida em que são usadas com vista à obtenção de acumulações ainda maiores.

Podemos dizer que estamos num sistema capitalista apenas quando o sistema dá prioridade à acumulação sem fim de capital. É um sistema histórico que se gerou na Europa dos finais do século XV e se expandiu progressivamente por todo o planeta. Tal distingue-o de outros sistemas anteriores no qual o “processo de acumulação do capital era longo e complexo, sendo quase sempre bloqueado num ponto ou noutro” porque “muitos dos elos da cadeia eram considerados irracionais e/ou imorais pelos detentores da autoridade política e moral” (*ibidem*: 12).

Segundo Robert Heilbroner (1986), a necessidade de extrair riqueza das atividades produtivas na forma de capital é um elemento essencial do sistema capitalista. O fluxo de excedentes de produção sistematicamente canalizados para um grupo ou classe restrita não é exclusivo do capitalismo. O propósito diferenciador do sistema capitalista em relação a outros que existiram é o uso da riqueza, nas suas formas concretas, não como um fim em si mesmo, mas como um meio de gerar mais riqueza. O ponto comum é o uso de excedentes para aumentar o poder da classe dominante. No cerne da relação social e laboral instituída pelo capital está a dominação. Uma relação com dois polos: um deles é a dependência social de homens e mulheres sem propriedade, sem os quais o capital não pode exercer a sua influência organizadora; o outro é o impulso insaciável e sem descanso para acumular capital. A acumulação de riqueza está por isso continuamente ligada à acumulação de poder.

A sublimação do impulso por poder em impulso por capital demarca a natureza do sistema, mas também afeta a sua lógica. Daí a insaciabilidade que caracteriza o processo do capital, convertendo sem fim dinheiro em mercadorias e mercadorias em dinheiro. O capital reduz todas as formas de riqueza a termos monetários e esta base comum de medida traz mudanças significativas nas disposições comportamentais dos indivíduos que buscam riqueza. O resultado é que os cálculos que eram impossíveis em sociedades pré-capitalistas (a riqueza existia em valores de uso) tornaram-se não só possíveis mas imperativos. Pela sua equivalência em dinheiro, é permitido um cálculo sem limites de riqueza, prestígio e poder (Heilbroner, 1986).

Além disso, o capital existe num estado de constante vulnerabilidade, introduzindo uma forma de guerra social pela autopreservação. Desenrola-se um processo de competição com a exposição de cada capitalista aos esforços de outros para ganhar o

mais possível, o que encoraja uma postura antagonista em relação a outros participantes no mercado e o uso de todos os meios disponíveis para ganhar uma vantagem competitiva (*ibidem*).

Deste modo, neste sistema a vida diária é investigada para se encontrarem possibilidades que possam ser trazidas para o circuito do capital. A transformação de atividades que têm valor de uso em atividades geradoras de lucros para os seus organizadores é importante para a expansão do capital. Muito do que é chamado crescimento nas sociedades capitalistas consiste na mercantilização da vida. Tudo pode servir para aumentar a rentabilidade (novos produtos, processos e mercados) e acumular. A economia de mercado transfigura-se numa sociedade e natureza de mercado.

2. CAPITALISMO, CRESCIMENTO E ECOLOGIA

Apresentemos então as questões: tendo em conta o que sabemos, podemos acreditar que um capitalismo “verde” é possível ou realizável? Podem algumas reformas, ainda que significativas, fazer com que o capitalismo não destrua as condições ecológicas em que se sustenta? Estas questões estão muitas vezes associadas com a questão da sustentabilidade do crescimento económico, que é medido pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).¹ Por esse motivo, levantam outras questões: É o crescimento económico compatível com a sustentabilidade ecológica do planeta? Pode o capitalismo funcionar sem crescimento económico?

Neste texto, iremos classificar as respostas a estas questões segundo quatro grupos teóricos: 1) crescimento sustentável; 2) economia estacionária; 3) ecologia marxista; 4) decrescimento. Seguidamente faremos uma breve descrição e análise das ideias defendidas em cada um destes grupos.

2.1. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste grupo estão autores que consideram ser possível compatibilizar o crescimento económico constante e a sustentabilidade ecológica. A ideia subjacente é que a economia pode e deve continuar a crescer, mas importa que seja ajustada e reorientada.

As soluções apresentadas para esse ajuste e reorientação passam pela internalização dos custos ecológicos no processo de circulação do capital e por uma

¹ Há várias formas de medir o PIB de um país ou de uma região em uma unidade de tempo (geralmente, um ano) com resultados contabilisticamente equivalentes. Por exemplo, PIB calculado na ótica do rendimento: é a soma dos rendimentos de todas as pessoas na economia em causa, sejam trabalhadores (salários e pensões), sejam empresários (lucros), sejam ainda detentores de outros rendimentos (juros e outros).

maior expansão do mercado. Os mercados de carbono são, na atualidade, o exemplo mais claro deste tipo de soluções. Nesta linha de argumentação, Lester Brown (2011) defende que a solução é colocar o mercado a dizer a “verdade ecológica” através da avaliação do custo total de um determinado bem ou serviço. Paul Hawken *et al.* (1999) propõem o conceito de “capitalismo natural” e defendem a extensão dos princípios do mercado a todas as fontes de valor material, como forma de garantir que todas as formas de capital são prudentemente cuidadas pelos administradores do mesmo.

Apesar da boa vontade subjacente a essas respostas, devemos questionar a sua viabilidade. Será possível ou desejável dar um preço a tudo? Será possível o cálculo dos custos totais de um bem ou serviço? Será possível a sua implementação política no quadro do capitalismo? E se sim, não tornaria inviável a atividade económica ou o negócio de muitas empresas? O que a história demonstra é que o capitalismo tem sido uma “máquina” externalizadora de custos ecológicos e sociais. Os capitalistas não pagam, ou não pagam integralmente, um conjunto de custos de produção e distribuição que ficam na conta das famílias, das comunidades, dos Estados e das futuras gerações. Essa tem sido uma das alavancas da acumulação capitalista.

Uma outra solução apresentada é o aumento crescente da eficiência no uso da energia e dos materiais de maneira a reduzir continuamente o seu impacto negativo no ambiente. Também aqui a história do desenvolvimento capitalista diz-nos que o aumento da eficiência tem sido superado pelo efeito de escala: com mais eficiência, os custos unitários diminuem, os preços baixam e aumenta o consumo. Este efeito é conhecido como o “Paradoxo de Jevons”: os ganhos de eficiência não produzem diminuição do consumo em igual extensão. Um sistema económico dedicado ao lucro e à acumulação tenderá a usar ganhos de eficiência ou redução de custos para expandir a escala global da produção. A melhoria na eficiência conduz assim a uma expansão económica. Além disso, há também limites para a eficiência. Como salienta Richard Heinberg (2011: 171),

[...] é importante ter uma compreensão realista dos limites da eficiência. Impulsionar a eficiência energética requer investimento, e investimentos em eficiência energética atingem um ponto de retornos decrescentes. Tal como há limites para os recursos, há também limites para a eficiência. A eficiência pode poupar dinheiro e conduzir ao desenvolvimento de novos negócios e indústrias. Mas o potencial para ambas, poupanças e desenvolvimento económico é finito.²

² Todas as traduções apresentadas são da responsabilidade do autor.

A experiência histórica apoia a tese de que os problemas ecológicos não podem ser resolvidos apenas pela inovação tecnológica. Além disso, as soluções de geoengenharia de captura de carbono que têm sido apresentadas – algumas altamente especulativas – devem ser encaradas com muita cautela pelas possíveis consequências negativas que poderão ter.

2.2. ECONOMIA ESTACIONÁRIA

Há autores para quem a sustentabilidade ecológica pode ser alcançada no quadro do sistema capitalista ou que consideram de alguma forma esta questão secundária ou sem resposta. Para isso defendem a implementação de reformas significativas de modo a estabilizar uma economia que funcione sem crescimento económico.

O economista ecológico Herman Daly (1996), uma das figuras mais relevantes deste campo desde a década de 1970, propõe o conceito de economia em “estado estacionário” e transformações significativas no sistema social e económico, de forma a estabilizar uma economia onde poderá haver desenvolvimento qualitativo mas não crescimento quantitativo agregado.

Outro autor de relevo neste campo é Tim Jackson (2009), defensor da “prosperidade sem crescimento”. Segundo ele esta questão é um dilema, que pode ser colocado em termos de duas proposições:

- 1) O crescimento é insustentável, pelo menos na sua atual forma. O crescimento do consumo de recursos e a subida dos custos ambientais estão a agravar as profundas disparidades no bem-estar social;
- 2) O decrescimento é instável, pelo menos nas condições atuais. A diminuição da procura conduz à subida do desemprego, falências e a uma espiral de recessão, com aumento da conflitualidade social e política. A nível internacional, pode levar a conflitos comerciais e mesmo militares.

Para Jackson (*ibidem*), uma possível solução para o dilema do crescimento seria a já referida eficiência: realizar mais atividade económica com menos danos ambientais. Mas alerta: para que seja uma solução, essa dissociação entre crescimento económico e impactos não pode ser apenas relativa, tem que ser absoluta, ou seja: o consumo de energia e os impactos ecológicos negativos têm que diminuir em termos absolutos, enquanto a economia cresce. A eficiência no uso dos recursos tem que aumentar ao menos tão depressa quanto o produto económico. O autor reconhece que há evidências fortes que a dissociação não se está a realizar à velocidade necessária.

As evidências que temos apontam para a ideia que o projeto de um capitalismo “verde” em “estado estacionário” assenta no pressuposto errado de que os

fundamentos económicos capitalistas são mutáveis e que o crescimento é opcional. Segundo David Harvey (2014: 231-232):

Seria possível a acumulação de capital ir além das exponenciais que tem exibido ao longo dos últimos dois séculos para uma trajetória em forma de S semelhante à que ocorreu na demografia de muitos países, culminando numa economia capitalista em estado estacionário de crescimento zero? A resposta a esta perspetiva é um sonoro não e é vital compreender porquê. A razão mais simples é porque o capital é sobre a procura de lucros. Para que todos os capitalistas realizem lucro positivo requer-se a existência de mais valor no final do dia do que aquele que existia no início do dia. Isto significa a expansão da produção total do trabalho social. Sem essa expansão não pode haver capital. Uma economia capitalista de crescimento zero é uma contradição lógica e excludente. Simplesmente não pode existir. É por isso que crescimento zero define uma condição de crise para o capital.

A economia capitalista necessita de crescimento económico por razões financeiras, económicas, sociais e políticas. O desejo que o capital deixe de ser o que é, por uma tomada de consciência e atuação dos seus agentes, está inevitavelmente condenado à frustração.

2.3. ECOLOGIA MARXISTA

Um outro grupo defende posições no quadro da ecologia marxista, considerando que o crescimento económico não pode parar porque é inerente ao capitalismo e que o crescimento capitalista nos conduz ao desastre ecológico, económico e social. É necessária uma perspetiva revolucionária e o estabelecimento de um sistema alternativo, onde a riqueza e o poder sejam socializados. Uma economia a funcionar numa lógica que não a acumulação privada de capital. Os trabalhadores controlariam o Estado e seriam coletivamente proprietários dos meios de produção, gerindo-os de forma democrática. Um socialismo ecológico, ou ecossocialismo, seria a alternativa sistémica ao capitalismo, uma fase de transição ou a primeira fase da nova sociedade comunista, que seria uma sociedade sem classes sociais e sem Estado.

Para estes autores, a obra de Karl Marx fornece as bases para uma crítica ecológica ao capitalismo e para a construção de uma alternativa. Segundo John Bellamy Foster (2009), Marx viu a formação económica da sociedade como parte do processo de história natural e utilizou o conceito de metabolismo para descrever a relação humana com a natureza através do trabalho. O metabolismo humano com a

natureza é regulado pelo lado da sociedade através do trabalho e o seu desenvolvimento dentro de formações sociais históricas. Ao analisar a agricultura moderna, Marx concluiu que o capitalismo mina a vitalidade das fontes duradouras de riqueza, o solo e o trabalhador, criando uma rutura irreparável na interação metabólica entre os seres humanos e a terra. O crescimento da agricultura e da indústria em larga escala e o comércio de longa distância intensificou essa rutura e torna-a insustentável. Assim, é necessária uma regulação racional da relação metabólica entre os seres humanos e a terra, para além da sociedade capitalista.

Neste campo, alguns autores têm desenvolvido pensamento ecológico sobre uma base marxiana. Segundo James O'Connor (1998), o capitalismo sofre de uma “segunda contradição”. A acumulação capitalista pode prejudicar ou destruir as suas próprias condições de produção. O capital vai enfrentar custos crescentes de reprodução das condições de produção e terá que gastar vastas somas para prevenir mais destruição ambiental, para reparar o legado de destruição ecológica do passado e para inventar, desenvolver e produzir substitutos sintéticos como objetos de produção e consumo. Esta “segunda contradição” afeta o capital do lado do custo. Quando os capitais individuais externalizam custos nas condições de produção com o objetivo de defender e restaurar lucros, o efeito não intencional é aumentar custos noutros capitais (e no capital no seu conjunto) baixando a produção de lucros. Não há problema em realizar a mais-valia (como na “primeira contradição”)³ mas há um problema em produzir mais-valia.

Apesar das falhas e das contradições que o capitalismo apresenta, e das injustiças e irracionalidades que gera, muita gente não consegue ver para além do quadro social, económico e político estabelecido. A ideologia burguesa, que é avassaladoramente dominante, ofusca a análise e a imaginação, manipula e mistifica no confronto com ideologias rivais, e anula a crença de que um outro mundo é possível. Por isso se afirma que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.

Como salienta Joel Kovel (2007: 88) no seu livro “O inimigo da natureza: o fim do capitalismo ou o fim do mundo?”, estamos perante a “mais poderosa forma de organização humana que já foi inventada e também a mais destrutiva”. O capital é um “aparelho espectral que integra modos anteriores de dominação” e “gera um gigantesco campo de força de procura de lucros” que suga toda a atividade humana. Para o superar duas condições devem ser cumpridas: 1) “mudanças básicas na

³ A “primeira contradição” afeta o capital do lado da procura. É uma crise de sobreprodução. Quando capitais individuais baixam custos com o objetivo de defender e restaurar lucros, o efeito não intencional é reduzir a procura (os trabalhadores perdem poder de compra) e assim reduz-se a realização de lucros.

propriedade dos recursos produtivos” com a abolição da sua propriedade privada e 2) os poderes produtivos “têm que ser libertados, de maneira a que as pessoas autodeterminem a sua transformação da natureza” (*ibidem*: 159-160).

Para o marxismo ecológico, só com a emancipação dos trabalhadores e a superação da alienação do trabalho e do fetiche da mercadoria existente na sociedade capitalista poderemos quebrar as determinações destrutivas e a incontrollabilidade do capital que podem conduzir literalmente ao fim da humanidade. Há neste campo uma compreensão fundamental da problemática de classe e da natureza do capital na crise ecológica que vivemos.

No entanto, cabe aos marxistas em geral recusarem o crescimento económico, mesmo que com orientação socialista, como objetivo a prosseguir em qualquer contexto e independentemente das consequências. É também importante que façam uma reavaliação da ideia de progresso (há em Marx uma dialética do progresso consciente dos avanços e da destruição) e dos desenvolvimentos destrutivos e quantitativos das forças produtivas, apontando à sua superação.

2.4. DECRESCIMENTO

Uma outra abordagem que tem ganhado apoiantes e contributos é a do decrescimento. Segundo Serge Latouche (2011) o decrescimento congrega todos os que realizam uma crítica radical ao desenvolvimento e procuram um projeto alternativo pós-desenvolvimento. Uma sociedade onde se viva melhor, consumindo e trabalhando menos.

Latouche (2012) defende que é essencial denunciar tanto a impostura do crescimento, que gera desigualdades, injustiças e uma sociedade doente devido à sua riqueza, como também o “desenvolvimento sustentável” como uma tentativa de salvamento do crescimento e da marcha da humanidade para o progresso. Para este autor, tanto o capitalismo mais ou menos liberal como o socialismo produtivista são duas variantes de um projeto de sociedade de crescimento baseada no desenvolvimento das forças produtivas. Pôr em causa a sociedade do crescimento implica pôr em causa o capitalismo. Mas não basta pôr em causa o capitalismo. O crescimento infinito e artificial das necessidades e dos meios para satisfazer parte delas impedem que se encare a finitude do nosso planeta e o desafio de uma “vida boa” ou de uma sociedade feliz.

Um dos pioneiros deste campo, Nicholas Georgescu-Roegen (2012), alertou que a economia, ao adotar o modelo da mecânica clássica newtoniana, ignora a entropia, ou seja, a não reversibilidade das transformações da energia e da matéria. Considerou por isso necessário substituir a ciência económica tradicional por uma bioeconomia,

que pense a economia no interior da biosfera. A ciência económica deveria ser absorvida pela ecologia. Ao invés, como salienta Latouche (2012: 238), “a economia não só se emancipou do político e da moral, mas fagocitou-os também literalmente”. Há uma colonização do imaginário pelo económico. A dificuldade da necessária reavaliação provém em grande parte do facto do imaginário ser sistémico. Os valores atuais são suscitados pelo sistema e, em contrapartida, contribuem para o reforçar. Por isso, são necessárias mudanças profundas na organização psicossocial do ser humano ocidental e do seu imaginário. Os valores que se devem privilegiar são o altruísmo sobre o egoísmo, a cooperação sobre a competição desenfreada, o prazer do lazer e o *ethos* do ludismo sobre a obsessão do trabalho, a vida social sobre o consumo ilimitado, o local sobre o global, a autonomia sobre a heteronomia, o gosto pelo trabalho bem feito sobre a eficiência produtivista, o razoável sobre o racional, o relacional sobre o material.

Importaria na abordagem do decrescimento uma maior atenção à problemática de classe social, da acumulação de capital e do imperialismo na crise ecológica. Esta crise tem diferentes implicações e há diferentes responsabilidades para diferentes classes sociais e países. A questão da adoção do decrescimento pelos países do Sul global e as propostas marxistas da superação da relação capital – trabalho assalariado e da abolição da propriedade privada dos meios de produção – deviam ser reconsideradas neste campo teórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enquadramento das diferentes perspetivas sobre a possibilidade, ou não, de um capitalismo “verde” em quatro grupos principais não inclui, naturalmente, os que defendem o *business as usual*, independentemente das consequências sociais ou ecológicas. Há quem manifeste indiferença perante os problemas ecológicos, sem consideração pelo mundo que as futuras gerações vão herdar. Outros, como os famosos neoliberais, confiam na “mão invisível” do mercado para resolver este e outros problemas. Haverá os que acreditam num mundo eventualmente pós-ecológico, plenamente artificial e tecnológico. E há também os que não acreditam que o sistema económico está a colocar em causa a sustentabilidade ecológica do planeta.

Como já foi referido, a economia capitalista sem crescimento económico torna-se problemática a vários níveis. A vitalidade do capitalismo requer a expansão contínua do valor e do consumo de mercadorias, com aumento do consumo de energia e materiais. E o crescimento económico, mesmo que possa ser temporariamente compatível com objetivos de carácter ecológico, entra em colisão com a sustentabilidade ecológica, como temos observado nas últimas décadas.

Importa salientar que a economia capitalista, mesmo em crescimento lento, está atualmente orientada para a produção de desperdícios como forma de estimular a acumulação de capital. Assistimos a um esforço de vendas gigantesco que entra na própria estrutura de produção, com obsolescência planeada, produção de bens de luxo e gastos militares tremendos. Tudo isso consome enormes quantidades de energia e recursos. Também maximiza a toxicidade da produção, uma vez que os desperdícios na forma de produtos sintéticos (como, por exemplo, os plásticos) são tóxicos e danosos para a humanidade e ambiente.

A eficiência e a internalização dos custos são propostas que podem ser encontradas nas abordagens do crescimento sustentável e da economia estacionária. Mas, como foi referido, temos que encarar os claros limites de ambas as propostas.

Como salienta Richard Smith (2015), o projeto do capitalismo “sustentável”, “verde” ou “natural” está condenado porque:

- 1) Maximizar o lucro e proteger os ecossistemas são duas ideias e práticas que estão inerentemente em conflito. A maximização do lucro é uma regra que supera tudo e define as possibilidades e os limites da reforma ecológica;
- 2) Nenhum governo capitalista pode impor “impostos verdes” que conduziram importantes e poderosas indústrias para fora do negócio;
- 3) Há uma subestimação da gravidade, extensão e velocidade do colapso ecológico global que enfrentamos;
- 4) Há uma sobrestimação do potencial da produção “limpa” e da “desmaterialização” da economia;
- 5) O consumismo não é apenas cultural ou uma questão de hábito. É indispensável para a reprodução capitalista num sistema em que capitalistas, trabalhadores e governos estão fechados num ciclo de aumento perpétuo do consumo para manter os lucros, postos de trabalho e receitas fiscais.

Pelo exposto, consideramos que um capitalismo “verde” é uma ilusão e por isso é necessário um novo sistema, que promova a transformação da relação entre os seres humanos e entre estes e a natureza. Podemos, nesse âmbito, estabelecer pontes entre o grupo da economia estacionária e o do marxismo ecológico, perguntando se as mudanças que defendem os partidários de uma economia em “estado estacionário” não implicam o fim do capitalismo. Ou perguntando aos marxistas se não será desejável um socialismo sem a loucura capitalista do crescimento económico infinito, focado na “vida boa” e felicidade para todos. Não serão o socialismo e o comunismo a superação da irracionalidade do capitalismo e das tendências destrutivas que promove? Consideramos ainda que o marxismo ecológico e a perspetiva do decrescimento podem estabelecer um diálogo frutífero: abordando, por exemplo,

temas como o crescimento, o desenvolvimento, o progresso, o imperialismo, a propriedade, as classes sociais e o trabalho. Além disso, o estabelecimento de uma aliança da representação política destes dois movimentos teóricos em torno de um programa comum seria importante na tarefa histórica de superar o capitalismo.

Para terminar, salienta-se que não podemos subestimar a capacidade do capitalismo de continuar a lucrar com a destruição ecológica. O capitalismo é um sistema baseado na crise e que pode prosperar com ela, independentemente das consequências sociais e ecológicas. No entanto, a degradação ecológica e as crises sociais e económicas podem potenciar a prazo a emergência de movimentos cada vez mais fortes de contestação ao sistema. Não podemos menosprezar a possibilidade da transformação social e ecológica consciente. Independentemente do que vier a acontecer, todos os sistemas históricos têm um princípio e um fim.

Revisto por Alina Timóteo

PEDRO MIGUEL CARDOSO

Investigador independente
Contacto: cardoso.c.m.p@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bowles, Samuel; Edwards, Richard; Roosevelt, Frank (2005), *Understanding Capitalism: Competition, Command and Change*. New York/Oxford: Oxford University Press [3.^a ed.].
- Brown, Lester (2011), *World on the Edge: How to Prevent Environmental and Economic Collapse*. United States of America: Earth Policy Institute.
- Daly, Herman (1996), *Beyond Growth. The Economics of Sustainable Development*. Boston: Beacon Press.
- Foster, John Bellamy (2009), *The Ecological Revolution: Making Peace with the Planet*. New York: Monthly Review Press.
- Georgescu-Roegen, Nicholas (2012), *O decrescimento. Entropia, ecologia, economia*. Lisboa: Instituto Piaget. Tradução de João Duarte.
- Harvey, David (2014), *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- Hawken, Paul; Lovins, Amory; Lovins, Hunter (1999), *Natural Capitalism. Creating the Next Industrial Revolution*. New York: Little, Brown & Company.
- Heilbroner, Robert (1986), *The Nature and Logic of Capitalism*. New York/London: W. W. Norton & Company.

- Heinberg, Richard (2011), *The End of Growth: Adapting to Our New Economic Reality*. Gabriola Island: New Society Publishers.
- Jackson, Tim (2009), *Prosperity Without Growth: Economics for a Finite Planet*. London: Earthscan Publications, Ltd.
- Kovel, Joel (2007), *The Enemy of Nature: The End of Capitalism or the End of the World?* London/New York: Zed Books.
- Latouche, Serge (2011), *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70. Tradução de Victor Silva.
- Latouche, Serge (2012), *O desafio do decrescimento*. Lisboa: Instituto Piaget. Tradução de António Viegas.
- Marx, Karl (1997), *O capital. Livro primeiro – tomo III*. Lisboa: Edições Avante!.
- O'Connor, James (1998), *Natural Causes – Essays in Ecological Marxism*. New York: The Guilford Press.
- Rockström, Johan *et al.* (2009), "A Safe Operating Space for Humanity", *Nature*, 461, 472-475.
- Smith, Richard (2015), *Green Capitalism: The God that Failed*. Bristol: World Economics Association Books.
- Wallerstein, Immanuel (1999), *O capitalismo histórico – A civilização capitalista*. Vila Nova de Gaia: Estratégias criativas. Tradução de Ângelo Novo.

SINAN EDEN

**REPORTING BACK FROM THE 4TH INTERNATIONAL ECOSOCIALIST ENCOUNTERS 2018:
WHAT HAS BEEN SOWN, WHAT HAS BEEN HARVESTED, WHAT REMAINS?**

Abstract: The 4th International Ecosocialist Encounters that took place in Lisbon in November 2018 joined hundreds of activists to debate the climate crisis and strategies to exit the crisis. This article summarises the preparation process and the major outcomes of the event. For the future and success of the climate justice movement, it identifies an acute need for articulating ideological considerations, political plans, strategies and tactics, beyond the typical frameworks of social movements.

Keywords: climate crisis, climate justice, ecosocialism, green capitalism, social movements.

**REPORTANDO A PARTIR DOS IV ENCONTROS INTERNACIONAIS ECOSSOCIALISTAS DE 2018:
O QUE FOI SEMEADO, O QUE FOI COLHIDO, O QUE RESTA?**

Resumo: Os IV Encontros Internacionais Ecosocialistas que tiveram lugar em Lisboa em novembro de 2018 juntaram centenas de ativistas para debater a crise climática e as estratégias de saída da crise. Este artigo resume o processo preparatório e os resultados principais dos Encontros. Para o futuro e o sucesso do movimento pela justiça climática, o artigo identifica uma necessidade urgente de uma articulação entre as considerações ideológicas, os planos políticos, as estratégias e as táticas que vão para além dos enquadramentos típicos dos movimentos sociais.

Palavras-chave: capitalismo verde, crise climática, ecossocialismo, justiça climática, movimentos sociais.

THE BACKGROUND

§1. We live in a climate crisis. For decades now, many parts of the world have been living in a climate crisis. In recent years, the Global North finally started calling it the way it is: a crisis. Mass mobilisations have brought it into mainstream discourse, with governments and parliaments declaring a climate emergency.

Crisis is a very important concept in social history. It is the key dialectical element of capitalism, whereby the entire mode of production is reproduced at a higher level through its internal antagonisms. It is also a key element in politics, whereby all social priorities are redefined, and all the resources are mobilised in a certain direction.

Understanding crises is understanding the inner dynamics of history, and *that* is the first step towards deciding “What to Do”. For this reason, the fourth edition of the International Ecosocialist Encounters was largely dedicated to climate justice.

THE PROCESS

§2. The Encounters took place in Lisbon, Portugal, on 23-25 November 2018, and consisted in 19 panels with more than 60 speakers from 20 countries and 5 continents, together with a full parallel programme for children. Around 400 people participated in the Encounters.

The panels were organised according to five main topics:

- Political Economy of Food and Food Sovereignty
- Dismantling the Fallacy of Green Capitalism
- Labour in the Age of Climate Change
- Climate Justice and Energy Democracy
- Ecofeminisms

§3. We used various ways of documenting the panels. Before the encounters, we published descriptions of the panels with short biographies of the speakers in three languages (Portuguese, English, Spanish) to help participants choose between panels occurring in parallel (4th International Ecosocialist Encounters, 2018). At the beginning of the encounters, we interviewed the speakers about their contributions and prepared short videos to act as trailers for the panels.¹ During the panels we made sound recordings of all contributions in order to make a podcast of the encounters (Climáximo, 2019a). At the same time, reporters took notes and wrote short summaries of the panels (Climáximo, 2019b). All of these efforts produced a varied, succinct and accessible collection of documentation. This article will therefore refrain from indulging in the

¹ “IV Encontros Internacionais Ecosocialistas no Vimeo”. Accessed on 10.03.2020, at <https://vimeo.com/album/5601311>.

contents of individual panels, and instead focus on the preparation process and the outcomes of the Encounters.

§4. The preparations started in January 2018 and the entire process was organised exclusively by volunteers, while many partner organisations gave their support in various forms. An initial group of activists launched the call for the Encounters, inviting others to sign up. In a later stage, organisations were invited to join the preparations. Starting late summer 2018, open meetings were held to involve activists from all backgrounds. Comrade accommodation was provided for speakers, while participants had a collective accommodation option available. All interpreters were volunteers. The grassroots character of the organisational structure allowed for increased participation and reduced logistics. This way, the Encounters became encounters proper, rather than a conference. Teams were formed for interpretation, kitchen duty, comrade accommodation, media, reception and panel facilitation, all involving different degrees of engagement for a total of 100 volunteers who were also participants in the Encounters.

§5. This involvement generated a culture ripe for deliberate networking and strategy building, which resulted in the politicisation of the space beyond logistical tasks.

The days preceding the Encounters, unionists and activists met in the “Lisbon Just Transition Gathering” to share experiences of their struggles and to discuss possible convergence points between labour and ecological movements (Eden, 2018). In these meetings, the Portuguese Climate Jobs campaign built its one-year action plan, key elements for a green new deal for labour were discussed, and a joint declaration on COP-24 was agreed on (Empregos para o Clima, 2018).

Activists from different international organisations took part in the Encounters, with the majority of non-Portuguese participants coming from Spain and the rest of Europe. The organisation of the Encounters made good use of this fact, by proposing and facilitating meetings besides the panels. As an example, there was a presentation of the By 2020 We Rise Up campaign for organisations, and in the closing session the launching action of this campaign was announced. The first seeds were also sown for the platform 2020 Rebelión por el Clima, the Iberian sub-campaign of By 2020 We Rise Up, which later expanded to include many more collectives and associations, and ended up organising a massive wave of mobilisations in September-October 2019. At the time of writing, 2020 Rebelión por el Clima includes 23 organisations from the Iberian Peninsula.

Besides these international collaborations, Portuguese organisations and collectives also had a strategy meeting where they launched an action camp against fossil gas and for climate justice, Camp-in-Gás, to take place in July 2019. This action camp targeted the fossil gas drilling projects in Central Portugal. Camp-in-Gás united 16 organisations

for the cause and served as a training ground for civil disobedience protests for Portuguese activists. Another concurrence of note is the fact that Spanish activists from 2020 *Rebellión por el Clima* joined in the camp, as part of the preparation of their escalation plans.

Of course, the report above specifically highlights the strategic spaces that were deliberately created by the organisation itself and ignores other more organic networking that went on during breaks and social moments in the evenings. The main topics in the Encounters were prepared by distinct individual teams and these followed a logical or argumentative sequence, which guided the contents of the panels in each topic. This dialogue between those panels had already produced a convergence of the organisations that were involved in that topic either as organisers or as speakers.

THE CONTENT

§6. While one aspect that we valued in the Encounters was that of networking and organisation, another goal, in terms of public impact, was to open up a public discussion on the future *of* civilisation as well as the *future civilisation*.

§7. Our understanding is that capitalism is the root cause of the climate crisis. The climate crisis stems from and is fostered by the capitalist system, which focusses on profit maximisation, makes invisible all the aspects of life that are not assigned a commercial value and reproduces itself through climate chaos. The antagonism between a capitalist mode of production and the climate crisis is an essential political element for the climate justice movement. The justice element, on the other hand, is not a secondary optional addition to the equation. It is the ‘litmus paper’ to distinguish false solutions from real solutions.

§8. The major novelty that climate brings in to all the other social injustices is a deadline to win. In other words, climate is a problem concerning everyone not only because the entire planet is at stake but more importantly because the climate deadline is actually a deadline for *all* the struggles for social justice. This analysis was the background for all the panels in the Encounters.

§9. The climate crisis, with its urgency component, brings into view two handicaps of the environmentalisms until now.

Firstly, the radical social, economic and ecological transformation necessary to stop global warming rules out “inside the system” solutions. The only realistic paths point to US\$1.1 trillion in stranded assets in ten years, and it is technically impossible to go through this smoothly (Worth, 2014). Secondly, it gets clearer and clearer every day that the climate struggle cannot be won without winning “everything”. The solutions involve profoundly changing production, distribution and consumption at all levels; and this

implies confronting the largest corporations of the world (most of which are directly connected to fossil fuels). In other words, either we change everything about our societies – energy, transport, food, etc. – or climate change will change everything about our societies – e.g. droughts, storms, infrastructure failures, climate refugees (Klein, 2014). In short, it is becoming impossible to be an environmentalist without being anti-capitalist.

On the other side of the mirror, a symmetric image appears, with two handicaps for the anti-capitalists. Firstly, the eventual irreversibility of climate change acts as a wake-up call for all revolutionaries, setting a deadline to win the fight. Secondly, the revolution cannot be *any* revolution, it needs to directly address the climate crisis. The anti-capitalists must have concrete policy proposals that urgently address both climate and social injustices. To sum up, the climate crisis serves as a melting pot for environmentalists and anti-capitalists, making both into revolutionaries – exactly what we need in these times.

§10. This burning issue has not yet been problematised by either the climate movement or the Left. Through the Encounters we aimed at introducing this discussion to all activist circles while at the same time deepening our own understanding of the political urgency. In other words, the Encounters did not only provide the opportunity for organising and networking, but also served as a space for political training. In order to give the training a more permanent character, we used several methods of documentation to enable all activists to learn from all the panels. The choice of good quality, detailed and diverse documentation was an important political decision made by the organisers, firstly because we wanted to produce materials for the upcoming mass movement, which indeed rose up a couple of months after the Encounters, and secondly because there were three sessions in parallel throughout the Encounters, which constrained participation in at least two thirds of the panels for any of the venue's participants.

It was a fortunate confluence of circumstances that saw the Encounters take place at the end of 2018, right before a massive climate movement emerged, marking the year 2019 with unprecedented mobilisations.

THE NEED

§11. Lastly, the International Ecosocialist Encounters respond to an acute need for articulating ideological considerations, political plans, strategies and tactics (Eden, 2019).

§12. In general, social movements tend to consider these four layers in four different time scales: tactics feed into a strategy, the strategy carries the political plan, and the

political plan then has ideological impacts on the society as a whole. Each degree of abstraction implies longer periods of time (tactics are generally short-term whereas ideological transformations take place over much longer periods). This is not a valid analysis anymore. We need tactics that win and at the same time execute the transition to a new civilisation. Both (tactical victories and the civilisational transition) need to happen in the short term, dictated by the climate crisis.

Perhaps more importantly, the different layers (ideology, politics, strategy and tactics) are also considered to have increasing practical flexibility and decreasing analytical flexibility. Tactics are a democratised interpretation of the strategy, with its creative and spontaneous elements. Strategy is a democratised interpretation of the politics, and politics is the democratised interpretation of ideology (hence terms such as *realpolitik*). Each layer involves more people and implies less theoretical consolidation than the previous layer, thus giving more practical flexibility to the people on the ground. In turn, strategies are designed to include various possible tactics; political analyses encompass a wide range of strategies; and ideological considerations permit diverse political priorities depending on the situation.

§13. The above paragraph doesn't make any sense in today's conditions: the limited time frame collapses the four layers onto each other. A stronger connection between all the layers is now a requirement imposed by climate science. For instance, pre-figurative action at a global scale (tactics that showcase the future society we defend) is not just one among many types of action. Conversely, pre-figurative action cannot be a local prototype of some or other dream but needs to directly reflect the future political structures. Another implication is that anti-capitalist strategies are not sufficient anymore: we need a clearer ecosocialist programme that integrates our political vision *through* our strategies and *into* our tactics.

§14. Therefore, ecosocialism objectively ceased to be a theoretical conversation: it is about our strategies and tactics, and it is a conversation among people who put their bodies on the front-line. Indeed, it was by design and not by chance that the Encounters invited very few academic speakers and fomented an extensive activist participation.

§15. In conclusion, the International Ecosocialist Encounters project has the potential to serve as the kernel of the climate justice movement, where tactics meet strategies meet politics meet ideology.

Edited by Alina Timóteo

SINAN EDEN

Climáximo

Contact: sinaneden@yahoo.com

REFERENCES

- 4th International Ecosocialist Encounters (2018), "Programme". Accessed on 10.03.2020, at <http://alterecosoc.org/programme/?lang=en>.
- Climáximo (2019a), "Uploads", *Internet Archive*. Accessed on 10.03.2020, at <https://archive.org/details/@climaximo>.
- Climáximo (2019b), "IV Encontros Internacionais Ecosocialistas – Documentação". Accessed on 10.03.2020, at <https://climaximo.pt/alterecosoc2018/>.
- Eden, Sinan (2018), "Lisbon Just Transition Gathering", December 4. Accessed on 10.03.2020, at <https://www.rosalux.eu/de/article/1327.lisbon-just-transition-gathering.html>.
- Eden, Sinan (2019), "Four Organizational Layers: A Guide for Grassroots Activists on Organizing and Organizations", January 1. Accessed on 10.03.2020, at <http://www.climaximo.pt/2019/01/01/four-organizational-layers-a-guide-for-grassroots-activists-on-organizing-and-organizations/>.
- Empregos para o Clima (2018), "Declaração: A cimeira do clima em Katowice não serve. Os trabalhadores precisam de mobilizar-se para exigir uma transição justa", November 28. Accessed on 10.03.2020, at <http://www.empregos-clima.pt/declaracao-cimeira-clima-em-katowice-nao-serve-os-trabalhadores-precisam-de-mobilizar-se-para-exigir-uma-transicao-justa/>.
- Klein, Naomi (2014), *This Changes Everything: Capitalism versus The Climate*. New York: Simon & Schuster.
- Worth, Jess (2014), "Ending the Oil Age", *New Internationalist*, November (477). Accessed on 29.06.2021, at <https://newint.org/features/2014/11/01/extended-oil-keynote>.

JOANA FERNANDES

MUDAR DE ALIMENTAÇÃO PARA MUDAR O MUNDO*

Resumo: Neste texto, a autora defende o papel da cozinha ecossolidária, vegana, biológica e local em eventos públicos diversos, utilizando o exemplo da sua participação nos IV Encontros Internacionais Ecosocialistas. A Associação Caldeira Negra – que a autora ajudou a fundar com base nos princípios da soberania alimentar regional e que foi responsável por alimentar centenas de pessoas neste evento – escolhe preparar comida vegana, biológica e local como arma de luta por um mundo menos poluído, mais solidário e por uma agricultura mais sã e justa para todos os seres (incluindo os seres humanos); por uma alimentação com ingredientes vindos de uma agricultura que apoie quem produz, sem sofrimento animal, nem degradação do ambiente.

Palavras-chave: agroecologia, agricultura de proximidade, cantina popular, ecossolidariedade, pequenos produtores, soberania alimentar.

CHANGING HOW WE EAT TO CHANGE THE WORLD

Abstract: In this text, the author defends the role of an eco-solidary, vegan, organic and local cuisine in the organisation of different events, taking as example her participation in the organisation of the Fourth International Ecosocialist Encounters. The NGO Associação Caldeira Negra – which the author co-founded according to the principles of regional food sovereignty and which was responsible for feeding hundreds of people during this event – chooses to cook vegan, local and organic food as a tool to fight for a less polluting and more solidary world, as well as a fair, healthy agriculture for all beings (including humans); it also fights for a nutrition based on products from an agriculture that sustains those who produce avoiding animal suffering or excessive stress for the environment.

Keywords: agroecology, eco-solidarity, food sovereignty, local agriculture, people's kitchen, small producers.

* Por vontade da autora, este texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Para valorizar a contribuição das pessoas com quem trabalha, independentemente do seu género, optou pelo uso de linguagem inclusiva ao longo de todo o texto.

A Associação Caldeira Negra é uma associação sem fins lucrativos que tem como objectivo sensibilizar a população para viver de forma ecossolidária e oferecer formação sobre modos de vida alternativos, nomeadamente quando pensamos a alimentação. Para a nossa Associação a forma como nos alimentamos é uma escolha política e social extremamente importante, e queremos demonstrar essa escolha de forma concreta, cozinhando comida local, vegana e biológica. A presença da Associação nos IV Encontros Ecosocialistas de 2018 foi, para nós, a demonstração pela prática do significado da ecossolidariedade: apoio mútuo baseado na justiça social e no respeito pelos ecossistemas nos quais os humanos (enquanto animais) se inserem e dos quais dependem.

A ALIMENTAÇÃO ECOSSOLIDÁRIA COMO NECESSIDADE POLÍTICA E SOCIAL

Os sectores da alimentação e da produção agrícola são cada vez mais industrializados e de um ponto de vista capitalista são considerados a nível político e económico como um “investimento”. Ou seja, o objectivo de lucrar sobrepõe-se à consideração da alimentação enquanto direito ou necessidade. Para além de não resolver os problemas graves de pobreza, de fome e de desnutrição no mundo contemporâneo, o modelo agro-industrial – defendido frequentemente como a única forma de alimentar o planeta (Ikerd, 2020) – tem efeitos negativos sobre os ecossistemas, uma vez que põem em perigo o acesso à terra e à água, essenciais à agricultura e à vida devido à poluição, à exploração abusiva dos animais, incluindo dos seres humanos que trabalham nesta indústria. Os efeitos negativos estendem-se a todas as formas de vida que vivem e/ou dependem desses ecossistemas.

Precisamos de mudar a maneira de nos alimentarmos para garantir um futuro em que teremos uma alimentação saudável, justa e acessível, uma alimentação onde o ser humano se reconhece como parte de um ecossistema do qual depende.

Mais do que os grandes discursos, consideramos política a maneira como vivemos o nosso quotidiano: como nos alimentamos, nos relacionamos, nos envolvemos nas lutas, etc. A forma como uma sociedade/grupo de pessoas organiza a sua alimentação é uma escolha com consequências políticas e sociais que deveria ser consciente, fruto de informação, análise e debate. Por estas razões, partimos do princípio de que uma visão ecossolidária – passando do local ao global, e do global ao local – é necessária para repensar a forma como nos alimentamos, como vivemos nos/com os ecossistemas e como partilhamos um mesmo planeta com as restantes formas de vida.

Partindo destas considerações, queremos, através da Associação Caldeira Negra, demonstrar em diversos eventos públicos que, na alimentação e na agricultura, o fim *não* justifica os meios. A ecossolidariedade deve ser construída a cada momento, a partir de actos tão essenciais como comer, desde a terra e de quem a trabalha, até ao prato,

privilegiando circuitos económicos curtos, solidários e com o menor impacto ambiental e social possível.

PEQUENAS PRODUÇÕES LOCAIS SUSTENTÁVEIS: UMA SOLUÇÃO PARA A DESERTIFICAÇÃO RURAL E A POLUIÇÃO

Enquanto defensora de uma alimentação e de uma economia ecossolidárias, a nossa Associação tem o gosto de comprar produtos alimentares o mais localmente possível. Esta decisão deve-se a vários factores, que apresentamos a seguir.

Em primeiro lugar, queremos apoiar de forma positiva quem tem muito interesse em preservar os ecossistemas no território que nos rodeia: pequenxs produtorxs biológicxs ou em processo de conversão para agricultura biológica. Pensamos que, num contexto de desertificação rural (Lusa, 2019) é importante privilegiar e financiar, através de uma economia solidária, quem ainda vive nas zonas rurais portuguesas e trabalha de forma sã e justa: na agricultura (biológica ou em conversão), na transformação (alimentar ou não-alimentar) baseada em ingredientes locais e ecológicos, no turismo ecológico, etc. O apoio ao sector a que chamamos ecossolidário pode fazê-lo ganhar vantagem sobre sectores altamente poluentes e com demasiada influência em zonas rurais, como a agricultura intensiva (e.g., monoculturas¹ de abacates, citrinos, olivais), a indústria da celulose (fomentando a monocultura de eucaliptos), ou ainda a mineração (transformando a paisagem e poluindo os lençóis de água).

Em segundo lugar, a nível global, consideramos que a melhor forma para promover a igualdade entre agricultorxs, e até entre povos de países diferentes, seria eliminar as formas de exploração de terras e de trabalhadorxs na agro-indústria, através da compra directa a pequenxs produtorxs locais. A agricultura industrializada ou agro-indústria e as suas “revoluções verdes” foram promovidas como uma solução para alimentar o mundo, através da especialização agrícola dos países (Reardon e Barrett, 2000). O factor decisivo da instalação de uma multinacional agro-alimentar num local está essencialmente relacionado com os custos fiscais, laborais e imobiliários, assim como com a facilidade (por vezes, a monopolização) de acesso aos recursos naturais necessários para produzir, tal como a água.² Deste modo, encontramos, por exemplo, multinacionais a produzir soja no Brasil, em vez de em França: porque, devido a uma regulamentação menos estrita, têm a possibilidade de produzir grandes quantidades a baixo custo sem a obrigação de ter em conta as exigências ecológicas e sociais (Rajão *et al.*, 2020). Por seu lado, Portugal, com a sua mão-de-obra barata e os baixos custos de “investimento”, sofre cada vez mais com

¹ Tal como o nome indica, uma monocultura é a produção de uma única cultura/variedade, regra geral em áreas extensas. Para uma definição mais completa recomendamos Biswas e Micallef (2019).

² Cf. o documentário de Erwin Wagenhofer (2015), *We Feed the World*. Allegro Film.

o modelo da “monocultura agro-industrial de exportação”: as estufas estão em grande expansão no Sudoeste Vicentino,³ a monocultura intensiva de laranjas e de abacates está a tomar o Algarve de assalto e os olivais e amendoais intensivos, no Alentejo, já chegam às portas de casa dxs habitantes. A zona de Lagos está, neste momento, a receber a maior produção de abacates a nível europeu (Alves, 2017) e, em Beja, os tradicionais montados estão a desaparecer dando lugar a plantações intensivas de oliveiras,⁴ citrinos ou amendoais.

Face ao avanço destas formas insustentáveis de produção, consideramos importante contribuir para afirmar a soberania alimentar de cada região, apoiando a agricultura familiar/de pequena escala organizada entre grupos de agricultorxs que estão em luta pela sua subsistência e emancipação. Como apoiamos? Através da compra dos produtos de agricultorxs de pequena e média dimensão, através da promoção de Associações de Manutenção da Agricultura da Proximidade (AMAP),⁵ a criação de grupos de compra ecossolidária, redes e plataformas de compra directa a produz e divulgação de listas abertas de produtores Bio.⁶ Há hoje inúmeras iniciativas de soberania alimentar que podemos apoiar com as nossas escolhas, tanto a nível nacional, como internacional: os produtos da AMAP do Sado ou da cooperativa Minga,⁷ o café produzido em cooperativas de produtorxs no sul do México, organizadas entre Caracoles zapatistas; o óleo de argão de cooperativas marroquinas; a baunilha de cooperativas e pequenxs produtorxs da Ilha da Reunião, só para citar alguns exemplos.

Por fim, consideramos que comprar localmente evita o impacto ambiental nefasto do transporte de mercadorias. Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, os transportes são responsáveis por um quarto das emissões totais de gases com efeito de estufa, na Europa, tendo um impacto negativo na paisagem – alterando os ecossistemas e prejudicando as suas diferentes formas de vida –, bem como na saúde dos animais (incluindo os seres humanos), que vivem nos arredores das infra-estruturas necessárias ao transporte (REA, 2019).

³ Cf., por exemplo, Sandra Gonçalves (2020), “Agricultura intensiva: população do concelho de Odemira teme pelo seu futuro”, *Diário de Notícias*, 3 de março. Consultado a 02.01.2021, em <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/agricultura-intensiva-populacao-do-concelho-de-odemira-teme-pelo-seu-futuro-11882695.html>.

⁴ Cf., por exemplo, Lusa (2019), “Histórias de quem vive com receio da exposição a pesticidas no Alqueva”, *Público*, 13 de julho. Consultado a 03.01.2021 em <https://www.publico.pt/2019/07/13/local/noticia/historias-vive-receio-exposicao-pesticidas-alqueva-1879787>.

⁵ Cf. <https://amap.movingcause.org/>. Consultado a 24.12.2020

⁶ Como fazemos na nossa associação: <https://associacaocaldeiranegra.wordpress.com/>. Consultado a 26.12.2020.

⁷ Cf., por exemplo, *portugalRegional* (<https://food.portugalregional.org/>) e a cooperativa MINGA (<https://mingamontemor.pt/>). Sites consultados a 26.12.2020

COMPRA DIRECTA A QUEM PRODUZ: CONTRA O LUCRO DXS INTERMEDIÁRIXS E O EMPOBRECIMENTO DXS AGRICULTORXS

Quase todxs xs produtorxs biológicxs e em conversão biológica com quem trabalhamos optaram por vender a quase totalidade dos seus produtos directamente ao consumidor, após terem tido geralmente péssimas experiências com intermediárixs. As grandes cadeias de supermercados (quer sejam biológicas ou não) tornaram-se especialistas em fazer diminuir ao máximo o preço dos produtos de base, ou em impor nos contratos cadências impossíveis para a produção e transporte dos produtos, cadências essas que fazem baixar ainda mais o preço (England, 2017), aumentando o lucro das grandes superfícies.

Quem, de facto, mais lucra na venda de produtos alimentares são xs intermediárixs: as grandes superfícies (e.g., supermercados ou mercados de abastecimento): se numa cooperativa de produtorxs 60 a 90% do preço fica retido na região, numa grande superfície esta percentagem não passa de 5% (ver Havard e Jacquemin, 2018). Neste contexto, temos todo o interesse em apoiar quem trabalha a terra de forma sustentável, pagando um preço justo, que, com o eliminar da intermediação, se transforma num preço mais aceitável para todas as pessoas envolvidas.

COMIDA BIOLÓGICA SIM, *GREENWASHING* NÃO: COMO APOIAR A AGRICULTURA BIOLÓGICA VERDADEIRAMENTE SUSTENTÁVEL

A nosso ver, a agricultura biológica está actualmente em perigo de co-optação por parte da agro-indústria devido às dinâmicas de pressão diversas exercidas pelo Estado português, a União Europeia e os lóbis da agro-indústria. Esta ameaça é a consequência da redução de preços imposta pelas grandes cadeias de supermercados, do clientelismo frequentemente instalado entre organismos de certificação e quem produz e das leis europeias que permitem, até um certo ponto, a contaminação dos cultivos biológicos com culturas de organismos geneticamente modificados (OGM) e outros produtos normalmente excluídos desta agricultura.⁸ Entendemos que a base de toda a legislação deveria ser a protecção dxs pequenxs produtorxs Bio, passando a ser responsabilidade dxs productoxs agro-industriais evitar a contaminação dos ecossistemas.⁹ Consideramos que a agricultura biológica é uma agricultura ecológica que respeita o (agro)ecossistema, apostando em ecossistemas saudáveis para uma produção de qualidade. Uma agricultura biológica/agroecológica exclui produtos de síntese química e OGM, e privilegia a rotação das culturas, o banco de sementes e técnicas de fertilização naturais. Controlamos melhor

⁸ Em 2017, a Comissão Europeia discutiu as possíveis derrogações no uso de pesticidas exclusivamente Bio (cf. *20 Minutes avec agence*, 2017). A própria lei europeia sobre a agricultura Bio oferece muitas excepções passíveis de derrogações, tal como o Regulamento (CE) n. 889/2008 da Comissão de 5 de Setembro de 2008.

⁹ Esta usurpação da boa imagem da agricultura biológica para esconder práticas nocivas é designada por *greenwashing*.

estas premissas quando compramos directamente a produtorxs certificadxs, contrariamente ao que acontece quando compramos a quem faz a intermediação.

SOMOS A NATUREZA A DEFENDER-SE A SI MESMA, EM LUTA CONTRA A AGRO-INDÚSTRIA ULTRA-POLUENTE

Decorrente da filosofia da nossa associação, que reconhece o ser humano como fazendo parte da natureza e dependendo dela, sentimos a necessidade de reflectir sobre os efeitos desastrosos da agro-indústria, nos ecossistemas (Bai *et al.*, 2018; Mondelaers *et al.*, 2009) e na saúde (Mie *et al.*, 2017). As grandes empresas agrícolas precisam de uma agricultura intensiva, com base em monoculturas de grandes dimensões para produzir grandes quantidades de alimentos a baixo custo. No entanto, devido à quase ausência de diversidade, estas culturas têm mais dificuldades em combater pragas (Lin, 2011), tornando-se muito nocivas para o ambiente, devido à necessidade intrínseca de recorrer a pesticidas (Galgano *et al.*, 2016), ou, no caso da criação de gado e da piscicultura, a hormonas e antibióticos (Tang *et al.*, 2017).

Neste sentido, podemos dar múltiplos exemplos de quintas que demonstram que após vários anos de trabalho agrícola a respeitar os ecossistemas e a biodiversidade, é possível manter um equilíbrio entre as pragas e os seus predadores sem recurso a pesticidas – mesmo os aceites numa produção biológica certificada (e.g., a Quinta das Seis Marias, em Lagos). Tomemos em consideração dois grupos de insectos que estão entre as principais vítimas dos pesticidas usados em agricultura intensiva: as joaninhas (Guerreiro, 2004) e as abelhas (Spivak *et al.*, 2005). A ausência de ambos os grupos num ecossistema agrícola tem consequências devastadoras para essa agricultura, empurrando quem produz a aceitar soluções da indústria agro-química, tais como cultivos OGM, herbicidas e pesticidas sintéticos. No entanto, as joaninhas são conhecidas por serem predadoras do pulgão e das cochonilhas, representando um auxílio importante para xs apicultorxs na luta contra estas pragas. Por sua vez, a abelha desempenha um papel fundamental de polinização de plantas, que apenas se reproduzem com esta ajuda. O desaparecimento progressivo das abelhas põe em causa a sobrevivência destas plantas e das árvores de fruto, e reduz ainda o acesso a sementes por parte de quem cultiva, que habitualmente as preserva de uma época para a outra.

Os insectos, polinizadores ou não, são essenciais para a sobrevivência dos ecossistemas, pois apoiam na luta contra pragas, na reprodução das plantas, na alimentação da fauna e na compostagem dos solos. As aves, os peixes, os répteis e os mamíferos dos arredores das culturas dependem destes insectos para se alimentar e são igualmente atingidos pela agricultura intensiva. Um estudo sobre a extinção dos insectos

(Sánchez-Bayo e Wyckhuys, 2019) alarma-nos sobre a correlação entre agricultura, fertilizantes, reflorestação e a extinção de 41% das espécies actualmente já em declínio (e.g., as abelhas e formigas diminuíram em 50% a sua população). Segundo este estudo, dentro de cem anos todos os insectos poderão desaparecer do nosso planeta. Outro estudo feito em França mostra que um terço das aves terão desaparecido nos últimos 17 anos, sobretudo em zonas agrícolas (Geffroy, 2018).

O erro sistémico e sistemático cometido pela agricultura industrializada ao ignorar a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas põe em causa a necessária coexistência de diversidade de flora e fauna para proteger a saúde do solo, da água, dos (agro)ecossistemas e de quem neles mora. A degradação resultante impactará o nosso futuro neste planeta, tornando as nossas escolhas ainda mais importantes.

COMIDA VEGANA: UMA COZINHA POPULAR E ECOLÓGICA

O veganismo é, para nós, tão essencial como a defesa do ecossistema e de quem produz, por diversas razões ecológicas, sociais e etológicas. Temos consciência de que o objectivo *vegan* possa vir a ser mal interpretado. Queremos por isso realçar o conceito de *vegan* que entendemos aqui utilizar:

1. *Vegan* é muitas vezes confundido com a ausência de sofrimento animal derivado da sua exploração por seres humanos. Esta definição confunde-se com a marca comercial Vegan e é por isso enganosa, pois essa marca/selo de certificação define-se apenas pelo facto de o produto transformado não ter ingredientes animais. Para nós, a questão do sofrimento animal é uma questão essencial. Não usamos óleo de palma, por causa da desflorestação de regiões equatoriais; usamos com muita parcimónia óleo de coco, chocolate e outros ingredientes, e nunca de marcas como Coca-Cola, Unilever ou Nestlé, cujas práticas causam sofrimento animal – incluindo humano, mesmo quando usam o selo Vegan.
2. A colaboração entre animais – incluindo os seres humanos – numa exploração agrícola é mais do que bem-vinda, nomeadamente no que toca à produção de composto/estrume, controlo de pragas, etc. Esta colaboração é essencial na agricultura, seja na produtividade de uma horta, na implementação de agro-florestas, ou noutro tipo de práticas. Mas isto não implica a necessidade de matar ou fazer sofrer animais para satisfazer necessidades não biológicas; implica apenas que haja água e outras condições que assegurem o bem-estar dos animais e das pessoas que se encontram no local.
3. Os nossos argumentos – fundamentados cientificamente de um ponto de vista biológico, ecológico e social – visam em particular a defesa da comida vegana

cozinha para uma cantina popular. Num contexto de comida popular – a preço justo e acessível –, servida a centenas de pessoas, num contexto de luta, convívio solidário ou celebração, veganismo é, sem dúvida, a forma mais sustentável e revolucionária de animar e alimentar a malta.

4. Não nos focamos, porém, numa ortodoxia de eliminação de consumo animal. Achamos que é preciso avançar num processo de sensibilização sobre vegetarianismo e veganismo que permita a cada pessoa entender o assunto e a sua importância, sem se sentir pressionada. Defendemos um processo de tomada de consciência com base em informação científica e nas experiências que permitam a cada pessoa reflectir sobre o tema.

De um ponto de vista exclusivamente económico, achamos igualmente importante relembrar que:

- numa cozinha radicalmente ecológica que contenha produtos animais seria muito difícil encontrar ingredientes verdadeiramente ecossolidários – como definidos mais acima – a um preço justo e acessível para todos;
- encontrar carne ou peixe da criação ou da caça, cuja produção também respeite critérios ecológicos, ainda tem consequências logísticas importantes e de difícil cumprimento, tornando todo o processo mais complexo e dispendioso (e.g., transporte e armazenamento com recurso a frigorífico e espaços separados).

De maneira geral, fazendo uma comparação entre a produção intensiva animal e uma produção vegetal (seja ela intensiva ou não), constatamos que a produção vegetal não só produz menos emissões de CO₂, como consome menos água potável e terra do que a produção animal. Uma dieta vegetal pode reduzir a mortalidade humana global em 6-10% e a emissão de gases com efeito de estufa entre 29 a 70%, comparado com um cenário de referência para 2050 (Springmann *et al.*, 2016). Jalava *et al.* (2014), numa análise de quatro cenários de limitação de produção de proteína animal, constatam uma redução no consumo de águas ditas verdes até 21% e de águas azuis até 14%. Por fim, aplicando os mesmos indicadores ambientais e unidades nutricionais aos vários tipos de comida, a comida baseada em plantas tem o menor impacto no ambiente (Clark e Tilman, 2017). A pesca industrial, por sua vez, é responsável por quase metade da poluição do mar por plásticos (Lebreton *et al.*, 2018).

De um ponto de vista biológico e etológico, podemos ainda apontar não haver razão para existir uma fronteira entre o mundo animal e humano, reconhecendo que o mundo humano é uma espécie do mundo animal. Cada vez mais, estudos científicos evidenciam a existência de cultura (Laland e Bennett, 2009), redes sociais (Krause *et al.*, 2009),

sentimentos complexos como a justiça, empatia e colaboração¹⁰ e mesmo imaginação mental (Blaisdell, 2019) em diferentes espécies do mundo animal não-humano, pondo em causa (pre)conceitos antiquados que confrontariam uma pressuposta superioridade humana com uma inaptidão animal. Cada vez mais, há estudos que concluem que os animais de que muitxs de nós nos alimentamos: bovinos, porcos, galinhas, peixes sentem stress, dor, medo, empatia e têm formas de inteligência que ainda estão a ser estudadas (Cerqueira *et al.*, 2017; Marino, 2017). O porco reconhece o seu nome, abana o rabo quando está feliz; as vacas reconhecem o nome e conseguem, quando escapam de um matadouro, integrar-se noutras comunidades animais para sobreviver (Bender, 2018; Sharman, 2018). O tópico é infundável, ainda há muito por descobrir sobre, por exemplo, o sistema nervoso do polvo (Montgomery, 2015).

Também tem sido demonstrado que a hierarquia que fazemos entre várias espécies animais é sobretudo cultural. Na Indonésia, o cão é considerado um animal para consumo, enquanto, nos países ocidentais, é considerado animal de estimação (Hickman, 2013).

Por fim, no que toca às crenças filosóficas e religiosas de cada ser humano, uma cozinha vegana é aquela que menos divide, permitindo a pessoas de várias religiões comerem juntas.¹¹ Por todas as razões acima expostas, preferimos evitar o sofrimento animal desnecessário, cozinhando comidas igualmente deliciosas, que causem o mínimo de divisão enquanto quebram tabus culturais.

UMA CANTINA POPULAR VEGANA E A JUSTIÇA SOCIAL

Será que cozinhar comida vegana tem impacto na solidariedade entre todxs, no sentido da igualdade de acesso à alimentação ecossolidária, independentemente da pertença geográfica, étnico-racial, religiosa ou da classe económica de quem come? Neste campo, a nossa posição é bastante clara: a partilha de um mesmo planeta, tal como de uma mesma rua e a aceitação das diferenças exige menos consumo de carne, para maior e igual acesso à terra para todxs. Num planeta finito para necessidades humanas cada vez mais infinitas e assim impossíveis de satisfazer, nomeadamente com o aumento da população mundial e das desigualdades sociais, é essencial reflectir sobre a relação entre um consumo de carne banalizado e excessivo, bem como a falta de consciência das implicações que essa alimentação tem, na própria divisão hierárquica do planeta e da “rua” (Foley, 2011). Podemos, neste sentido, relacionar a produção intensiva de soja barata no Brasil (em

¹⁰ Ver documentário de Gabi Schlag (2016), *Wie Tiere fühlen*. Ilona Grundmann Filmproduction/WTS MixedMedia/ZDF. Consultado a 04.01.2021, em <https://www.youtube.com/watch?v=QAW3b0e7TgY>.

¹¹ A alimentação Halal, Kosher ou Hindu, por exemplo, contém alimentos tabus/proibidos que são exclusivamente animais ou fermentados. Cozinhar *vegan* e sem álcool será a forma mais fácil de juntar pessoas de diversas famílias religiosas.

zonas desflorestadas e com forte proporção de pessoas sem terra) com a indústria de carne alimentada por essa mesma soja.

A comida vegana é a comida que mais gente reúne, por ser uma alimentação mais bem tolerada por pessoas pertencendo a diversas religiões, culturas, grupos etários e estados de saúde; é a alimentação que geralmente menos afecta pessoas com dietas específicas ou intolerantes (de Lorgeril e Salen, 2014).

Pelas razões evocadas, questionamos grupos com actividades políticas ditas “solidárias” e “ecológicas”, mas que não consideram a questão da alimentação como um dado essencial na construção concreta de outro tipo de sociedade, uma sociedade ecossolidária. São exemplos destas iniciativas, a nosso ver, incoerentes: espaços de comida dita “popular”, que, no entanto, compram legumes vindos da monocultura intensiva e, em alguns casos, utilizam carne nos seus pratos; os grupos “vegetarianos” e “veganos”, que promovem produtos da Burger King e de outros grandes grupos capitalistas e ecocidas, que encontraram no veganismo uma oportunidade de lucro. Na nossa sociedade capitalista e hiperindustrializada, consideramos que grupos mais “politizados” poderiam dar um bom exemplo, criando cantinas verdadeiramente populares que, sempre que possível, apoiassem agricultorxs biológicxs da região e/ou povos do mundo em luta pela sua emancipação. Estas cantinas seriam pontos de encontro de redes de apoio mútuo, com o objectivo de participar na construção de uma outra sociedade, privilegiando a soberania alimentar e uma vida digna para as zonas rurais, em particular para xs agricultorxs que respeitam o (agro)ecossistema (incluindo as condições laborais).

EXEMPLO DO DECORRER ORGANIZADO E CAÓTICO DE UMA CANTINA ECOSSOLIDÁRIA: OS IV ENCONTROS ECOSSOCIALISTAS

A preparação de comida ecossolidária implica não só uma grande organização logística, material e espacial, mas também uma grande improvisação, sobretudo quando o objectivo é cozinhar um total de 550 refeições. Mesmo em situações muito incertas e instáveis – devido, entre outros, ao carácter voluntário da organização do evento, ao seu cariz internacional e ainda à grande afluência de pessoas –, os princípios que nos movem não podem ser relegados para segundo plano. Em qualquer evento, a comida ocupa um lugar central, mas, nos encontros de luta política e social, ela deve ter um papel preponderante, tanto unificador, como de apoio directo às organizações e a quem trabalha. A sua importância suscitou expressões que agora são lugar comum, como: “nenhuma luta se fez sem se pensar na comida”, “nas barricadas, como nas actividades do dia-a-dia, a comida terá de chegar em algum momento”, “senão, vence a fome” e “a fome é uma arma de guerra”.

Alternativas como a troca com agricultorxs através de “ajudadas” (apoio voluntário em grupo a agricultorxs), ou utilizando a respiga¹² para chamar a atenção para o desperdício alimentar, são perfeitamente válidas noutros contextos. No caso dos Encontros Ecosocialistas tivemos que eliminar estas formas de montar uma cantina popular, dada a maior complexidade envolvida.

Em acordo com a organização dos Encontros, decidimos por isso criar uma ementa ecossolidária, baseada na nossa lógica de compra e venda de produtos ecossolidários. Esta ementa implicou comprar o máximo de produtos a produtorxs biológicxs da região onde íamos cozinhar, produção agrícola biológica ou em conversão, o mais perto possível do local dos Encontros, optando, de preferência, por simpatizantes da causa no âmbito da qual íamos cozinhar. Desta forma, tornámos possível um apoio mútuo, essencial, a nosso ver, para um mundo com uma economia sustentável. Aquilo que não nos foi possível comprar em Portugal, foi encomendado a fornecedorxs biológicxs que oferecessem, no mínimo, produtos biológicos certificados, dando preferência a produtos europeus com certificação mais “credível” e com o menor impacto ambiental possível.

A Associação teve muito pouco tempo para preparar tudo. Após uma clarificação dos objectivos e expectativas do nosso projecto com a organização dos Encontros Ecosocialistas, avançámos naquilo que gostamos de chamar o “decorrer organizado e caótico de uma cantina ecossolidária”. Todos os passos foram sempre tomados em estreita colaboração com a organização.

Uma das partes mais “épicas” de todo o processo da cantina foi a exigência de criar um orçamento, elaborar uma ementa e encomendar os ingredientes para fazer refeições para um número desconhecido de pessoas. Através de técnicas quase divinatórias começámos a perceber, sem nunca ter a certeza de nada, quantas pessoas poderiam passar pelos dois dias dos Encontros. A organização dos Encontros garantiu ainda os fundos para as primeiras despesas de forma a que a nossa Associação pudesse assegurar as encomendas de parte dos ingredientes.

Definimos da seguinte maneira o nosso papel na organização da comida ecossolidária:

- criar um orçamento que respeitasse as possibilidades de todas as pessoas envolvidas (produtorxs, Caldeira Negra, participantes e organização);
- criar possíveis ementas (Imagem 1), a partir do contacto com produtorxs nossxs conhecidxs e por conhecer, para saber que hortaliças iriam poder fornecer e em que quantidades;

¹² A respiga é uma forma de retomar e reutilizar o desperdício alimentar.

- gerir de forma constante e orgânica o caderno das contas, que representava a “linha vermelha” para os aspectos económicos e logísticos de toda a iniciativa, garantindo que todas as pessoas e organizações envolvidas recebessem um preço justo pelo seu trabalho e que todos os ingredientes chegassem em tempo útil ao local dos Encontros.

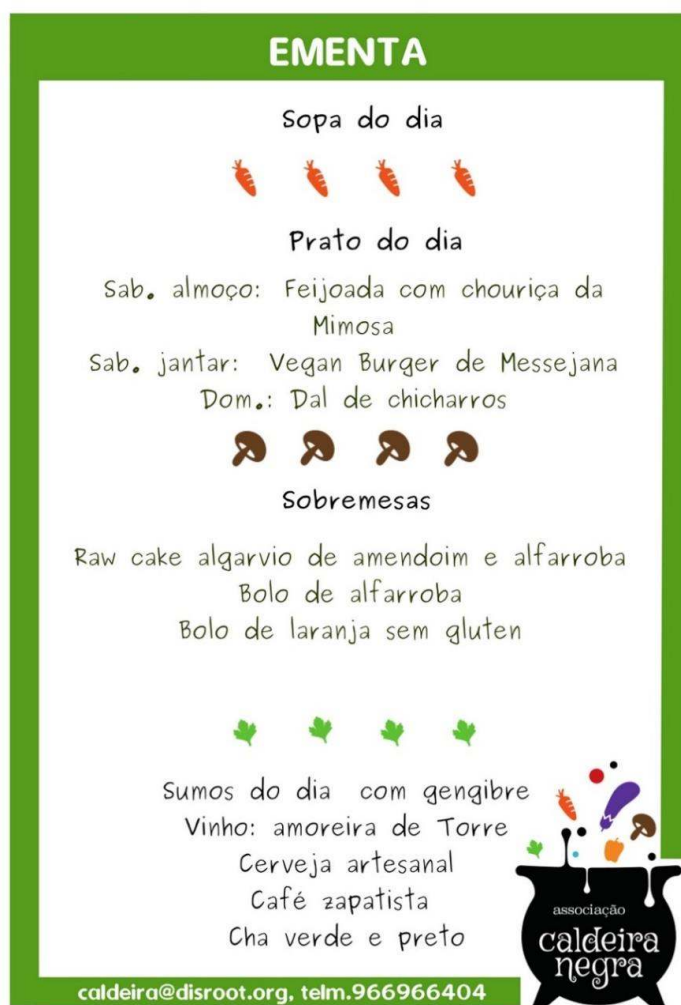


IMAGEM 1 – Exemplo de ementa nos IV Encontros Ecosocialistas

Foi na maravilhosamente bem equipada cozinha do refeitório da Escola Secundária Luís de Camões, em Lisboa, que concretizámos o objectivo último do nosso compromisso. Aí cozinhámos com uma equipa permanente, que recebeu uma indemnização pelas múltiplas horas de trabalho na cozinha, complementada com o apoio de pessoas voluntárias, multifacetadas e cheias de vontade de ajudar, a quem chamamos “alquimistas

da solidariedade” e que vieram dar uma mão em diversos momentos críticos da cozinha (nomeadamente na lavagem da loiça e na distribuição das refeições). Em troca do seu apoio, receberam uma refeição e bebidas. A cozinha transformou-se na casa da equipa permanente, que nela viveu 16 horas por dia, durante os três dias do evento. A ocupação oscilava desde duas pessoas de madrugada para quatro pessoas até ao meio dia, chegando ao pico de ocupação à hora do almoço, com cerca de 14 “alquimistas da solidariedade”. A cozinha encheu-se de vida, orquestrada pelo tal caderno da “linha vermelha”, sempre pendurado algures e ocasionais berros de “lavaste as mãos?!” sempre que entrava um(x) simpáticx voluntárix que mantinha a sua imensa vontade de ajudar apesar do cenário taquicárdico. Uma cozinha gerida desta forma transforma-se num lugar vivo, onde muitas pessoas, neste tipo de eventos, se refugiam para viver a ecossolidariedade concreta e debater ideias menos formais num ambiente descontraído. Em vários momentos, juntaram-se as pessoas que trabalhavam no refeitório da Escola Secundária Luís de Camões, para ajudar e relembrar o tempo em que elas cozinhavam, o tempo em que a comida da cantina ainda “sabia a alguma coisa” e não vinha “de fora”, empacotada em plástico. A cozinha transformou-se num exemplo exímio de ecossolidariedade, juntando todas as pessoas num espaço para cozinhar e saborear aquilo que a terra e quem a trabalhou produziram com tanto amor e tanto suor.

Revisto por Ana Sofia Veloso

JOANA FERNANDES

Associação Caldeira Negra
Contacto: caldeira@disroot.org

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 20 Minutes avec agence (2017), “Agriculture bio: L’Europe veut autoriser les pesticides et réduire les contrôles qualité dans la filière”, *20 Minutes*, 12 de junho. Consultado a 24.12.2020, em <https://www.20minutes.fr/sante/2085195-20170612-agriculture-bio-europe-veut-autoriser-pesticides-reduire-contrôles-qualite-filiere>.
- Alves, Sara (2017), “Algarve tem a maior plantação de abacates da Europa”, *Barlavento*, 1 de outubro. Consultado a 02.01.2021 em <https://barlavento.sapo.pt/destaque/algarve-tem-a-maior-plantacao-de-abacates-da-europa>.
- Bai, Zhanguo; Caspari, Thomas; Ruiperez Gonzalez, Maria; Batjes, Niels H.; Mäder, Paul; Bünemann, Else K.; de Goede, Ron; Brussaard, Lijbert; Xu, Minggang; Ferreira, Carla Sofia Santos; Reintam, Endla; Fan, Hongzhu; Mihelič, Rok; Glavan, Matjaž; Tóth, Zoltán (2018),

- "Effects of Agricultural Management Practices on Soil Quality: A Review of Long-Term Experiments for Europe and China", *Agriculture, Ecosystems & Environment*, 265, 1-7.
- Bender, Kelli (2018), "Baby Cow Escapes Slaughterhouse and Is Raised by Deer Family in Snowy Forest", *People.com*, 26 de junho. Consultado a 04.01.2021, em <https://people.com/pets/cow-raised-by-deer-farm-sanctuary/>.
- Biswas, Debabrata; Micallef, Shirley A. (2019), *Safety and Practice for Organic Food*. London: Elsevier.
- Blaisdell, Aaron P. (2019), "Mental Imagery in Animals: Learning, Memory, and Decision-Making in the Face of Missing Information", *Learning & Behavior*, 47(3), 193-216.
- Cerqueira, M.; Millot, S.; Castanheira, M. F.; Félix, A. S.; Silva, T.; Oliveira, G. A.; Oliveira, C. C.; Martins, C. I. M.; Oliveira, R. F. (2017), "Cognitive Appraisal of Environmental Stimuli Induces Emotion-like States in Fish", *Scientific Reports*, 7, art. 13181.
- Clark, Michael; Tilman, David (2017), "Comparative Analysis of Environmental Impacts of Agricultural Production Systems, Agricultural Input Efficiency, and Food Choice", *Environmental Research Letters*, 12(6), art. 064016.
- de Lorgeril, Michel; Salen, Patricia (2014), "Gluten and Wheat Intolerance Today: Are Modern Wheat Strains Involved?", *International Journal of Food Sciences and Nutrition*, 65(5), 577-581.
- England, Charlotte (2017), "Supermarkets Using 'Shocking Tactics' to Extract Money from Suppliers", *The Independent*, 12 de março. Consultado a 04.01.2021, em <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/supermarkets-using-shocking-tactics-extract-money-suppliers-a7625936.html>.
- Foley, Jonathan A. (2011), "Can We Feed the World and Sustain the Planet?", *Scientific American*, Novembro, 60-65. Consultado a 01.04.2021, em http://web.mit.edu/12.000/www/m2019/pdfs/Foley_2011_ScientificAmerican.pdf.
- Galgano, Fernanda; Tolve, Roberta; Colangelo, Maria Antonieta; Scarpa, Teresa; Caruso, Marisa Carmela (2016), "Conventional and Organic Foods: A Comparison Focused on Animal Products", *Cogent Food & Agriculture*, 2(1), art. 1142818.
- Geffroy, Laurianne (2018), "Où sont passés les oiseaux des champs?", *CNRS – Le Journal*, 20 de março. Consultado a 04.01.2020, em <https://lejournel.cnrs.fr/articles/ou-sont-passes-les-oiseaux-des-champs>.
- Guerreiro, Júlio César (2004), "A importância das joaninhas no controle biológico de pragas no Brasil e no mundo", *Revista Científica Eletrônica de Agronomia*, 3(5), 1-3.
- Havard, Anne-Lise; Jacquemin, Juliette (2018), "Comment la grande distribution s'approprie l'image sympathique du petit producteur local", *Observatoire des multinationales: social, écologique, politique*, 7 de julho. Consultado a 04.01.2021, em https://multinationales.org/Comment-la-grande-distribution-s-approprie-l-image-sympathique-du-petit?fbclid=IwAR37dvsgjOkG_AoCR9GW_7Hdk5Lo2rZYT2YhFVNq7L3Ci1tgtvS6z-1b2FE.
- Hickman, Martin (2013), "Eaten in Britain until the 1930s – But Horsemeat Has Fallen Out of Favour", *The Independent*, 16 de janeiro. Consultado a 04.01.2021, em

<https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/eaten-britain-until-1930s-horsemeat-has-fallen-out-favour-8454511.html>.

- Ikerd, John (2020), “‘Feeding the World’ without Industrial Agriculture”, blogue *John Ikerd*, 13 de outubro. Consultado a 02.01.2021, em <https://www.johnikerd.com/post/feeding-the-world-without-industrial-agriculture>.
- Jalava, Mika.; Kumm, Matti.; Porkka, Miina.; Siebert, Stefan.; Varis, Olli. (2014), “Diet Change – A Solution to Reduce Water Use?”, *Environmental Research Letters*, 9(7), art. 074016.
- Krause, Jens; Lusseau, David; James, Richard (2009), “Animal Social Networks: An Introduction”, *Behavioral Ecology and Sociobiology*, 63(7), 967-973.
- Laland, Kevin N.; Galef, Bennett G. (orgs.) (2009), *The Question of Animal Culture*. Harvard: University Press.
- Lebreton, L.; Slat, B.; Ferrari, F.; Sainte-Rose, B.; Aitken, J.; Marthouse, R.; Hajbane, S.; Cunsolo, S.; Schwarz, A.; Levivier, A.; Noble, K.; Debeljak, P.; Maral, H.; Schoeneich-Argent, R.; Brambini, R.; Reisser, J. (2018), “Evidence that the Great Pacific Garbage Patch is Rapidly Accumulating Plastic”, *Scientific Reports*, 8, art. 4666.
- Lin, Brenda B. (2011), “Resilience in Agriculture through Crop Diversification: Adaptive Management for Environmental Change”, *BioScience*, 61(3), 183-193.
- Lusa (2019), “Zonas rurais ‘perderam 40% ou mais’ de população nos últimos 30 anos”, *Observador*, 23 de dezembro. Consultado a 02.01.2021, em <https://observador.pt/2019/12/23/zonas-rurais-perderam-40-ou-mais-de-populacao-nos-ultimos-30-anos/>.
- Marino, Lori (2017), “Thinking Chickens: A Review of Cognition, Emotion, and Behavior in the Domestic Chicken”, *Animal Cognition*, 20, 127-147.
- Mie, Axel; Andersen, Helle Raun; Gunnarsson, Stefan; Kahl, Johannes; Kesse-Guyot, Emmanuelle; Rembiałkowska, Ewa; Quaglio, Gianluca; Grandjean, Philippe (2017), “Human Health Implications of Organic Food and Organic Agriculture: A Comprehensive Review”, *Environmental Health*, 16, art. 111.
- Mondelaers, Koen; Aertsens, Joris; Van Huylenbroeck, Guido (2009), “A Meta-Analysis of the Differences in Environmental Impacts between Organic and Conventional Farming”, *British Food Journal*, 111(10), 1098-1119.
- Montgomery, Sy (2015), *The Soul of an Octopus: A Surprising Exploration into the Wonder of Consciousness*. Avon, USA: Atria Books.
- Rajão, Raoni; Soares-Filho, Britaldo; Nunes, Felipe; Börner, Jan; Machado, Lilian; Assis, Débora; Oliveira, Amanda; Pinto, Luis; Ribeiro, Vivian; Rausch, Lisa; Gibbs, Holly; Figueira, Danilo (2020), “The Rotten Apples of Brazil’s Agribusiness”, *Science*, 369(6501), 246-248.
- REA – Relatório do Estado do Ambiente (2019) “Transportes – Pegada energética e carbónica dos transportes”, *Portal do Estado do Ambiente*, 1 de abril. Consultado a 04.01.2021, em <https://rea.apambiente.pt/content/pegada-energ%C3%A9tica-e-carb%C3%B3nica-dos-transportes>.

- Reardon, Thomas; Barrett, Christopher B. (2000), "Agroindustrialization, Globalization, and International Development: An Overview of Issues, Patterns, and Determinants", *Agricultural Economics*, 23(3), 195-205.
- Sánchez-Bayo, Francisco; Wyckhuys, Kris A. G. (2019), "Worldwide Decline of the Entomofauna: A Review of Its Drivers", *Biological Conservation*, 232, 8-27.
- Sharman, Jon (2018) "Cow Escapes Farm to Go and Live with Herd of Bison", *The Independent*, 25 de janeiro. Consultado a 04.01.2021, em <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/cow-escape-farm-live-bison-herd-poland-bialowieza-forest-belarus-a8177876.html>.
- Spivak, Maria; Mader, Eric; Vaughan, Mace; Euliss Jr., Ned H. (2005), "The Plight of the Bees", *Environmental Science & Technology*, 45(1), 34-38.
- Springmann, Marco; Godfray, H. Charles J.; Rayner, Mike; Scarborough, Peter (2016), "Analysis and Valuation of the Health and Climate Change Cobenefits of Dietary Change", *PNAS – Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 113(15), 4146-4151.
- Tang, Karen L.; Caffrey, Niamh P.; Nóbrega, Diego B.; Cork, Susan C.; Ronksley, Paul E.; Barkema, Herman W.; Polachek, Alicia J.; Ganshorn, Heather; Sharma, Nishan; Kellner, James D.; Ghali, William A. (2017), "Restricting the Use of Antibiotics in Food-Producing Animals and Its Associations with Antibiotic Resistance in Food-Producing Animals and Human Beings: A Systematic Review and Meta-Analysis", *The Lancet Planetary Health*, 1(8), e316-e327.

AURORA SANTOS, CECÍLIA FONSECA, SÉRGIO PEDRO

DESCONSTRUINDO OS SISTEMAS AGROALIMENTARES.

**LEITURAS, EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES A PARTIR DO EIXO 1 DOS IV ENCONTROS ECOSSOCIALISTAS:
ECONOMIA POLÍTICA DA COMIDA E SOBERANIA ALIMENTAR**

1. ECONOMIA POLÍTICA DA COMIDA E SOBERANIA ALIMENTAR

Porquê uma “economia política” da comida? Porquê “soberania” alimentar? Porquê discutir estas questões no quadro do ecossocialismo? O presente texto resulta do trabalho coletivo dos/as coordenadores/as e moderadores/as do Eixo 1 dos IV Encontros Internacionais Ecosocialistas:¹ Economia Política da Comida e Soberania Alimentar. Com a presença de trabalhadoras/es rurais, representantes da sociedade civil e da academia, pretendeu-se, neste eixo, criar um espaço de debate em torno da (des)construção dos sistemas alimentares. Abordaram-se particularidades geográficas, enquadramentos institucionais vigentes e alternativas de índole prática, não só a nível da produção alimentar mas também da organização social, económica e política, e procurou-se estabelecer uma relação entre estes debates e a visão sistémica do que poderá ser chamado de ecossocialismo.

A discussão sobre economia política da comida e soberania alimentar não poderia caber, em toda a sua complexidade, no tempo naturalmente exíguo do evento, pelo que pretendemos apresentar não só os conteúdos do Eixo como também alargar e aprofundar questões fundamentais que não foram abordadas no mesmo. Assim, iniciamos o texto com uma introdução à problemática da comida através de várias lentes (secção 1): o que é a comida; a alimentação como Direito; a alimentação como crítica

¹ Os IV Encontros Internacionais Ecosocialistas tiveram lugar em Lisboa, entre 23 e 25 de novembro de 2018.

ao sistema alimentar globalizado. De seguida, reportamos as reflexões trazidas pelos/as intervenientes nos três painéis que compuseram o eixo (secção 2). Estes procuraram focar em algumas dimensões de leituras críticas desse sistema: o lugar do campesinato na alimentação, sistemas alimentares alternativos e a agroecologia enquanto prática e política. Tentamos destacar aspetos centrais e intersetoriais da proposição argumentativa e visões de mundo presentes nos painéis. Concluimos com uma tentativa de alargar as problematizações, por um lado, focando nas ausências neste debate e, por outro, enquadrando-as naquela que nos parece ser a abordagem mais sistémica para uma economia política da comida: a agroecologia camponesa.

2. A ALIMENTAÇÃO NO CENTRO E DIFERENTES LEITURAS À SUA VOLTA

2.1. O ALIMENTO – FAZER ALIMENTOS E COMER

A alimentação é um dos aspetos centrais a qualquer comunidade humana, porque central à vida. É um elemento essencial e multidimensional: desde a dimensão biológica à dimensão cultural, social, económica e política; “[...] como dizem em sociologia e antropologia da alimentação, a alimentação é um facto social total”².

Os alimentos, por mais quotidianos que nos sejam, não são banais. “Fazer” alimentos, com a modernização agrária, foi sendo reduzido à ideia de “produção”, especialmente na sua vertente industrial e homogeneizante. Nos complexos processos de acumulação capitalista, em particular o processo de urbanização e a criação do consumo/consumismo como forma de vida, os seres humanos viram-se colocados num dos vários dualismos criados pela modernidade: ser produtor/a ou ser consumidor/a. Processos que, no seu conjunto, conduzem ao afastamento dos seres humanos em relação à natureza. “Fazer” comida representa, para muitas pessoas, a sua transformação através da cozinha, desligada dos ciclos produtivos e dos elementos. Ou representa apenas a última fase de um longo caminho percorrido pelos alimentos: comer.

Os seres humanos, afastados do labor holístico de fazer alimentos, resignados à saciedade de necessidades nutricionais através das refeições, parecem tornar-se em seres apolíticos, que pouco podem fazer, ou que pouca importância percebem no alimento e no ato de se alimentarem. No entanto, comer continuará a ser um ato político, acima de tudo porque não existe apoliticidade na existência humana. Comer pode tornar-se um ato político ainda mais proeminente quando, conscientemente, integramos processos coletivos – mais do que processos individuais de “consumo” – da produção

² Universidades de la Tierra (2015), “Marta Soler (Universidad de Sevilla) – Introducción al concepto de Soberanía Alimentaria”. Consultado a 10.12.2019, em <http://universidadesdelatierra.org/recurso/marta-soler/>.

Todas as traduções apresentadas são da responsabilidade das autoras e do autor.

até à refeição, que contribuem para a justiça social e para a solidariedade entre povos, classes e territórios (Sevilla Guzmán, 2011).

2.2. A LEITURA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ADEQUADAS

De acordo com a recente edição do relatório anual “O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo” (FAO *et al.*, 2019), publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), estima-se que cerca de 820 milhões de pessoas não tiveram acesso a comida suficiente em 2018, ao mesmo tempo em que a obesidade e as doenças relacionadas com a má alimentação se vêm tornando uma epidemia mundial, continuando a aumentar em todos os países. O desafio de alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Fome Zero até 2030, como meta dos ODS da ONU, exige uma transformação profunda dos sistemas alimentares para passarem a providenciar dietas saudáveis, produzidos de forma sustentável, para uma população mundial em crescimento.

Adotando uma linguagem de direitos – e numa visão mais antropocêntrica –, face ao número crescente de doenças crónicas resultantes de alimentação inadequada, aos efeitos das alterações climáticas sobre a resiliência alimentar global e face ao aumento de pessoas em situação de insegurança alimentar, a proteção e a realização do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) é hoje urgente. A concretização deste Direito, e em particular a sua componente de autodeterminação alimentar, está interligada com o desenvolvimento participativo de sistemas alimentares sustentáveis, justos e que atendam aos interesses das gerações futuras.

Apesar do tema da alimentação estar na ordem do dia, não são ainda claramente percecionados, ao nível da governança alimentar, os desafios multidimensionais que se colocam à garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional dos povos. São necessárias iniciativas de base sobre este tema, em prol de um diálogo profícuo entre os diferentes atores que influenciam a implementação deste direito a nível local (Pedro, 2020).

2.3. A LEITURA A PARTIR DA CRÍTICA AO SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBALIZADO

Observamos sucessivas crises de escassez e subida de preços dos alimentos. As causas da fome são políticas, com base em questões de justiça social e de redistribuição (Vivas, 2014). Dados como os mencionados no ponto anterior são reiteradamente usados para justificar a necessidade de intensificação produtiva. Sob o mote de alimentar o mundo, propalado pela ideologia da revolução verde (primeira e segunda), as transformações impostas pelo capitalismo aos sistemas agroalimentares atuais ignoram e exterminam inúmeros microssistemas agroalimentares. É, pois, fundamental

trazer o debate para o nível local (mas inscrevendo-o na complexidade global), considerando os conhecimentos e as práticas das pessoas e das comunidades para resistir ao processo de homogeneização empobrecedora dos sistemas alimentares.

É também essencial visibilizar os objetivos reais da intensificação da produção agrícola e animal. Servem para alimentar quem? Servem-se de que recursos, de que pessoas, de que territórios, para alimentar esse sistema autofágico? O que gera esse sistema: alimento ou capital que se retroalimenta? Quem nos alimenta na realidade? Não obstante a variedade de respostas a estas questões – nomeadamente das teses marxistas sobre a formação capitalista e sobre o lugar e o papel da agricultura feudal e do campesinato nesse processo (Bernstein, 2016) – a agricultura e a terra foram e continuam a ser fatores centrais ao desenvolvimento do capitalismo. Isto acontece não só pela transformação da terra num bem privado e em rendimento fundiário – e pela sua concentração –, como pela transformação (parcial) da agricultura camponesa em trabalho assalariado (proletariado agrário e/ou industrial) (Marx, 2017 [1894]), e, mais recentemente, com a transformação dos alimentos em *commodities* transacionáveis em bolsas internacionais.

Os processos de desenvolvimento e de acumulação capitalista vão-se reconfigurando continuamente, num ciclo que alia produção com despojo ambiental. Desde os anos 1990, essas reconfigurações agudizam alguns aspetos e criam novas ligações entre agricultura(s) e outros elementos: alimentação; recursos energéticos; rendimentos latifundiários e apropriação de terras; políticas públicas de fomento/protecionismo económico na agropecuária; políticas de especialização agrícola e de cerceamento da pequena produção agroalimentar; o poder das indústrias multinacionais (de sementes, agroquímicos, etc.) e a recolha pelas mesmas de metadados da produção à colheita; as biotecnologias (OGM e edição genética); a construção de megaprojetos (infraestruturas hídricas, por exemplo); o uso e a contaminação da água e do solo; o crédito agrícola; entre outros. Estes são alguns dos múltiplos elementos e das imbricadas questões a indagar numa economia política (bem como numa ecologia política) da comida e do sistema agroalimentar globalizado (ETC Group, 2017). Perante o complexo e injusto funcionamento deste sistema emergem respostas coletivas críticas que buscam redesenhar os sistemas agroalimentares, dentro e fora dos padrões institucionalizados. É no quadro da (re)atualização destas lutas, a partir dos territórios, que se podem posicionar a soberania alimentar e a agroecologia, enquanto formas de análise crítica do sistema agroalimentar e dos processos agrários e enquanto facilitadoras da construção de alternativas socioecológicas e políticas, baseadas em diferentes conhecimentos, epistemologias e cosmovisões.

3. RESPOSTAS CONTRA-HEGEMÓNICAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Os três painéis que compuseram o eixo em questão contaram, cada um, com a participação de três oradores/as e em torno de 60 participantes. Vamos, de seguida, detalhar os conteúdos levantados pelos/as oradores/as.

3.1. PAINEL 1 – AGRICULTURA, AUTOSSUFICIÊNCIA E LUTAS CAMPONESAS

A intervenção de Paul Nicholson, do sindicato agrário EHNE Bizkaia, que é membro do movimento La Via Campesina – Europa, trouxe para o centro do debate a importância da agricultura camponesa com alguns dados: a rede camponesa³ é responsável por mais de 70% da produção mundial de alimentos que chegam às nossas mesas, utilizando apenas 25% das terras agrícolas. Os dados do último relatório do ETC Group (2017) demonstram que, apesar da quantidade incomensurável de comida produzida pela cadeia agroindustrial, esta só alimenta 30% da população mundial, ao longo de uma cadeia altamente dependente de petróleo, onde a maior parte das calorias produzidas se perde na produção de carne, no ciclo transporte-armazenamento-processamento dos alimentos, e no desperdício final no consumo dos mesmos. A produção agroindustrial não só não alimenta o mundo, como usa e usurpa mais de 75% da terra agrícola.

Como referiu Nicholson, a expulsão dos e das camponesas das suas terras, a migração, e os processos de desertificação dos territórios rurais são consequências diretas das políticas neoliberais e da ofensiva do capital financeiro e das corporações transnacionais sobre os territórios. São exemplos destas políticas e ofensiva os tratados de livre comércio, as políticas de privatização dos bens comuns e concentração da terra, ou a imposição de modelos de produção agroquímica intensiva e de modelos globalizados de consumo insustentáveis. A organização agroalimentar ao serviço dos impérios (van der Ploeg, 2010), o poder estratégico da grande distribuição alimentar (Delgado, 2010; Vivas, 2014) e o poder corporativo das indústrias agroquímica, farmacêutica e biotecnológica fazem parte da trama que suporta o sistema agroalimentar industrial capitalista.

É neste contexto que surge em 1993 La Via Campesina (LVC), um movimento internacional que agrupa 182 organizações sociais de base (com mais de 200 milhões de camponeses e camponesas, agricultoras/es, sem terra, jovens e mulheres rurais, indígenas, migrantes e trabalhadoras/es agrícolas em todo o mundo). No âmbito da

³ Termo adotado no relatório do ETC Group (2017), incluindo nesta rede as pessoas produtoras a pequena escala – agricultoras, pastoras, criadoras de gado – e também pescadoras, recoletoras, caçadoras e produtoras urbanas e periurbanas. Também se incluem aqueles e aquelas que, embora sem terra, trabalham para outros/as para abastecer alimentos.

LVC, o campesinato é sujeito político, a soberania alimentar (impulsada pelo movimento) é uma proposta política transformadora do modelo agroalimentar dominante, e a agroecologia é uma ferramenta base para essa transformação. Com um enfoque de direitos diferente do impulsionado institucionalmente a nível da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla inglesa) – para reduzir a fome e a pobreza e promover o desenvolvimento –, o conceito de soberania alimentar⁴ defende o direito dos povos a definirem as suas próprias políticas agrícolas e alimentares, e a obterem alimentos saudáveis e culturalmente adequados, levantando a questão do acesso aos bens comuns, as lutas como a da reforma agrária ou a defesa de uma agricultura sustentável, com base nos conhecimentos e saberes camponeses, e orientada aos mercados locais (Sevilla Guzmán e Soler Montiel, 2010).

Sobre o conceito de “soberania alimentar”, e relativamente às formas de conceber a alimentação, os bens comuns e, em particular, a “soberania”, Giovanna Micarelli – professora de antropologia na Pontifícia Universidad Javeriana, Bogotá, na Colômbia – partilhou algumas reflexões a partir de um trabalho de investigação onde se pretendia compreender a experiência das comunidades indígenas e afrocolombianas para promover a soberania alimentar, prestando especial atenção ao significado que adquirem os bens comuns nas mesmas. Na resposta às perguntas “o que é o alimento?” ou “o que é a soberania?”, a partir das visões dos povos indígenas, Micarelli referiu que estes se recusam a considerar a terra ou a água como recursos, não se considerando donos dos mesmos, já que pertencem à terra (não é a terra que lhes pertence). Nestas ontologias, soberania significa partilhar responsabilidade (e não controle) para manter esta rede com a vida, pelo que prestar atenção a estes mundos relacionais permite ampliar as possibilidades de uma transformação contra-hegemónica no campo do DHANA (Micarelli, 2018).

Ampliando as perspetivas críticas na leitura do DHANA, a intervenção de Victoria Medina, facilitadora da Rede das Margaridas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, abordou o papel central da mulher para a realização deste direito, e, conseqüentemente, para a soberania alimentar, sendo transversal a todo o sistema alimentar, desde a produção até ao consumo. Medina referiu que mais de 50% da produção de alimentos provenientes da agricultura familiar, a nível mundial, provém das mãos de mulheres: são elas que cultivam, lavram e realizam a colheita dos alimentos, algo frequentemente invisibilizado. No âmbito da CPLP, esse valor pode chegar a 90% em alguns países onde as mulheres são as principais produtoras. As mulheres têm um

⁴ Definição completa do conceito de soberania alimentar disponível em <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/Food-Sovereignty-a-guide-ES-version-low-res.pdf>. Consultado a 10.12.2019.

papel fundamental para a produção e reprodução dos meios de vida e alimentam o mundo de todas as formas possíveis – não só a partir de uma perspectiva produtiva, já que a sociedade também as responsabiliza pelo armazenamento e conservação dos alimentos, a sua transformação e o seu cozinhar. Contudo, apesar de serem as maiores responsáveis por alimentar o mundo, são as mais vulneráveis à pobreza e à insegurança alimentar, com vários obstáculos à realização dos seus direitos: não têm pleno acesso a recursos económicos e produtivos (acesso à terra, à água, às sementes, ao crédito, à saúde, à educação, entre outros) e são excluídas dos espaços de governança e tomadas de decisão. É necessária uma perspectiva feminista e interseccional, não só na abordagem do DHANA e da soberania alimentar, como no próprio redesenho dos sistemas alimentares. Sistemas de base agroecológica que coloquem as pessoas e as suas necessidades no centro e com um enfoque ecofeminista, indispensável para descolonizar e despatriarcalizar a alimentação globalizada (Soler Montiel e Pérez Neira, 2013).

3.2. PAINEL 2 – DEBATER OS SISTEMAS ALIMENTARES

No contexto da análise da gestão florestal e dos comuns para a realização do DHANA, Rita Serra – investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – expôs o conceito de “florestas zombies”, florestas uniformes e dependentes de práticas agroflorestais intensivas e insustentáveis, aprisionadas num ciclo vicioso. A oradora questionou se, face a este panorama, poderão os baldios ser a solução para as “florestas zombies”. Denotou, contudo, que os baldios estão, na sua maioria, capturados por interesses privados, nomeadamente interesses de empresas mineiras e de celulose, que beneficiam da erosão das comunidades locais e da falta de organização comunitária. Concluiu que a mudança do atual paradigma exige necessariamente uma maior coesão e organização das populações locais na gestão dos recursos comuns, bem como uma reforma do ordenamento do território. A gestão comunitária das florestas é um tema que implica diretamente o DHANA. Mais de 2,4 biliões de pessoas dependem direta ou indiretamente das florestas para a geração de rendimento em moeda ou em espécie (FAO, 2017), proporcionando uma ampla gama de benefícios sociais, económicos, culturais, espirituais e ambientais para as comunidades locais. O reconhecimento das populações locais como principais interessadas na floresta e a promoção do seu envolvimento na tomada de decisões e na gestão sustentável das florestas gera resultados positivos para os meios de subsistência, o desenvolvimento rural e a conservação da floresta.

A relevância da agência e responsabilidade das comunidades locais na criação de iniciativas de base que questionem criticamente o *statu quo* dos sistemas alimentares

foi igualmente evidenciada por Éber Quiñonez, doutorando da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Partindo do conceito de Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA), o orador abordou o papel das comunidades no fortalecimento dos sistemas alimentares sustentáveis de base local, tendo em consideração a tendência de redução da biodiversidade nos padrões alimentares. No âmbito dos estudos do desenvolvimento territorial, é identificada a pertinência do contributo dos CCA enquanto redes alternativas alimentares (Goodman e Goodman, 2009) que representem uma via para a ocupação do território rural e valorização do mesmo, conduzindo à criação exponencial de postos de trabalho diretos e indiretos e, assim, para a alavancagem do desenvolvimento local de base comunitária.

A par da necessidade de uma mudança no consumo individual de alimentos, de uma forma crítica à tendência da cooptação de conceitos por lógicas capitalistas, também o Estado e demais entidades públicas possuem um papel de grande relevância na promoção dos CCA através da contratação pública para o abastecimento de cantinas escolares e outros estabelecimentos de restauração coletiva. Foi neste sentido que Carmo Bica, presidente da Cooperativa Três Serras, orientou a sua intervenção. De acordo com a mesma verifica-se a necessidade de um ponto de viragem nas políticas públicas, que se torna ainda mais premente caso se considere que o valor equivalente a 10% do PIB de Portugal é alocado em despesas de saúde para tratamento de doenças resultantes de maus hábitos alimentares. A oradora entende que a necessária mudança de paradigma deverá basear-se no DHANA, defendendo o ambiente e a biodiversidade. Abordando a falácia da intensificação agrícola como solução da insegurança alimentar, Bica mencionou o facto de, apesar de se verificarem níveis elevados de produtividade agrícola, não é por isso que se está a conseguir combater desigualdades no acesso à comida, desigualdades sociais e insegurança alimentar. De facto, em Portugal, há fome e há também gente a comer demais e a comer alimentos de má qualidade nutricional (FAO *et al.*, 2019, pg. 3). Esta situação é também explicada pelo abandono do território, antes ocupado pela pequena e média agricultura familiar, uma situação que a oradora atribui ao carácter injusto da Política Agrícola Comum. Assim, e por forma a mobilizar todos os atores intervenientes nos sistemas alimentares, a oradora lançou a questão: que alimentos queremos cultivar e comer?

3.3. PAINEL 3 – AGROECOLOGIA: PRÁTICA E POLÍTICA

O Eixo encerrou com um painel em que se procurou ilustrar e refletir sobre práticas agroecológicas: como se constroem? Como se mantêm? Que elementos são essenciais a uma prática (política) agroecológica?

Avelino Rego apresentou o projeto Terra Maronesa, nas Serras do Alvão/Marão, que visa recuperar e valorizar a raça autóctone de bovinos Maronesa, em ligação com a história das gentes e do agroecossistema local. Rego referiu que se dedica à (re)produção deste gado, com cuidado e respeito pelos animais, em modo extensivo e com baixa produtividade face aos *standards* da produção industrial. A questão ambiental é relevante: produzir carne com menor impacto ambiental, tanto nas emissões de dióxido de carbono como no consumo de água, é uma das suas preocupações. As vacas pastam ao ar livre e ajudam à fertilização da terra para a agricultura. Trabalhar na montanha, em relação com os animais, e sentir-se portador de uma história que alia aos conhecimentos técnicos mais recentes dão-lhe grande motivação e alegria. No entanto, não lhe garante estabilidade económica, tornando-se necessário agregar valor à produção, por exemplo, através do turismo. E, apesar da preocupação económica, gostaria de atrair uma comunidade de jovens pastoras/es e agricultoras/es que tenham gosto pelo que fazem.

A sustentabilidade ambiental do território depende da sustentabilidade económica e social das suas gentes. Enquanto a sustentabilidade económica é mais facilmente entendível, a sustentabilidade social é mais complexa, pois envolve questões de bem-estar pessoal e de enquadramento da pessoa no mundo que a rodeia, como o reconhecimento dos seus pares, a gestão dos momentos de *stress* particulares da agricultura (Rego deu como exemplo uma trovoada que levou toda a colheita de um pequeno agricultor sem seguro), de ansiedade (“o ano vai muito seco ou muito chuvoso”) ou a conciliação do trabalho com a vida familiar.

A sustentabilidade socioeconómica das pessoas e dos territórios foi uma das motivações para a criação da cooperativa integral Minga, em Montemor-o-Novo. Jorge Gonçalves, um dos seus membros, contou que “minga” significa ajudada em algumas culturas andinas, sendo que em português ressoa a minguar, decrescer. Criada em 2014, a cooperativa – que conjuga diferentes atividades produtivas e de serviços – tem uma secção dedicada à agricultura. O objetivo inicial foi diminuir os custos que os e as agricultoras suportam para comercializar os seus produtos (contabilidade, segurança social, etc.) e ganhar escala na distribuição. Os/as associados/as podem faturar as vendas através da cooperativa, com acesso a contabilidade organizada. A Minga mantém uma loja de produtos locais, bem como uma banca no mercado municipal, e fornece as cantinas escolares sob alçada do município. As pessoas que fundaram a cooperativa não são de Montemor-o-Novo e foram sentindo necessidade de se relacionar com as “pessoas da terra”. Hoje, quem trabalha na loja é uma pessoa do concelho, o que melhorou as vendas e as relações sociais.

No que concerne às aprendizagens e evolução da cooperativa, se num primeiro momento se dedicaram, principalmente, ao mercado alimentar, foram-se apercebendo que o mercado com maior potencial é o agroflorestal. Desenvolveram uma marca de cosmética e de detergentes, mas as matérias-primas vêm de fora. Procuram, assim, encontrar soluções locais, investindo na produção agroflorestal, para obterem as matérias-primas necessárias e valorizando os produtos através da transformação. Gonçalves sublinhou que essa valorização ocorria, no passado, em lagares, moinhos, queijarias e outros meios de produção coletivos, que foram abandonados e desativados porque as normas para a sua homologação tornaram-se cada vez mais rígidas. Esta foi uma entre as várias transformações, a par da concentração urbana e do desaparecimento das redes de solidariedade, que ocorreram nas últimas décadas e que tornam premente pensar (n)os territórios e em como podemos alterar este estado das coisas. Mas os territórios mexem. Antes da Minga, já a Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo e a câmara municipal debatiam a autonomia alimentar do concelho, nomeadamente através da ideia do “km zero”.

A viabilidade económica de projetos de agricultura ancorada nos territórios e com preocupação ecológica foi a reflexão central trazida por Nuno Belchior, no que tange aos apoios públicos. Belchior é um agricultor que começou o Projeto 270 em Almada e que, em 2015, transferiu a sua atividade agrícola para o Seixal. Ao longo dos anos tem experimentado diferentes parcerias, nomeadamente com câmaras municipais, visando a reutilização dos desperdícios florestais para biomassa ou a criação de uma sementeca na biblioteca municipal. Estas parcerias ficaram aquém das suas expectativas e são muito instáveis, dependendo de quem está à frente dos serviços e das edilidades.

Os financiamentos públicos para a atividade agrícola, por seu turno, fazem exigências inadequadas aos tempos e à lógica de uma agricultura que respeita a terra e os seus ciclos. De um modo geral, Belchior vê grandes constrangimentos para os e as agricultoras acederem a estes financiamentos. A agricultura, na sua visão, é um parente pobre da economia – especialmente a não-industrializada –, algo transmitido pelo poder político à sociedade, em diferentes níveis (ministério, municípios). Visão partilhada por Rego: existe um forte preconceito sobre ser pastor, agricultor, viver da terra. Tanto a educação em casa (pais e avós) quanto a sociedade em geral transmitem que este é um trabalho sujo e sem futuro.

Para além de uma narrativa mais ou menos unânime sobre o atraso da agricultura não-industrial, existem outras formas de incompreensão sobre a relação entre seres humanos, plantas e outros animais. A demonstrá-lo esteve um dos momentos mais acesos do painel, em que foi questionada eticamente a atividade de criação de gado, numa perspetiva antiespecista e do impacto da produção animal em lugares como o

subcontinente sul-americano. Rego reconheceu que a questão do sofrimento animal no matadouro é algo a equacionar, mas explicou que a relação entre animais não-humanos e humanos é inerente a qualquer ecossistema, a sobrevivência de uns depende da de outros e vice-versa. Mais do que uma superioridade moral sobre a vida-morte, é importante refletirmos sobre esta interdependência de relações na natureza e na agricultura.

4. AMPLIANDO LEITURAS E REFLEXÕES

A organização e o desenrolar dos painéis suscitaram-nos reflexões de vária ordem, que ampliam as linhas do debate. Fizeram-nos, desde logo, questionar a própria estrutura do Eixo 1: discutir alimentação e a ligação à terra implicaria outros formatos, lugares, pessoas e circularidades. Falamos de agricultura(s), mas poucas vezes estão presentes nestes eventos quem da terra vive e trabalha, não como “um projeto” mas como modo de vida. Ouvimos falar de pastorícia, pesca, agricultura camponesa ou pequena agricultura familiar enquanto atividades de “subsistência”, com uma conotação pejorativa. O campesinato tem sido alvo de tentativa de aniquilamento, teórica e historicamente, tanto pelo marxismo como pelo liberalismo e neoliberalismo económico. É um empecilho a qualquer ideia de “progresso”,⁵ ideia esta respaldada pela ciência (sociologia e economia rural, geografia, antropologia, etc.). Numa conceção ocidental do mundo, o campesinato é percebido e construído como um “outro” culturalmente inferior e atrasado. Foi esta visão etnocêntrica que serviu de substrato cultural para a modernização agrícola e a industrialização dos sistemas alimentares (Soler Montiel e Pérez Neira, 2013).

Uma das respostas críticas a esses processos de dominação técnica, material e cultural é a agroecologia. Partindo de uma perspetiva sistémica da vida, isto é, percebendo a realidade como um complexo ciclo de interações entre seres vivos e não-vivos, são centrais na sua abordagem: a organização da vida em coletivo; a busca de um certo grau de autonomia; a dimensão popular do conhecimento; e uma base histórica de matriz camponesa e das lutas nos territórios.

No entanto, a agroecologia tem-se conformado como um campo de disputa de sentidos e de práticas. Do ponto de vista ecológico e agronómico, é muitas vezes entendida como complementar ou como sucedânea da agricultura biológica, da permacultura, entre outras. Do ponto de vista político, o seu sentido, inscrito na luta e na cosmovisão sociopolítica das e dos camponesas/es e trabalhadoras/es rurais (Sevilla

⁵ Entrevista a Jeromo Aguado sobre “ser camponesino” disponível em <https://yacabratiroalmonite.wordpress.com/2015/11/08/y-la-cabra-tiro-al-monte-1x05-tierradecampos-jeromo/>. Consultada a 13.01.2020.

Guzmán, 2011; Sevilla Guzmán e Woodgate, 2013) é, regra geral, omitido ou cooptado tanto pelas corporações que vendem o capitalismo verde e o “bio” industrializado, como pelas organizações intergovernamentais (FAO, etc.) (Giraldo e Rosset, 2016), e por alguma academia, em especial, a agronómica e a ecológica. Este esvaziamento político acontece pela conformação da agroecologia à sua institucionalização – via políticas públicas – ou à sua domesticação – via técnica e pela sua não consideração enquanto movimento de base popular camponesa.

Existem também movimentos e grupos ativistas ligados a estilos de agricultura como os acima indicados (permacultura, etc.), bem como grupos de consumo e CSA (sigla em inglês de *community supported agriculture*, que pode ser traduzida como comunidades de apoio à agricultura), entre outros, que, igualmente baseados em conhecimentos científicos e técnicos, reivindicam a agroecologia como alternativa ao sistema agroalimentar industrial-capitalista enquanto se fecham a outros mundos e cosmovisões pretéritos e presentes que não se coadunam com a sua doxa ecologista.

Na nossa opinião, a agroecologia vem romper com o etnocentrismo e com a epistemologia dominante precisamente pela importância que concede ao campesinato, esse sujeito “ausente”. E fá-lo por várias razões. Por um lado, partindo do pressuposto que qualquer sistema agrário é o produto da coevolução entre ser humano e natureza, numa evolução integrada entre cultura e ambiente (Norgaard, 1999), a agroecologia valoriza as diferentes formas de manejo que foram surgindo como fruto dessa interação, e que se traduziram em formas sustentáveis de reprodução socioecológica dos agroecossistemas. Reconhece que as experiências que os/as camponeses/as desenvolveram e acumularam ao longo do tempo são uma base imprescindível para o desenho de formas de manejo mais sustentáveis (Guzmán Casado *et al.*, 2000).

Por outro lado, o modelo de agricultura camponesa é a aplicação prática de uma racionalidade ecológica e económica que se contrapõe ao modelo imperante da modernização agrária (Toledo, 1993; Toledo e Barrera-Bassols, 2008), e que está imersa em valores não capitalistas. A produção à pequena escala, com um elevado grau de autonomia, que se destina maioritariamente a cobrir necessidades básicas, o predomínio de valores de uso, ou os valores de reciprocidade e cooperação social na própria organização do trabalho (e da vida) são alguns exemplos dessas racionalidades (Sevilla Guzmán e Soler Montiel, 2010).

A autonomia subjacente ao modo de fazer camponês (van der Ploeg, 2010) coloca-nos também questões pouco abordadas nestes debates, tanto nos Encontros Ecosocialistas como noutros eventos em que participámos, em Portugal: porque é que a agroecologia e as lutas pela justiça nos sistemas agroalimentares se centram na institucionalidade ritualizada, por exemplo, nas políticas públicas? Quando a matriz

histórica das lutas camponesas desenvolveu formas antissistêmicas, formas de auto-organização popular e de resistência (Freire *et al.*, 2004; Guzmán, 2011; Scott, 2002), reconhecíveis também nas lutas alimentares urbanas contemporâneas nas periferias europeias – desde hortas de autossuficiência a cozinhas coletivas (Morales Bernardos, 2019) –, porque é reduzida a potencialidade política da agroecologia aos formatos de um sistema que, aparentemente, se quer combater? Que alternativas ecossocialistas temos em mente? De que “política” estamos a falar?

Sem se pretender idealizar as comunidades camponesas, até porque não estão isentas de conflitos nem de contradições (como as questões de género), existem, contudo, rasgos da sua cultura e das suas lógicas económicas, políticas e ecológicas de enorme interesse para qualquer proposta transformadora. Passar de uma agricultura capitalista para uma agricultura de racionalidade camponesa, usando a agroecologia para a transição de um contexto de dependência para outro de maior autonomia, é um dos eixos da recampesinização (Rosset e Martínez Torres, 2015; van der Ploeg, 2010). Esta ocorre também pela multiplicação de mecanismos e estratégias de contrapoder, desde a ocupação da terra e reconfiguração da estrutura fundiária, às práticas em torno da multifuncionalidade agrária e de revalorização dos recursos e saberes endógenos. A partir desse referente camponês, e noutras lógicas económicas (de uma economia moral, ecológica, e/ou feminista), trata-se de reconfigurar o território (e relocalizar os sistemas agroalimentares) numa cooperação para a reprodução social e ecológica.

Assim, manter uma visão crítica do modelo capitalista depredatório e construir alternativas a esse modelo parecem-nos dois movimentos a seguir simultaneamente e de forma imbricada. Para aprofundar estes movimentos em torno de uma economia política da comida e da soberania alimentar em Portugal, deixamos, em jeito de conclusão, algumas pistas para reflexões e ações futuras:

- a) Quando falamos de agricultura, agricultores/as, de campesinato, do quê e de quem é que estamos a falar? Como podemos identificar o campesinato para com ele dialogar numa perspetiva de transição agroecológica, não só do ponto de vista agronómico, mas também sociopolítico?
- b) Quais os níveis de apropriação e concentração da terra vs. acesso à terra?
- c) Como as políticas de especialização agrícola e pecuária têm promovido a produção intensiva e superintensiva?
- d) Que passos foram dados para reverter o quadro regulatório que exterminou a pequena produção agroalimentar?
- e) Como e para o que está a ser aplicada a biotecnologia na agricultura e alimentação e que novas ameaças levanta?

- f) Quais são os megaprojetos em curso e que efeitos terão nos sistemas agroalimentares?
- g) Qual a situação legal face à circulação e manutenção de sementes de variedades tradicionais e que mecanismos de resistência têm sido postos em prática pelos/as agricultores/as?
- h) Quais são as empresas que acumulam capital com a exploração agropecuária e a especulação fundiária e que ligações têm com outras geografias e com outras dinâmicas de acumulação capitalista?
- i) Que interseções existem entre estas questões e outras lutas, como a exploração de pessoas migrantes e a degradação ambiental e da qualidade de vida de quem habita nos territórios?

Revisto por Alina Timóteo

AURORA SANTOS

Investigadora independente
Contacto: auroramssantos@gmail.com

CECÍLIA FONSECA

Investigadora independente
Contacto: cecilia.fonseca@gmail.com

SÉRGIO PEDRO

Investigador Júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000 995 Coimbra, Portugal
Contacto: sergiopedro@ces.uc.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bernstein, Henry (2016), *Dinámicas de clase y transformación agraria*. Barcelona: Icaria Editorial.
Tradução de Miguel Ángel Porrúa.
- Delgado, Manuel (2010) "El sistema agroalimentario globalizado. Imperios alimentarios y degradación social y ecológica", *Revista de Economía Crítica*, 10(2.º semestre), 32-61.
- ETC Group (2017), "Who Will Feed Us?", October 15. Consultado a 01.01.2020, em <https://www.etcgroup.org/whowillfeedus>.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (2017), "Community-Based Forestry – Extent, Effectiveness and Potential". Roma: FAO. Consultado a 15.01.2020, em <http://www.fao.org/3/i8372en/i8372EN.pdf>.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO (2019), *The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Safeguarding Against Economic Slowdowns and Downturns*. Roma: FAO.

- Freire, Dulce; Fonseca, Inês; Godinho, Paula (coords.) (2004), *Mundo rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Edições Colibri/Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa.
- Giraldo, Omar Felipe; Rosset, Peter Michael (2016), "La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales", *Guaju*, 2(1), 14-37.
- Goodman, David; Goodman, Martin (2009), "Alternative Food Networks", in Rob Kitchin; Nigel Thrift (orgs.), *International Encyclopedia of Human Geography*. Oxford: Elsevier, 208-220.
- Guzmán Casado, Gloria I.; González de Molina, Manuel; Sevilla Guzmán, Eduardo (coords.) (2000), *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.
- Marx, Karl (2017), *O capital. Livro terceiro. Tomo VIII*. Lisboa: Edições Avante. Tradução de José Barata-Moura [orig. 1894].
- Micarelli, Giovanna (2018), "Soberanía alimentaria y otras soberanías: el valor de los bienes comunes", *Revista Colombiana de Antropología*, 54(2), 119-142.
- Morales Bernardos, Inés (2019), *Luchas urbanas alimentarias y crisis de reproducción social en las ciudades del sur europeo (Madrid, Atenas y Lisboa)*. Colección Tesis Doctorales UCO. Córdoba: UCOPress.
- Norgaard, Richard (1999), "Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable", *Realidad Económica*, 160/161, 110-118.
- Pedro, Sérgio Filipe Soares (2020), "Food Governance: Multistakeholder Decision-Making Mechanisms in Food Systems", in Walter Leal Filho, Anabela Marisa Azul, Luciana Brandli, Pinar Gökcin Özüyar, Tony Wall (orgs.), *Zero Hunger*. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals Series. New York: Springer, 321-329.
- Rosset, Peter Michael; Martínez Torres, Maria Elena (2015), "Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales", *Estudios Sociales*, 25(47), 275-299.
- Scott, James C. (2002), "Formas cotidianas da resistência camponesa", *Raízes*, 21(1), 10-31. Tradução de Marilda A. de Meneze e Lemuel Guerra.
- Sevilla Guzmán, Eduardo (2011), *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario*. La Paz: AGRUCO/Plural editores/CDE/NCCR.
- Sevilla Guzmán, Eduardo; Soler Montiel, Marta (2010), "Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria", in Román Fernández-Baca Casares (dir.), Marta Soler Montiel; Carmen Guerrero Quintero (coords.), *Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza*. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 190-217.
- Sevilla Guzmán, Eduardo; Woodgate, Graham (2013), "Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica", *Agroecología*, 8(2), 27-34.
- Soler Montiel, Marta; Pérez Neira, David (2013), "Por una recampesinización ecofeminista: superando los tres sesgos de la mirada occidental", *PAPELES de relaciones ecosociales y cambio global*, 121, 131-141.

- Toledo, Víctor M. (1993), "La racionalidad ecológica de la producción campesina", in Eduardo Sevilla Guzmán; Manuel González de Molina (orgs), *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: La Piqueta, 197-218.
- Toledo, Víctor M.; Barrera-Bassols, Narciso (2008), *La memoria biocultural. La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Barcelona: Icaria Editorial.
- van der Ploeg, Jan Douwe (2010), *Nuevos campesinos. Campesinos e imperios alimentarios*. Barcelona: Icaria Editorial. Traduzido por Irene Bloemen e Victor Claudín.
- Vivas, Esther (2014), *El negocio de la comida. ¿Quién controla nuestra alimentación?* Barcelona: Icaria Editorial.

IRINA CASTRO, RITA SERRA

A DISSIDÊNCIA CIENTÍFICA NO FEMININO: CONTRIBUTOS PARA A PROPOSTA TECNOCIENTÍFICA DO ECOSSOCIALISMO*

Resumo: Através de três histórias de mulheres cientistas dissidentes (Rachel Carson, Lynn Margulis e Elena Álvarez-Buylla) e à luz do novo feminismo materialista, procuramos contribuir para o projeto ecossocialista de uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas.

Palavras chave: ciência e tecnologia, dissidência científica, ecossocialismo, feminismo.

FEMININE SCIENTIFIC DISSIDENCE: CONTRIBUTIONS TO THE TECHNOSCIENTIFIC PROPOSAL OF ECOSOCIALISM

Abstract: Through three stories of dissident women scientists (Rachel Carson, Lynn Margulis and Elena Álvarez-Buylla) and in light of the new materialist feminism, we seek to contribute to the ecosocialist project of a new technological structure for the productive forces.

Keywords: ecosocialism, feminism, science and technology, scientific dissent.

INTRODUÇÃO

Este texto¹ procura realçar a importância da integração de uma visão feminista na proposta ecossocialista para uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas (Löwy, 2010).

* Este trabalho recebeu apoio de fundos nacionais do Estado português através da bolsa de doutoramento SFRH/BD/117707/2016 da primeira autora do texto, atribuída pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. As autoras agradecem ainda às organizações que promoveram o IV Encontros Internacionais Ecossocialistas – Alerta vermelho, alerta verde: dar forma à transformação ecossocialista, e em particular à Paula Sequeiros e à Carmo Bica.

¹ Este ensaio resulta da reflexão promovida no âmbito dos IV Encontros Internacionais Ecossocialistas – Alerta vermelho, alerta verde: dar forma à transformação ecossocialista. Irina Castro foi oradora do evento no painel “Ecofeminismos: conhecimento e ação” e Rita Serra no painel “Debater os sistemas alimentares”.

Por exemplo, a crítica feminista sobre como a história da ciência oculta ativamente o trabalho feminino, contribuindo ainda para a manutenção de uma forma de produção de conhecimento capitalista, tem permitido uma melhor interpretação relativamente ao processo de desvalorização do trabalho feminino que tende a alargar-se a todo o tecido “proletário” científico. Neste texto, no entanto, iremos referir-nos de forma particular às críticas feministas cujos contributos têm permitido desconstruir a forma dominante de pensamento dualista e reducionista que guia a noção de racionalidade do pensamento científico moderno ocidental. Invocamos o novo feminismo materialista, pois este, ao focar-se na matéria, isto é, na materialidade e processos da materialização, gera uma nova posição ético-onto-epistémica (Barad, 2007). Ou, por outras palavras, uma morfologia da mudança que nos permite não apenas interpretar as relações de poder internas na ciência, mas também como estas relações de poder originam artefactos de conhecimento que se representam como factos universais inabaláveis.

De entre as múltiplas frentes de pensamento que promove, o novo feminismo materialista resgata a visão crítica sobre a produção de conhecimento das suas formas subsumidas aos interesses do capital. Destacamos de entre estas formas as que, como diria Robert N. Proctor (2008), atuam com o objetivo não de produzir um conhecimento alternativo ou emancipador, mas espaços de ignorância.

No sentido de melhor enquadrar as críticas do novo feminismo materialista sobre a produção científica, optamos por recorrer às histórias biográficas de três mulheres cientistas. Para nós, estas três histórias não são apenas histórias de mulheres na ciência, mas exemplos de dissidência com a forma hegemónica patriarcal e capitalista de produzir conhecimento. Iremos por isso iniciar este contributo explicando o nosso entendimento sobre a importância da dissidência científica, em particular a feminina, para o processo de construção de uma crítica capaz de contribuir para a nova estrutura tecnológica das forças produtivas. Esta crítica é fundamental, pois consideramos que até à data os debates sobre a ciência e a tecnologia no seio do ecossocialismo têm reproduzido a estrutura patriarcal dominante, deixando assim escapar uma reflexão sobre as consequências desta forma de produção relativa à formação da consciência acerca do conhecimento (da verdade e dos factos).

Ainda assim, queremos reforçar a importância do ecossocialismo, em particular, no apurar das formas alternativas de organização da produção, fazendo frente à barbárie capitalista.

1. O QUE É A DISSIDÊNCIA CIENTÍFICA?

Os processos coercivos do capital sobre as formas de trabalho, bem como o controlo que hoje detêm sobre os meios e processos de produção, resultaram numa classe trabalhadora alienada e impedida de se apropriar diretamente do produto do seu trabalho. O trabalho académico, apesar do discurso de excecionalidade de que se reveste, não está imune a estes processos coercivos, nem aos seus encantos e feitiços. No entanto, e na maioria das vezes, as formas de coercividade sobre o trabalho académico apenas são visíveis em situações de controvérsia. Como têm vindo a demonstrar os estudos do sociólogo Brian Martin (1997, 2010), a coercividade é sempre mais visível quando em situação de controvérsia, pois desta brotam as estratégias de supressão organizada (Martin, 2010). Isto não significa, no entanto, que a coercividade seja esporádica. Pelo contrário, de acordo com Martin (1996, 1997, 2010) a controvérsia é uma característica endémica da atividade académica e a coercividade um aviso disciplinar.

Ser um dissidente implica, por isso, viver em conflito contínuo com as relações de poder estabelecidas na atividade científica (Delborne, 1993, 2016) e, portanto, uma construção contínua de redes de apoio onde essa dissidência adquire corpo político. Isto não significa que todas as dissidências resultem em formas alternativas de produção de sistemas de conhecimento e tecnologia. Aliás, o nosso argumento aqui é que as redes de apoio que sustentam a dissidência são muitas das vezes reprodutoras de estruturas de poder que estão na origem do conflito. Ainda assim, devemos aproveitar a oportunidade que muitas histórias de dissidência nos abrem, nomeadamente por revelarem as estruturas de poder que impedem o acesso e o controlo democrático sobre as formas de produção de conhecimento.

Mas tal como a dissidência pode resultar em alternativas, também pode ser deturpada e apropriada com o objetivo de revitalizar as formas de coerção. Esta coercividade é assim aceitadora da crítica, mas apenas e só se esta se submeter a uma forma tímida. Não é de estranhar, por isso, que a própria história da ciência dê tanta ênfase à dissidência “desejável”.

A dissidência desejável é enquadrada pela hegemonia narrativa da história da ciência como forma de justificar a excecionalidade das formas de trabalho científicas. Não é por isso contraditório que histórias de teorias como a do modelo heliocêntrico ou da evolução sejam descritas por dissidências que visam cristalizar o ato como parte do espírito científico moderno. Em boa verdade estas dissidências desejáveis contribuem para a manutenção da narrativa de que a ciência desinteressada é antidogmática, pois ela própria se desafia continuamente, animando assim a ideia revolucionária do conhecimento e a narrativa da inovação. Uma narrativa que, quando olhada através da

lente do feminismo, revela como essas dissidências desejáveis se compõem de histórias masculinas, brancas e oriundas do ocidental Norte. É por isso que queremos aqui visibilizar as dissidências de mulheres. Mulheres que nesta história de ciência construída no masculino se apresentam como anti-heroínas. Mulheres como Hipátia, Aspásia, Hipárquia, Émilie du Châtelet, Sophie Germain, Maria Gaetana Agnesi, Augusta Ada Byron King, Sofia Kovalevskaya, Hildegard de Bingen, Mamie Phipps Clark, entre tantas outras, cujos trabalhos académicos, e suas dissidências, contribuíram para uma constante revisão crítica do conhecimento.

Neste ponto, algumas/alguns das/dos nossas/os leitoras/es poderão questionar a figura de Marie Curie: não será ela uma dissidente desejável, símbolo do feminismo? Em primeiro lugar, queremos dizer que, se a considerarmos uma dissidente desejável, ela é a exceção que confirma a regra, pois nos demonstra como o sistema de produção de conhecimento é estruturalmente patriarcal e capitalista. Não o fosse, Marie Curie não seria uma exceccionalidade na história da ciência, mas uma norma. Em segundo lugar, queremos reforçar que a sua história biográfica tem sido apropriada pela narrativa masculinizada. Da sua biografia tem sido ocultada a Marie “transgressora”, limitando a sua existência ao campo da ciência.

É neste sentido, e como diria Hilary Rose (1994), que a história da ciência masculinizada está aberta às múltiplas leituras que o(s) feminismo(s) nos podem fornecer. Uma delas, por exemplo, é a de que as mulheres não são apenas uma parte invisibilizada da produção do conhecimento, mas sim a estrutura de base do trabalho necessário para produção e reprodução do conhecimento científico (Fox, 2006). Secretárias, gestoras, assistentes técnicas, funcionárias de limpeza de laboratórios. Mulheres que ocupam lugares de trabalho já por si genderizados e sem os quais a atividade científica não seria possível.

Olhar a história da ciência através de uma lente feminista é, por isso, mais do que contar histórias de mulheres. Contar que foi negado duas vezes o prémio Nobel a Marie Curie, bem como o seu acesso à Royal Society (Rose, 1994: 145), permite não apenas expor a discriminação baseada no género à qual foi submetida, mas também expor como o trabalho das mulheres serviu para desvalorizar de forma generalizada certas formas de trabalho científico. Por exemplo, considerar certos trabalhos científicos como de baixa intensidade intelectual, trabalhos estes normalmente atribuídos a mulheres, permite que se disponibilize tais trabalhos de forma barata.

2. GRANDES DESAFIADORAS DO CÂNONE CIENTÍFICO

Entender a história da ciência através das histórias de mulheres em nada se compara à construção patriarcal da narrativa individualista que constrói a história hegemónica

atual da ciência. A dissidência no feminino contribui para dotar a história da ciência de novas representações, e revela as tensões que essas novas representações geram no seio da produção do conhecimento. Neste sentido, a nossa abordagem está comprometida com o projeto político do feminismo. Neste campo, consideramos que uma ciência feminista (Rouse, 1996) é distinta de uma ciência liberal das mulheres. Esta última, apesar de centrar o foco sobre a opressão de género, não ambiciona, *per se*, derrubar todas as estruturas de opressão.

2.1. RACHEL CARSON (1907-1964)

Rachel Carson é uma das figuras mais importantes da história da dissidência científica. Autora de vários trabalhos académicos que popularizaram a ciência, Rachel é hoje mais conhecida pelo seu trabalho *Silent Spring* (1962) do que pelos seus diversos artigos e livros sobre biologia marinha. De acordo com Arlene Quarantiello (2004), Rachel nasceu longe do oceano, numa família humilde da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América. Apesar das distâncias, seria a paixão pelo oceano que a iria influenciar a percorrer uma carreira científica. No entanto, a distância ao mar obriga-a ao exercício da imaginação, e é nessa imaginação que Rachel desenvolve a sua paixão pela observação naturalista que, juntamente com a sua majestosa capacidade literária, a transformará numa das grandes ambientalistas da nossa história (Waddell, 2000).

Apesar de não ser uma pessoa muito social, Rachel sempre esteve cercada por pessoas que desempenharam papéis fundamentais para o seu trabalho, e contribuíram de várias maneiras com reflexões e informações sobre as quais Rachel posteriormente trabalharia (Quarantiello, 2004). Entre essas figuras, destacamos o relacionamento de amizade com Dorothy Freeman. Dizem que o relacionamento das duas transgredia o entendimento à época sobre amor e amizade. Uma transgressão que não passaria despercebida pelos seus detratores.

Em *Silent Spring*, Rachel alerta sobre os possíveis efeitos nocivos do uso de pesticidas para o meio ambiente e a saúde humana. No entanto, as suas críticas não se limitaram apenas às evidências científicas ou, neste caso, à ausência de evidências que apoiavam o uso massivo de pesticidas. As críticas de Rachel abriram espaço a um debate social sobre os limites do conhecimento científico e técnico e a invocação das suas certezas, principalmente quando esse conhecimento, produzido de forma reducionista e confinada, interage em sistemas complexos.

Rachel desafia, nos seus múltiplos trabalhos, as ideias dominantes de que através do conhecimento científico é possível obter controlo e domínio sobre a natureza. Em vários dos seus trabalhos a bióloga aponta que a relação entre humanidade e

natureza não pode ser vista como um conflito que foi incorporado na prática da produção do conhecimento. Em vez disso, Rachel desafia-nos a perseguir uma ciência responsável com a vida, ancorada em conceitos de amor e cuidado.

Silent Spring foi alvo de várias tentativas de supressão pela indústria química. Tanto a National Chemical Association quanto a Manufacturing Chemists' Association investiram milhões de dólares em campanhas públicas contra Rachel (Waddell, 2000). As pressões sobre os editores e as distribuidoras foram feitas por empresas como a Velsicol Chemical Corporation, ameaçando com procedimentos legais caso a obra fosse publicada (Lear, 2009; Waddell, 2000).

Juntamente com as pressões para suprimir a publicação e a relevância do seu trabalho, foram ainda esgrimidas campanhas difamatórias sobre a vida de Rachel pela indústria. Velsicol acusou a autora de ser comunista e de se organizar com o bloco soviético na destruição da agricultura e da economia americanas. A empresa Monsanto promoveu uma paródia do trabalho de Rachel que foi publicada em vários jornais (Quarantiello, 2004: 107). À credibilidade científica de Rachel foram ainda tecidos argumentos pejorativos por esta ser mulher, solteira, sem filhos, sem doutoramento e por não ser uma cientista empírica (Quarantiello, 2004; Lear, 2009; Waddell, 2000).

Apesar dos contínuos ataques, *Silent Spring* teve um grande impacto social ao ecoar em várias vozes – cientistas e ativistas – que na época tentavam alertar para os perigos do uso não regulamentado de pesticidas. A publicação teve tanto impacto que o presidente norte-americano John F. Kennedy ordenou que o seu Comité Consultivo Científico procedesse a uma investigação especial. Esse comité garantiu a veracidade e a importância do trabalho de Rachel, iniciando um caminho que culminaria na formação da Agência de Proteção Ambiental (EPA) e na proibição do uso do pesticida DDT (Waddell, 2000).

2.2. LYNN MARGULIS (1938-2011)

Lynn Margulis foi uma bióloga que desenvolveu o entendimento moderno da evolução através do “mecanismo de simbiose”. É considerada uma das mais brilhantes e importantes teóricas da evolução do nosso tempo, mas as suas ideias e obras nem sempre foram recebidas com o mesmo otimismo que hoje usamos para falar sobre Lynn. A sua teoria simbiótica da evolução, descrita no seu artigo “On the Origin of Mitosing Cells”, publicado em 1967, representou uma nova maneira de entender a evolução: como uma rede complexa de relacionamentos, demonstrando como, à data, a visão darwiniana da árvore evolutiva baseada na competição não era a representação mais correta (Bybee, 2014). Como se pode ler no livro que publicou em

coautoria com o seu filho, Dorion Sagan, “a vida não conquistou o planeta por via do combate, mas formando-se em redes. As formas de vida multiplicaram-se e complexificaram-se através da cooptação, não através da morte” (Margulis e Sagan, 1997: 26; tradução nossa). A sua proposta foi tão ousada para o seu tempo que somente à décima quinta tentativa Lynn conseguiu publicar o seu artigo (Sagan, 2014).

Lynn entendeu que a teoria da evolução darwinista era uma proposta brilhante que, no entanto, tinha sido transformada e usada como dogma para servir os interesses do capitalismo. Discordante da ideia de que a evolução era orientada pela competição, Lynn também não se identificava com o socialismo e a “ajuda mútua” de Kropotkin, apesar de se aproximar mais dessa metáfora do que a usada pelos neodarwinistas (Khalil, 2014: 45-46). Para Lynn, tanto a seleção natural quanto a ajuda mútua permitem a eliminação e/ou a sobrevivência, mas não a criação. É por isso que ela apresentou, ao contrário de Darwin e Kropotkin, uma teoria que não se concentra na manutenção da vida, mas na criação dessa própria vida (Sagan, 2014).

Lynn nunca guardou palavras para descrever a maneira pela qual o neodarwinismo não estava apenas cientificamente errado, como fazia parte das interpretações capitalistas da vida. Com Richard Dawkins, um dos seus principais oponentes, animou históricos debates sobre a teoria da evolução (*ibidem*). Ainda assim, Dawkins ocupa um espaço público na história da ciência que oculta o trabalho de Lynn.

Tal como Rachel, também Lynn recebeu duras críticas, maioritariamente baseadas não em argumentos científicos, mas em reproduções estereotipadas de género. Se, por um lado, era ativamente ignorada pela comunidade científica, por outro, Lynn era acusada de ser ideológica, radical e às vezes histérica demais. Foi ainda ridicularizada pelo seu trabalho enquanto comunicadora de ciência. Essa forma de descrédito de Lynn contrasta, no entanto, com o entusiasmo que a história da ciência demonstra perante comunicadores de ciência como Carl Sagan, ex-companheiro de Lynn.

2.3. ELENA ÁLVAREZ-BUYLLA (1959-)

Nascida na Cidade do México, Elena começou cedo a desenvolver o seu interesse particular pelas plantas, observando as flores e outras espécies vegetais do seu jardim e questionando-se sobre o funcionamento da vida e sobre o impacto que a prática humana tem sobre o mundo vegetal. Esse caminho conduzi-la-ia à agricultura e a um envolvimento próximo com comunidades indígenas e camponesas no México.

Enquanto estudante na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), Elena envolveu-se em vários ativismos, incluindo a luta pela designação de parte do campus universitário como reserva natural (Barrios, 2014). Essa experiência política, na qual os seus estudos em biologia apoiaram as suas ações, foi um fator decisivo na construção do seu espírito científico – que não nega a importância de uma investigação científica robusta, mas que é sensível às necessidades sociais e políticas de transformação do momento histórico em que se vive. Anos mais tarde, Elena muda-se para os Estados Unidos da América, onde desenvolve as suas habilidades em biologia do desenvolvimento, combinando-as com ecologia evolutiva, e centra o seu interesse científico sobre o milho.

Para Elena, o milho, para além de permitir investigar processos evolutivos, recorrendo à biologia molecular, é um exemplo de cultivo humano cujos avanços tecnológicos lhe conferiram a capacidade de mudar o mundo. No entanto, no México, o milho tem uma centralidade histórica e cultural incomparável a qualquer outro país. Elena encontra assim no milho a possibilidade de unir a ciência básica à compreensão dos processos agroecológicos ligados às comunidades camponesas e indígenas e, em particular, aos seus processos de resistência e luta por autonomia territorial. O resultado foi a criação de uma conceção sobre a ciência baseada no mais profundo rigor, mas incorporada numa postura crítica comprometida com processos e lutas sociais. A síntese produzida por Elena é a de uma ciência cujo rigor não procura responder unicamente aos critérios internos da prática do conhecimento, mas que, sobretudo, se faz responsável.

Atualmente é alvo de duras críticas por parte dos seus detratores, principalmente devido à sua posição crítica sobre os transgénicos, e sobre a forma como descreve as consequências da hegemonia científica ocidental capitalista sobre as formas ancestrais de produção de conhecimentos situados; o que Santos (1999) denomina de epistemicídio.

Adicionalmente, vivemos numa época em que uma grande parte das formas de desacreditar cientistas dissidentes passa pelas redes sociais, tornando-se este um novo canal de supressão que ainda não está a ser consistentemente trabalhado pela literatura sobre dissidência científica. A título exemplificativo, no grupo do Facebook “Não à pseudociência na UNAM”, Elena é constantemente alvo de ataques. Entre os diversos membros do grupo incluem-se pessoas como Mauricio-José Schwarz. Schwarz é um jornalista e escritor, nascido no México, atualmente a viver em Espanha, cujas múltiplas intervenções públicas passam por promover a desacreditação de Elena enquanto cientista. É, por exemplo, a ele que podemos atribuir a autoria da comparação, no seio deste grupo de rede social, da figura de

Elena com Trofín Lysenko. Nos seus diversos comentários e publicações nesta rede, bem como no seu canal de Youtube, Schwarz apelida-a várias vezes como “doutora Lysenko”, a “nova Lysenko”, “Elena Lysénkova Álvarez-Buylla”. A associação de Elena a Lysenko, além de claramente abusiva, revela uma tentativa de desacreditar Elena enquanto cientista, ao pregar sobre ela uma figura controversa como a do cientista comunista russo. Desta forma, os seus detratores encontram uma estratégia que nega à Elena, e à comunidade académica, o direito de serem também sujeitos políticos.

CONCLUSÕES

O que estas três histórias refletem é que, por oposição à história masculinizada e individualista dominante, existe uma história, cujo olhar feminista permite promover alternativas e novas objetividades comprometidas com a evolução do sentido de justiça e responsabilidade. Nelas, a responsabilidade é entendida como uma postura de produção que vai além da ideia de responder imediata e tecnicamente a problemas sociais e ambientais urgentes. Estas histórias dialogam com as múltiplas ontologias do conhecimento global, na construção das questões e possibilidades de resposta, com base numa ética de cuidado e preservação.

Infelizmente a atual forma de produção de conhecimento, cada vez mais orientada para a sua “projetificação” e ancorada nas necessidades socioeconómicas de uma forma de produção capitalista, apesar de possibilitar novos e alternativos desenvolvimentos teóricos e produtos, também impõe duras barreiras materiais a uma prática transformadora generalizada. Neste sentido, as histórias das mulheres dissidentes podem ser úteis para o processo da interpretação, mas este ainda se encontra limitado na sua capacidade de transformação. Daí surge a relevância de uma ação dissidente coletiva.

Consideramos, assim, que é neste ponto que reside a importância do diálogo entre o novo feminismo materialista e o ecossocialismo. O novo feminismo materialista dota a proposta ecossocialista não apenas com um novo olhar sobre os problemas da produção, mas com alternativas concretas enquadradas no objetivo de uma nova estrutura tecnológica dos meios de produção.

As práticas transformadoras existem na atualidade, e acontecem a cada momento em que o sistema de produção de conhecimento capitalista se contradiz. As dissidências de cientistas, como as mencionadas, resultam das contradições fundacionais da forma de produção capitalista da ciência, denunciando ao mesmo tempo o epistemicídio (Santos, 1999) e os danos da ética capitalista. Consideramos, pois, que a “outra” ciência já é praticada e merece a atenção dos e das ecossocialistas – que apesar de assertivos/as sobre os efeitos danosos de algumas verdades e

objetos do conhecimento moderno, permanecem benevolentes com o modo de produção capitalista do conhecimento.

Aprender com a dissidência científica das mulheres é um caminho necessário para a construção de um conhecimento socialista anticapitalista. Aprender com a sua dissidência é também relembrar uma das lições mais importantes de Karl Marx: que o nosso objetivo é interpretar o mundo para o transformar.

Revisto por Ana Sofia Veloso

IRINA CASTRO

Investigadora júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: belacastro@ces.uc.pt

RITA SERRA

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: ritaserra@ces.uc.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barad, Karen (2007), *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*. Durham: Duke University Press.
- Barrios, Raúl García (2014), "El origen de la reserva ecológica de la UNAM en CU: Historia de un conflicto patrimonial y ambiental", *Cultura y representaciones sociales*, 9(17), 177-223.
- Bybee, Joanna (2014), "Ningún tema es demasiado sagrado", in Dorian Sagan (org.), *Lynn Margulis. Vida y legado de una científica rebelde*. México DF: Tusquets Editores, 213-220. Tradução de Ambrosio García Leal.
- Carson, Rachel (1962), *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin Company.
- Delborne, Jason (1993), *Pathways of Scientific Dissent in Agricultural Biotechnology*. Berkeley: University of California.
- Delborne, Jason (2016), "Suppression and Dissent in Science", in Tracey Bretag (org.), *Handbook of Academic Integrity*. Singapore: Springer, 943-956.
- Fox, Mary Frank (2006), "Gender, Hierarchy, and Science", in Barbara Risman; Carissa Froyum; William Scarborough (orgs.), *Handbook of the Sociology of Gender*. Boston: Springer.
- Khalil, Andre (2014), "Arriba y abajo", in Dorian Sagan (org.), *Lynn Margulis. Vida y legado de una científica rebelde*. México DF: Tusquets Editores, 33-46. Tradução de Ambrosio García Leal.

- Lear, Linda (2009), *Rachel Carson: Witness for Nature*. New York: Mariner Books.
- Löwy, Michael (2010), "Cenários do pior e alternativa ecosocialista", *Serviço Social & Sociedade*, 104, 681-694.
- Margulis, Lynn; Sagan, Dorion (1997), *Microcosmos: Four Billion Years of Evolution From our Microbial Ancestors*. Berkley/London: University of California Press.
- Martin, Brian (1996), "Critics of Pesticides: Whistleblowing or Suppression of Dissent?", *Philosophy and Social Action*, 22(3), 33-55.
- Martin, Brian (1997), *Suppression Stories*. Wollongong: Fund for Intellectual Dissent.
- Martin, Brian (2010), "How to Attack a Scientific Theory and Get Away with It (Usually): The Attempt to Destroy an Origin-of-AIDS Hypothesis", *Science as Culture*, 19(2), 215-239.
- Proctor, Robert (2008), "Agnotology. A Missing Term to Describe the Cultural Production of Ignorance (and Its Study)", in Robert Procter; Londa Schiebinger (orgs.), *Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance*. Redwood: Stanford University Press, 1-36.
- Quarantiello, Arlene (2004), *Rachel Carson. A Biography*. London: Greenwood Press.
- Rose, Hilary (1994), *Love, Power and Knowledge: Towards a Feminist Transformation of the Sciences*. Cambridge: Polity Press.
- Rouse, Joseph (1996), "Feminism and the Social Construction of Scientific Knowledge", in Sandra Harding (org.), *The Feminist Standpoint Theory Reader. Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge, 353-374.
- Sagan, Dorian (org.) (2014), *Lynn Margulis. Vida y legado de una científica rebelde*. México DF: Tusquets Editores, 213-220. Tradução de Ambrosio García Leal.
- Santos, Boaventura de Sousa (1999), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Waddell, Craig (2000), "The Reception of Silent Spring: An Introduction", in Craig Waddell (org.), *And no Birds Sing: Rhetorical Analyses of Rachel Carson's Silent Spring*. Illinois: Southern Illinois University Press, 1-16.

Recensões

CHERTKOVSKAYA, EKATERINA; PAULSSON, ALEXANDER; BARCA, STEFANIA (EDS.) (2019), *TOWARDS A POLITICAL ECONOMY OF DEGROWTH*. LONDON: ROWMAN & LITTLEFIELD PUBLISHERS, 280 PP.

Towards a Political Economy of Degrowth is a brave attempt at establishing a theoretical framework for a mostly academic movement. The articles assembled provide precious insights into different fields of theory and of struggle, trying to bring them together often by the flimsiest of bridges and connections. The strong critiques of capital often refocus to aim at growth rather than capitalism itself, with the book being coherent with its initial premise of not attempting to produce a strong and coherent theory.

The literature, according to the authors, has not manifested “any intent to become an orthodox scientific paradigm with a unified political programme”, but a “multi-sited, multilingual and multiform network supporting the opportunity for life ways motivated by desires other than growth” (p. 4). This is the pinnacle of weak theorising, proposing interesting theories and reducing them to a collection of opinions. This heterodoxy “allows degrowth to be an inclusive conversation” and is also probably why degrowth is permanently on the sidelines of politics and policy, as its celebration of “the multitude of activities and life choices [...] do risk remaining impotent towards powerful economic and social drivers such as money, advertisement, and debt, or the global trade system” (p. 5). This approach makes degrowth impotent facing political tsunamis and historical tidal waves as the ones we are currently living in. The authors criticise lack of strategy, excessive focus on the local, ideational origin and detachment from material interests “of any particular social constituency”, with policy driven proposals of a very technical nature. The decision to embrace the practice of “weak theorising” has led to the production of weak theories and practices.

The book has some very impressive contributions for the fields of political theory, sustainability and social movement theory. The case built by Paulsson for the abolishment of Gross Domestic Product (GDP) as a reference for social and environmental advancement creates a clear distinction between good and bad growth, with social and environmental “cancers” mobilising labour and resources away from necessary activities into “diseases” – comparing the growth of cancer cells in an organism to a large part of the economic growth in a nation. This outlines the dangers of developing measurements without a clear and explicit theory, as it happened historically with GDP. Buch-Hausen proposes a steady-state economy, with globally auctioned physical depletion quotas and distributive institutions which reduce inequality by defining minimum and maximum limits on income and wealth. This is pointed as a critical way forward for the field of Comparative Political Economy, refocusing on alternative objects of study and distancing itself from the present state of the art, dubbed “Comparative Capitalisms”. Koch identifies the centrality of human needs as a common denominator for uniting Marxian and degrowth theories, while pointing out that Marx-inspired social, economic, and ecological thoughts need to rid themselves completely of the growth-mania, which was undeservedly attributed to Marx and dominated the twentieth century’s Marxism.

Barca and D’Alisa’s contributions produce the strongest attempts to overcome the weaknesses initially identified. Barca proposes integrating reproduction and care as forms of socially necessary work that also need to be liberated, to allow the full development of human potential and freedom, as an antidote to romanticising this work as an end in itself. Also, she acknowledges that the perspective of “liberation from work” implied in degrowth alienates wage labour, and that an “alternative worth fighting for” implies the liberation of waged labour from treadmill metabolism through working-class environmentalism, ecosocialism and workers’ control of production, identifying climate jobs campaigns as a main actor in this. D’Alisa identifies the unwillingness to enter “the Winter Palace” in the field of degrowth, avoiding the state altogether in the tradition of anarchism and of Marxist autonomist. Quoting Rackham, D’Alisa points out that “fostering small-scale organisations is a bad idea, because these small degrowth (or anarchist, or Marxist autonomist) islands cannot avoid meeting their exchange or purchasing need through capitalist markets; they cannot solve environmental problems caused by capitalist business; and they cannot avoid the state’s over imposition of laws, regulations and polices”. The only possibility for Rackham is a process of revolutionary and radical rupture and D’Alisa concludes on the need for a new theory of change for degrowth, integrating Gramsci’s concept of “integral state” to help address the issues of state and power.

The claim that “degrowth has emerged as a powerful call for an alternative economic model” (p. 1) is denied in the book, as it describes the field at its best as a series of successful biennial conferences in Europe, a number of collaborative transdisciplinary publications and a conference in the European Parliament, with a “call to the European Union, its Member States and institutions to stop growth-dependency” (p. 7). The brilliance of many of the contributions to this book cannot overcome the reality that at the moment the degrowth movement is mostly an academic exercise.

Work, wage labour and the state will be central in the upcoming economic, social and climate crises. In a time of nationalisations, mass unemployment and massive public works, degrowth by itself might be as alienating as austerity. Degrowth as a political economy does not seem powerful enough, as a lot of the authors of the book think so. The absence of topics regarding climate change from most of the debate throughout the book is worrying as the urgency for action to stop climate chaos, which needs the inclusion of degrowth in the debate, seems lost to it.

Edited by Alina Timóteo

JOÃO CAMARGO

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa | Climáximo
Av. Prof. Aníbal Bettencourt 9, 1600-189 Lisboa, Portugal
Contact: joao.camargo.342@gmail.com



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Editada pelo Centro de Estudos Sociais desde 2008,
a *e-cadernos CES* é uma publicação eletrónica, disponível em
<https://journals.openedition.org/eces>, com arbitragem científica
que visa promover a divulgação de investigação avançada
produzida no âmbito das ciências sociais e humanas,
privilegiando perspetivas críticas e inter/transdisciplinares.
A *e-cadernos CES* dissemina textos resultantes de conferências,
seminários e workshops, assim como textos de pesquisas
efetuadas no âmbito de programas de formação avançada e
de projetos de investigação científica.

www.ces.uc.pt
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal
Tel. +351 239 855 570 Fax. +351 239 855 589